UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

NATÂNIA SILVA FERREIRA

**ELITE AGRÁRIA E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: O MUNICÍPIO DE
VARGINHA-MG (1882-1920)**

Este exemplar corresponde à
versão **revisada**, após defesa
realizada em Dezembro de
2016.

SÃO PAULO
Fevereiro de 2017

NATÂNIA SILVA FERREIRA

**ELITE AGRÁRIA E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: O MUNICÍPIO DE
VARGINHA-MG (1882-1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências, área de concentração História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes

Este exemplar corresponde à versão **revisada**, após defesa realizada em Dezembro de 2016.

De acordo: Prof. Dr.
Alexandre Macchione Saes

SÃO PAULO
Fevereiro de 2017

NATÂNIA SILVA FERREIRA

**ELITE AGRÁRIA E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: O MUNICÍPIO DE
VARGINHA-MG (1882-1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências, área de concentração História Econômica.

Aprovada em: 19/12/2016

BANCA EXAMINADORA

Dr. Alexandre Macchione Saes (orientador) – Universidade de São Paulo

Dr. José Flávio Motta – Universidade de São Paulo

Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi – Universidade Federal de Alfenas

Dedico esta dissertação para minha mãe e para minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é resultado de um trabalho que começou na Iniciação Científica, na Universidade Federal de Alfenas, em Minas Gerais e que contou com o apoio de muitas pessoas para ser concretizado. De antemão, peço desculpas por possíveis esquecimentos.

Serei eternamente grata a meu orientador, Alexandre, que me orienta desde a Iniciação Científica. Obrigada ter me apresentado à História Econômica no início da graduação e por toda atenção, orientação e inestimáveis contribuições a este trabalho.

Agradeço ao NEHEEP (Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política), primeiro grupo de pesquisas sobre o Sul de Minas Gerais criado no campus Varginha da Universidade Federal de Alfenas, especialmente aos professores Alexandre, Thiago e Daniel, porque foi a partir de minha integração no grupo que comecei a desenvolver as primeiras pesquisas em História Econômica.

Agradeço aos professores Thiago Gambi e José Motta que, no momento da qualificação, me deram sugestões valiosas para a continuidade da pesquisa.

Agradeço às contribuições de professores que, nas oportunidades em que os resultados parciais da pesquisa foram apresentados, fizeram observações importantes. Destaco os professores Luciana Suarez Lopes e Nelson Nozoe.

Devo um agradecimento a Eduardo Vieira e Marcel Pereira da Silva, pelas caronas de Varginha até São Paulo, logo no começo do mestrado e, conseqüentemente, as conversas que me auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a colaboração das instituições às quais coletei minhas fontes de pesquisa em Varginha: ao Fórum da Comarca, ao Museu Municipal e ao Cartório de Registros de Imóveis.

Agradeço às companheiras e companheiros do Brancaleone, grupo de estudos dos orientandos do professor Alexandre, pela atenção que deram aos capítulos desta dissertação quando foram apresentados nas reuniões.

Agradeço amigas e amigos que estiveram presentes nessa caminhada, me possibilitando momentos de alegria quando estava longe de meus familiares, principalmente Rafa e Alessandra, amigadas que fiz na Universidade Federal de Alfenas; Renata, Jéssica e Dany, as meninas do ap. maravilhoso; Fernando e Maurício, irmãos de orientação. Meu muito obrigada pela companhia ao longo desses três anos.

Merecem especial agradecimento Gilda e Nathalí, por tanto carinho e amor incondicional. E também José Domingos e Gilson, pessoas tão importantes nessa caminhada. Ao Thiago agradeço por todos os sorrisos, que me fazem refletir sobre a vida ser tão mais do que me mostram os livros e a academia.

De coração agradeço ao Paulo, por todo carinho e atenção, e por sempre me ouvir pacientemente, nos momentos de entusiasmo e de apreensões.

Finalmente, agradeço à CAPES, que me auxiliou financeiramente em parte do mestrado, facilitando as viagens para coleta de fontes e aquisição de materiais.

RESUMO

Esta pesquisa trata da formação e urbanização do município de Varginha, situado no Sul de Minas Gerais, do período de sua emancipação (1882) até 1920. Varginha foi uma das cidades sul-mineiras emancipadas num contexto de expansão da atividade da cafeicultura pelo estado, sendo elevada à categoria de vila justamente quando o Brasil como um todo passava por modernização de padrões de consumo, com destaque para o processo de urbanização, ou seja, a transição do século XIX para o século XX. Abordou-se o processo de urbanização do município por meio, sobretudo, de atas de Câmara, registros de imóveis e inventários *post-mortem* pertencentes ao município, formado pela cidade de Varginha e, na época, os distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira. Com as atas da Câmara Municipal, foi destacado o processo de urbanização local conduzido pelos vereadores, com a aprovação de projetos e leis relativos às melhorias urbanas; por meio dos registros de imóveis, partindo de análises das transações de imóveis rurais e urbanos, foi possível compreender como parte da população lidava com as transformações do espaço urbano; por fim, com a utilização dos inventários *post-mortem*, considerando a estrutura de riqueza do conjunto de inventariados e de membros da elite, entendemos quem eram as personagens que mais se beneficiavam das transformações urbanas. Com esses três grupos de fontes primárias – além de demais fontes e bibliografia empregadas na dissertação – foi possível reconstruir a História Econômica de Varginha, dando atenção para as especificidades de seu processo de urbanização. Varginha passava por transformações em seu espaço urbano, porém, ao mesmo tempo, contava com grande peso de atividades ligadas ao campo, daí o processo de urbanização marcado pela presença de uma elite agrária.

Palavras-Chave: Modernização. Urbanização. Varginha. Elite Agrária. 1882-1920.

ABSTRACT

This research describes the development and urbanization of the city of Varginha, located in southern Minas Gerais, from the period of their emancipation (1882) until 1920. Varginha was one of the emancipated towns from the south of Minas Gerais in a context of expansion of the coffee growing activity by the state, it was elevated to a village just when Brazil as a whole was undergoing modernization consumption patterns, highlighting the process of urbanization, that is, the transition from the nineteenth to the twentieth century. Its urbanization process was dealt with, mainly, by using records of the city council, property registrations and *postmortem* inventories belonging to the municipality, which was formed by the city of Varginha and, at the time, the districts of Pontal and Carmo da Cachoeira. With the records of the city council, the local urbanization process conducted by city councilors was highlighted, with the approval of projects and laws relating to urban improvements; by the property records, from analysis of rural and urban real estate transactions, it was possible to understand how a share of the population dealt with the transformation of urban space; finally, with the use of *postmortem* inventories, considering the wealth structure of the set of inventoried and members of the elite, we understand who were the characters who most benefited from the urban transformations. With these three groups of primary sources – in addition to other sources and references used in the dissertation – it was possible to reconstruct the Economic History of Varginha, focusing on the specifics of its urbanization process. Varginha was undergoing changes in its urban space, but at the same time, had a great amount of activities related to the countryside, hence the process of urbanization marked by the presence of agrarian elite.

Keywords: Modernization. Urbanization. Varginha. Agrarian Elite. 1882 to 1920.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACMV – Atas da Câmara Municipal de Varginha

AJCV – Arquivo da Justiça da Comarca de Varginha

CRIV – Cartório de Registros de Imóveis de Varginha

MMV – Museu Municipal de Varginha

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1. – Número de indústrias nas principais regiões industriais de Minas Gerais (censo de 1907)	74
Gráfico 1.2. – Número de operários nas principais regiões industriais de Minas Gerais (censo de 1907)	75
Gráfico 1.3. – Capital e valor da produção nas principais regiões industriais em Minas Gerais, em contos de réis (censo de 1907)	76
Gráfico 3.1. – Evolução dos registros de imóveis rurais e urbanos no município de Varginha (1882-1920)	148
Gráfico 3.2. – Valores aplicados em bens imóveis rurais e urbanos no município de Varginha – sem investimentos da Estrada de Ferro Muzambinho (1882-1920)	151
Gráfico 3.3. – Valores aplicados em bens imóveis rurais e urbanos no município de Varginha – com investimentos da Estrada de Ferro Muzambinho (1882-1920)	153
Gráfico 3.4. – Evolução dos registros de imóveis rurais e urbanos na cidade de Varginha (1890-1920)	154
Gráfico 3.5. – Valores aplicados em bens imóveis rurais e urbanos na cidade de Varginha (1890-1920)	158
Gráfico 4.1. – O monte-mor da elite agrária do município de Varginha em libras esterlinas	182
Gráfico 4.2. – O monte-mor da elite agrária do município de Varginha em contos de réis	184
Gráfico 4.3. – Divisão das terras de Matheus Tavares da Silva	196
Gráfico 4.4. – Divisão das dívidas ativas de Joaquim Octaviano Mendes	201
Gráfico 4.5. – Divisão das terras de Antônio Justiniano dos Reis	204

LISTA DE MAPAS

Mapa a.1. – A localização de Varginha e de seus distritos no Sul de Minas Gerais (1920)	16
Mapa 1.1. – A Vila de Campanha e as Paróquias próximas	45
Mapa 1.2. – Regionalização mineira segundo Wirth (1920)	49
Mapa 1.3. – Localização das ferrovias no Sul de Minas Gerais (1890)	61
Mapa 1.4. – Localização das ferrovias no Sul de Minas Gerais (1920)	64

LISTA DE TABELAS

Tabela c.1. – Disposição das Atas da Câmara Municipal (1882-1920)	34
Tabela c.2. – Disposição dos Registros de Imóveis (1882-1920)	37
Tabela c.3. – Disposição dos Inventários <i>Post-Mortem</i> (1882-1920)	40
Tabela 1.1. – Percentual do valor da produção de café no conjunto das exportações mineiras (1889-1924)	53
Tabela 1.2. – Comparação dos percentuais das exportações mineiras (1888-1908)	54
Tabela 1.3. – Participação da produção cafeeira da Zona da Mata na produção de Minas Gerais – períodos selecionados (1847-1926)	55
Tabela 1.4. – Alguns produtos exportados pelo Sul de Minas – quantidade média anual (1866-1884)	56
Tabela 1.5. – Os cinco maiores municípios cafeeiros do Sul de Minas (1920)	57
Tabela 1.6. – Os cinco maiores municípios cafeeiros da Zona da Mata mineira (1920)	58
Tabela 1.7. – Estrutura industrial de Minas Gerais (censo de 1907)	73
Tabela 1.8. – Produção industrial em Minas Gerais (censo de 1920)	77
Tabela 3.1. – População rural e urbana de Varginha (1940-1980)	132
Tabela 3.2. – Aquisições e vendas de bens imóveis de representantes do município de Varginha	142
Tabela 3.3. – Bens imóveis adquiridos por Matheus Tavares da Silva (1894-1902)	142
Tabela 3.4. – Bens imóveis adquiridos por Joaquim Octaviano Mendes (1899-1916)	144
Tabela 3.5. – Bens imóveis adquiridos por Antônio Justiniano dos Reis (1893-1913)	145
Tabela 3.6. – Terrenos adquiridos pela Companhia Estrada de Ferro Muzambinho (1891)	155
Tabela 3.7. – Evolução dos registros de imóveis ao longo do período de 1882-1920 – sem investimentos da Estrada de Ferro Muzambinho	159
Tabela 4.1. – Número de habitantes do município de Varginha (1890-1920)	165
Tabela 4.2. – Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários <i>post-mortem</i> do município de Varginha (1882-1920)	166
Tabela 4.3. – Distribuição das culturas e mantimentos pelos inventários <i>post-mortem</i>	172

Tabela 4.4. – Quantidade de animais por décadas (1882-1920)	173
Tabela 4.5. – Distribuição de animais por espécie (1882-1920)	174
Tabela 4.6. – Inventariados que possuíam escravos (1880-1887)	175
Tabela 4.7. – Lista dos inventariados da elite agrária do município de Varginha (ano do processo e monte-mor em libras esterlinas)	185
Tabela 4.8. – Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários <i>post-mortem</i> da elite agrária do município de Varginha (1882-1920)	186
Tabela 4.9. – Descrição do café nos inventários da elite agrária	189
Tabela 4.10. – Aplicação das riquezas de Matheus Tavares da Silva, Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis nas categorias dos inventários <i>post-mortem</i>	193
Tabela 4.11. – Número de animais presentes no inventário de Matheus Tavares da Silva	197
Tabela 4.12. – Divisão dos bens imóveis de Joaquim Octaviano Mendes	199
Tabela 4.13. – As dívidas ativas de Joaquim Octaviano Mendes	200
Tabela 4.14. – Comparação dos investimentos de Antônio Justiniano dos Reis e Gabriel dos Reis Silva	202
Tabela 4.15. – Número de animais presentes no inventário de Antônio Justiniano dos Reis	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
<i>PRIMEIRA PARTE: O SUL DE MINAS GERAIS E VARGINHA.....</i>	<i>43</i>
CAPÍTULO 1 – Atividades econômicas do Sul de Minas Gerais e de Varginha na transição para o século XX.....	44
1.1. A formação das cidades.....	46
1.2. A introdução do café.....	53
1.3. A chegada das ferrovias e a dinâmica comercial.....	60
1.4. As instituições bancárias.....	68
1.5. A formação da indústria.....	72
1.6. Síntese.....	79
<i>SEGUNDA PARTE: A CIDADE DE VARGINHA E OS DISTRITOS DE PONTAL E CARMO DA CACHOEIRA POR MEIO DAS FONTES PRIMÁRIAS.....</i>	<i>81</i>
CAPÍTULO 2 – Transformações Urbanas no município de Varginha (1882-1920).....	82
2.1. Primeiros anos de Varginha como cidade: sistematização da Câmara Municipal e organização do espaço urbano (1882-1889).....	83
2.2. A segunda década de Varginha: elevação à sede de Comarca e as relações com os distritos e outros municípios (1890-1899).....	94
2.3. Terceira década de Varginha: as instalações das Mesas Eleitorais (1900-1909).....	105
2.4. Infraestrutura urbana: o abastecimento de água, a energia elétrica, as linhas telefônicas e o mercado municipal (1910-1920).....	114
CAPÍTULO 3 – Valorização do Espaço Urbano do município de Varginha (1882-1920).....	131
3.1. Características das propriedades rurais e urbanas de Varginha.....	135
3.2. Valorização do espaço urbano do município de Varginha.....	147
3.3. Valorização do espaço urbano da cidade de Varginha.....	154
3.4. Os registros de imóveis ao longo do tempo.....	159
3.5. Concentração fundiária e êxodo rural.....	161

CAPÍTULO 4 – Elite Agrária do município de Varginha (1882-1920).....	164
4.1. As categorias de bens presentes nos inventários <i>post-mortem</i>	166
4.1.1. <i>Bens Móveis e alguns padrões de consumo diferenciados</i>	167
4.1.2. <i>Imóveis Rurais e Imóveis Urbanos</i>	169
4.1.3. <i>Culturas e Mantimentos</i>	170
4.1.4. <i>Animais</i>	173
4.1.5. <i>Escravos</i>	174
4.1.6. <i>Dinheiro, Dívidas Ativas e Dívidas Passivas</i>	176
4.2. Investimentos da elite agrária do município de Varginha.....	179
4.3. Estudos de caso: Matheus Tavares da Silva, Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis.....	192
4.3.1. <i>Matheus Tavares da Silva: o homem dos negócios</i>	194
4.3.2. <i>Joaquim Octaviano Mendes: um desvio dentro do padrão</i>	198
4.3.3. <i>Antônio Justiniano dos Reis: o coronel dos grandes investimentos na terra</i>	202
4.4. Considerações acerca do perfil dos inventariados varginhenses na transição do século XIX para o século XX.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS.....	215
APÊNDICES.....	223

INTRODUÇÃO

a) O objeto

Os estudos sobre a consolidação do capitalismo brasileiro e sobre o processo de urbanização nacional, especialmente na transição do século XIX para o XX, concentram-se, sobretudo, em São Paulo. Na cidade de São Paulo e em alguns municípios do estado, a economia cafeeira foi responsável por gerar um crescimento específico daquela região, fazendo com que lá o sistema capitalista de produção desenvolvesse mais intensamente¹.

A transição do século XIX para o XX, na verdade, foi um período de crescimento econômico, modernização e urbanização para o Brasil como um todo, porque diferentes dinâmicas regionais se desenvolviam, passando pelos processos de modernização e urbanização, com o aumento do número de cidades e das empresas de serviços urbanos – como portos, telefonia e energia elétrica –, a chegada das ferrovias e dos comércios, das indústrias e das instituições bancárias². Esses elementos davam nova forma ao Brasil, embora cada região passasse por um processo de crescimento econômico e urbanização peculiar, com base em atividades agropecuárias que reforçavam as dinamizações econômicas regionais.

Todavia, o avanço econômico de São Paulo foi mais intenso que o visto nas demais localidades do país, por isso existe uma série de estudos específicos para a região. E, no mesmo momento em que a economia cafeeira auxiliava São Paulo em seu processo de crescimento econômico, Minas Gerais experimentou um momento de expansão econômica, contando também como uma economia cafeeira, embora os resultados daquela economia fossem mais limitados do que os observados em São Paulo.

Minas Gerais não contou com um complexo econômico cafeeiro, reproduzindo o modelo da economia paulista³. Contudo, o café não deixou de promover transformações no

¹ Autores que estudaram a dinâmica capitalista em São Paulo, dentre outros, são: DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977; MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985; CANO, Wilson. *Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2002, capítulos 2 e 3; CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1975; TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. “Crédito e Pequena Cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914”. In: *RBE*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3 / p. 405-426, Jul./Set. 2007.

² Na transição do século XIX para o século XX, temos, por exemplo, em Manaus e em Belém, o ciclo da borracha, que se constituiu num exemplo de economia particular, porque possibilitou crescimento econômico e industrialização daquelas regiões (FERREIRA, 2005; BUENO, 2012). Na Bahia, o cacau também formou uma economia de exportação específica do estado (ALMEIDA, 2009). No Rio Grande do Sul houve a formação de uma economia própria, baseada na pecuária, que possibilitou, de certa forma, o desenvolvimento da indústria regional (HERRLEIN JR., 2000).

³ Sobre o complexo cafeeiro paulista, cf.: CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1975, especialmente o capítulo 1. Sobre a noção de “complexo

estado entre o final do século XIX e início do século XX, tornando-se o principal produto das exportações mineiras. Para Minas Gerais, a relação entre o café gerando ferrovias, comércios, indústrias, bancos e empresas de serviços urbanos, não pode ser feita, assim como a historiografia mostrou para São Paulo⁴. Mas o café estava presente no processo de urbanização de Minas Gerais, sendo a Zona da Mata a região de maior destaque na produção e exportação do bem⁵.

Não obstante, o Sul de Minas Gerais foi também uma região que contou com crescimento econômico baseado na atividade da cafeicultura, embora os resultados fossem menos visíveis que os presentes na Zona da Mata. Em fins do século XIX, o Sul de Minas Gerais passaria pelos processos de modernização e urbanização que há algumas décadas São Paulo e a Zona da Mata vinham passando⁶.

Em meio ao surgimento dos novos municípios que emanciparam-se entre as décadas de 1860 e 1880, Varginha foi elevada à categoria de vila em fins do século XIX, em outubro do ano de 1882. A primeira reunião da Câmara Municipal varginhense ocorreu no mês de dezembro do mesmo ano. Fariam parte do novo município, além da cidade de Varginha, os distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira, conforme mostra o mapa a.1. abaixo:

agroexportador periférico” de Minas Gerais, cf.: PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

⁴ “(...) a análise do complexo cafeeiro requer estudos sobre os mais variados setores da atividade econômica. No caso de Minas Gerais, se tomarmos elemento por elemento, concluiremos que pouco ou quase nada se sabe a respeito de cada um deles”. (LIMA, 1977, p. 60).

⁵ Embora seja dada relevância para a cafeicultura em Minas Gerais de fins do século XIX e inícios do século XX, é importante ressaltar que o café não foi a única atividade regional. Segundo Iglésias (1982), “fala-se em Minas Gerais, quando na verdade sua fisionomia era – como é ainda hoje – muito diversificada” (p. 137). De acordo com Wirth (1982) “as paisagens de Minas Gerais, consequentemente, oferecem diferentes leituras ao historiador” (p. 43). As distintas partes de Minas Gerais contaram com atividades econômicas diferentes nos séculos XIX e XX. “O Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880 (...) O Norte, ao contrário, seguiu o curso da economia de estâncias do século XVII, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830) (...). O Oeste exportou gado para o sul”. (WIRTH, 1982, p. 43).

⁶ Apesar de certa relevância do café para a economia do Sul de Minas Gerais, vale lembrar que na região, na transição para o século XX, outras atividades econômicas se faziam importantes: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas, por exemplo, foram cidades sul-mineiras que se dedicaram não somente à produção cafeeira, mas também à pecuária e demais agriculturas, como a do milho, feijão, arroz e fumo, dentre outras. Sobre a cafeicultura no Sul de Minas Gerais da passagem para o século XX, cf.: MARTINS, Marcos Lobato. “A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização: Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 141-172.

MAPA a.1. A localização de Varginha e de seus distritos no Sul de Minas Gerais (1920)

Fonte: *Álbum Chorográfico do Estado de Minas Gerais*. Serviço de Estatística Geral: Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura/Imprensa Oficial, 1927.

O mapa mais antigo que contempla Varginha e os distritos é o que foi exposto acima. No ano de 1920, Pontal já havia se emancipado de Varginha, transformando-se na cidade de Elói Mendes; a emancipação de Carmo da Cachoeira ocorreu no ano de 1938. Por isso, o mapa destaca área e população para o município considerando Varginha e Carmo da Cachoeira. No entanto, serve para o entendimento de onde localizavam-se as demais cidades e distritos próximos à Varginha.

O processo de urbanização varginhense tornou-se mais nítido depois da segunda metade do século XIX,

quando a implantação da lavoura do café nas cercanias propiciou maior crescimento demográfico da localidade, determinando a abertura de ruas mais ou menos regulares, a configuração de espaços mais amplos, como largos e praças, e a conseqüente construção de numerosos prédios residenciais, comerciais ou de equipamento e serviços urbanos⁷.

No dia 07 de outubro de 1882, pela Lei nº 2.950, Varginha se emanciparia de Três Pontas. A festa de instalação ocorreu em dezembro do mesmo ano, no dia 17, e “no acto da instalação houve entusiastico festejo, reinando geral alegria, e no dia seguinte, 18, reunio-se pela primeira vez a camara municipal (...)”⁸.

A partir de 1882, acontecimentos importantes tomariam conta de Varginha, que se tornaria, ao longo do século XX, uma das cidades mais importantes do Sul mineiro. Nosso objeto de estudo, depois de dezembro de 1882, passou a ter autonomia municipal, contando com uma Câmara de vereadores. As decisões sobre projetos de infraestrutura urbana, melhoramentos de pontes e estradas do município, bem como demais projetos e leis relacionados à formação da cidade e de seus dois distritos seriam tomadas pelo grupo de vereadores varginhenses, sem necessitar, como ocorria antes da emancipação, passar pela Câmara Municipal de Três Pontas.

Pretendemos entender como, a partir da criação do município, Varginha e seus dois distritos avançaram em seus processos de crescimento e urbanização. Para isso, nos embasamos num referencial teórico que desse conta de nossos principais conceitos.

b) A teoria

Como escrevemos acima, no começo da apresentação de nosso objeto, a passagem do século XIX para o século XX foi de crescimento econômico, modernização e urbanização

⁷ ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, pp. 02-03.

⁸ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 183.

para o Brasil como um todo, com cada região do país desenvolvendo sua economia com o auxílio de alguma atividade relacionada à agricultura, que possibilitava aumento das exportações locais.

Os processos de modernização e urbanização pelos quais o Brasil passava tinham influências, de certa forma, da Segunda Revolução Industrial. Foi com a Revolução que novos padrões de consumo foram embutidos nos países e as sociedades passaram a desejar não só consumir produtos diferenciados, como também, aos poucos, a localizar-se nas cidades, próximo de onde as fábricas iam sendo construídas.

Dessa forma, chegamos ao primeiro conceito chave para o desenvolvimento dessa dissertação, que é o de modernização. Quando escrevemos modernização, pensamos em diversificação de padrões de consumo, e estamos nos referindo a consumo de bens e serviços novos para uma sociedade. Assim, modernização de padrões de consumo significa não apenas que uma família importe vestimentas, mobílias e louças de outros países, mas também significa consumir, por exemplo, energia elétrica e utilizar dos serviços das linhas telefônicas. Eram padrões de consumo novos para a sociedade brasileira da passagem do século XIX para o século XX.

Para tratarmos de modernização, partiremos de fundamentos desenvolvidos por Celso Furtado, mas que serão complementados por discussões de outros autores. Entendemos, então, modernização como um “processo de adoção de novos padrões de consumo, correspondentes a níveis mais elevados de renda, na ausência de desenvolvimento econômico”⁹, ou seja, a modernização – um fenômeno comum dos ditos países subdesenvolvidos – ocorre quando uma minoria populacional (ou minoria modernizada, nos termos de Furtado) por possuir renda bem maior que grande parte da sociedade, tem condições de importar bens que não são produzidos em sua economia nacional, dada a falta de inovação tecnológica.

Padrões de consumo novos para a sociedade brasileira da passagem do século XIX para o século XX diziam respeito também à ocupação do espaço urbano, embora fosse uma minoria populacional que participasse do processo:

A urbanização, como fenômeno de diferenciação dos padrões de consumo em benefício de uma minoria, está intimamente ligada à existência de um excedente. Sua rápida expansão na periferia é uma das consequências da

⁹ FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 97.

ampliação do excedente possibilitada pela inserção no sistema de divisão internacional do trabalho¹⁰.

Assim, chegamos ao nosso segundo (e mais importante) conceito chave, o de urbanização. A urbanização é uma das consequências da modernização e é sobre esse conceito que praticamente toda nossa dissertação será construída.

A urbanização tornou-se projeto político da elite brasileira na transição do século XIX para o século XX. Houve no Brasil a formação de grupos econômicos nacionais, originários do capital agrário mercantil, que seriam, em parte, responsáveis pela implantação de serviços de infraestrutura, tais como ferrovias, portos e outros serviços urbanos (energia elétrica e telefonia). Com acordos financeiros entre Campos Salles e credores estrangeiros (1898-1902), abria-se um projeto político de modernização e urbanização do país¹¹.

Dessa forma, tanto com o acordo político e o programa de reformas econômicas, como com o financiamento pelo capital internacional, abria-se um novo cenário para incentivos à importação de capitais externos:

(...) os episódios de diplomacia financeira das décadas de 1890 e 1920 caracterizaram-se pela consolidação de um consenso federal (mesmo de alguns membros da burguesia exportadora paulista) constituído em torno da adoção das políticas econômicas monetárias, fiscais e cambiais ortodoxas, exigidas pelos credores como condicionalidade de renegociação de dívidas, mas vistas internamente como necessárias para a recuperação da estabilidade monetária e para a desejada retomada de fluxos voluntários de capitais¹².

A recessão seguida às reformas econômicas chegaria ao fim nos primeiros anos do século XX, quando os investimentos em obras públicas, uma retomada de fluxos de capital externo e o fim do pagamento da dívida externa deram novo estímulo à economia nacional. Nas duas primeiras décadas dos novecentos, o cenário econômico austero ajudaria os administradores municipais na realização de projetos de urbanização em suas cidades. O capital urbano passaria a ser condutor da política econômica nacional¹³.

As transformações urbanas no cenário brasileiro diziam respeito não apenas à construção do urbano como lugar privilegiado das atividades econômicas da população, mas

¹⁰ FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque histórico-estrutural*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 85.

¹¹ SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008, pp. 188-189.

¹² BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A Dependência em Progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1945)*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p. 27.

¹³ SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008, capítulo 5.

também refletiam a difusão de novos padrões de relações sociais, inclusive as de produção e de estilo de vida¹⁴. Padrões esses que se distribuiriam de forma diferente entre a sociedade:

O acelerado processo de urbanização que o Brasil se engajou – como parte do projeto de modernização liderado pela emergente elite urbana – custaria profundas distorções na organização da sociedade brasileira. Se por um lado o acelerado processo de modernização auxiliou na incorporação de fatores de produção e, inclusive, na constituição de um mercado de trabalho no país, de outro lado, ao ser condicionado por elementos estranhos à realidade nacional, tais transformações tinham seu controle reduzido pelos grupos nacionais, assim como, não ocorrendo de maneira minimamente homogênea, ampliava as disparidades sociais e regionais¹⁵.

Os processos de modernização e urbanização vivenciados pelo Brasil da passagem do século XIX para o XX são características próprias do capitalismo subdesenvolvido. Por um lado, os processos trouxeram transformações econômicas para o país, mas por outro lado, as transformações não foram usufruídas por toda a população, porque era uma minoria que, além de absorver os padrões de consumo externos, privilegiava-se dos benefícios que as cidades ofereciam, como residir em seu centro, próximo de comércios, bancos e demais serviços urbanos¹⁶.

Modernização e urbanização, como processos próprios da consolidação do capitalismo, eram conduzidos por um grupo político que, por estar à frente das transformações urbanas, ao mesmo tempo beneficiava-se:

A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos [como era o caso do Brasil]¹⁷.

Dessa forma, Raymundo Faoro também contribui para nosso conceito de modernização, fazendo uma distinção entre modernização e modernidade:

Diga-se, por enquanto, que a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e remoendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização,

¹⁴ BRITO, Fausto; PINHO, Breno Aloísio T. Duarte de. “A Dinâmica do Processo de Urbanização no Brasil, 1940-2010”. In: *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Anais do evento*. Águas de Lindóia/SP, 2012, p. 03.

¹⁵ SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. “O Processo de Urbanização no Sul de Minas em Transição: Uma proposta de interpretação”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 23-53, (p. 27).

¹⁶ Não queremos dizer que apenas as pessoas de altas posses é que poderiam ocupar os centros das cidades ou andar pelas ruas centrais, mas sim, que era uma minoria populacional que tinha condições, por exemplo, de possuir uma casa de elevado valor monetário na região central de uma cidade.

¹⁷ FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1975, p. 79.

pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes¹⁸.

Compreendemos que, numa mesma sociedade, existe modernidade e modernização. A modernidade envolve toda a sociedade, por ampliar “o raio de expansão de todas as classes”, mas isso não quer dizer que a maioria da população alcançará o padrão de consumo da minoria. Já que o raio de expansão de todas as classes é ampliado, isso significa que os benefícios continuarão sendo alocados de forma desigual. Assim, a modernização (dos padrões de consumo) continua sendo concentrada no grupo condutor do processo, que beneficia a si próprio e a quem desejar.

Até aqui mostramos que o processo de urbanização está inserido num maior, de modernização. A modernização dos hábitos de consumo é resultado da Segunda Revolução Industrial, que fez com que as nações ampliassem suas demandas, já que possibilitou a inserção de bens e serviços novos nos países: o automóvel, por exemplo, ao ter se difundido no período entre-guerras, necessitou de grande demanda por borracha, principalmente de derivados de petróleo; desencadeou-se então uma série de ramos de produção. Ao mesmo tempo, a energia elétrica aperfeiçoou novas matérias primas, principalmente o cobre e o alumínio¹⁹.

Os novos padrões de consumo originários da Segunda Revolução possibilitaram também o desenvolvimento de uma vida nos espaços urbanos. A urbanização constitui, ela mesma, um padrão de consumo diferenciado, sendo conduzida por um grupo político.

O termo urbanização pode ter dois sentidos principais: primeiro, a “concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade”; segundo, a “difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado cultura urbana”²⁰.

A urbanização refere-se, portanto, ao sistema característico da sociedade industrial capitalista, pois foi nesse modo de produção, com o surgimento das cidades e das indústrias, que transformações urbanas fortaleceram-se nas sociedades:

A urbanização concentra forças produtivas e a força de trabalho no espaço, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em massivas concentrações de poder político e econômico. As “forças da natureza” se sujeitam ao controle humano: os maquinários, a

¹⁸ FAORO, Raymundo. “A Questão Nacional: A Modernização”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 14, pp. 7-22, jan./abr., 1992, p. 08.

¹⁹ SINGER, Paul. “Divisão Internacional do Trabalho e Empresas Multinacionais”. In: *CADERNO CEBRAP* 28, pp. 49-86. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/divisao_internacional_do_trabalho_e_empresas.pdf. Acesso em: 14/05/2015, p. 69.

²⁰ CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Tradução de Arlene Caetano. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 39.

utilização química para a indústria e agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, os telégrafos, a roçadura de continentes inteiros para o cultivo, a canalização dos rios (...) ²¹.

O sistema de valores da cultura urbana era diferente do visto na área rural: se nos modos de produção anteriores ao capitalismo – o feudalismo e a escravidão, por exemplo – a maior predominância da população estava no campo, depois, quando este sistema se consolida nas sociedades, a sua dinâmica transforma as relações sociais, e as cidades passam a ser o lugar de preferência da população e do capital.

A cidade foi elemento fundamental para a emergência do capitalismo: a multiplicação das necessidades humanas, do consumo e a dependência entre os cidadãos devido à divisão social do trabalho, atribuíam à organização da vida urbana importante papel dentro do sistema econômico.

(...) o mundo urbano proporciona o desenvolvimento do ser político, da vida cultural e religiosa cristalizadas entre as novas instituições urbanas e, ainda, das relações sociais e econômicas que tendem a se tornar mais complexas entre os mercados e as ruas, resultantes do crescimento das cidades ²².

As cidades contam com componentes que o campo não possui: as casas comerciais, a intensificação das trocas, as fábricas, os atrativos culturais, eram novidades que não estavam presentes no espaço rural.

O campo passou a ser associado a uma forma mais natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples (...). À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações (...) Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto (...) ²³.

Entretanto, apesar da diferenciação das formas de vida no campo e na cidade, os dois setores eram (e ainda são) parte da mesma economia. A relação entre cidade, como portadora do comércio e da indústria, e do campo, como fornecedor de alimentos, constitui parte do que denominou-se economia urbana ²⁴. Há uma relação de reciprocidade entre os dois ambientes

²¹ HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 198.

²² SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. “O Processo de Urbanização no Sul de Minas em Transição: Uma proposta de interpretação”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 23-53, (p. 15).

²³ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 11.

²⁴ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamento da Sociologia Compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. Seção 7: “A Dominação Não-Legítima (Tipologia das Cidades)”, pp. 408-517.

dentro da sociedade. “A vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza”²⁵.

No Brasil, por exemplo, de acordo com Florestan Fernandes, havia:

coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças à qual o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente (pois só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do “moderno” com o “arcaico”, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*)²⁶.

A coexistência de formas econômicas “arcaicas” e “modernas” acabou por estender os limites da duração de um sistema pré-capitalista de produção, mas ao mesmo tempo forneceu ao setor urbano-comercial as condições para sua expansão, de modo lento, mas constante. Ainda, essa coexistência organizou um fluxo permanente de renda que favoreceu o incremento e a dinamização do uso do excedente econômico tanto no campo como nas cidades²⁷.

Apesar de estarmos sempre destacando que o processo de urbanização intensificou-se no Brasil na transição do século XIX para o século XX, na verdade, a urbanização brasileira podia já ser vista num período anterior à primeira metade do século XIX, embora fosse um processo ainda em início de gestação.

Antes da primeira metade dos oitocentos, diferentes regiões começaram a urbanizar-se, mas de formas variadas e de acordo com a dependência que essas regiões possuíam em relação ao mercado estrangeiro. Até o princípio do século XVIII a urbanização foi mais presente no litoral Nordeste do país, devido à dependência dos núcleos urbanos em relação à produção do açúcar; com a ascensão da economia da mineração, a urbanização do território brasileiro deslocou-se para Minas Gerais, na região Sudeste, embora a força do litoral tenha permanecido. Contudo, nessas duas etapas do crescimento brasileiro, a urbanização foi mínima, com o Brasil tendo atingido, por volta da segunda década do século XVIII, o total de sessenta e três vilas e oito cidades²⁸.

Verificamos, então, que a urbanização não depende apenas de condições internas do país, mas seu crescimento também é determinado de acordo com o mercado externo. Nos

²⁵ LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 6 ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, p. 73.

²⁶ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 176, grifos e aspas do autor.

²⁷ Ibidem, p. 177.

²⁸ ALVES, Henrique Vitorino Souza. *Urbanização Contemporânea: Uma contribuição para o estudo das cidades*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

diferentes momentos em que as variadas regiões do país urbanizavam-se, as relações internacionais estavam presentes, porque tanto o açúcar no Nordeste, como o ouro das Minas Gerais, ou até o café quando começa a ser produzido no Vale do Paraíba Fluminense, dependiam do setor externo e, internamente, criavam-se condições para que essas economias desenvolvessem.

Não obstante, os processos de urbanização pelos quais o Brasil passou nos períodos tanto do açúcar como do ouro, como da chegada do café no Vale do Paraíba Fluminense, eram processos ainda nos moldes do trabalho escravo. Para a concretização da urbanização, era preciso também que as relações sociais fossem pautadas sob o modo capitalista de produção, porque é sob esse sistema, com a intensificação da divisão social do trabalho, que as cidades passam a ter maior importância. Mesmo havendo relação com o mercado externo, nas economias do açúcar e do ouro, e nos inícios da economia cafeeira no Rio de Janeiro, o excedente econômico gerado não era utilizado para o crescimento da economia interna brasileira, sendo absorvido pelas economias centrais.

Podemos assim, inserir fundamentos da teoria do mercado capitalista moderno de Florestan Fernandes, para reforçar o motivo pelo qual os processos de modernização e urbanização no Brasil só se intensificaram depois do século XIX. Para Florestan Fernandes, a modernização é uma fase específica do capitalismo brasileiro, que tem seu surgimento a partir do século XIX. Na avaliação do mercado capitalista moderno, são três os pontos principais que o definem. O primeiro ponto diz respeito ao contexto da Primeira Revolução Industrial, dada a relação da economia nacional com o mercado mundial e com o mercado externo hegemônico, ou seja, a Inglaterra.

Deste ângulo, a principal função do referido mercado [o brasileiro] consistia em absorver e reorientar o impacto modernizador (ao nível institucional) do mercado externo, que operava, essencialmente, como um mercado que exportava desenvolvimento econômico capitalista (e não somente firmas, controles econômicos e produtos acabados, como estratégia para a conquista de uma posição hegemônica no comércio internacional do País e de apropriação indireta da maior parcela possível do excedente econômico gerado)²⁹.

No contexto da Primeira Revolução Industrial, o mercado capitalista moderno brasileiro estava em vias de formar e, apesar de a Primeira Revolução ter, de certa forma, aprimorado as técnicas de produção e ter oferecido às sociedades padrões de consumo novos,

²⁹ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 225.

ainda era cedo para pensar em modernização de padrões de consumo como a que ocorreria na passagem do século XIX para o século XX.

No segundo ponto, Florestan Fernandes chama atenção para pensarmos no enlace entre o mercado capitalista moderno, a cidade e sua população: a cidade e a sociedade servem de suporte para o crescimento e desenvolvimento do capitalismo, e para uma interiorização econômica descontínua, formada pelos estratos sociais mais ricos e pelo vasto pequeno ou médio comércio existente. Através dessas irradiações, o mercado capitalista moderno adquiria autonomia:

potencialidades de crescimento pela via do comércio interno, segundo os requisitos do “estilo urbano de vida” em expansão e dos padrões de gosto ou de consumo da população do país (em crescente cosmopolitização, em seus setores “altos” e “intermediários”; e em incorporação incipiente ao mercado, nos setores “baixos”)³⁰.

Nesse ponto, em que o mercado capitalista moderno brasileiro passava a ter autonomia, nos aproximamos mais do fim do século XIX.

Por último, a emergência do mercado capitalista moderno contribuiu para o rompimento com a economia colonial brasileira: na colônia, o excedente não permanecia no mercado interno, deixando esta sem qualquer função econômica; através do novo mercado, o excedente econômico, retido no país, iria encontrar formas de aplicação reprodutiva fora do circuito escravista, sobretudo com inícios da economia cafeeira.

Portanto, é na transição do século XIX para o XX, que pode-se dizer que o processo de urbanização no país tomou nova forma, com auxílio de quatro pilares: as influências externas da Segunda Revolução Industrial, incorporando novos padrões de consumo na sociedade; um projeto político nacional de urbanização, que contou com auxílio de capital estrangeiro; a emergência do mercado capitalista moderno; e a atividade da cafeicultura, que ao mesmo tempo que fazia com que a economia brasileira voltasse mais para fora, com um importante setor exportador, internamente criava possibilidades de acentuação dos processos de modernização e urbanização³¹.

Houve no Brasil a formação de grupos econômicos nacionais, originários do capital agrário mercantil, que seriam, em parte, responsáveis pela implantação de serviços de

³⁰ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, pp. 225-226.

³¹ O Brasil, de modo geral, passava por um processo de urbanização na passagem do século XIX para o século XX. No caso do Sudeste do país, especialmente São Paulo, o café foi importante por intensificar a urbanização, embora o processo fosse sentido, sobretudo, pela minoria modernizada. Mas na medida em que o café, na época, era um dos produtos mais relevantes do setor exportador brasileiro, entende-se que gerava crescimento econômico para o Brasil como um todo, apesar de o excedente gerado ser aplicado, principalmente, na região Sudeste do país, já que era nessa região que encontrava-se a maior concentração da cultura cafeeira.

infraestrutura, tais como ferrovias, portos e serviços urbanos (transporte, energia elétrica e telefonia, dentre outros)³². Diferentemente do que ocorria na economia colonial, onde os rendimentos internos eram absorvidos pelas economias do centro do sistema, o Brasil do final do século XIX e primórdios do século XX, apesar de subordinado ainda às economias centrais, tinha condições de investir internamente para seu crescimento.

A dependência cultural que alicerçava as articulações entre capital estrangeiro e o grande capital agrário-exportador se estendiam para outros setores da sociedade, de forma que o discurso pelas reformas urbanas foi incorporado pelos múltiplos grupos urbanos, que pressionariam os centros de decisão para a mais rápida implantação dos modernos serviços públicos³³.

Assim, havia uma conversão de interesses na tentativa de implantar a urbanização no país: de um lado, as elites pretendiam incorporar os padrões de sociabilidade considerados modernos (de certa forma, consequências da Segunda Revolução Industrial) e, por outro, as grandes companhias nascentes, com destaque para o capital estrangeiro, visavam as áreas mais rentáveis para tais investimentos.

Os processos de modernização e urbanização se acentuariam com a solidificação da economia cafeeira. O café era o principal centro de acumulação de capital no Sudeste do país, com destaque para São Paulo. Entretanto, embora fossem as regiões cafeeiras as que mais sentiram os efeitos de modernização e urbanização (difundidos de forma heterogênea mesmo naquelas regiões), o projeto político de urbanização era nacional, com as diferentes regiões do país o desenvolvendo com suas especificidades. E, na mesma época em que a atividade da cafeicultura passava a ser a principal fonte para dinamização da economia paulista, Minas Gerais (especialmente a Zona da Mata e depois o Sul de estado), também recebeu influências da economia cafeeira.

Economia cafeeira, portanto, é nosso terceiro conceito chave, e tem relação com nosso conceito de modernização de padrões de consumo e de urbanização. A economia do café “agregou sim, um padrão europeu de consumo às famílias diretamente beneficiadas pela riqueza que gerava, que apenas subsidiariamente se difundia no conjunto da sociedade”³⁴.

O café era produzido num espaço rural, mas seus efeitos estavam no espaço urbano: as casas comerciais, as ferrovias, as indústrias, os bancos, os portos, enfim, os novos padrões de

³² SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008, cap. 5.

³³ Ibidem, pp. 181-182.

³⁴ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 218.

consumo, são elementos esses que, além de fazerem parte de um projeto político de urbanização nacional, foram em parte financiados pela burguesia do café.

Em São Paulo, a diversificação que o capital cafeeiro geraria em seu “complexo”, permitiria que atividades urbanas pudessem expandir-se com profunda velocidade. “Dessa forma, o capital que anteriormente se poderia chamar de “cafeeiro” vai, por destino, adquirindo outras denominações: bancário, industrial, comercial, etc”³⁵. Em Minas Gerais, principalmente na Zona da Mata, o capital cafeeiro adquiriu outras formas, como a de capital comercial e industrial, sobretudo em Juiz de Fora³⁶. No Sul de Minas Gerais, as consequências da economia cafeeira seriam mais limitadas, mas não se deve negar sua influência para a região.

Ao longo desta dissertação, será possível compreender que a cafeicultura esteve presente no Sul de Minas Gerais, bem como em nosso objeto de estudo, Varginha. De certa forma, a economia cafeeira, embora com limitações, promoveu dinamização econômica, tanto do Sul mineiro, como de Varginha.

Por fim, podemos mencionar nosso último conceito chave, o de elite. Consideramos o conceito de elite, depois do de urbanização, o mais importante para o desenvolvimento deste trabalho, já que o processo de urbanização em Varginha foi marcado pela presença de uma elite agrária.

Elite, para nós, primeiramente, é o grupo condutor a que se referiu Faoro. O grupo político que conduz uma sociedade em seus processos de modernização e urbanização, também beneficiando-se.

Depois, elite, em nosso entendimento, também é a minoria modernizada de Celso Furtado, a minoria populacional que, na transição do século XIX para o século XX, poderia absorver padrões de consumo diferenciados do restante da sociedade. Dentro desses padrões de consumo, estão bens móveis, como vestimentas, joias e mobílias de dentro das casas, mas também os padrões de consumo típicos do processo de urbanização pelo qual o país passava: ocupar o próprio espaço urbano constituía um padrão de consumo diferente; possuir bens imóveis no espaço urbano e utilizar-se de serviços que desenvolviam-se juntamente com o processo de urbanização também era um padrão diferenciado de consumo.

³⁵ CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1975, p. 68.

³⁶ Sobre a economia de Juiz de Fora na passagem para o século XX, cf.: PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2009.

Finalmente, considerando nosso objeto de estudo e nossos grupos de fontes de pesquisa principais (que serão melhor descritos abaixo), tentaremos mostrar que a elite do município de Varginha possuía três características básicas. A elite varginhense conduzia o município em seu processo de urbanização (os pequenos grupos de vereadores da Câmara Municipal varginhense, a cada ano, pensavam em projetos e leis relativos à urbanização do município). A elite varginhense tinha condições de diversificar sua riqueza e usufruir do processo de urbanização em curso. Por fim, a elite varginhense, ainda que diversificasse sua riqueza, aplicava a maior parte de seu patrimônio nos bens imóveis rurais, portanto, a elite era agrária.

Considerando demais especificidades de nossa elite agrária, pretendemos responder algumas questões que foram pensadas quando escrevemos o projeto inicial desta dissertação. As questões que pensamos foram: Será a elite varginhense escravista, como era a de Campanha?³⁷ A elite varginhense era similar à elite de São João del Rei que, além de concentrar sua riqueza em bens imóveis urbanos, também investia em dívidas ativas e apólices?³⁸ Ou, ainda, será que a elite varginhense, além de concentrar sua riqueza nos escravos e bens de raiz, também investia seu monte-mor em dívidas ativas, como ocorria em Itajubá?³⁹ Sobre a economia varginhense, nos perguntamos: Seria parecida com a de Alfenas, baseada principalmente na atividade agropecuária, destinada a abastecer o mercado interno?⁴⁰ Ou se assemelharia mais à economia de Juiz de Fora, com um importante mercado consumidor interno e voltada para atividades urbanas e industriais?⁴¹

Com o entendimento do processo de urbanização varginhense marcado por uma elite agrária, buscaremos também compreender outras especificidades tanto da elite como da economia do município.

Temos assim estabelecidos nossos conceitos chave principais: modernização, considerando-a como absorção de padrões de consumo diferenciados e importados por uma

³⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Elite Escravista no Sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

³⁸ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

³⁹ SOBRINHO, Juliano Custódio. “Produção Mercantil e Diversificação Econômica: Um Desafio para o Sul Mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

⁴⁰ MARTINS, Marcos Lobato; SOUZA, André Silva. “Notas sobre as Propriedades Rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860-1880”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Org.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 149-174.

⁴¹ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

minoria populacional; urbanização, como uma das facetas da modernização, sendo o conceito de urbanização acompanhado da importância de um projeto político e de um grupo condutor para o processo; economia cafeeira, já que no Brasil a economia do café foi responsável por crescimento econômico, modernização e urbanização na passagem do século XIX para o XX; e, finalmente, elite, que era o estrato que possuía condições de usufruir, mais que os outros, das transformações urbanas pelas quais o país passava.

Para nosso objeto de estudo, esses são conceitos muito importantes: Varginha se emancipou num contexto de expansão da economia cafeeira por Minas Gerais; com a emancipação, o processo de urbanização foi conduzido pelos vereadores da Câmara Municipal; mas a formação da cidade seguiria os caminhos de cidades maiores, pois o processo não beneficiaria todos da mesma forma, algumas pessoas, a elite, absorveria o processo de forma diferente, tendo condições de modernizar-se, absorvendo padrões de consumo específicos.

Nossas principais fontes para a compreensão de como ocorreram os processos de modernização e urbanização em Varginha são primárias, compreendendo todo o período de 1882 até 1920: atas da Câmara Municipal de vereadores, situadas no Museu Municipal de Varginha; registros de imóveis, presentes no Cartório de Registros de Imóveis da cidade; e inventários *post-mortem*, localizados no Arquivo da Justiça da Comarca varginhense.

c) As fontes primárias

As fontes primárias que possuímos dividem-se em três grupos: o primeiro grupo é formado por 500 atas da Câmara Municipal; o segundo grupo é formado por 2.090 registros de imóveis; o terceiro grupo é formado por 275 inventários *post-mortem*.

O período de análise dos três grupos de fontes é 1882-1920. Iniciamos no ano de 1882 porque foi em dezembro daquele ano que ocorreu a primeira reunião da Câmara de vereadores de Varginha, passando a cidade a ter autonomia municipal. Terminamos em 1920 porque nossa pesquisa está inserida num grupo de pesquisas sobre modernização e urbanização em cidades do Sul de Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX, e nos foi concedido pelas autoridades judiciárias da região trabalhar com os inventários *post-mortem* até o ano de 1920. Sendo assim, o ano final das pesquisas foi 1920 e trabalhamos com as demais fontes (atas da Câmara e registros de imóveis), até 1920.

A presente pesquisa sobre Varginha é fruto dos debates realizados no NEHEEP (Núcleo de Estudos em História Econômica e Economia Política), primeiro grupo de pesquisas sobre o Sul de Minas Gerais criado no campus Varginha da Universidade Federal

de Alfenas, coordenado pelos professores Alexandre Macchione Saes, Thiago Fontelas Rosado Gambi e Daniel do Val Cosentino. A coleta de dados fez parte do projeto FAPESP 17.351-6, em 2010, intitulado “Sul de Minas em transição: formação das cidades e constituição do capitalismo na transição do século”. Assim, os gráficos e tabelas que demonstram as atividades econômicas do município de Varginha podem, porventura, compor outros estudos oriundos do Núcleo.

Dentre as fontes arroladas sobre Varginha, existiam três para antes de 1882, e sua retirada do trabalho não geraria impacto em nossas conclusões: dois registros de imóveis, um para o ano de 1877 e outro para o ano de 1878, e um inventário, do ano de 1880.

De nossos três grupos de fontes, dois deles referem-se ao real período em que trabalhamos, ou seja, aos anos compreendidos entre 1882 e 1920. As atas da Câmara Municipal e os registros de imóveis tratam de assuntos daquele período: uma deliberação ocorrida na reunião de vereadores do ano de 1893 ou um registro de imóvel do ano de 1910, ocorreram, de fato, nas datas que mostraram os documentos. Já no caso dos inventários *post-mortem*, é preciso evidenciar, que trazem consigo dados e informações de momentos passados. Isto significa que, dos inventários analisados, os da década de 1900, por exemplo, referem-se à história de Varginha de um período anterior. Se notamos um aumento do investimento em imóveis urbanos, por meio dos inventários, para a década de 1900, essa mudança foi sentida pela sociedade varginhense, decerto, alguns dez ou vinte anos antes.

Embora nosso trabalho tenha base nessas fontes – algumas que correspondem à real data em que foram escritas, e outra refira-se a um período anterior, já que trata de pessoas já falecidas – o cruzamento delas nos auxiliou no entendimento das transformações urbanas pelas quais passou o município na transição do século XIX para o século XX.

Como faremos comparações ao longo do tempo, as somas em dinheiro precisarão de algum método que retire dos valores a inflação, ao menos em partes. Nosso período é relativamente grande, contemplando 38 anos que abarcam tanto parte do fim do Império como do início da República. Nesse período, acontecimentos políticos e econômicos de grande importância marcaram a economia brasileira, dentre outros, a política dos governadores e o encilhamento. Este último gerou distorções para o sistema financeiro nacional, pois as grandes emissões de dinheiro do governo a fim de promover o crescimento econômico resultaram em desvalorização da moeda e, conseqüentemente, o Brasil viveu uma época de surto inflacionário.

Na História Econômica, a utilização de diferentes métodos de deflação varia de acordo com o período analisado e de acordo com o objeto do pesquisador.

Para estudiosos da escravidão que trabalham com inventários, método útil pode ser o de Luís Catão, utilizado, dentre outros, por Eduardo Vieira. No caso do trabalho de Eduardo Vieira, que estudou o processo de escravidão em Lavras do período de 1870 a 1888, o autor tomou como base o ano de 1870 (1870 foi igual a 100) e a partir de 1870, foi feito um comparativo com os demais anos, tendo sido verificada variação máxima de 21,81 pontos percentuais negativos entre 1870 e 1888⁴².

Mérito do método é que os valores se mantem na moeda original, ou seja, se se trabalha em réis, os valores depois de deflacionados também se manterão em réis⁴³. Entretanto, no caso de nosso trabalho, o método desenvolvido por Luís Catão não se aplica, pois embora o ano inicial da série seja 1870, o ano final é 1913 e nossa pesquisa sobre Varginha vai até o ano de 1920.

Outra forma de retirar a inflação de um conjunto de documentos que envolvam somas de valores ao longo do tempo reside na utilização do método desenvolvido por Mircea Buescu. No método, “o produto que mais aparece e mais se compara tem maior importância econômica”⁴⁴. Entretanto, Buescu não possuía dados completos de todos os bens; os bens incluídos nos cálculos num período não eram os mesmos incluídos em outros períodos. Assim, “a ponderação e a existência de dados incompletos dificultou o melhor ajustamento do índice de Buescu”⁴⁵.

Ainda, diferente método de retirar a inflação de um conjunto de dados é a transformação dos valores da moeda original (no nosso caso, os réis) em libras esterlinas⁴⁶. Nesse caso, é preciso dividir os valores em réis pela taxa de câmbio anual e o resultado é o valor correspondente em libra esterlina.

Apesar dos acontecimentos políticos e econômicos aos quais o Brasil passou entre o final do século XIX e o início do século XX, a libra esterlina é a moeda que melhor cobre

⁴² VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015, p. 20.

⁴³ Para detalhes sobre o método, cf.: CATÃO, Luís A. V. “A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913”. In: *Revista Brasileira de Economia*, v. 46, nº 4, out./dez. 1992.

⁴⁴ BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 134-135.

⁴⁵ MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: Formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998, p. 258.

⁴⁶ Esse método já foi utilizado por muitos autores. Dentre outros, cf.: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. 1990. Tese (Doutorado em História) - ICH/UFF, 1990; MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: Formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998; TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

nosso período de análise sem sofrer grandes alterações de valor. Assim, em algumas partes desta dissertação, trabalharemos com os valores em libras esterlinas.

Nas análises feitas para os registros de imóveis, foi preciso a realização de somas ao longo do tempo e, assim, escrevemos os valores em libras esterlinas no texto, mas com os correspondentes valores em réis, ou nas tabelas, ou no próprio texto, porque entendemos que os valores em nossa moeda original é de mais fácil compreensão. No caso dos inventários *post-mortem*, ao descrevermos as categorias de bens presentes nos documentos, trabalhamos com os valores em réis, porque não realizamos comparações ao longo do tempo; mas quando foi necessária a realização de alguma soma ao longo de nosso período de análise ou quando trabalhamos com a elite agrária (já que realizamos comparações ao longo do tempo) utilizamos os valores em libras esterlinas.

Portanto, abaixo segue descrição das fontes, bem como a disposição de cada grupo pelas décadas em que estamos analisando:

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL⁴⁷

Modernização e urbanização são parte do crescimento de uma cidade que contam com um grupo condutor para que desenvolvam-se. Com as atas da Câmara, pretendemos mostrar as transformações urbanas que ocorreram na cidade de Varginha, buscando entender as reuniões dos vereadores, que a partir de 17 de dezembro de 1882, passaram a ocorrer regularmente.

É importante ressaltar que, como é comum em fontes primárias de pesquisa, as atas de Câmara apresentam determinadas particularidades: por exemplo, são documentos que refletem o pensamento e as ações do grupo de vereadores que estava no poder e, dessa forma, podem subestimar ou superestimar alguns acontecimentos de uma cidade, bem como as ações de determinados membros da Câmara Municipal.

Entretanto, atas de Câmara são os documentos que devemos recorrer para entendimento sobre os projetos e leis elaborados e aprovados pelos vereadores nas reuniões, além dos desejos da população do município, que chegavam à Câmara mediante ofícios de moradores. São documentos que nos auxiliam no entendimento na trajetória de crescimento e

⁴⁷ Por meio do projeto “Raízes históricas, culturais e materiais de nosso povo – a história de Minas Gerais e a história de Varginha”, os professores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Thiago Fontelas Rosado Gambi e Daniel do Val Cosentino – com apoio de Cláudio Henrique Martins, diretor do Museu Municipal de Varginha – realizaram a digitalização das Atas da Câmara Municipal, do período de 1882 até 1940.

urbanização de um município. No caso de Varginha, é preciso lembrar que o município compreendia a cidade e seus dois distritos – Pontal e Carmo da Cachoeira.

Os projetos de urbanização de Varginha iam desde os mais simples, como o calçamento e nomeação das ruas e a construção de pontes e estradas para facilitar o caminho para outros distritos e municípios vizinhos, até os mais sofisticados para a cidade, como a análise de propostas para a instalação da energia elétrica ou para a construção do mercado municipal.

No período que vamos analisar as transformações urbanas do município, que compreende 38 anos de história, inúmeros projetos e leis foram discutidos pelos vereadores que, por um lado, com suas ações, tentavam inserir Varginha de forma ativa na economia e sociedade sul-mineira, mas por outro lado, em alguns momentos, agiam de acordo com seus próprios interesses políticos. A aprovação de projetos para a estruturação de prédios voltados para a cultura, como a criação de um teatro, contribuía para o avanço da modernização e urbanização de Varginha; o investimento na estrada de ferro, embora representasse crescimento econômico, principalmente porque facilitava o transporte de mercadorias entre Varginha e cidades vizinhas, também retratava os interesses da elite agrária, que necessitava que a ferrovia passasse pela cidade; a construção de uma escola pública era um projeto que beneficiava parte específica da população varginhense.

Assim, em meio a tantos debates nas reuniões da Câmara, nos utilizaremos das informações contidas nas atas divididas em décadas, investigando o que, em nossa visão, foi importante para o crescimento e urbanização do município na transição do século XIX para o XX.

A tabela abaixo mostra a divisão das atas da Câmara para todo o período, em décadas e por ano:

Tabela c.1. Disposição das Atas da Câmara Municipal (1882-1920)

Década	Anos	Atas	Total
1880	1882	2	166
	1883	23	
	1884	25	
	1885	26	
	1886	27	
	1887	30	
	1888	17	
	1889	16	
1890	1890	24	69
	1891	14	
	1892	3	
	1893	6	
	1894	11	
	1895	2	
	1896	5	
	1897	0	
	1898	2	
	1899	2	
1900	1900	0	2 ⁴⁸
	1901	0	
	1902	0	
	1903	1	
	1904	0	
	1905	1	
	1906	0	
	1907	0	
	1908	0	
	1909	0	
1910	1910	18	262
	1911	14	
	1912	20	
	1913	24	
	1914	21	
	1915	25	
	1916	28	
	1917	40	
	1918	33	
	1919	17	
	1920	23	
TOTAL GERAL		500	

Fonte: Elaboração própria a partir das atas da Câmara Municipal (1882-1920) presentes no MMV.

⁴⁸ Foram encontradas apenas duas atas para a década de 1900 no Museu Municipal. Entretanto, o reduzido número de documentos para o período não nos impossibilitou de trabalhar com a década e de identificar a especificidade daqueles anos.

REGISTROS DE IMÓVEIS

O processo de urbanização pelo qual uma região passa pode ser analisado de diferentes maneiras, e com fontes variadas. Se com as atas da Câmara Municipal tentarmos mostrar as transformações urbanas em Varginha tendo como base as reuniões dos vereadores, nos utilizaremos de registros de imóveis para tentar compreender uma valorização (ou não) mais concreta do espaço urbano de Varginha e de seus distritos ao longo do tempo, já que os registros de imóveis são documentos que possuem valor monetário e podemos separar as transações de bens imóveis urbanos das transações de bens imóveis rurais ao longo do tempo.

Com as atas da Câmara trabalharemos de forma qualitativa, com os registros de imóveis, todavia, nosso foco é absorver informações quantitativas da documentação.

Os registros de imóveis são documentos que apresentam os imóveis que foram comprados ou vendidos, doados, trocados ou recebidos por herança, entre os moradores de uma região. No caso de Varginha, contemplavam a cidade e seus dois distritos. A estrutura do livro de registros de imóveis mostra, para cada documento: número da ordem que segue o livro; data do registro; freguesia do imóvel; denominação ou localização do imóvel; características do imóvel, com detalhes acerca das propriedades no espaço rural ou urbano; nome e localidade do adquirente do imóvel; nome e localidade do transmissor do imóvel; a forma do título, que na maioria dos casos, era pública ou particular; valor do contrato, em réis; condições do contrato, que eram acordos realizados entre as partes envolvidas; e, por fim, observações.

O processo de urbanização não significa, necessariamente, um estudo apenas do espaço estritamente urbano. Quando pensamos em urbanização, primeiramente nos vem à mente as cidades, porém, o campo também faz parte do processo: as áreas rurais recebem influência da evolução das cidades, e estas sempre beneficiam-se do que o campo produz. As cidades proporcionam aos moradores do campo a cultura diferente, do teatro, de um clube recreativo; mas o campo supre a cidade de recursos básicos que ela necessita, como alimentos. Portanto, há uma interdependência entre as duas áreas, que ocupam o mesmo espaço e, dessa forma, é importante analisarmos a evolução tanto dos bens imóveis urbanos como dos imóveis rurais.

Por meio dos registros de imóveis, nosso principal objetivo é analisar as transações para averiguar como a sociedade do município de Varginha acompanhava as transformações urbanas que o grupo de vereadores varginhenses conduzia. Isso significa que queremos

entender se, com o passar do tempo, poderíamos observar maiores transações e alocação de dinheiro para os bens imóveis urbanos, em comparação com os rurais.

Para realizarmos análises do que nos propomos com os registros de imóveis, trabalharemos, assim como ocorreu com as atas da Câmara, com as informações separadas por décadas e, posteriormente, realizaremos uma análise averiguando as informações ao longo de todo o período de 1882 até 1920. Num primeiro momento, nosso foco será em Varginha e seus dois distritos, ou seja, todo o município. Depois, vamos proceder com análises considerando apenas a cidade de Varginha, sem as informações referentes aos distritos.

Assim, como faremos comparações ao longo do tempo, as somas de dinheiro realizadas no capítulo três serão realizadas em libras esterlinas.

Abaixo, a tabela mostra a quantidade de registros de imóveis, também dividida por décadas e por anos:

Tabela c.2. Disposição dos Registros de Imóveis (1882-1920)

Década	Anos	Registros	Total
1880	1882	0	1 ⁴⁹
	1883	0	
	1884	1	
	1885	0	
	1886	0	
	1887	0	
	1888	0	
	1889	0	
1890	1890	0	476
	1891	35	
	1892	12	
	1893	77	
	1894	75	
	1895	37	
	1896	59	
	1897	49	
	1898	74	
	1899	58	
1900	1900	29	351
	1901	26	
	1902	12	
	1903	11	
	1904	12	
	1905	39	
	1906	78	
	1907	61	
	1908	42	
	1909	41	
1910	1910	63	1.262
	1911	54	
	1912	67	
	1913	114	
	1914	72	
	1915	66	
	1916	123	
	1917	125	
	1918	109	
	1919	239	
	1920	230	
TOTAL GERAL		2.090	

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis (1882-1920) presentes no CRIV.

⁴⁹ Na primeira década de formação de Varginha, imóveis ainda eram registrados em Três Pontas, sede da freguesia do município.

INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*

Modernização e urbanização são etapas naturais do desenvolvimento capitalista; contudo, os benefícios desse processo, sobretudo nas periferias do sistema, não distribuem-se de forma homogênea entre toda população, ou seja, no princípio da formação das cidades, não são todos os seus habitantes que tem condições de possuir bens imóveis de alto valor no espaço urbano, por exemplo. Também, não é a maioria da população que tem condições de possuir grandes fazendas e extensões de terras no espaço rural. Usufruir do espaço urbano quando uma cidade se forma, ou possuir bens imóveis rurais importantes são padrões de consumo que envolvem parte de uma sociedade, e não sua totalidade. Ainda, possuir bens móveis variados (como joias, louças e mobílias importadas) também é uma prática mais voltada para a minoria.

Os inventários *post-mortem* são documentos que detalham a composição do patrimônio de pessoas específicas (aquelas que possuíam mais posses e condições de realizar um inventário), depois de seu falecimento, e informam sobre como ocorrerá a divisão da herança entre os herdeiros. Assim, esses documentos mostram toda a riqueza que uma pessoa possuía até a data de sua morte.

Todavia, é preciso mencionar que os inventários, apesar de fontes importantes para a História Econômica, apresentam algumas limitações que devem ser citadas⁵⁰.

Os inventários retratam o monte-mor do inventariado no momento de seu falecimento, mas essa riqueza foi constituída durante a vida do inventariado, e pode ter sido esforço de seu próprio trabalho ou também parte de uma herança que foi recebida de seus ancestrais. Portanto, a riqueza que está presente no inventário foi constituída alguns dez, vinte ou trinta anos antes da morte da personagem: as mobílias de dentro as casas, os animais, os bens imóveis, as dívidas contraídas, são bens adquiridos ao longo da vida do inventariado.

A riqueza que foi adquirida por meio e herança pode ser, por exemplo, um bem imóvel que adquiriu-se quando o inventariado ainda era criança ou jovem e, a partir daquele bem, o inventariado começou a construir sua riqueza. Não obstante, como o monte-mor é uma riqueza do momento em que o inventariado faleceu, o inventário não leva em conta uma trajetória de vida passada.

⁵⁰ Sobre as possibilidades de utilização e limitações dos inventários *post-mortem*, cf.: FURTADO, Júlia Ferreira. “Testamentos e Inventários – A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, P. 93-118. Sobre a utilização de inventários como fontes de dados, cf.: LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. 2005. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005, Anexo A: A utilização dos Inventários *Post-Mortem* como Fontes de Dados.

Finalmente, os inventários são documentos que retratam a estrutura de riqueza de apenas fração de uma sociedade.

Apesar das limitações que descrevemos acima, os inventários tem sido utilizados por serem fontes de pesquisas sobre estrutura de riqueza, servem para o entendimento da composição de famílias e possuem informações importantes para estudiosos da escravidão⁵¹.

Com os inventários *post-mortem*, nossa intenção é verificar, primeiramente, a estrutura de riqueza dos inventariados do município de Varginha e, depois, entender a estrutura de riqueza dos processos de inventariados referentes à elite agrária do município, a fim de realizarmos comparações entre a amostra total de 275 documentos e os documentos da elite.

Para realização de nossas análises, utilizaremos os dados dos documentos em libras esterlinas (assim como para os registros de imóveis) quando forem feitas comparações ao longo do tempo. Se não for feita comparação ao longo do tempo, como na seção de descrição das categorias de bens presentes nos inventários, escreveremos os valores em contos de réis.

A tabela abaixo mostra a disposição dos inventários para nosso período de investigação:

⁵¹ Dentre os inúmeros trabalhos que partem de inventários, cf.: MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza – São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985; MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba – século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998; MOTTA, José Flávio. “Demografia histórica, família escrava e historiografia: relações familiares em um plantel de escravos de Apiaí (SP)”. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica / 5ª Conferência Internacional de História de Empresas*. [CD ROM]. São Paulo: ABPHE – FEA/USP, 2001; OLIVEIRA, Paulo Roberto de. *Um caminho voltado para dentro: o circuito goiano e o comércio entre Goiás e São Paulo na Primeira República*. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013; VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

Tabela c.3. Disposição dos Inventários *Post-Mortem* (1882-1920)

Década	Anos	Inventários	Total
1880	1882	4	34
	1883	4	
	1884	7	
	1885	4	
	1886	4	
	1887	5	
	1888	2	
	1889	4	
1890	1890	6	51
	1891	7	
	1892	4	
	1893	4	
	1894	3	
	1895	11	
	1896	6	
	1897	4	
	1898	1	
1900	1899	5	70
	1900	8	
	1901	8	
	1902	10	
	1903	4	
	1904	5	
	1905	9	
	1906	6	
	1907	6	
1910	1908	9	120
	1909	5	
	1910	5	
	1911	10	
	1912	7	
	1913	11	
	1914	7	
	1915	10	
	1916	8	
	1917	14	
TOTAL GERAL	1918	12	275
	1919	18	
	1920	18	

Fonte: Elaboração própria a partir das atas dos inventários *post-mortem* (1882-1920) presentes no AJCV.

Apresentados o objeto, a teoria e as fontes, abaixo será feita breve descrição dos capítulos que irão compor esta pesquisa.

d) Os capítulos

Para o cumprimento de nosso objetivo principal, de entender as especificidades dos processos de modernização e urbanização no município de Varginha na transição do século XIX para o século XX, esta dissertação conta com quatro capítulos, divididos em duas partes.

Dividimos a dissertação em duas partes, mesmo contanto com tamanhos diferentes (a primeira bem menor que a segunda) porque desejamos enfatizar nossas fontes primárias na segunda parte. Na primeira, a História Econômica do Sul de Minas Gerais e de Varginha foi escrita com a utilização de algumas fontes e, principalmente, bibliografia. Na segunda, a História Econômica de Varginha e de seus distritos foi escrita, especialmente, com a utilização de nossas fontes primárias principais: as atas da Câmara Municipal, os registros de imóveis e os inventários *post-mortem*, fontes do período de 1882 a 1920.

Sendo assim, nosso primeiro capítulo trata da urbanização no Sul de Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX, por ser a região onde localiza-se nosso objeto de estudo. Atentamos, especialmente, para: a expansão das cidades e a introdução do café no Sul mineiro, a chegada das ferrovias e a dinâmica comercial que elas ajudaram a criar, as instituições bancárias e as primeiras fábricas que chegaram à região. Encerramos cada seção desse primeiro capítulo mostrando como os elementos que destacamos no capítulo ocorreram na cidade de Varginha.

No capítulo dois nosso objetivo é entender a formação e urbanização do município de Varginha, por meio da observação das decisões do grupo condutor do processo: os vereadores da Câmara Municipal. Nesse capítulo, com as informações das atas separadas por décadas, pretendemos analisar como os vereadores conduziram Varginha em seu processo de urbanização, delimitando as especificidades da formação urbana do município.

Em nosso capítulo três, o objetivo é o de reforçar as características do processo de urbanização varginhense, com a utilização, especialmente, dos registros de imóveis. Se no capítulo dois a proposta é o entendimento da evolução do processo de urbanização local do município por meio das atas da Câmara Municipal, no capítulo três, nos propomos a entender como a sociedade absorvia as transformações urbanas, considerando as transações de bens imóveis rurais e urbanos ao longo do tempo. Separando os dados e informações do período por décadas, mostraremos com as transações e preços de bens imóveis rurais e urbanos variavam em cada década.

Por fim, o capítulo quatro, com base nos inventários *post-mortem*, tratará da estrutura de riqueza de moradores de Varginha e dos distritos. Também separando os dados e informações por décadas, como nos demais capítulos, compreenderemos a evolução da composição do patrimônio ao longo do tempo. Nesse capítulo, nas análises que faremos para bens presentes nos inventários, tentaremos destacar também, sobretudo nos direcionando para os bens móveis, alguns padrões de consumo diferenciados existentes na sociedade varginhense. Além disso, serão interpretados dados e informações acerca da elite agrária do município, para um comparativo entre a amostra total de inventários e os documentos da elite, além da averiguação de estudos de caso de moradores do município, representantes da cidade e dos distritos.

PRIMEIRA PARTE:
O SUL DE MINAS GERAIS E VARGINHA

Inauguração da estrada de ferro Muzambinho em Varginha no ano de 1892.
(<http://www.blogdomadeira.com.br>)

CAPÍTULO 1

ATIVIDADES ECONÔMICAS DO SUL DE MINAS GERAIS E DE VARGINHA NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX

O Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874 inicia-se com a seguinte “notícia histórica”:

A primeira noticia que temos do descobrimento de Minas-Gerais data de 1573, época da expedição de Sebastião Fernandes Tourinho, que subindo o rio Doce, estranhou-se em nossos sertões, descobriu minas de ouro e esmeraldas, abriu caminho por entre mattas virgens, seguiu o curso de varios rios, e, descendo pelo Jequitinhonha, foi á Bahia, onde apresentou-se ao então governador geral do Brazil Luiz de Britto e Almeida⁵².

A região do Sul de Minas Gerais, entretanto, tornou-se uma divisão administrativa da província depois de mais de duzentos anos daquele registro, em 1789, tendo sido emancipada a paróquia de Campanha da Princesa⁵³. Localizada inicialmente na Comarca do Rio das Mortes, Campanha se tornaria a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira⁵⁴.

Assim, o território que abrigaria o Sul de Minas tem começo com a emancipação de Campanha, município que seria desmembrado na primeira metade do século XIX nas cidades de Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguarí (1840) e Itajubá (1848). A dinâmica da região avançaria em relação à existente na urbanização da área mineradora e, inicialmente, seria baseada na agricultura e no comércio de abastecimento⁵⁵.

Abaixo segue um primitivo mapa da vila da Campanha da Princesa, que pertencia inicialmente ao bispado de São Paulo. O mapa mostra a distância de Campanha até as paróquias de Lavras, Baependí, Pouso Alto e Ayuruóca. Além disso, o mapa mostra outras paróquias da região, dentre as quais estão Jacuhí, Camanducaya, Cabo Verde, Jaguarí e Serrania. À direita se vê a representação da Serra da Mantiqueira; o caminho percorrido pelo Rio Grande também foi representado.

⁵² VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 19.

⁵³ Apesar da independência do Sul mineiro datar de 1789, já na economia do ouro apresentava importância como rota de comércio e como produtor de gêneros de abastecimento para outras regiões, como a corte.

⁵⁴ A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D’El Rey no ano de 1713.

⁵⁵ PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972; LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil – 1808-1824*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

Mapa 1.1. A Vila de Campanha e as Paróquias próximas

Destacada no mapa está a Vila de Campanha da Princesa, que representava todo o Sul de Minas Gerais em fins do século XVIII.

Fonte: <http://terradeandre.blogspot.com.br/2011/02/saint-hilaire-em-andrelandia.html>. Acesso em: 02/07/2015.

A base econômica da região – a agricultura e o comércio de abastecimento – seria rompida, embora não totalmente, entre o final do século XIX e o início do XX, com a introdução da cafeicultura e o processo de urbanização em curso.

1.1. A formação das cidades

É no espaço urbano que os componentes necessários à consolidação do sistema capitalista e do processo de urbanização realizam-se: a aglomeração de pessoas e a divisão social do trabalho nas indústrias, os comércios e as instituições bancárias, as empresas de serviços urbanos e os atrativos culturais, são fatores que geram certa movimentação da economia, diferentemente do que se vê no espaço rural.

A predominância da cidade (...) poderá ser encarada como uma consequência da concentração (...) de instalações e atividades industriais e comerciais, financeiras e administrativas, de linhas de transporte e comunicação e de equipamento cultural (...) organizações profissionais e instituições religiosas e beneficentes⁵⁶.

Entre o início do século XIX e o início do século XX, o movimento populacional e o processo de urbanização que iniciavam-se no Sul de Minas Gerais mostravam que a região caminhava rumo a uma intensificação de seu processo de crescimento econômico e consolidação do capitalismo⁵⁷.

Assim como havia para o cenário nacional um projeto político de urbanização durante a Primeira República, para Minas Gerais também existia um projeto. Inúmeras políticas para o melhor desenvolvimento da agropecuária e indústria foram pensadas pelos gestores do governo mineiro na passagem do século XIX para o XX. Em Minas Gerais, os governantes também:

(...) tomavam providências, para incentivo da lavoura e pecuária, da indústria, de atenção às obras de infra-estrutura econômica. Pedem, recomendam e criam condições para melhorar o quadro, com a importação de máquinas de todo tipo, para serem emprestadas ou vendidas; distribuem sementes, pregam culturas novas, de modo a evitar a monocultura; contratam

⁵⁶ WIRTH, Louis. “O Urbanismo como modo de Vida”. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Organização e Introdução). *O Fenômeno Urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 90-113, (p. 93).

⁵⁷ Uma maior preocupação com a regionalização mineira, que levasse em conta aspectos históricos, pode ser encontrada nos trabalhos de Marcelo Magalhães Godoy e Clotilde Paiva (2002). Utilizando-se especialmente de relatos de viajantes estrangeiros, eles dividiram o território mineiro do século XIX em 18 sub-regiões, considerando aspectos geográficos, econômicos e populacionais, separando as regiões por níveis de desenvolvimento que levassem em conta o grau de mercantilização da economia e a escravidão. Na divisão de Paiva e Godoy, o que atualmente é o Sul de Minas era representado pelas regiões Sudeste e Sul-Central que, para Paiva e Godoy, eram regiões com nível de desenvolvimento médio. Entretanto, anteriormente, Wirth (1982) havia feito uma divisão do território em sete sub-regiões. É a divisão territorial de Wirth que utilizamos para a demarcação do que é o Sul de Minas Gerais. Apesar de Wirth ter feito sua divisão territorial de Minas Gerais num período anterior do que o fizeram Paiva e Godoy, estes tratavam, mais especificamente, de Minas Gerais do século XIX. Wirth trata de inícios do século XX.

estrangeiros especializados em culturas ou técnicas industriais; criam escolas, atraem especialistas de outros países para fixação ou como mestres ambulantes; pedem bancos agrícolas, pregam a política de assistência aos produtores por essas unidades financeiras; negam o livre-cambismo, enaltecendo a proteção e as iniciativas do poder público⁵⁸.

Os projetos de urbanização regionais eram também consequência do próprio crescimento das cidades e da população do estado. Em relação ao Sul de Minas, na década de 1830, a localidade concentrava aproximadamente 17% da população da província⁵⁹. Para 1862, o Almanach Sul-Mineiro mostrou a existência de dezesseis municípios que, juntos, somavam uma população de 341.078 habitantes⁶⁰.

Em 1874, eram dezessete municípios e oito Comarcas, sendo elas Rio Verde, Jaguary, Sapucahy, Cabo Verde, Baependy, Três Pontas, Itajubá e Jacuhy. Em 1907, o número de habitantes sul-mineiros aumentaria para 730 mil e os municípios passariam para trinta e cinco. No ano de 1911, os municípios sul-mineiros já somariam quarenta e oito. Dessa forma, a região Sul passava a ser mais dinâmica, pelo próprio crescimento urbano. Entretanto, de quarenta e oito municípios existentes na região em 1911, apenas cinco apresentavam população entre sete e doze mil habitantes, outros quatro contavam com uma população entre cinco e sete mil habitantes; e três apresentavam população entre quatro e cinco mil habitantes. Diferentemente da Zona da Mata ou da área central, o Sul de Minas seria marcado pela fragmentação de sua população em cidades medianas, sem contar com um centro irradiador das atividades econômicas⁶¹.

Finalmente, em 1920, a população da região era de aproximadamente 1 milhão de habitantes⁶². O Sul de Minas contava com 20% da população estadual e, embora não fosse um grande aumento (17% da população em 1830 e 20% em 1920), o Sul mineiro foi a localização com a maior população de Minas Gerais na época⁶³.

⁵⁸ IGLÉSIAS, Francisco. “Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930)”. In: MONTEIRO, Norma. (Org). *Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 1982. P. 115-144, (p. 141).

⁵⁹ SAES, Alexandre Macchione et al. “Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

⁶⁰ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 29.

⁶¹ SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. “Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 13-36, (p. 33).

⁶² Ibidem, p. 32.

⁶³ WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982, p. 43.

O fato de o Sul de Minas ter concentrado importante parcela da população do estado pode ser explicado tanto pela economia de abastecimento desenvolvida, como pela herança do período da escravidão. Segundo Celso Furtado:

A cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração⁶⁴.

Além da atividade de abastecimento em Minas Gerais, destacamos que a província foi a região brasileira que mais recebeu escravos ao longo do século XIX⁶⁵. A mão de obra africana chegou, primeiramente, para o sustento da mineração, depois, foi inserida na atividade de abastecimento e, por fim, na economia cafeeira da Zona da Mata. Uma sociedade escravista possui certa movimentação financeira porque os escravos são ativos caros, comparados com outros bens que circulavam na sociedade na época do regime⁶⁶.

No ano de 1872, o Sul mineiro era o terceiro maior plantel escravista de toda a Minas Gerais. As três regiões mais populosas da província na época (Mata, Metalúrgica e Sul) seriam, na passagem do século XIX para o XX, as principais regiões do estado, no que diz respeito aos elementos de urbanização que chegariam com a modernização dos padrões de consumo. As localidades mais populosas foram aquelas que tiveram condições de contar, antes das outras, com ferrovias, comércios, indústrias, bancos e empresas de serviços urbanos. Componentes que, mesmo dentro de um estado, marcariam diferenciações regionais⁶⁷.

Abaixo, o mapa mostra a localização das regiões mineiras, de acordo com Wirth:

⁶⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

⁶⁵ MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez”. In: LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás. (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

⁶⁶ Dentro de nosso período de análise, em Varginha, para os anos de 1880 a 1887, que é o período em que foram identificados escravos para o município, grande parte da riqueza dos moradores que realizaram inventários estava investida na categoria de escravos. Sendo as categorias analisadas: bens móveis, animais, imóveis rurais, imóveis urbanos, escravos e dívidas ativas, o valor da riqueza aplicada nos escravos só era menor que o investimento nos bens imóveis rurais, devido, inclusive, o preço destes últimos. Para mais detalhes, cf. FERREIRA, Natânia Silva. “Estrutura de Riqueza em Varginha, Minas Gerais (1880-1888) – A importância dos Escravos para a composição do Patrimônio”. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Anais do evento*. Florianópolis: Anpuh, 2015.

⁶⁷ Segundo Wirth (1982), no século XIX, as regiões mais desenvolvidas de Minas Gerais eram a Zona da Mata, o Sul e o Triângulo, que se ligavam historicamente aos polos de crescimento do Rio de Janeiro e São Paulo. As menos desenvolvidas eram Norte e Oeste, extensões da Bahia. Entretanto, na passagem do século XIX para o século XX, quando o estado passou pelo processo de urbanização com a introdução da cafeicultura, o crescimento econômico foi visto na Zona da Mata e Sul (regiões que sempre mostraram certa dinamização econômica), e na área Metalúrgica, situada no centro de Minas Gerais.

Mapa 1.2. Regionalização mineira segundo Wirth (1920)

Fonte: Wirth, 1982, p. 42.

Dentro de Minas Gerais, a Zona da Mata se tornaria a economia mais desenvolvida na passagem do século XIX para o XX, sobretudo devido Juiz de Fora, a principal cidade daquela região no que dizia respeito à cafeicultura e à indústria⁶⁸. Foi no solo da Zona da Mata que a economia cafeeira melhor desenvolveu-se dentro da província. As plantações para exportação do produto na Mata mineira tiveram início por volta de 1850 e, naquela localidade, desenvolveram-se de forma satisfatória porque contaram tanto com a mão de obra escrava e disponibilidade de terras disponíveis para o cultivo, quanto com os altos preços no mercado internacional⁶⁹.

O Sul de Minas veria sua dinâmica interna em transformação, especialmente na transição do século XIX para o XX, depois de ter se dedicado às atividades de abastecimento, que estavam presentes na região desde a primeira metade do século XIX. Se antes o Sul de Minas possuía relações comerciais de abastecimento com a sede do Império, sendo um os principais abastecedores do Rio de Janeiro, diferentemente, na transição do XIX para o XX, com a introdução da economia cafeeira, a região voltava-se também para atividade de

⁶⁸ Sobre a economia de Juiz de Fora, cf.: PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2009.

⁶⁹ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 41.

exportação, que conviveria lado a lado com a atividade de abastecimento⁷⁰. No período, distritos sul-mineiros passavam por seus processos de emancipação:

(...) juntamente à ampliação da população (...) era nítido o crescimento do número de cidades. Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, por exemplo, faziam parte de uma primeira fase de emancipação de municípios, entre as décadas de 1860 e 1880, como resultado a introdução do café na região⁷¹.

A emancipação de Varginha do município de Três Pontas ocorreu em 1882, embora num período bem anterior ao do fim do século XX, anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Dona Tereza Clara Rosa da Silva tenha adquirido as terras onde mais tarde se localizaria o novo município. O casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e mais tarde, elas foram doadas a diocese de Campanha⁷².

Affonso Ávila afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785. Ao nascente povoado, deu-se o nome de Catandubas ou Catanduvras, que significa mato espinhoso e rasteiro, em virtude da paisagem local⁷³. O povoado encontrava-se no meio do caminho que ligava a Vila de Campanha ao Sertão de Três Pontas.

Quem passasse pela estreita e poeirenta picada que ligava Campanha a Três Pontas, pelos idos de 1785, encontraria uma capelinha de pau a pique, coberta de folhas de palmeiras, tendo ao lado piedosa cruz de madeira que, segundo os historiadores da época, fora erguida como homenagem aos intrépidos bandeirantes desbravadores (...) ⁷⁴.

E a exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros, surgidos no século XIX, à área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires, que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvras⁷⁵.

⁷⁰ Sobre a atividade de abastecimento em Minas Gerais, cf.: FRAGOSO João Luís. *Homens de Grossa Aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 1998 e LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação – O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, cap. 4.

⁷¹ SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. “Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 13- 36, (p. 31).

⁷² SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.

⁷³ Memórias das Catanduvras: Varginha e seu Patrimônio Cultural. Disponível em: http://www.fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/patrimoniocultural/cartilha_memorias_das_catanduvras.pdf. Acesso em: 16/07/2015.

⁷⁴ Tribuna Varginhense, 07/10/1963, Edição Comemorativa – Dia da Cidade.

⁷⁵ ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, p. 10.

Dessa forma, os movimentos iniciais de formação e expansão do núcleo ocorreram sob o regime jurídico do aforamento concedido pela autoridade eclesiástica competente, à qual cabia o direito da cobrança de pagamento pelo solo urbano ocupado⁷⁶.

Entre 1785 e 1820, foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes, distribuídos pelas fazendas já formadas ou ainda em formação⁷⁷. Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha transformou-se em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas⁷⁸.

Situada em uma formosa eminencia, a cidade da Varginha deve seu nome a uma planície baixa que existe na distância de 2 kilometros da povoação, e que, apesar de deshabitada, deu o nome ao esperançoso lugar, que é hoje sede de um florescente municipio⁷⁹.

O rio que banha a localidade, Rio Verde, possuía termo médio, com cerca de 30 a 40 metros de largura e mais de dois metros de profundidade em tempo seco. Possuía muitos peixes, desde os pequenos lambaris, mandis, papa-terras e surubis, até os maiores, dourados. A navegação no rio se fazia por barcas, e antes da chegada da ferrovia, era por ele que transportava-se sal em grande escala, cada barca conduzindo aproximadamente 250 sacas. O Rio Mascatinho, que situava-se há duas léguas de Espírito Santo da Varginha também possuía algum peixe, e marcava a divisa de Varginha com Três Pontas. Na região de Varginha, havia mais terras de culturas do que campos⁸⁰.

Em relação “à salubridade”, afirmou Veiga que “goza a cidade de bôa e merecida fama”⁸¹. Exceto no ano de 1873, quando a freguesia foi abatida por uma epidemia de varíola, que atacou muitas pessoas, levando à morte mais de trinta. Com esse incidente, o povoado que formava-se recebeu o primeiro auxílio dos cofres públicos, somando 300 mil réis. Mas as necessidades iam além: era preciso construir duas pontes sobre o Rio Verde, e uma na estrada de Campanha, para que os passageiros não precisassem recorrer a uma barca, além de uma ponte no caminho que ia para a Mutuca⁸².

⁷⁶ ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, p. 10

⁷⁷ Ibidem, p. 08.

⁷⁸ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 182.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Ibidem, p. 184.

⁸¹ Idem.

⁸² VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 185.

No entanto, as estradas que ligavam Varginha a outros municípios e distritos próximos eram boas, em geral, exceto a que a ligava a Três Pontas, “que é pedregosa em grande parte”⁸³.

A religiosidade era muito presente na história inicial do município, comum em cidades em formação. “Durante a Semana Santa solemnisa-se ali, desde muitos annos, diversos mysterios da Paixão, com muita decencia e grande concurrencia de fieis”. Ainda, “as festividades do Espirito Santo, S. Sebastião, Santo Antonio e Corpo de Deus não são ali esquecidas”⁸⁴.

Até 1884, a freguesia contava com cinco igrejas: a do Divino Espírito Santo, seu padroeiro, e a de São Sebastião, possuíam duas torres. A de Nossa Senhora do Rosário e a de São Miguel e Pretório eram ainda pequenas e simples. E a pouco mais de um quilômetro, estava em construção capela de Santa Cruz⁸⁵.

Extinto o regime de aforamento para a obtenção de terrenos, a expansão da cidade ia além da antiga gleba original do patrimônio da capela, sendo incorporados ao perímetro urbano não só os terrenos próximos à faixa central, mas outros que caracterizavam-se como de natureza rural.

Assim, com o passar dos anos, o espaço onde se localizaria Varginha somava elementos importantes para a sua formação enquanto cidade e para a evolução de seu processo de urbanização. Mas – e o que é comum na formação inicial da maioria das cidades não planejadas, que crescem naturalmente – apesar de um primitivo processo de urbanização estar em curso, as pessoas concentravam-se, sobretudo, no campo, durante muitos anos. Formava-se, porém, uma economia urbana, de forma que o espaço rural não viveria isolado do urbano, e este passava a influenciar o campo.

O início da produção cafeeira e o aumento do número de municípios sul-mineiros viriam acompanhados de componentes que dariam nova forma à região: as casas comerciais e as ferrovias, as primeiras instituições bancárias e as indústrias, transformariam o Sul de Minas Gerais em uma região onde o espaço rural, aos poucos, passava a conviver com o espaço urbano. Isso não significa que a maioria das pessoas se concentraria nas cidades, aliás, “o modo de vida urbano não se confina às cidades”⁸⁶.

⁸³ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 182.

⁸⁴ Ibidem, p. 186.

⁸⁵ Ibidem, p. 182.

⁸⁶ WIRTH, Louis. “O Urbanismo como modo de Vida”. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Organização e Introdução). *O Fenômeno Urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 90-113, (p. 113).

Abaixo, daremos enfoque aos elementos citados acima, iniciando com a introdução do café no Sul de Minas Gerais. Depois destacaremos a chegada das ferrovias, dos comércios, dos bancos e, finalmente, das indústrias.

1.2. A introdução do café

A nova dinâmica econômica pela qual o Sul de Minas Gerais passou na transição do século XIX para o XX se deve, de certa forma, à chegada do café no local. “O café era o produto de exportação mais valioso do estado, o suporte orçamentário, a razão por que duas regiões – o Sul e a Zona da Mata – dominaram a política do estado na maior parte da República Velha”⁸⁷.

A tabela abaixo mostra o percentual das exportações de café no conjunto das exportações mineiras, a partir de fins do século XIX:

Tabela 1.1. Percentual do valor da produção de café no conjunto das exportações mineiras (1899 – 1924)

Períodos	Valor total exportado (em contos de réis)	Valor do café (em contos de réis)	Percentual sobre o total (%)
1889/1893	99.982,450	71.628,535	71,64
1894/1898	186.687,546	128.164,206	68,65
1899/1903	156.343,563	93.228,506	59,63
1904/1908	136.043,725	64.619,539	47,49
1909/1913	191.802,771	84.682,079	44,15
1914/1918	282.952,735	84.909,415	30,00
1919/1923	550.796,920	241.233,057	43,79
1924/1926	939.768,502	505.095,723	53,74
Média	318.047,277	159.195,133	52,39

Fonte: Alvim, 1929, p. 80-83 apud Pires, 2009, p. 35.

Pelos dados da tabela, observamos que dos períodos de 1889 a 1903 e de 1924 a 1926, as exportações de café representaram mais de 50% do valor das exportações totais. Na média geral, as exportações de café também abarcam mais da metade das exportações totais. Isso mostra a importância da cafeicultura para o estado por um longo período de tempo. Entre 1889 e 1898, por exemplo, o café representava cerca de 70% das exportações mineiras. De 1899 até 1923, o valor das exportações cafeeiras passou por uma pequena queda, mas ainda assim manteve-se representativo, voltando a aumentar a partir de 1924. Enquanto alguns municípios continuavam voltados para o comércio de abastecimento, outros passavam também a conviver com a atividade da cafeicultura em expansão. O valor da participação cafeeira no total das exportações mineiras não era desprezível, sendo a maior parte das exportações, no período em que envolve a tabela, da Zona da Mata.

⁸⁷ WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982, p. 81.

No contexto mineiro, fazendo-se uma comparação das exportações de café com outros produtos, tem-se o seguinte resultado, para o período de 1888 a 1908:

Tabela 1.2. Comparação dos percentuais das exportações mineiras (1888 – 1908)

Produtos	1888 (%)	1898 (%)	1908 (%)	Médias (%)
Café	78	68	38	61,33
Outros produtos agrícolas	3	4	12	6,33
Pecuária	12	18	35	21,66
Produtos minerais	s/d	7	7	7
TOTAL	93	97	92	94

Fonte: Jacob, 1911, p. 411 - 412 apud Pires, 2009, p. 36.

Os dados da tabela 1.2. confirmam a supremacia do café sobre os demais produtos de exportação em Minas Gerais. Apenas em 1908 a pecuária aproxima-se da cafeicultura, mas ainda encontra-se um pouco abaixo. O aumento das exportações da pecuária pode ser explicado, em partes, pela herança da economia de abastecimento desenvolvida pelo Sul de Minas ao longo do século XIX, pois a província contava com a atividade da pecuária e mercado interno⁸⁸. Além disso, no município de Três Corações, no Sul mineiro, constituiu-se no começo do século XX uma das mais importantes feiras de gado da América Latina⁸⁹.

Dentro de Minas Gerais, a produção e exportação de café se concentrariam, especialmente, na Zona da Mata, em que a produção cafeeira começou a ganhar força em meados do século XIX. No Sul de Minas Gerais, a cafeicultura passou a ser atividade importante nos primórdios do século XX.

A tabela abaixo mostra as exportações de café da província mineira, do período de 1847 a 1926 e, considerando que as principais áreas produtoras de café em Minas Gerais eram a Mata e o Sul, por hipótese, acreditamos que, retirando-se a produção de café na Zona da Mata, o restante correspondia ao Sul mineiro:

⁸⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “As Áreas de criação de Gado”. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira – Colônia: Administração, Economia e Sociedade*. 12 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008; FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura – Acumulação e Hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁸⁹ Sobre a feira de gado de Três Corações, cf.: SAES, Alexandre Macchione; ROSA, Elton Rodrigo. “Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920)”. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: FEA/USP, v. 43, n. 4, pp. 745-772, out-dez. 2013.

Tabela 1.3. Participação da produção cafeeira da Zona da Mata na produção de Minas Gerais – períodos selecionados (1847 – 1926)

Período	Minas Gerais	Zona da Mata	%
1847/1848	745.381	743.707	99,77
1850/1851	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/1904	9.404.136	5.993.425	63,73
1926	12.793.977	9.105.543	71,17

Fonte: Pires, 2004, p. 08. Para 1886 – 1888: dados relativos à exportação.

Pelos dados da tabela, fica clara a grande relevância da participação da Zona da Mata na produção cafeeira de Minas Gerais, com ênfase ainda maior para os períodos de 1847 a 1851, em que a Zona da Mata produz praticamente sozinha todo o café de Minas Gerais. Para essa época, notamos pequena participação na produção cafeeira pelo Sul de Minas, mas que vai aumentando com o passar do tempo.

A partir de meados da década de 1880, a tabela mostra que a produção diminui na Zona da Mata, para aumentar no Sul da província. Isso se explica pelo fato de que a atividade da cafeicultura no Sul mineiro inicia-se a partir de 1880, alcançando produção significativa somente nos primeiros anos do século XX.

No Almanach Sul-Mineiro para 1874, Veiga destaca produções de café em alguns municípios⁹⁰:

O café, que dá excellentemente em muitos municipios e com vigor admiravel nos de Pouso Alegre e Alfenas. É plantado por enquanto quase que só para o consumo local, mas nos municipios visinhos ás provincias de S. Paulo e Rio, principalmente Pouso Alegre e Jaguary, ha immensas plantações e já se faz desse gênero alguma exportação⁹¹.

No período em que Veiga escreveu sobre o café no Sul de Minas, a economia cafeeira da região estava em início de gestação. Porém, ao ser introduzido no Sul mineiro, o café não se tornou apenas mais uma cultura no meio das outras, sendo um produto acessório para apoiar a renda agrícola familiar, pois além de constituir uma economia voltada para a comercialização local, voltou-se para a exportação⁹².

⁹⁰ Juntamente com o café, o Sul de Minas contava com outros cultivos: o fumo, principal produto de exportação, na época; o algodão, a cana de açúcar, a uva, o gado (vacum, langínero e suíno), o toucinho e os queijos (VEIGA, 1874, p. 31-32).

⁹¹ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 31.

⁹² SAES, Alexandre Macchione, CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. “Cortando a Mantiqueira: entre café e Abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 87-113.

Contudo, diferentemente da expansão cafeeira do Oeste Paulista, do Rio de Janeiro em seu auge, ou até da Zona da Mata, no sul-mineiro, a cafeicultura se desenvolveria dentro de certos limites. Assim, devemos considerar que, por mais que a região do Sul de Minas tenha sido transformada, não dedicando-se apenas ao abastecimento, alguns fatores, como a produção em pequenas propriedades, a transição para o trabalho assalariado e a estrutura econômica da região, baseada em capitais menores que os capitais das três regiões acima mencionadas, foram fatores que fizeram com que, no Sul mineiro, a cafeicultura desenvolvesse de forma particular.

A transformação da economia da região poderia ser vista de forma gradual, como mostra a tabela abaixo, que trata da participação de determinados produtos exportados pelo Sul de Minas Gerais, do período de 1866 a 1884. A tabela mostra as exportações pela fronteira Sudoeste e Sul-Extremo. E pode ser vista a evolução que tem o café no conjunto dessas exportações:

Tabela 1.4. Alguns produtos exportados pelo Sul de Minas – quantidade média anual (1866-1884)

GÊNERO	Fronteira Sudoeste			Fronteira Sul-Extremo		
	1866-1870	1871-1878	1881-1884	1866-1870	1871-1878	1881-1884
Café (kg)	78.540	122.413	2.203.589	751.729	725.908	1.475.775
Toucinho (kg)	136.684	151.477	46.155	1.906.380	2.253.172	1.446.605
Fumo (kg)	87.755	189.257	35.022	3.770.214	3.858.166	2.361.794
Gado Suíno (cab.)	1.543	2.387	1.430	28.527	29.311	22.694
Gado Vacum (cab.)	400	952	223	58.846	66.354	88.165

Fonte: Restitutti, 2006, p. 202 e p. 214.

Pela tabela 1.4., primeiramente, podemos observar importante evolução na quantidade de café exportado pelas duas fronteiras, em comparação com a evolução dos demais gêneros dispostos na tabela. E, considerando a fronteira Sudoeste, do primeiro ao segundo períodos selecionados, as exportações de café tem um importante aumento, tendo a quantidade de quilos quase duplicado. Quando comparamos o segundo com o terceiro período, as exportações de café em quilos se expandem consideravelmente, chegando esse aumento, aproximadamente, há 18 vezes mais do que a quantidade exportada entre 1871 e 1878. Para a fronteira do Sul-Extremo, o aumento das exportações é significativo do segundo ao terceiro período, quando a quantidade exportada mais que duplica, mas é bem menor que o identificado na fronteira Sudoeste.

Embora tenhamos destacado aumento das exportações cafeeiras em comparação com os demais produtos da tabela, a atividade da cafeicultura sul-mineira era ainda pequena se comparada com as exportações do produto pela Zona da Mata.

Acreditamos que o café chegava à fronteira Sudoeste através de São Paulo, dada a sua localização próxima com as cidades da fronteira, e à fronteira Sul-Extremo através do Rio de Janeiro. E enquanto na fronteira Sudoeste desenvolvia-se uma economia mais calcada no café, as cidades próximas da fronteira do Sul-Extremo, no período envolvido pela tabela, baseavam suas atividades, principalmente, no abastecimento de outras províncias. Isso pode ser explicado pelos próprios dados da tabela. Desfocando-se do café e analisando o peso das exportações de outros produtos, vê-se que a quantidade, em quilos, dos demais itens, é bem maior na fronteira Sul-Extremo que na fronteira Sudoeste. Isso significa que, enquanto alguns municípios sul-mineiros – aqueles mais próximos de São Paulo – desenvolviam uma economia mais calcada na exportação de café, outros – que se situavam na fronteira com o Rio de Janeiro – estavam mais voltados para o comércio de abastecimento.

É importante mencionar também que a quantidade de café em quilos, no primeiro e segundo períodos que compreendem a tabela 1.4., é bem mais alta na fronteira Sul-Extremo que na fronteira Sudoeste. O diferencial da fronteira Sudoeste é que ela passa por uma rápida expansão das exportações de café ao longo do tempo descrito na tabela.

Em relação aos municípios especificamente situados na fronteira Sudoeste, aqueles que apresentaram maior expansão das exportações cafeeiras ao longo da segunda metade do século XIX, temos informações mais detalhadas para a década de 1920.

A tabela abaixo mostra os principais municípios do Sul mineiro que produziam café na década:

Tabela 1.5. Os cinco maiores municípios cafeeiros do Sul de Minas (1920)

Município	População	Área total Cultivada (hectares)	Área ocupada com Café (hectares)	%	Pés de Café
Monte Santo de Minas	30.570	27.241	21.670	79,55	16.252.866
São Sebastião do Paraíso	37.537	23.046	19.653	85,30	14.739.633
Jacutinga	20.615	14.603	11.084	75,90	8.313.250
Machado	29.357	14.569	10.127	69,50	7.595.133
Guaranésia	25.135	12.724	10.024	78,80	7.310.800

Fonte: MINAS GERAIS. *Minas Segundo o Recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

Por meio da tabela 1.5. é possível notar que em todos os municípios selecionados, mais de 69% das terras cultivadas estavam ocupadas com café. São Sebastião do Paraíso, por exemplo, possuía cerca de 85% de sua área total cultivada ocupada com café. Já o município que possuía mais pés de café plantados era Monte Santo de Minas, com 16.252.866 pés.

No caso de Varginha, para a década de 1920, as informações que possuímos são as seguintes: a população chegava a 22.457 habitantes; a área total cultivada, em hectares, era de 7.684; dessa área, 5.859 hectares eram ocupados com café, sendo que a porcentagem

correspondente à cafeicultura era de 76,24%; o número de pés de café plantados era de 4.394.600⁹³. Em comparação com os outros municípios, Varginha apresentava uma pequena área total de cultivo, mas a porcentagem de terras destinadas ao café era bastante relevante.

Para fins de comparação com o Sul de Minas Gerais, a tabela 1.6. mostra os cinco principais municípios produtores de café da Zona da Mata:

Tabela 1.6. Os cinco maiores municípios cafeeiros da Zona da Mata mineira (1920)

Município	População	Área total Cultivada (hectares)	Área ocupada com Café (hectares)	%	Pés de Café ⁹⁴
Carangola	86.675	45.090	32.021	71,00	24.016.000
Cataguazes	62.206	33.370	24.088	72,20	18.065.000
Juiz de Fora	118.166	36.179	23.320	64,45	17.489.000
Muriaé	69.943	28.853	21.225	73,55	15.918.000
Ponte Nova	62.666	36.180	17.999	49,75	13.499.000

Fonte: Adaptada de MINAS GERAIS. *Minas Segundo o Recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

Para a Zona da Mata, a tabela 1.6. mostra que as terras destinadas ao café ocupavam, no mínimo, cerca de 64% do total de terras cultivadas em todos os municípios, exceto em Ponte Nova, que apresentava cerca de 50% de suas terras destinadas ao café. Em relação ao número de pés de café plantados, Carangola apresentava 24.016.000, destacando-se na região.

De modo geral, pela observação das duas tabelas, vê-se uma relevante predominância das plantações de café nos municípios selecionados. A área total cultivada na Zona da Mata era maior que a do Sul mineiro, mas as porcentagens de terras de café eram maiores no Sul no início do século XX, isto é, do total de terras cultiváveis, o Sul de Minas dedicava mais espaço para o café, em comparação com a Mata. Isso confirma que a produção cafeeira no Sul de Minas Gerais passava por expansão.

Em Varginha, o café foi introduzido por volta de 1870 apenas para o consumo local de seus plantadores, sem ainda ser comercializado⁹⁵. Mas a cultura desenvolveu-se, dentro dos limites estruturais do município, de forma satisfatória, porque já em 1893 se inaugurou na cidade a primeira máquina de beneficiar café⁹⁶.

Escritores do começo do século XX mencionaram a qualidade das terras varginhenses para o cultivo do café, como fez Roberto Capri, dizendo que “as terras do município são

⁹³ Fonte: MINAS GERAIS. *Minas Segundo o Recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

⁹⁴ Os valores dos pés de café foram arredondados nas primeiras três unidades numéricas.

⁹⁵ LEFORT, José do Patrocínio, 1950 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 283.

⁹⁶ RUBIÃO, Luiz José Alvares, 1919 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 283.

ubérrimas e prestam-se a qualquer cultura. (...) O município de Varginha é o verdadeiro *Eldorado do Café* do Sul de Minas (...)”⁹⁷.

Sobre a ascensão da cultura, Capri afirmou também a importância do café para a economia local, escrevendo que “o café constitui a principal fonte de riqueza do município (...) O grau de desenvolvimento a que atingiu a lavoura do café neste próspero município, deve-se à prodigiosa fertilidade da terra (...)”⁹⁸.

Aliás, o desenvolvimento do café foi muito importante para a atividade comercial em Varginha, sobretudo depois do começo do século XX, porque na cidade existiam estabelecimentos destinados a comercializar o café, que também era enviado a outras localidades: em 1913, por exemplo, a cidade de Varginha exportava uma média anual de 400 mil arrobas de café⁹⁹; em 1918, a média de exportações de café que passavam pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas em Varginha, mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, que ainda não havia se emancipado de Varginha. As 75 mil sacas restantes eram de municípios vizinhos¹⁰⁰. Em 1920, Varginha já contava com 113 estabelecimentos de beneficiar café, “tendo eles produzido 23.916 quintais, nos seus 4.394.000 pés de café”¹⁰¹.

Devido a essa movimentação gerada pela cafeicultura, tanto a população local como a de distritos e municípios vizinhos se valiam de serviços urbanos oferecidos por Varginha¹⁰², mas que não estavam presentes nas cidades próximas¹⁰³.

Assim como ocorreu com outras cidades do Sul de Minas, foi depois dos anos iniciais do século XX que a produção cafeeira em Varginha tornou-se relevante para comercialização e exportação. De certa forma, a cafeicultura movimentou a economia varginhense, mas não por si só. A chegada da ferrovia, dentre outros, foi um elemento que contribuiu para nova dinâmica econômica, com a comercialização de café e de outras culturas.

⁹⁷ CAPRI, Roberto, 1918 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 284, grifos do autor.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, inspecionados de 9 e Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Gerais (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913, p. 505.

¹⁰⁰ A emancipação de Carmo da Cachoeira ocorreu em 1938.

¹⁰¹ LEFORT, José do Patrocínio, 1950 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 285.

¹⁰² Na primeira década do século XX, Varginha já contava com serviços de iluminação elétrica, um mercado municipal, teatros, escolas, bancos, estabelecimentos comerciais e fábricas.

¹⁰³ ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, pp. 14-15.

Podemos dizer que o café, dentro do processo de urbanização que o Sul mineiro passou, se constitui em elemento fundamental para o entendimento das transformações econômicas da região. A partir da introdução dessa mercadoria, outros componentes seriam atraídos para as economias locais. Portanto, destacaremos abaixo as ferrovias, que no último quartel do século XIX avançaram pelo Sul das Minas Gerais.

1.3. A chegada das ferrovias e a dinâmica comercial

Uma região vê sua economia transformar-se a partir da chegada da estrada de ferro: encurtando as distâncias entre as localidades, as ferrovias servem para o transporte de pessoas e de mercadorias.

No Sudeste do Brasil, elas chegaram com auxílio da economia cafeeira, sobretudo em São Paulo. A burguesia do café precisava das ferrovias para o melhor transporte do produto que gerava crescimento econômico para a província.

A rede ferroviária de Minas Gerais – que nos últimos anos do século XIX registrava o maior crescimento de malha ferroviária brasileira – a princípio, era desorganizada, com algumas companhias extremamente deficitárias e que muitas vezes dependiam de recursos públicos para continuarem operando¹⁰⁴.

A Zona da Mata, contando com relevante economia cafeeira, foi a primeira região de Minas a contar com a introdução das ferrovias – detendo, em 1884, aproximadamente 60% da rede ferroviária mineira, o que equivalia a 1.006 quilômetros¹⁰⁵. A Estrada de Ferro Leopoldina avançou naquela região, além de outras pequenas companhias que foram incorporadas a ela. Além desta, a Mata contava com a União Mineira, com a Central do Brasil, que partia do Rio e chegava a Ouro Preto, capital da província mineira, e com a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.

No Sul de Minas, as ferrovias chegaram por volta de 1880, por meio de quatro empresas: Estrada de Ferro Rio Verde, que depois passou a ser chamada de Minas e Rio; Viação Férrea Sapucaí; Estrada de Ferro Muzambinho; e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, está originária de São Paulo, chegou à região Sul de Minas Gerais nos primeiros anos do século XX, para atender o Triângulo e o Sul¹⁰⁶.

¹⁰⁴ SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

¹⁰⁵ BLASENHEIN, Peter. “As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove”. In: *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, dez. 1996.

¹⁰⁶ Sobre ferrovias no Sul de Minas na transição do século XIX para o XX, cf.: SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

O mapa abaixo mostra as cidades pelas quais passavam as ferrovias no Sul de Minas Gerais em 1890. Em Varginha, uma estação da Estrada de Ferro Muzambinho foi inaugurada no ano de 1892:

Mapa 1.3. Localização das ferrovias no Sul de Minas Gerais (1890)

Fonte: Para as cidades formadas até 1890: Minas Gerais. *Álbum Chorográfico do Estado de Minas Gerais*. Serviço de Estatística Geral: Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura/Imprensa Oficial, 1927. Para as ferrovias, CEFFB, Rede Sul Mineira, Plantas da Linha de Tráfego (1910), suplemento da *Revista Ferroviária* de 1961.

A falta de um centro irradiador para o transporte fez com que, a princípio, no Sul mineiro, houvesse uma integração de suas ferrovias com mercados exteriores, e não entre as próprias cidades da região¹⁰⁷.

Das quatro estradas de ferro que passaram pelo Sul de Minas Gerais na transição do século XIX para o XX, a mais antiga era a Estrada de Ferro Minas e Rio, na época Estrada de Ferro Rio Verde. A base de sua concessão ocorreu quando a Assembleia de Minas Gerais autorizou, por meio da lei nº 2.062, de 4 de outubro de 1874, o presidente da província a

¹⁰⁷ SAES, Alexandre Macchione et al. "Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

conceder garantia de juros de 4% sobre o capital de 14 mil contos de réis para a construção da ferrovia¹⁰⁸.

A Estrada de Ferro e depois Companhia Viação Férrea *Sapucahy* foi organizada entre 1887 e 1888, tendo entrado em operação em 1891; em 1892 se iniciou o tráfego da Estrada de Ferro Muzambinho pela Companhia Estrada de Ferro Muzambinho, a partir do decreto nº 846, de 11 de outubro de 1890. Ambas corriam quase que paralelamente, ligando várias cidades sul-mineiras. A leste elas se ligavam à Minas e Rio e a oeste, se encontravam com a Mogiana, originária da província de São Paulo, servindo a uma grande região cafeeira.

Já a Mogiana passava pelo Triângulo e Sul de Minas, atingindo regiões de grande comércio de abastecimento, mas que também já começavam a produzir café para exportação. De acordo com o relatório do presidente da província de Minas Gerais, de 1899, “basta lembrar que a região mais favorecida, a do Sul do Estado, quase triplicou a sua produção no espaço de cinco anos, especialmente ao café”¹⁰⁹.

No caso da Estrada de Ferro Muzambinho, que possuía estação em Varginha, existiam dois ramais e três seções: o primeiro ramal era o de Campanha, que ligava-se a localidades como Cambuquira e Águas Virtuosas do Lambari, estâncias hidrominerais do Sul mineiro. O outro ramal, subdividido em duas seções, era chamado Prolongamento de Três Corações ou Linha do Tronco, e ligava-se à Varginha e Alfenas, dentre outras cidades¹¹⁰.

As estradas Muzambinho e Sapucaí eram subsidiárias da companhia Minas e Rio, escoando seus produtos quase exclusivamente por ela. A configuração das mercadorias transportadas pela companhia, na sua primeira década de operação, destaca as exportações de toucinho, fumo, queijos e café (este último começa a aparecer já no segundo ano de atuação da companhia, 1885, como um dos principais itens). Gado e sal também eram transportados, consistindo o último num artigo de importação e responsável individualmente pelo maior percentual das mercadorias transportadas entre 1884 e 1888, em quantidade por quilos, sendo o que mais gerava receitas. O item diversos também era destaque no transporte de

¹⁰⁸ SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, p. 16.

¹⁰⁹ Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1899, p. 29.

¹¹⁰ COSTA, Maria Lúcia Prado. *A Cia. da Estrada de Ferro Muzambinho no contexto do Desenvolvimento Ferroviário do Sul de Minas (1870-1910): Uma tentativa de correção de uma versão consagrada*. Belo Horizonte: Fundamar, 1996.

mercadorias, sendo compreendidos nele açúcar, alcoólicos, água mineral e cereais, dentre os principais produtos¹¹¹.

A partir dessas observações, podemos inferir que o café não era o principal produto transportado em todo o tempo, mas sua ascensão merece destaque: em 1884, o café nem aparecia dentre os itens transportados pela Minas e Rio. A partir de 1885, aparece em pequenas quantidades, mas ainda sem gerar receitas. Em 1888, a receita do café não chegava a 50 contos de réis. Mas após 1893, o transporte de café começa a expandir-se.

Entre o período de 1893 e 1897, a estrada Minas e Rio transportava café, sal, toucinho, fumo, queijos, cereais, açúcar, animais e alcoólicos. Naquele ano, as receitas com café chegavam a 100 contos de réis e, no ano de 1897 o café transformou-se no principal produto de exportação da ferrovia, chegando as receitas oriundas da mercadoria a 500 contos de réis. No ano de 1901, as receitas com o produto chegaram a 800 contos de réis. E em 1903 e 1907, as receitas com café chegaram, respectivamente, a 500 e 600 contos de réis¹¹². A chegada do café acabou por deslocar das posições iniciais os produtos que já eram exportados.

Verifica-se, portanto, a predominância de produtos agropecuários destinados ao mercado interno para os primeiros anos de operação da Companhia Minas e Rio, e também a relevância do café para a região a partir dos últimos anos do século XIX, como produto de exportação. A característica de variedade produtiva do Sul de Minas Gerais, desde os tempos coloniais, quando a região servia, sobretudo ao abastecimento do Rio de Janeiro, continuou prevalecendo depois da chegada das ferrovias, embora o café passasse a ocupar as primeiras posições no decorrer do tempo, fazendo com que a região avançasse no comércio de exportação.

Nos fins do século XIX, mais precisamente em meados da década de 1880, a Zona da Mata era a localidade de Minas Gerais que registrava a maior quantidade de ramais ferroviários, porém, com o passar do tempo, a expansão das linhas praticamente estabiliza-se naquela região. E dessa forma, “entre 1890 e 1906, a rede Sulista cresceu de 246 para 923 quilômetros, enquanto na Mata a Leopoldina acrescentou apenas 86 quilômetros à linha de Muriaé”¹¹³. Proporcionalmente, “desde 1884 a rede da Mata tinha diminuído de dois terços

¹¹¹ SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, capítulo 3.

¹¹² SILVA, Marcel Pereira da. “Tem Café nesse Trem? As Ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 177-207, (p. 199 e 201).

¹¹³ BLASENHEIN, Peter. “As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove”. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, dez. 1996, p.108.

para um quarto do total mineiro”¹¹⁴. Pode ser observado, portanto, um considerável aumento da malha ferroviária sul-mineira na passagem de um século ao outro e, juntamente com a chegada das ferrovias, percebemos uma intensificação do comércio do Sul mineiro.

O mapa abaixo mostra a configuração das estradas de ferro pelo Sul de Minas em 1920¹¹⁵:

Mapa 1.4. Localização das ferrovias no Sul de Minas Gerais (1920)

Fonte: Para as cidades existentes em 1920: IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1908-1912*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927 e Minas Gerais. *Álbum Chorográfico do Estado de Minas Gerais*. Serviço de Estatística Geral: Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura/Imprensa Oficial, 1927. Para as estradas de ferro: SANTOS, Wélber Luiz. *A Estrada de Ferro Oeste de Minas: São João del Rei (1877-1898)*. Dissertação de Mestrado – UFOP – Mariana, 2009.

Por meio do mapa 1.4. é possível notar não apenas o aumento de ramais locais, mas a ampliação do número de municípios do Sul mineiro, em comparação com o mapa 1.3. O Sul de Minas Gerais passava por nova movimentação econômica e social.

No caso de Varginha, foi no dia 28 de maio de 1892 que se inaugurou a estação férrea Muzambinho, partindo de Três Corações. Fonseca e Liberal referiram-se à ela como uma

¹¹⁴ BLASENHEIN, Peter. “As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove”. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, dez. 1996, p.108.

¹¹⁵ Sobre particularidades do transporte ferroviário mineiro no século XIX, cf.: GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. “Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora – Minas Gerais, 1850-1870”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 159-186, ago. 2008.

importante alavanca do progresso da cidade. Segundo os autores, “a chegada da linha férrea formou em sólidos alicerces a base de nossa prosperidade”¹¹⁶.

Segundo Sales, o projeto original da Estrada de Ferro Muzambinho não contava com uma estação em Varginha. O projeto inicial previa que a ferrovia, margeando o Rio Verde, ligasse a cidade de Cruzeiro, em São Paulo, até Gaspar Lopes, cidade mineira situada próximo de Muzambinho. Como os terrenos em Varginha eram mais elevados que o nível do rio, os custos para que a ferrovia passasse pela cidade se elevariam. Assim, precisou-se de intervenção particular para que fosse construída a estação de Varginha¹¹⁷. O auxílio financeiro partiu do major Matheus Tavares da Silva, que conversou pessoalmente com o engenheiro responsável pelas obras, em Varginha, e se dispôs a pagar o necessário para a construção de uma estação na cidade¹¹⁸.

Depois de três meses para novos estudos acerca da possibilidade da passagem da ferrovia por Varginha, o projeto original foi reformulado. A ferrovia passaria por Varginha com um acréscimo de 100 contos de réis, que foi o valor financiado por Matheus Tavares da Silva¹¹⁹.

Para Matheus Tavares da Silva, a passagem da ferrovia por Varginha contribuía para a expansão de seus próprios interesses. Mais que almejar o progresso da cidade, o major, como negociante, comerciante, fazendeiro e produtor de café, financiou quantia da ferrovia porque o serviço seria necessário para a expansão de seus investimentos.

Sales afirmou que, sem dúvida, a passagem da ferrovia por Varginha contribuiu de forma muito relevante para o crescimento comercial não apenas da cidade, mas também da região Sul mineira como um todo. Entretanto, o autor escreveu que a inovação não foi recebida com o devido entusiasmo pela imprensa. No dia 30 de maio de 1892, a coluna “Várias Notícias” do Minas Gerais, órgão oficial dos poderes do Estado, mencionou a

¹¹⁶ FONSECA, Sylvestre & LIBERAL, João 1920 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 180.

¹¹⁷ O investimento particular feito por Matheus Tavares da Silva na ferrovia foi grande, comparado com as riquezas que possuíam outros moradores de Varginha na época em que a ferrovia foi inaugurada. A quantia de 100 contos de réis que o major concedeu à empresa responsável pelas obras estava acima do monte-mor da maioria dos habitantes varginhenses. Mais detalhes sobre a ferrovia em Varginha poderão ser conferidos nos demais capítulos desta dissertação.

¹¹⁸ Matheus Tavares da Silva era comerciante e negociante, tendo sido o primeiro presidente da Câmara Municipal de Varginha. Produtor de café, possuía muitas extensões de terras (cerca de três mil alqueires, distribuídos entre Varginha, Três Pontas e Carmo da Cachoeira), e bens imóveis no espaço urbano (SALES, 2003, p. 181). Dentro da elite agrária de Varginha, na transição do século XIX para o XX, era o morador que mais posses detinha. Faleceu em 1905 deixando dois filhos vivos. Maiores informações sobre o major poderão ser compreendidas, sobretudo, nos capítulos 3 e 4 desta pesquisa.

¹¹⁹ SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 182-184.

seguinte frase, de acordo com Sales: “Foi inaugurada a Estação da Varginha, da Companhia Muzambinho”¹²⁰.

Ávila escreveu que a tendência e vocação de Varginha para o comércio foi estabelecida já na época de sua caracterização como pequeno núcleo urbano de serviços para uma sociedade de estrutura fundiária rural. A princípio, ele afirmou que essa tendência e vocação se cumpriam em relação quase apenas aos contingentes agrícolas do próprio município¹²¹.

Mas Veiga, em seu *Almanach Sul-Mineiro* de 1874, constatou que Varginha enviava para a corte alguns gêneros, tais como fumo e toucinho, porcos e gado vacum. E recebia de lá ferragens, louça, bebidas e sal, este último, em grande quantidade, comparado com os demais itens importados, chegando a mais de 3.000 sacas anualmente¹²². Isso nos mostra, assim como ocorreu para o Sul de Minas como um todo, ao longo do século XIX, a relevância do comércio de abastecimento, que também estava presente em Varginha, antes de ser transformada em cidade.

Contudo, em 1892, com a chegada da ferrovia, a função comercial de Varginha se ampliou, beneficiando também as populações rurais de outros municípios vizinhos em que a ferrovia não passava. Assim, Varginha tornou-se ponto estratégico de comercialização e escoamento de produtos oriundos não apenas da cidade, mas também de locais vizinhos, especialmente o café¹²³.

Segundo Fonseca e Liberal:

a ferro-via Muzambinho, que timbrou, em todo o seu trajeto, em margear o Rio Verde, deixando de lado as cidades vizinhas, como Três Pontas e Alfenas, esta ultimamente beneficiada por um ramal especial, desviando-se do leito desse rio, no *Porto Farinhas*, resolveu galgar alguns outeiros e cortar essa cidade [Varginha] em toda a sua extensão (...) ¹²⁴.

Com a estrada de ferro passando pela cidade, o comércio, que já se fazia presente, passou a expandir-se, porque suas mercadorias poderiam ser enviadas a outras cidades, não apenas do Sul de Minas, mas de outras localidades do estado mineiro e para estados vizinhos.

¹²⁰ SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 180.

¹²¹ ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, p. 14.

¹²² VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

¹²³ ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, p. 14.

¹²⁴ FONSECA, Sylvestre & LIBERAL, João 1920 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 180, grifos dos autores.

Dessa forma, memorialistas que escreveram sobre Varginha destacaram a importância do comércio, não apenas para a população varginhense, mas para cidades e distritos vizinhos, como escreveu Rubião que:

O comércio de Varginha pode ser considerado o mais importante de todo o Sul de Minas, pois importantes casas atacadistas servem as praças de Elói Mendes, Três Pontas, Dolores de Boa Esperança, Campos Gerais, Paraguaçu, Carmo da Cachoeira e Vila Nepomuceno¹²⁵.

Roberto Capri afirmou a importância do comércio da cidade, dizendo que “o comércio de Varginha é representado por casas atacadistas muito importantes”¹²⁶. No ano de 1907, afirmou Francisco Araújo que “é muito animado” o comércio de Varginha, fazendo “grande exportação de café, gado e laticínio”¹²⁷.

Podemos, assim, observar a importância do café para o comércio de exportação: em 1907 já se mencionava a exportação do produto; no ano de 1913, 400 mil arrobas de café do município eram exportadas¹²⁸; em 1918, a Estrada de Ferro Muzambinho transportava cerca de 125 mil sacas de café oriundas de Varginha¹²⁹; em 1920, existiam na cidade por volta de 113 estabelecimentos de beneficiar café¹³⁰.

Todavia, além do café e dos estabelecimentos destinados à sua comercialização, o município contava com outros estabelecimentos comerciais e de serviços: encontravam-se farmácias, consultórios médicos, comércios de venda por atacado e varejo, salões de barbeiros e cabeleireiros, alfaiatarias, hotéis, pensões, oficinas de sapateiros, selarias, dentistas, açougues, relojarias, depósitos de mobílias, atelier de fotografias e de costura. Essa diversidade, porém, não implicava grande quantidade desses estabelecimentos¹³¹.

Com o desenvolvimento da produção de café, a chegada da ferrovia e a ampliação de uma rede comercial em Varginha, a cidade já passava por uma movimentação monetária

¹²⁵ RUBIÃO, Luiz José Alvares, 1919 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 277.

¹²⁶ CAPRI, Roberto, 1918 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 277.

¹²⁷ ARAÚJO, Francisco Lentz de, 1907 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 277.

¹²⁸ Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, inspecionados de 9 e Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Gerais (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913, p. 505.

¹²⁹ ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: Fund. J. P, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago. 1983, p. 14.

¹³⁰ LEFORT, José do Patrocínio, 1950 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 285.

¹³¹ SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, pp. 280-281.

maior do que aquela que se via antes da introdução desses elementos. Assim, as instituições bancárias passariam a ser necessárias, mesmo que para as operações mais simples.

No próximo tópico, destacaremos as primeiras instituições bancárias do Sul de Minas Gerais. Vale lembrar que essas instituições devem ser pensadas não no sentido atual da palavra, pois os primeiros bancos do Sul de Minas realizavam, principalmente, transações mais simples, como depósitos. As transações mais complexas, a princípio, eram realizadas por instituições de outras províncias próximas, como Rio de Janeiro e São Paulo. Depois, passaram a ser realizadas por instituições da Zona da Mata e de Belo Horizonte.

1.4. As instituições bancárias

Schumpeter foi um dos primeiros estudiosos a relacionar explicitamente sistema bancário e crescimento econômico. O crédito fornecido pelas instituições bancárias seria condição necessária para que o empresário pudesse realizar sua inovação¹³².

Os bancos no Brasil chegaram primeiramente ao Rio de Janeiro e depois em São Paulo, pela própria movimentação gerada pela economia do café na região. O complexo cafeeiro paulista atraiu para a localidade componentes de modernização e urbanização que só chegariam depois em outras regiões do Brasil.

Em Minas Gerais, apesar de serem introduzidas em 1819¹³³ – por meio da caixa filial do Banco do Brasil em Vila Rica – as instituições bancárias ganharam impulso na província apenas no final da década de 1880 e início de 1890¹³⁴, após a abolição da escravidão e da gestação da economia cafeeira. Assim como foi a Zona da Mata a região onde o café e as ferrovias chegaram primeiramente, foi lá também que nasceram os primeiros bancos, juntamente com as indústrias, nas últimas décadas do século XIX¹³⁵. Na Zona da Mata, o principal banco da região se situaria em Juiz de Fora – uma das cidades que apresentava maior crescimento econômico, contando com relevante parcela da indústria da região. Era o Banco de Crédito Real, estabelecido em 1889¹³⁶.

¹³² SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

¹³³ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. “Centralização Política e Bancos Regionais no II Império: O caso da caixa filial do Banco do Brasil em Minas Gerais”. In: *Encontro Regional de História*, 16, 2008. *Anais do Evento*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008.

¹³⁴ LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977.

¹³⁵ ALBINO, Washington. “Perspectivas Atuais da Economia Mineira”. In: *Seminário de Estudos Mineiros*, 2, 1957. *Anais do Evento*. Belo Horizonte, UFMG, 1957.

¹³⁶ Sobre o processo de industrialização de Juiz de Fora, cf.: GIROLETTI, Domingos. *A Industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

O movimento de expansão das instituições bancárias mineiras em direção ao Sul do estado coincide com o movimento geral da economia brasileira em que o Rio de Janeiro começava a perder importância econômica para São Paulo. Se num primeiro momento do crescimento bancário em Minas Gerais, os bancos da Zona da Mata desenvolveram-se de forma ligada ao Rio de Janeiro, depois, os da região Sul de Minas Gerais passaram a crescer voltados para o estado de São Paulo.

No período de 1889 a 1908 foi criado apenas um banco no Sul de Minas Gerais, e seis bancos na Zona da Mata; mas entre 1909 a 1930 foram criados dezesseis bancos na Zona da Mata, dez na região de Belo Horizonte e trinta e cinco no Sul de Minas Gerais. Ou seja, se vê rápida movimentação bancária no Sul de Minas a partir de 1909¹³⁷.

Por exemplo, o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, fundado em 1911, tinha agências em Varginha, São Sebastião do Paraíso, Guaxupé, Formiga, Barbacena, Araguari, Curvelo, Muriaé, Carangola e Ubá. O Banco do Brasil era mais antigo do que o Hipotecário e Agrícola, mas também ampliou o número de agências na época¹³⁸. Não obstante, a expansão bancária sul-mineira não significava, necessariamente, que as maiores receitas girassem em torno das cidades daquela região, embora o crescimento econômico não devesse ser minimizado.

No período de expansão dos bancos sul-mineiros, tanto a economia cafeeira como as ferrovias e as primeiras casas comerciais já haviam chegado em Minas Gerais. Dessa forma, por hipótese, podemos afirmar que a dinamização, mesmo que limitada, gerada por aqueles elementos no Sul de Minas, acabaram por movimentar a economia, gerando a necessidade de instituições bancárias para a melhor movimentação das receitas geradas.

Wirth sugere que, mais do que criar condições favoráveis para o desenvolvimento da cafeicultura e da indústria, os bancos foram para o Sul de Minas Gerais em busca de oportunidades geradas por essas atividades, seguindo uma possível demanda por crédito e outros serviços financeiros¹³⁹.

Com o aumento do número das instituições bancárias do Sul de Minas, no estado como um todo também ocorreu o mesmo, especialmente na década de 1920, em que cresceu significativamente o número de instituições bancárias mineiras. No entanto, apesar da expansão bancária no Sul mineiro, as operações maiores ainda concentravam-se em bancos de

¹³⁷ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. "Expansão Bancária no Sul de Minas em Transição (1889-1930)". In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 303-329.

¹³⁸ PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Brasília: Banco do Brasil, 1979.

¹³⁹ WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

outras regiões do estado, como Zona da Mata e Belo Horizonte. Entre 1920 e 1925, o Banco Hipotecário e Agrícola e o Banco Comércio e Indústria, ambos de Belo Horizonte, e o Banco de Crédito Real, de Juiz de Fora, por exemplo, abocanhavam juntos cerca de 90% dos depósitos em conta corrente de Minas¹⁴⁰. As instituições do Sul Mineiro eram ainda pequenas, comparadas com os bancos de outras regiões do estado.

Contudo, mesmo com a concentração dos maiores capitais em Belo Horizonte e na Zona da Mata, não se pode negar que a movimentação bancária do Sul mineiro dava nova forma à economia sub-regional. A localização geográfica dos bancos fornece algumas pistas: primeiramente, a interação entre as economias do Sul de Minas Gerais e de São Paulo deve ser considerada na dinâmica da expansão bancária regional. Os bancos sul-mineiros criados entre 1910 e 1920 concentraram-se nos arredores de Varginha, ou dispersaram-se ao longo de uma linha que acompanhava a borda paulista, nos arredores de Guaxupé e Pouso Alegre¹⁴¹.

As principais cidades produtoras de café da região em 1927 – que também possuíam alguma produção industrial naquele mesmo ano –, tiveram algum banco criado entre 1909 e 1927. Além disso, a Mogiana e a Rede Sul Mineira levaram o trem à maioria daquelas cidades. Isso nos mostra que há certa relação entre urbanização, café, ferrovias, comércio e instituições bancárias para o Sul de Minas Gerais.

Em Varginha, as instituições bancárias chegaram na quarta década de formação da cidade. Fonseca e Liberal mostraram uma relação entre comércio e bancos em Varginha, afirmando: “Como elementos propulsores do grande comércio varginhense, que se irradia por grande extensão do Sul do Estado, de modo a dar-lhes merecidamente a primazia comercial, conta a cidade dois magníficos estabelecimentos”¹⁴².

Em 1915, foi inaugurada uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e antes disso, em 1912, havia sido inaugurada uma agência do Banco do Brasil. As duas agências “luxuosamente instaladas em prédios próprios”, facilitavam a circulação monetária, gerando lucros para seus usuários e levando as negociações realizadas em Varginha para além do município¹⁴³.

Luiz Rubião afirmou que o crescimento pelo qual passava Varginha demandava instituições bancárias:

¹⁴⁰ COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*. 1978. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1978.

¹⁴¹ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. “Expansão Bancária no Sul de Minas em Transição (1889-1930)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 303-329.

¹⁴² FONSECA, Sylvestre & LIBERAL, João 1920 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 281.

¹⁴³ Idem.

As necessidades crescentes de nossa lavoura, o movimento sempre em progressão do nosso comércio, o lugar em destaque que gozava no Sul de Minas, Varginha, como centro produtor e comercial do café, vinha de longa data exigindo um estabelecimento de crédito nesta praça¹⁴⁴.

E em relação ao fato de Varginha ter tido certa movimentação financeira sem contar com nenhum banco, escreveu Rubião que “esse curioso fato da economia” poderia ser explicado pela confiança ilimitada que desfrutava Varginha e pela firmeza do crédito de seus fazendeiros, que moviam importantes capitais apenas com suas palavras¹⁴⁵.

A criação de uma agência bancária, de acordo com Rubião, era uma das principais alavancas para o crescimento de Varginha: “a maior parcela lançada pelo Destino na “conta-corrente” da história econômica deste município. Pois além de criar um magnífico instrumento de negócios, desembaraçou os nossos comerciantes e lavradores das peias estreitas e antiquadas dos capitalistas da terra”¹⁴⁶.

Antes da criação das instituições bancárias, os fazendeiros, comerciantes e pequenos industriais da cidade faziam-se de bancos, emprestando dinheiro para particulares ou para financiar empreendimentos para o município, como o fez Matheus Tavares da Silva, financiando parte da estrada de ferro. Depois do nascimento dos bancos, eles passavam a organizar o fluxo monetário em Varginha, mas os empréstimos entre particulares continuaram ocorrendo¹⁴⁷.

Chegando ao fim deste capítulo, consideraremos abaixo o caso das indústrias no Sul de Minas Gerais. Dados do censo industrial de 1907 mostraram que a localidade contava com grande quantidade de estabelecimentos industriais, em comparação com outras regiões do estado; mas em geral, eram estabelecimentos pequenos, com baixo número de trabalhadores, baixo volume de capital e pequena produção¹⁴⁸. A dinamização da economia Sul mineira era notável, mas com limitações.

¹⁴⁴ RUBIÃO, Luiz José Alvares, 1919 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 281-282.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 282.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ No capítulo 4 desta dissertação poderá ser observado, por meio dos inventários *post-mortem*, que com o passar dos anos os investimentos em dívidas ativas e passivas se expandiram, ou seja, empréstimos entre particulares continuaram ocorrendo até o fim de nosso período de análise, pois em muitos casos, as dívidas eram empréstimos realizados entre os moradores do município.

¹⁴⁸ SAES, Alexandre Macchione et al. “Sul de Minas em Transição: Ferrovias, Bancos e Indústrias na constituição do Capitalismo na passagem do século XIX para o século XX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do Evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

1.5. A formação da indústria

No Brasil, de maneira geral, o processo de industrialização da transição do século XIX para o XX era concentrado, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro (o antigo Distrito Federal) e no estado de São Paulo, que poderiam ser classificados como emergentes centros industriais¹⁴⁹.

Na mesma época, Minas Gerais, apesar de já possuir uma indústria nascente, não poderia ser considerado como um estado em que o processo de expansão industrial era representativo.

Antes dos princípios do século XX, a província mineira contava com estabelecimentos industriais, principalmente artesanais ou ainda bastante arcaicos. Segundo Iglésias, depois de transformar-se em estado, os pequenos estabelecimentos herdados da província consistiam em tecelagens, colchas, cobertores, cerâmicas, casas de chapéus, linhas, cervejarias, vinhos e licores, cigarros, material de construção, artigos de cera e couros, e alimentos. Esses estabelecimentos existiam em grande número, mas com dimensões reduzidas, para atender ao mercado imediato. Na época, poucos estabelecimentos se destinavam à exportação com certa distância. E se fosse demandado algum artigo de luxo, “(...) este, de pouco uso, era buscado nas cidades litorâneas, em viagens ao exterior ou trazido pelos mascates”¹⁵⁰.

Pela citação de Iglésias, fica clara a ocorrência da modernização dos padrões de consumo em Minas Gerais, antes do começo do século XX. Os pequenos estabelecimentos herdados da província eram aqueles que serviam a população como um todo, enquanto a minoria, que adquiria artigos diferenciados não produzidos pela técnica interna, dependia das fábricas de outras regiões.

Na transição do século XIX para o XX, o contexto de estabelecimentos arcaicos da época provinciana mineira passaria por transformações, gerando certa receita para a economia mineira, embora com algumas limitações.

Pelo censo industrial de 1907, é possível compreender que as fábricas de alimentos, normalmente artesanais e sem grandes sofisticções tecnológicas, eram as mais numerosas no cenário mineiro¹⁵¹. O setor de alimentos liderava em número de estabelecimentos, mas o

¹⁴⁹ SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976, pp. 79-80.

¹⁵⁰ IGLÉSIAS, Francisco. “Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930)”. In: MONTEIRO, Norma. (Org). *Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 1982. P. 115-144, (p. 126).

¹⁵¹ Apesar do censo de 1907, juntamente com o censo de 1920, serem umas das principais fontes de apoio para o estudo da indústria brasileira na Primeira República, deve-se apropriar de seus dados com precaução. Para alguns comentários sobre o censo, ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: A Economia Gaúcha na República Velha”. In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984.

capital, em conto de réis era liderado pelo ramo têxtil, seguido do setor de alimentos. O mesmo ocorria para a produção em contos de réis, ou seja, a liderança era do setor têxtil, seguido do setor alimentício. Os dados podem ser confirmados por meio da tabela abaixo:

Tabela 1.7. Estrutura industrial de Minas Gerais (censo de 1907)

Setores	Número de estabelecimentos	Capital (contos)	%	Produção (contos)	%
Alimentos	270	5.094	18,9	10.384	32,5
Fumo	10	212	0,7	894	2,1
Têxteis	36	15.884	62,9	12.807	40,2
Artigos de Couro	30	1.203	4,4	2.205	6,9
Material de Construção	100	1.716	5,4	1.928	6,0
Metal e maquinaria	32	984	3,6	1.940	6,1
Produtos químicos	14	338	1,2	957	3,0
Diversos	37	303	1,0	961	3,1
Total	529	26.820	100	31.879	100

Fonte: Lima, 1977, p.103, tabela II.

Desconsiderando os ramos de alimentos e têxteis, os outros ramos industriais apresentavam menor impacto na estrutura industrial mineira, não chegando 10% do capital e nem da produção. E ainda, a distribuição dessas empresas nas regiões de Minas Gerais era bastante desigual.

Considerando as sete regiões políticas enfatizadas por Wirth, aproximadamente 90% dos estabelecimentos industriais mineiros concentravam-se apenas em três regiões: Mata, Centro (Metalúrgica) e Sul.

A região Metalúrgica, localizada no centro do estado, era um núcleo de grande operariado, mas pouco desenvolvida tecnologicamente. A estrutura manufatureira pouco se transformou no decorrer do século XIX, aproveitando-se dos mais populosos centros urbanos mineiros, porém, não encontrando dinamização interna necessária para sua reprodução e evolução. Em segundo lugar e, com dinâmica bastante diferente, a indústria se modernizou na Zona da Mata, graças, sobretudo, a Juiz de Fora, cidade em que o capital industrial formou-se mediante os interstícios do comércio agrário-exportador. Finalmente, em terceiro lugar, a indústria do Sul de Minas, pequena, com poucos trabalhadores e sem sofisticções tecnológicas, crescia numa dinâmica ambígua, ora reproduzindo o modelo cafeeiro da Zona da Mata, ora recuando às suas heranças de abastecimento interno. No restante do estado,

poucas plantas fabris espalhavam-se pelos diversos municípios, sem constituir importantes redes de comunicação e integração com o mercado regional¹⁵².

Dado que o café se localizava nas regiões Mata e Sul (...) e tomando-se como região não cafeeira o resto do Estado, teríamos a região cafeeira detendo uma maior parcela do valor da produção e a não cafeeira uma parcela maior do capital e de operários, além de uma maior média do capital, operários e produção por estabelecimento¹⁵³.

Pelo censo de 1907, podemos ver o número de estabelecimentos industriais em quatro das sete regiões estudadas por Wirth:

Gráfico 1.1. Número de indústrias nas principais regiões industriais de Minas Gerais (censo de 1907)

Fonte: DINIZ, 1981, p.109-111.

Pelo gráfico 1.1., observamos que a Zona da Mata era a região que apresentava o maior número de indústrias, possuindo 182 estabelecimentos. Isso pode ser explicado, de certa forma, pela dinâmica gerada pela economia cafeeira naquela região. As receitas geradas pelo café e pela comercialização de mercadorias com a chegada das estradas de ferro, além de atraírem as instituições bancárias, podem ter induzido a criação dos primeiros estabelecimentos industriais na Mata, fazendo com que a região estivesse à frente de outras localidades do estado.

O Sul de Minas Gerais vinha em segundo lugar na classificação, com 159 estabelecimentos industriais, um número relevante comparado com outras regiões.

¹⁵² SAES, Alexandre Macchione et al. "Sul de Minas em Transição: Ferrovias, Bancos e Indústrias na constituição do Capitalismo na passagem do século XIX para o século XX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do Evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 20.

¹⁵³ LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977, p. 97.

Comparando o número de estabelecimentos industriais com outras localidades do estado, vemos que o Sul de Minas estava acima da área Metalúrgica, que contava com 135 estabelecimentos, e se distanciava bastante do Oeste, região que, comparada com as outras três, possuía número bem pequeno de indústrias.

Entretanto, comparando-se o número de funcionários que serviam esses estabelecimentos, obtém-se diferente resultado, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1.2. Número de operários nas principais regiões industriais de Minas Gerais (censo de 1907)

Fonte: DINIZ, 1981, pp. 109-111.

Era a região Metalúrgica que apresentava o maior número de operários, de acordo com o censo de 1907, com a média de aproximadamente trinta operários por indústria, enquanto a Zona da Mata apresentava uma média de dezesseis funcionários por estabelecimento. A média de trabalhadores no Oeste também era elevada, com cerca de vinte e seis funcionários por estabelecimento, consequência de duas grandes empresas, uma em Cidade do Pará com sessenta operários e outra em Pitangui com cento e treze.

Já o Sul apresentava a menor média de trabalhadores por indústria, sendo quatro trabalhadores por empresa, característica esta disseminada em praticamente todas as cidades sul-mineiras, com indústrias mais próximas de pequenos artesanatos e empresas de alimentos para o consumo local¹⁵⁴. A diferença na média de funcionários, comparando o Sul mineiro às demais localidades de Minas, era bastante elevada.

¹⁵⁴ SAES, Alexandre Macchione et al. "Sul de Minas em Transição: Ferrovias, Bancos e Indústrias na constituição do Capitalismo na passagem do século XIX para o século XX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do Evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 18.

Na verdade, não há ainda uma explicação concreta para esse fato, pois como vimos no começo deste capítulo, o Sul mineiro passou a concentrar importante parcela da população do estado ao longo dos anos e, no ano de 1920, era a localização com a maior população de Minas Gerais, contando com 20% da população do estado. O que aqui é mais plausível se explica no fato de que, os trabalhadores, mesmo com o crescimento urbano pelo qual a região passava, se concentrarem em atividades rurais, ou comerciais, que não foram contabilizadas como estabelecimentos industriais pelo censo de 1907.

Em relação ao capital e à produção, os dados do censo mostram que, se por um lado a região Metalúrgica concentrava a maior população de operários, o capital nominal das indústrias e o valor da produção eram maiores na Mata. Isso, mais uma vez, pode ser explicado pelo fato da economia cafeeira ter se estabelecido primeiramente na Zona da Mata, absorvendo para aquela região transformações mais intensas na economia. Pelo gráfico abaixo podem ser vistos os dados gerais sobre capital e valor da produção para as quatro regiões mineiras que estamos analisando:

Gráfico 1.3. Capital e valor da produção nas principais regiões industriais em Minas Gerais, em contos de réis (censo de 1907)

Fonte: DINIZ, 1981, p.109-111.

O Sul aparecia com o menor valor em capital e, no caso da produção, estava acima apenas do Oeste. Apesar dos dados apontarem para certa relação entre café, ferrovias, comercialização e bancos para o Sul de Minas, a relação desses elementos com os estabelecimentos industriais era menor.

Na década de 1920, o contexto alterou-se muito pouco. A Zona da Mata se manteve como maior produtor de bens industrializados do estado, vendendo para seu mercado local,

mas dependendo financeiramente e tecnologicamente cada vez mais de suas articulações com a cidade do Rio de Janeiro. A região Sul, por sua vez, ampliou sua participação, praticamente dividindo a segunda posição com a região Metalúrgica. Um argumento plausível para essa aproximação é, de um lado, a continuidade de uma estrutura industrial arcaica na região Metalúrgica, somada a maior representatividade da região Sul na produção da economia mineira de maneira geral. O Oeste manteve sua estrutura bem mais arcaica, comparando com as demais regiões¹⁵⁵.

Desfocando das quatro regiões que estamos investigando (Mata, Sul, Metalúrgica e Oeste), as outras localidades de Minas, todas juntas, apresentavam valores de produção industrial baixos, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1.8. Produção industrial em Minas Gerais (censo de 1920)

Regiões	Produção (mil contos)	%
Mata	286	27,9
Metalúrgica	180	17,6
Sul	162	15,9
Oeste	89	8,7
Outras ¹⁵⁶	303	29,2
Total	1.025	100

Fonte: Lima, 1977, p.120, tabela XVII.

O valor da produção referente às outras regiões de Minas Gerais equivalia a pouco mais do valor produzido pela Zona da Mata. Isso significa que, ainda que no Sul de Minas Gerais tenha sido possível notar dificuldades no ramo industrial, sua estrutura não estava tão atrasada, em relação ao restante do estado.

No contexto mineiro, o Sul era uma região que, participando de uma contínua integração regional e incorporando os componentes modernos difundidos do centro do capitalismo, conseguia, mesmo que a passos lentos, criar sua indústria. Sua produção industrial vinha ampliando a participação no valor total da produção de Minas Gerais, entre os períodos de 1907 e 1920. Isso mostra avanços que não devem ser desconsiderados, pois apesar de um relativo atraso, o Sul de Minas via sua economia crescer, com a ajuda da indústria nascente.

Em Varginha, foi em 1893 que surgiu o primeiro estabelecimento industrial da cidade: a fábrica de vinhos produzia cinco pipas anualmente, sendo 300 mil réis cada uma. As cinco

¹⁵⁵ SAES, Alexandre Macchione. et al. "Sul de Minas em Transição: Ferrovias, Bancos e Indústrias na constituição do Capitalismo na passagem do século XIX para o século XX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do Evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 20.

¹⁵⁶ O termo "Outras" refere-se às indústrias de regiões omitidas, e também àquelas cujos locais de origem não foram identificados.

pipas produzidas por ano correspondiam a 2.486.000 litros de vinho, que eram consumidos localmente. Mas além da fábrica de vinhos, em 1893, Varginha contava com uma fábrica de meias de lã¹⁵⁷.

O café, que era o principal produto de exportação do município, também estava diretamente ligado à indústria. “Entre os principais estabelecimentos industriais, destacam-se os destinados ao beneficiamento e rebeneficiamento do café, todos localizados em proximidade da estação férrea de Varginha”¹⁵⁸.

Assim como conseguimos notar uma relação, embora limitada, entre café e nascimento de algumas cidades sul-mineiras – como é o caso de Varginha, cidade que surgiu da expansão dos cafezais pelo solo Sul mineiro; café e ferrovia – porque esta fez com que o café pudesse ser comercializado de forma mais eficiente; café e comércios – porque Varginha possuía estabelecimentos comerciais destinados a vender o produto; café e bancos – não porque um capital cafeeiro em Varginha gerou os bancos, mas os pequenos negócios de café e os produtores e comerciantes envolvidos na cafeicultura precisavam de bancos, mesmo que para operações simples; podemos pensar também na relação entre café e estabelecimentos industriais, como mostrou o memorialista Rubião, destacando os estabelecimentos de beneficiar café.

Em relação às demais indústrias em Varginha (além das fábricas de vinhos e de meias de lã, e dos estabelecimentos de beneficiar café), Fonseca a Liberal escreveram que destacavam-se os estabelecimentos de: aguardente, rapadura, manteiga, e as oficinas mecânicas. Havia também fábricas de gelo, de balas e caramelos, de bebidas, as serrarias e carpintarias; as máquinas de aluguel de beneficiar arroz, as oficinas de ferreiros, as padarias e uma fábrica de banhas¹⁵⁹.

Esses estabelecimentos industriais, ainda com estruturas primitivas, surgiram quando Varginha já havia passado por uma fase inicial de formação. Nesse caso, entendemos que no início do século XX, depois da chegada da ferrovia, do crescimento da produção e comercialização de café e da importância dos comércios varginhenses, além da chegada das instituições bancárias, a cidade apresentava certa movimentação que favorecia o surgimento de indústrias.

¹⁵⁷ SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 279-280.

¹⁵⁸ RUBIÃO, Luiz José Alvares, 1919 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 280.

¹⁵⁹ FONSECA & LIBERAL, 1920 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 280-281.

1.6. Síntese

Nossa trajetória mostrou como relacionaram-se, embora de forma limitada para o Sul de Minas Gerais, o crescimento das cidades, a chegada do café, a introdução das ferrovias e a intensificação comercial, o surgimento das instituições bancárias e o nascimento das indústrias.

Primeiramente, em fins do século XIX, o Sul de Minas Gerais passou por um aumento de seus municípios, nos mostrando um processo de urbanização em curso. Esse processo de urbanização inicial foi tomando forma com a expansão da atividade da cafeicultura pelas terras da região. Assim, o café chegou numa economia voltada para o abastecimento de províncias vizinhas, e logo que foi introduzido no Sul mineiro, passou a ocupar um lugar importante, conduzindo a localidade na formação de um setor exportador. A partir daquele momento, o Sul de Minas, além de abastecer outras áreas, geraria uma dinâmica interna diferente. Se antes produzia-se com o objetivo de suprir às regiões vizinhas, com o café, a renda gerada serviria para o fortalecimento da economia interna.

Depois, vimos que as ferrovias que passavam pelo Sul de Minas não transportavam apenas café, apesar da presença do produto ser relevante no meio transporte, sobretudo nos anos iniciais do século XX. Ao observarmos a diversidade de produtos que circulavam pelas estradas de ferro, podemos dizer que havia comercialização no Sul de Minas, entre as cidades da região, e com províncias vizinhas.

Crescimento de municípios, café, ferrovias e comércios retratavam nova realidade para o Sul de Minas Gerais, algo que não estava presente naquela sociedade. Assim, essa dinamização atraiu também as instituições bancárias, pois entendemos que as transformações pelas quais passaram a economia sul-mineira chamaram para si os primeiros bancos da região que, apesar de ainda serem primitivos, realizando transações mais básicas, como depósitos, representavam um avanço para a localidade.

A região sul-mineira crescia e modernizava-se, mostrando diferenças, por exemplo, com outras regiões de dentro da própria Minas Gerais, que apresentavam dinâmicas menos prósperas, como era o caso do Oeste de Minas, ou dinâmicas mais desenvolvidas, como era o caso da Zona da Mata.

O crescimento das cidades, a cafeicultura, as estradas de ferro, os comércios e as instituições bancárias foram um conjunto de constituintes que deram condições para que a indústria sul-mineira também surgisse, apesar de ser uma indústria que nascia prematura, com limitações.

A transição para o capitalismo no Sul de Minas Gerais, dessa forma, foi uma transição particular. Por um lado, o crescimento econômico na região contou com os componentes básicos da urbanização, pois o conjunto de elementos que citamos acima esteve presente na formação capitalista das diversas regiões do Brasil, transformando, de certa maneira, as realidades locais antigas. Mas por outro lado, a movimentação desses itens no Sul mineiro foi um tanto particular, diferentemente do que ocorria nos grandes centros econômicos brasileiros. Limitada pelas cidades pequenas; pelas indústrias com poucos funcionários e pequeno valor da produção e do capital; pelos bancos que, a princípio, realizavam apenas operações mais simples. Assim, os processos de modernização e urbanização que chegaram com menos força na região sul-mineira – em comparação com as regiões vizinhas de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo – também chegaram de forma restringida em Varginha.

Em nossos próximos capítulos, destacaremos as transformações urbanas pelas quais passou o município de Varginha no período de 1882 até 1920. No capítulo dois, destacaremos informações das atas da Câmara Municipal; no capítulo três, nos utilizaremos, sobretudo, de dados e informações contidos nos registros de imóveis; por fim, no capítulo quatro, analisaremos a estrutura de riqueza da sociedade varginhense e de sua elite, por meio dos inventários *post-mortem*.

SEGUNDA PARTE:

A CIDADE DE VARGINHA E OS DISTRITOS DE PONTAL E CARMO DA CACHOEIRA POR MEIO DAS FONTES PRIMÁRIAS

Parte final da ata de instalação da Câmara Municipal de Varginha, em 17 de dezembro de 1882 e início da ata da reunião de 18 de dezembro de 1882.

CAPÍTULO 2

TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO MUNICÍPIO DE VARGINHA (1882-1920)

Para John Wirth, a transição do século XIX para o século XX, em Minas Gerais, refere-se “tanto ao histórico deslocamento do eixo político e econômico do Norte para o Sul, mas também [refere-se] às forças de modernização – diferenciação social, urbanização, crescimento do mercado interno – que os eventos políticos cobrem e escondem”¹⁶⁰.

Como poderemos observar em Varginha, foi o grupo de vereadores que conduziu o município rumo ao seu processo de urbanização, na medida em que os projetos e leis voltados para organização e urbanização do município – tais como nomeação de ruas e praças, consertos de estradas e pontes, retirada de animais das ruas, melhorias no serviço abastecimento de água, instalação da energia elétrica e das linhas telefônicas, dentre outros – passavam pelas reuniões da Câmara.

Em Varginha, a urbanização foi acompanhada da diversificação dos padrões de consumo, não apenas referentes a produtos novos numa sociedade, a bens móveis importados, às mobílias de dentro das casas ou vestimentas diferenciadas. A elite agrária, por meio de seus investimentos, criava padrões de consumo relacionados também à utilização do espaço urbano. As empresas de serviços urbanos que chegariam em Varginha, sobretudo na quarta década de sua formação, instituíam na sociedade varginhense padrões de consumo novos para a população: utilizar os serviços de energia elétrica ou das linhas telefônicas era algo diferente no contexto da passagem do século XIX para o século XX. Mas esses padrões de consumo compatíveis, especialmente, com o espaço urbano, não estavam presentes em todas as famílias varginhenses, porque não era toda a população que possuía condições de habitar o espaço urbano.

Assim, a modernização, tendo como uma de suas forças a urbanização, gerou também diferenciação social. Em Varginha – e não apenas em Varginha – foram os vereadores os condutores desse processo, porque estavam à frente da administração do município. Mesmo que, em alguns casos, determinados assuntos precisassem ser repassados ao governador, eram os vereadores que representavam todos os moradores varginhenses, ainda que formalmente.

Finalmente, a modernização é resultado do crescimento do mercado interno. O fato de a cidade contar com crescente número de casas no espaço urbano, com casas comerciais e com a ferrovia, por exemplo, fizeram com que a economia varginhense também crescesse e

¹⁶⁰ WIRTH, John. *O Fiel da Balança - Minas Gerais na Federação Brasileira (1889/1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 28.

que, a partir da primeira década do século XX, tendo uma economia mais dinâmica, se desenvolvessem outros elementos importantes, como a expansão da atividade da cafeicultura, as instituições bancárias, as primeiras fábricas e as empresas de serviços urbanos, que aos poucos iam transformando a economia de Varginha.

Entendemos, portanto, que a elite age de forma a auxiliar uma região em seu processo de modernização, atuando para intensificar – ou não – as forças do processo e beneficiar-se dele, como poderemos compreender por meio das análises das atas da Câmara Municipal de Varginha¹⁶¹.

2.1. Primeiros anos de Varginha como cidade: sistematização da Câmara Municipal e organização do espaço urbano (1882-1889)

Foi no final do ano de 1882 que ocorreu a primeira reunião da Câmara Municipal de Varginha, pois até aquela data, o antigo distrito pertencia à comarca de Três Pontas¹⁶². Assim:

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a installação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Franscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva foi pelo dito Presidente deferido juramento na forma da Lei, aos Vereadores acima referidos, e tendo sido feita a leitura do aucto da installação e posse desta Villa, pelo Secretário da Camara Municipal da cidade de Três-Pontas na forma da lei, e assignado pelo Presidente da Comarca Municipal da mesma Cidade, e Vereadores desta Camara, e cidadãos presentes¹⁶³.

Apesar de alguns municípios sul-mineiros terem surgido entre as décadas de 1860 e 1880, o município como entidade independente passou a ganhar maior destaque no Brasil em

¹⁶¹ Presentes no Museu Municipal de Varginha (MMV).

¹⁶² Sobre a regulamentação das Câmaras Municipais, o artigo 169 da Constituição de 1824 dizia que “O exercício de suas funções municipaes, formação das suas Posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares e uteis attribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar”. Essa Lei Regulamentar foi a de 1º de outubro de 1828, que contava com 90 artigos sobre regulamentações direcionadas aos municípios. Os 90 artigos são divididos em cinco partes, com detalhes sobre o funcionamento das Câmaras Municipais. A primeira parte, sob o nome de Título I, que conta com 23 artigos, descreve a “Fórma de Eleição das Camaras”; a segunda parte, ou Título II, discursa sobre as “Funcções Municipaes”, contando com 42 artigos; no Título III são escritas as “Posturas Policiaes”, tendo essa parte 8 artigos; o Título IV, contando com 5 artigos, fala sobre a “Applicação das Rendas”; a última parte possui o Título V como “Dos Empregados”, contando com 12 artigos. (Lei Regulamentar das Câmaras Municipais (Império), de 01/10/1828. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 02/08/2016). Segundo interpretação da Constituição de 1824 por Octaciano Nogueira (2012, p. 24), a Lei Regulamentar das Câmaras Municipais foi complementar à Constituição de 1824, na medida em que regulou a administração municipal praticamente até 1891, com as pequenas alterações que foram introduzidas pelo Ato Adicional de 1834 e a Lei de Interpretação do Ato, de 1841.

¹⁶³ ACMV, 1882, fl. 01.

1824, tendo feições específicas e existência constitucional, existência essa que pode ser vista no artigo 167 da Carta Magna de 1824.

Desde 1824, então, era eleito como presidente da Câmara, em todos os municípios brasileiros, o cidadão que obtivesse o maior número de votos. “A Constituição de 1824, tendo criado câmaras eletivas em todas as cidades e vilas existentes ou que viessem a ser criadas, incumbiu-lhes “o governo econômico e municipal das mesmas cidades e vilas” e determinou que seria presidente o vereador mais votado”¹⁶⁴.

Em Varginha, primeiramente, o presidente da cidade de Três Pontas convidou o vereador Joaquim Antonio da Silva para ocupar a cadeira da presidência e “presidir a eleição do Presidente effectivo que tem de servir nesta Camara, pôr reconhecer ser ele o mais velho dos vereadores presentes conforme precutira a lei a tal respeito”¹⁶⁵.

Tendo sido, portanto, iniciada a votação para eleição interna do primeiro presidente da Câmara Municipal de Varginha,

foi eleito, o Senhor Matheus Tavares da Silva, pôr quatro votos, qual o Senhor Presidente em mediatamente o convidou a tomar assento: o que sendo feito foi pôr este posto em votação, por escrutineo secreto, a eleição de Vice Presidente desta Camara pela qual verificou-se ter sido eleito o Senhor José Maximiano Baptista¹⁶⁶.

Terminada a eleição, Matheus Tavares da Silva convidou os demais vereadores para comparecerem no paço da Câmara às 10 horas do outro dia, 18 de dezembro de 1882, para tratarem da nomeação de empregados e demais assuntos que surgissem.

Depois da primeira reunião, os vereadores deveriam “seguir-se as solennidades religiosas”¹⁶⁷, pois já estava na hora da missa e “a religião tinha um papel de destaque cada vez maior na vida política e social de Minas (...)”¹⁶⁸.

Sendo assim, no outro dia:

o Senhor Vereador Govêa propôz para Secretário desta Camara o Senhor Francisco Saturnino da Fonseca. Sendo posto em discussão, foi aprovada. O Senhor Vereador Carvalho propôz para Procurador desta Camara o Senhor João Baptista da Fonseca. Posta em discussão, foi aprovada. O Senhor Vereador Baptista propôs, para Continuo o Senhor Francisco Ribeiro da Silva Barra, posta em discussão, foi aprovada. O Senhor Presidente propôs

¹⁶⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 121.

¹⁶⁵ ACMV, 1882, fl. 01.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ ACMV, 1882, fl. 02.

¹⁶⁸ WIRTH, John. *O Fiel da Balança - Minas Gerais na Federação Brasileira (1889/1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 207.

para Fiscal desta Villa, o Senhor Francisco Antonio de Oliveira, posta em discussão, foi aprovada¹⁶⁹.

Depois de aprovadas as propostas, os escolhidos para as funções prestaram juramento e o presidente da Câmara enviou ofício para o presidente da província, mencionando a instalação e posse da Câmara.

Dos membros que compuseram a primeira Câmara Municipal de Varginha, além de Matheus Tavares da Silva, o mais rico morador do município em nosso período de análise (considerando sua riqueza em contos de réis), temos José Maximiano Baptista, que foi tenente; Domingos Teixeira de Carvalho, descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 como capitalista e fazendeiro com engenho movido à água; Joaquim Antonio da Silva, membro também da elite varginhense, que aplicava grande parte de sua riqueza nos bens imóveis rurais, o que pôde ser observado pelo inventário de sua esposa, Francisca de Oliveira, falecida em 1892; e João Alves de Gouvêa, o barão de Lavras, que participou das reuniões de vereadores até meados do ano de 1887 e fez parte da elite varginhense (dono do maior montemor em libras esterlinas). Assim como a maioria dos inventariados varginhenses, o barão de Lavras aplicava a maior parte de sua riqueza nos bens imóveis rurais.

O perfil daquela Câmara de vereadores era o de uma elite agrária. Estava, portanto, nas mãos daquele grupo os rumos que o município tomaria nos primeiros anos de emancipação.

Montoro escreveu em sua tese, quando tratou do município no Império, que “os Vereadores não podiam se excusar ao cumprimento de suas funções. Eleitos pelos cidadãos da cidade ou da vila deveriam, necessariamente, assumir estas funções e comparecer às sessões da Câmara”¹⁷⁰. Em Varginha dos finais do século XIX, as reuniões da Câmara Municipal não eram muitas, ocorrendo a cada três meses. Quanto às eleições para vereadores, foi eleito apenas o presidente da Câmara, internamente, pelos membros que participaram da primeira reunião. Os demais funcionários foram escolhidos pelos vereadores e, em relação a estes últimos, considerando as relações entre municipalidade e presidente da província, poderiam ter sido nomeados pelo presidente¹⁷¹.

Para se eleger como vereador e para se votar na eleição de vereadores, exigiam-se as condições mencionadas nos artigos 90 e 91 da Constituição de 1824¹⁷². Mas algumas

¹⁶⁹ ACMV, 1882, fl. 02.

¹⁷⁰ MONTORO, Eugênio Augusto Franco. *O Município na Federação Brasileira*. 1974. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974, p. 08, nota 4.

¹⁷¹ O presidente da província tinha poder para nomear e excluir pessoas de suas funções, como veremos abaixo, na segunda seção desse capítulo.

¹⁷² A Constituição de 1824, em seu artigo 90, dizia que “As nomeações de Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Províncias, serão feitas por Eleições indirectas,

mudanças ocorreram em 1881, com a Lei Saraiva, quando instituiu-se em todo Império a eleição direta. A Lei também elevou o censo ao alistamento e, sendo assim, qualquer cidadão alistável¹⁷³, que residisse no município há pelo menos dois anos, poderia ser eleito vereador.

Nos primeiros anos de formação de Varginha, os principais esforços dos vereadores diziam respeito à infraestrutura e organização do espaço urbano, assim como ocorria com outras cidades brasileiras em seu período inicial de formação: as ruas e praças da cidade, bem como as casas que eram construídas, deveriam seguir certo padrão de organização, como poderemos ver por meio das atas.

Contudo, a expansão do espaço urbano de Varginha dava-se sob o regime jurídico do aforamento concedido pela autoridade eclesiástica competente, ou seja, Varginha pertencia à diocese de Campanha e era o bispo da diocese que administrava a cobrança de foros pelo solo ocupado. A preocupação da Igreja era apenas com a cobrança do imposto territorial, já à Câmara Municipal, cabia administrar financeiramente os processos de aforamento¹⁷⁴.

O poder de conceder terrenos estava inicialmente ligado à Igreja, sobretudo por causa da cobrança de impostos. Não obstante, a preocupação com a organização do espaço urbano cabia à Câmara Municipal que, por exemplo, na reunião de 10 de janeiro de 1883, por meio da proposta do vereador Domingos Teixeira de Carvalho, decidiu que o Fiscal “obrigasse” os proprietários da cidade a “reconstruírem as ruas em frente das suas propriedades, com calçamentos e outras providencias que fação desaparecer as ruínas das mesmas ruas, e que o mesmo Fiscal faça reconstrução nos iscavamentos da Praça deste Edifício”¹⁷⁵.

elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia”. O artigo 91 dizia que possuíam voto naquelas eleições primárias os cidadãos brasileiros que estivessem no gozo de seus direitos políticos e os estrangeiros naturalizados. No artigo 92, as informações eram referentes aos que não poderiam votar. Eram eles: os menores de 25 anos, “nos quaes não se compreendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras”; “os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios públicos”; os criados de servir, exceto guardalivros, primeiros caixeiros das casas de comércio, criados da Casa Imperial e administradores das fazendas rurais e fábricas; os religiosos; e os que não tivessem renda líquida anual de 100\$000 (cem mil réis) por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos. O artigo 93 completava que os que não podiam votar nas Assembleias Primárias de Paróquia, não podiam ser membros, nem votar na nomeação de alguma autoridade eletiva, nacional ou local. Por fim, o artigo 94 dizia que poderiam ser eleitos, e votar nas eleições para deputados, senadores, e membros dos conselhos de província, todos os que pudessem votar nas Assembleias Paroquiais, exceto: os que não possuíssem renda líquida anual de 200\$000 (duzentos mil réis) por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego; os libertos; e os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa. (CF – 1824, Cap. VI: Das eleições).

¹⁷³ Conforme o que foi citado na nota anterior.

¹⁷⁴ A legitimação da posse e dos títulos de propriedades, tanto municipais como particulares, só tornaram-se possíveis após sucessivas negociações entre o poder público municipal e a Igreja. Essas negociações duraram décadas e foi em 04 de novembro de 1922 que foi fixado um acordo entre a prefeitura e a diocese de Campanha, em que a diocese concedeu à municipalidade a gleba patrimonial delimitada por volta do ano 1806, quando foi construída a primeira igreja na cidade de Varginha (ÁVILA, 1983, p. 10).

¹⁷⁵ ACMV, 1883, fl. 05.

Todavia, a nova cidade precisava não apenas manter-se organizada, deveriam ser arrecadadas rendas para o município. Naquele mesmo ano de 1883, na reunião seguinte, de 11 de janeiro, foi criado o primeiro imposto municipal, pois deveria ser cobrado por cada carro que atravessasse o município com carregamentos para as estações da estrada de ferro de Dom Pedro ou mercados de qualquer ponto da província, o imposto no valor de dois mil réis por cada um¹⁷⁶. Para os carros que atravessassem Varginha partindo das estações da estrada de ferro Dom Pedro, o valor do imposto seria de quatro mil réis. Quem atravessasse a cidade e vendesse nela todo o carregamento, bem como os carros varginhenses, seriam isentos do imposto¹⁷⁷.

No ano de 1888 já havia melhor sistematização da forma de cobrança de impostos, e a ata de 09 de janeiro daquele ano dizia que:

A Camara Municipal da Cidade da Varginha, de acordo com o artigo 194 do seo actual codigo de Posturas, resolveo o seguinte: Artigo 1º - Fica fixado o imposto de passagem para cada carro que transpuser este Municipio, com quaisquer carregamentos, pôr ida e volta, em um mil reis. (Paragrapho 1º). A cobrança deste imposto será effectuada por mais de agentes de livre nomeação do Presidente da Camara. (Paragrapho 2º). Estes agentes entregarão mensalmente ao Fiscal desta Cidade, as sommas arrecadadas, deduzida sua porcentagem que será de 15% quinse por cento. (Paragrapho 3º). O Presidente da Camara, poderá encarregar da arrecadação deste imposto aos respectivos Fiscaes. (Paragrapho 4º). Este imposto será exigivel desde já e seo produto applicado em melhoramentos das estradas e pontes do Municipio¹⁷⁸.

Os impostos seriam utilizados para melhorias nas estradas e pontes, mas as responsabilidades não se fixavam apenas àquelas reparações, assim como ocorria com demais cidades de Minas Gerais¹⁷⁹. Era preciso, por exemplo, deixar o espaço urbano livre dos

¹⁷⁶ Sobre a questão das rendas dos municípios, a Lei Regulamentar de 1828 dizia, em seu título sobre a aplicação das rendas, no artigo 74 que “Não despenderão as rendas dos Conselhos senão em objectos proprios de suas attribuições, nem darão aos Juizes, ou outros empregados senão o que por Lei estiver determinado, ou no futuro fôr ordenado pelo Poder Legislativo”. O artigo 75 dizia que “O Procurador não fará despeza, que não seja autorizada por postura, ou determinada por deliberação da Camara”. O artigo 76 falava sobre a urgência da utilização das rendas, assim “Não podendo prover a todos os objectos de suas attribuições, preferirão aquelles, que forem mais urgentes; e nas cidades, ou villas, aonde não houverem casas de misericórdia, attentarão principalmente na criação dos expostos, sua educação, e dos mais orphãos pobres, e desamparados. No artigo 77 estava escrito que “Geralmente proporão ao Conselho Geral de Província, tanto os meios de augmentar suas rendas, como a necessidade, ou utilidade de fazer dellas alguma extraordinaria applicação”. (Lei Regulamentar das Câmaras Municipais (Império), de 01/10/1828. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 02/08/2016).

¹⁷⁷ ACMV, 1883, fl. 06.

¹⁷⁸ ACMV, 1888, fl. 84.

¹⁷⁹ Em cidades como Diamantina e Pouso Alegre, que nos séculos XIX e XX configuraram-se como importantes centros comerciais, era comum a cobrança de impostos de cidadãos que desejassem manter negócios em funcionamento no espaço dos mercados. Esses impostos iam para os cofres das Câmaras Municipais, para melhorias nas cidades. Sobre Diamantina, cf.: ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010. Sobre Pouso Alegre, cf.: VALE, Fernando Henrique do; SAES,

animais, que deveriam ser limitados ao espaço rural, às fazendas. Naquela mesma reunião, ficou decidido que os proprietários de éguas, cabras e cabritos deveriam retirar seus animais do patrimônio da cidade¹⁸⁰. Podemos, portanto, perceber que ao espaço urbano não poderia ser misturado práticas comuns do espaço rural, como a criação de animais.

As andanças de porcos pelas ruas de Varginha também eram frequentes e, no dia 09 de outubro de 1883, foi lido um requerimento pedindo à Câmara que tomasse providências a respeito da andança de porcos, pois era visto no novo espaço urbano estragos causados pelos animais¹⁸¹. No começo do ano de 1884, “pondo em discussão, á Camara deliberou o seguinte: E, pôr enquanto fique sustada qualquer providencia relativamente a retirada de pórcos das ruas e praças desta Cidade, até que se tome deliberação de acordo com as posturas de que se espera aprovação”.¹⁸²

Podemos observar que Varginha passava por um processo ainda tímido de urbanização, e que a principal preocupação dos vereadores e da maioria dos moradores da cidade era vê-la organizada, tomando a forma urbana de uma cidade.

Assim, a novo espaço urbano de Varginha precisava também de uma escola. Na primeira década de atas da Câmara não há nenhum registro sobre projetos para construção de escolas, isto é, não foi possível observar sobre o trâmite de aquisições de terrenos ou prédios para o funcionamento de escolas, mas no dia 21 de abril de 1884, a ata dizia o seguinte:

Pelo Senhor Presidente foi proposto que se officiasse ao Inspector Geral da Instrucção Publica da Provincia de Minas, agradecendo os livros que esta Camara recebeo, para serem distribuídos com os alunnos pobres que frequentão as escolas deste Municipio¹⁸³.

Não havia menção a projetos de construção física de escolas, mas a ata indicou que elas já existiam. As relações entre a Câmara Municipal e o presidente da província, porém, serão mais frequentes a partir da segunda década de formação de Varginha.

Além da organização do novo espaço em que desenvolvia Varginha, as contas do município também deveriam ser organizadas. A partir de 1883, em todos os anos se apresentava o orçamento das receitas e despesas para o próximo ano e, quando foram criadas as comissões permanentes, havia uma específica para a averiguação dos orçamentos. Nos

Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. “Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora (1880-1920)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 287-311.

¹⁸⁰ ACMV, 1883, fl. 06.

¹⁸¹ ACMV, 1883 fl. 15.

¹⁸² ACMV, 1884, fl. 19.

¹⁸³ ACMV, 1887, fl. 22.

primeiros anos de formação da cidade, as comissões eram criadas de acordo com o que demandava Varginha, mas sem organização formal. No dia 05 de novembro de 1884, por exemplo,

Havendo numero legal, o Presidente declarou aberta a sessão. Foi lida a acta do dia antecedente, posta em discussão, foi aprovada. Pelo Vereador Silva, foi proposto que se nomiassem uma comissão, composta dos Cidadãos Francisco Horacio Nogueira, e Olympio Gonçalves de Araujo, para examinar a estrada que segue desta Cidade, athe o lugar denominado porteira das Perobas, e darem seos pareceres sobre o concerto da mesma. O Presidente pondo em discussão, foi aprovada¹⁸⁴.

Os membros da Câmara dividiam-se para administrar a cidade, todavia, não possuíam funções específicas, porque poderiam pertencer a qualquer uma comissão. Além disso, as comissões não eram restritas apenas aos membros da Câmara, pois muitas vezes eram nomeados cidadãos de confiança do presidente e demais vereadores, mas que não prestavam seus serviços à municipalidade como vereadores.

No dia 20 de abril de 1886 foi criada uma comissão com “os Cidadãos José Pinto Ribeiro, e João da Silva Figueiredo Galvão, para hirem no dito lugar [estrada no lugar denominado Linha] e darem enformações a esta Camara, sobre a mesma estrada”¹⁸⁵.

Como escreveu Victor Nunes Leal, os vereadores deveriam cuidar das “benfeitorias públicas, calçadas, pontes, fontes, poços, chafarizes, caminhos, casas de Conselho, picotas e outras benfeitorias, que forem necessárias”¹⁸⁶. Tudo que a cidade demandava passava pelas reuniões da Câmara de vereadores.

Foi no dia 08 de janeiro do ano de 1887 que criaram-se as comissões permanentes, a fim de melhor se resolver sobre os assuntos do município¹⁸⁷:

Assim, foi nomuada uma commissão de redação e pusturas composta dos Vereadores Ferreira de Carvalho, Franco de Carvalho, e Domingos de Resende, uma outra comissão de orçamentos e contas composta dos vereadores Ferreira de Carvalho, Dias de Oliveira, e Justiniano de Paiva, uma outra comissão de obras publicas composta dos Vereadores Domingos de Resende, Capitão Manoel dos Reis, e Franco de Carvalho, e uma outra de saude e instrução publica composta dos vereadores Theodoro Naves, Francisco Joaquim da Silva, e Dias de Oliveira, declarando que nenhuma

¹⁸⁴ ACMV, 1884, fl. 30.

¹⁸⁵ ACMV, 1886, fl. 51

¹⁸⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 77.

¹⁸⁷ Todavia, a criação de comissões já estava presente nas Câmaras Municipais brasileiras desde 1828, pois: “como não tivesse especificado que a essa autoridade [Câmara Municipal] caberia, no âmbito municipal, o exercício das funções executivas, mas ao contrário desse realce à competência da câmara para a tarefa governativa em geral, a lei de 1828 não instituiu um órgão executivo municipal, deixando tal incumbência à própria câmara e seus agentes. O processo utilizado foi, por vezes, a criação de comissões internas da câmara, entre as quais se repartia a função executiva, outras vezes a entrega desse poder, dispersivamente, aos funcionários subalternos do município, notadamente aos fiscais” (LEAL, 2012, pp. 121-122).

deliberação possa ser tomada pela a Camara relativo a economia e policia da municipalidade sem que primeiro, sejam ouvido o parecer das respectivas comissões¹⁸⁸.

Mesmo com a criação de comissões permanentes, em alguns casos, eram criadas comissões específicas para o que demandasse o município. No dia 10 de janeiro de 1888, o presidente da Câmara, major Evaristo Gomes de Paiva, nomeou uma comissão composta dos Cidadãos doutor João Correia de Souza Carvalho, Francisco Quintino da Costa e Silva, Marcirio Jose de Andrade e Pedro de Alcantara Rocha Braga, “para visitar as prizonas desta Cidade, e se indicar dos respectivos prêzos sobre seo tratamento, e dar seo parecer indicando as medidas que devem ser tomadas”¹⁸⁹. Cada comissão então, cuidava de um assunto relacionado à cidade.

As comissões permanentes criadas em 1887 foram alteradas em 1888 e, assim, foi ocorrendo com o passar dos anos, dependendo do que demandavam os vereadores e o município de Varginha. Na reunião de 03 de julho de 1889 as comissões “ficarão assim compostas: Orçamento, os vereadores Xavier, Paiva e Resende. Obras Públicas Figueiredo, Silva e Paiva. Saúde e Instrucção Publica Rezende, Reis e Silva e Xavier”¹⁹⁰. Na época, não havia necessidade de mais nenhuma comissão permanente, e formava-se então as que tivessem utilidade.

Em 1889, por exemplo, na sessão de 02 de abril, foi lido um requerimento do cidadão Marcirio Jose de Andrade, pedindo à Câmara “para conceder o terreno em frente da casa do Cidadão Olympio Liberal que, obriga-se a cercar com muros, e para isso pedia que se nomeasse uma comissão para examinar o dito terreno e dar seo parecer por escripto a esta Camara”. Assim, o presidente nomeou uma comissão “composta dos Cidadãos Doutor João Corrêa, Capitão Antonio Caetano da Rocha Braga, e o ffiscal desta Cidade, para examinarem o terreno e dar seo parecer por escripto a esta Camara”¹⁹¹.

Na reunião do dia 04 de abril daquele ano, a comissão já havia averiguado o terreno e resolveu-se concedê-lo ao cidadão, porque contribuiria, além de outros fatores, para o “embelesamento” da cidade:

A comissão nomeada para dar seo parecer sobre o terreno que o Cidadão Marcirio Jose de Andrade requereu, troxe a mesa seo parecer que, é de parecer que o terreno lhe seja dado porque alem de ser um beneficio para o embelesamento da Cidade, tem tambem a vantagem de melhorar a rua que se acha bastante deteriorada, e que não ha utilidade alguma em conservar

¹⁸⁸ ACMV, 1887, fl. 61.

¹⁸⁹ ACMV, 1888, fl. 86.

¹⁹⁰ ACMV, 1888, fl. 101.

¹⁹¹ ACMV, 1889, fl. 98.

aquella praça, por não estar em condições de receber aquelle título, pois parece mais um erro de alinhamento do que praça publica, devido á ella ser triangular e muito pequena, e para sujeitão-se apreciação da illustrissima Camara. O Presidente pondo em discussão, a Camara deliberou que lhe fosse dado o terreno e ordem para mural-o¹⁹².

Podemos observar que os trabalhos das comissões, nos primeiros anos de Varginha como cidade, estavam relacionados ou a averiguação de ruas e praças, ou a vistoria de um terreno de algum particular, ou consertos em pontes e estradas, ou seja, assuntos burocráticos de coordenação de uma cidade. Contudo, faltava disciplina de alguns membros em relação à presença nas reuniões.

A falta de disciplina não estava presente apenas na primeira década de formação da cidade, em que os vereadores ainda se acostumavam com a nova rotina, pois durante todo o período em que analisamos Varginha, observamos o cancelamento de reuniões por falta de número necessário de vereadores. Caso faltassem, deveriam pagar uma multa, sendo que o dinheiro serviria para as obras da Câmara¹⁹³.

No dia 15 de janeiro de 1884, um dos membros faltantes da reunião escreveu “pedindo para ser aliviado da multa por se achar com encomodos em casa, pôr isso não podia comparecer na presente sessão. Posto em discussão, foi aliviado da multa”¹⁹⁴.

Não obstante, em 25 de agosto de 1886, a reunião precisou ser cancelada, pois “achando-se presente o Vice-Presidente alferes José Maximiano Baptista, e os vereadores Tavares da Silva, e José de Carvalho, faltando os demais vereadores; não havendo numero para os trabalhos da Camara, foi adiada para a manhã as horas do costume”¹⁹⁵. Assim também ocorreu na sessão do dia 2 de julho de 1888, em que não havendo o número suficiente de vereadores para a realização da reunião,

o Presidente [major Evaristo Gomes de Paiva] adiou esta sessão para o dia vinte e trez de Julho do corrente anno, e para isso, convidava os vereadores presentes a comparecerem neste dia, e que se officiasse aos Vereadores ausentes este acontecimento¹⁹⁶.

¹⁹² ACMV, 1889, fl. 99.

¹⁹³ Na Lei Regulamentar de 1º de outubro de 1828, que tratava das Câmaras Municipais, no “Título II – Funções Municipais”, o artigo 28 dizia que “O Vereador que tiver impedimento justo o fará constar ao Presidente; e se faltar sem justificado motivo, pagará nas cidades por cada falta 4\$000 e nas villas 2\$000 para as obras do Conselho, que o Secretario carregará logo em receita. Faltando os Vereadores actuaes, chamar-se-hão os immediatos em votos, quando o impedimento passar de 15 dias, ou a urgencia, e importancia dos negocios exigir o numero completo de Vereadores”. (Lei Regulamentar das Câmaras Municipais (Império), de 01/10/1828. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 02/08/2016).

¹⁹⁴ ACMV, 1884, fl. 19.

¹⁹⁵ ACMV, 1886, fl. 55.

¹⁹⁶ ACMV, 1888, fl. 93.

Mas se, por um lado, faltava disciplina dos vereadores para comparecer às reuniões, por outro, faltava disciplina também por parte deles para o pagamento dos funcionários da Câmara, e estes precisavam cobrar, como ocorreu em 07 de abril de 1886, em que “leo-se um requerimento do Fiscal desta Cidade, Bernardino José Paulino, pedindo o pagamento de seus ordenados vencidos neste trimestre, como empregado da mesma”¹⁹⁷. Ou como ocorreu em 04 de abril de 1889, em que “leo-se dous requerimentos do Secretario e Continuo desta Camara, pedindo o pagamento de seus ordenados vencidos de primeiro de Janeiro ao ultimo de Março do corrente anno, que pondo em discussão, a Camara deliberou o pagamento dos mesmos”¹⁹⁸.

Vemos, por um lado, que os vereadores almejavam uma organização interna da Câmara e da cidade, na medida em que criavam impostos¹⁹⁹ ou organizavam comissões para melhorias urbanas. Apesar disso, por outro lado, esses vereadores ainda esbarravam em falhas, como a falta de disciplina nas reuniões e o atraso nos pagamentos dos funcionários.

Além dos primeiros projetos de infraestrutura e organização da cidade, a primeira década de formação de Varginha seria marcada por dois acontecimentos importantes para o Brasil, e que se fizeram presentes nas atas da Câmara.

O primeiro deles, que não foi tratado com tanta relevância na nova cidade, foi a abolição da escravidão. Nas atas da Câmara, a única menção a respeito do assunto dizia, no dia 20 de abril de 1888, o seguinte:

Pelo o Presidente [major Evaristo Gomes de Paiva] foi proposto que atendendo ao estado anormal em que se achão as relações dos escravos para com os senhores e temendo um desastre para a lavoura, em consequencia da imigração de escravos para os pontos em que são mais protegidos na cenda da liberdade que buscão, esta Camara dirigisse a todos os fasendeiros e passividores de escravos do municipio, um apello para uma reunião nesta Cidade, no dia trez de Maio do corrente anno, afim de tratar-se da transsição do trabalho servil ao livre, e que este apelo fosse publicado pela empresa. Posta em discussão, a Camara aceita a presente proposta²⁰⁰.

¹⁹⁷ ACMV, 1886, fl. 49.

¹⁹⁸ ACMV, 1889, fl. 99.

¹⁹⁹ Sob a Constituição de 1891, as fontes de receitas dos municípios eram: impostos sobre prédios urbanos; de indústrias e profissões (em alguns Estados, esse imposto era fonte de receita tanto do município como do Estado); impostos sobre veículos terrestres e fluviais; sobre ambulantes, placas de anúncios, incluindo os impostos de publicidade e empachamento, etc; taxas remuneratórias (água, esgoto, iluminação pública, funerárias, mercados, matadouros); rendas dos bens dominicais; multas por infração de posturas e regulamentos ou inobservância de contratos; indenizações, restituições, dívidas passivas prescritas, eventuais, etc. (CASTRO NUNES, 1920, apud LEAL, 2012, pp. 150-151). Uma melhor sistematização sobre os impostos que ficariam a cargo dos Municípios foi elaborada na Constituição Federal de 1934. A partir da Constituição, passou a ser “da exclusiva competência dos Municípios decretar impostos prediais e de licenças, bem como taxas de serviços municipais, além de outros que as leis estaduais lhes atribuírem”. (CF – 1934, Seção VII: Da defesa nacional, Título V: Dos municípios, artº 89).

²⁰⁰ ACMV, 1888, fl. 92.

Pelo que dizia a ata, o presidente da Câmara estava mais preocupado com o possível “desastre” para a lavoura do que com a situação social dos escravos. O grupo de vereadores do município parecia não pensar na importância do fim da escravidão para o Brasil, um dos últimos países do mundo a abolir o sistema: abolir a escravidão significava libertar os escravos daquele sistema opressor (apesar de não terem sido inseridos de forma ativa na sociedade capitalista logo quando houve a troca de sistema), mas também deixar que a sociedade crescesse econômica e socialmente sob o capitalismo. No ano de 1887, Campanha e Pouso Alegre, por exemplo, já haviam criados seus livros de ouro para a libertação dos cativos²⁰¹.

Além disso, o presidente da Câmara deixou claro que Varginha não oferecia proteção para os escravos que, logo que pudessem, buscariam proteção em outros lugares. O apelo para reunião com os fazendeiros e “passivadores” pode ter sido feito, mas no dia marcado para a reunião (03 de maio de 1888), não houve nenhum registro no livro de atas da Câmara.

Outro marco nacional que teve repercussão interna foi a proclamação da República: no dia 22 de novembro de 1889 foi realizada uma reunião extraordinária, festiva, em que o presidente Rocha Braga começou a reunião “fazendo o historico dos ultimos acontecimentos”²⁰².

Ele afirmou que “chegando ao auge da desmoralização”, se tornava urgente uma resolução, e que “graças ao bom senso e criterio do povo brasileiro, do exercito e da armada, essa resolução [a proclamação da República]” ocorreu de forma tranquila, “não tendo havido, como em todos os paizes, as offuzões de sangue”²⁰³.

Em voz alta, o presidente leu a comunicação que a Câmara de Varginha enviaria aos municípios e distritos vizinhos, em que dizia: “Já devis ser conhecedores da transformação pela qual passou, ao dia 15 do corrente, o Governo de nossa pátria”²⁰⁴, pois o acontecimento havia se dado dentro da ordem e tranquilidade, uma prova do patriotismo do povo brasileiro.

“A hora do perigo, passou”, “Viva a Republica Federal dos E. U. do Brasil!” e “Viva o Estado de Minas Gerais!”²⁰⁵ eram algumas das frases da comunicação escrita. Aquela reunião foi marcada apenas para a comemoração da proclamação da República, tendo sido encerrada assim que o presidente terminou de ler a comunicação.

²⁰¹ Sobre o tema da escravidão em Campanha e Pouso Alegre, cf.: SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. “Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão”. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), vol. 1, n. 1, p. 65-90, 2012.

²⁰² ACMV, 1889, fl. 106.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ ACMV, 1889, fl. 107.

Depois de proclamada a República, a forma de governo adotada pelo Brasil foi a federativa. “O ideal defendido pelos federalistas durante todo o Império, procurando transplantar para nosso país o modelo adotado nos Estados Unidos da América do Norte, torna-se realidade”²⁰⁶.

Com a nova Constituição da República, passou a serem melhor definidas as novas atribuições dos municípios, como veremos na próxima seção.

Varginha, que se emancipou de Três Pontas em 1882, já completava sete anos de existência como cidade em 1889. E podemos observar que em poucos anos a cidade caminhava rumo a uma maior organização urbana local, processo esse que antes de sua emancipação já havia sido começado, mas que tomou nova forma depois do nascimento da Câmara Municipal, pois podemos compreender, por meio das atas da Câmara, o esforço dos vereadores em organizar e “embelezar” o novo município do Sul mineiro.

A nova década que iniciava teria como marco principal a elevação à sede de Comarca, acontecimento que ocorreu depois de tão pouco tempo da emancipação de Varginha. Como consequência também da elevação à sede de Comarca, as relações com outros municípios e distritos se fortaleceriam, dada a importância de Varginha para a vizinhança do Sul de Minas Gerais.

2.2. A segunda década de Varginha: elevação à sede de Comarca e as relações com os distritos e outros municípios (1890-1899)

Aos vereadores, inclusive no contexto de formação de uma cidade, lhes cabiam inúmeras tarefas²⁰⁷, como escreveu Victor Nunes Leal:

²⁰⁶ MONTORO, Eugênio Augusto Franco. *O Município na Federação Brasileira*. 1974. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974, p. 15.

²⁰⁷ Na Lei Regulamentar das Câmaras Municipais, na parte sobre as funções das Câmaras, havia atribuições minuciosas a respeito do funcionamento das Câmaras Municipais. O primeiro artigo dessa parte, artigo 24 da Lei, dizia que “As Camaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”. No decorrer da parte sobre as funções das Câmaras, estava escrito sobre os procedimentos para reuniões ordinárias, sobre a convocatória de reuniões extraordinárias, sobre a hora que as reuniões deveriam começar a por quanto tempo deveriam durar, sobre a falta de vereadores, com ou sem justificativa. Dos 42 artigos dessa parte, destacamos os seguintes: “Art. 40. Os Vereadores tratarão nas vereações dos bens, e obras do Conselho do Governo economico, e policial da terra; e do que neste ramo fôr á prol dos seus habitantes; Art. 42. Não poderão vender, aforar, ou trocar bens immoveis do Conselho sem autoridade do Presidente da Provincia em Conselho, enquanto se não installarem os Conselhos Geraes, e na Côrte sem a do Ministro do Imperio, exprimindo os motivos, e vantagens da alienação, aforamento, ou troca, com a descrição topographica, e avaliação por peritos dos bens que se pretendem alienar, aforar, ou trocar; Art. 47. Poderão ajustar de empreitada as obras que se houverem de fazer, mettendo-as primeiramente em prégo, para preferirem aquelles, que se offerecerem por menor preço, precedendo vistoria legal, publicação do plano, e sua avaliação; e na falta de empreiteiros, as poderão fazer por jornal. E quando as obras forem de grande importancia, e alguns socios, ou emprehedores se offerecerem a fazel-as, percebendo algumas vantagens para sua indemnização, enviarão as propostas aos Conselhos Geraes da Provincia; Art. 48. Farão pôr em boa guarda todas as rendas, fóros, coimas, e mais cousas que á Camara pertencam em arca forte de tres chaves, das quaes uma estará em poder do Presidente,

Cabia-lhes cuidar do centro urbano, pontes, prisões, matadouros, abastecimento, iluminação, água, esgotos, saneamento (...) defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, sossego público, polícia de costumes etc. Resumindo (...) as câmaras deliberariam em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações²⁰⁸.

Era dessa forma que funcionava na formação dos municípios brasileiros, não sendo diferente em Varginha. “A eleição da Câmara assegura – afora os afluídos e indefinidos ajuntamentos populares, ou as juntas locais – o vínculo entre o povo e a administração pública”²⁰⁹. O que desejavam os moradores da cidade passava pelas reuniões da Câmara. Cabia à Câmara consentir ou não o que pediam os munícipes.

Em 02 de outubro de 1890, por exemplo, foi lido o requerimento “feito por Thomaz José da Silva pedindo ao Governador do Estado um privilegio com garantia de juro para montar uma fazenda zoothecnica neste município”²¹⁰. O pedido passava pela reunião de vereadores primeiro, para depois ser encaminhado ao governo do Estado. O requerimento de Thomaz José da Silva, então, “foi remethido ao seu destinatario”²¹¹. Contudo, não houve menções nas atas a respeito do atendimento do pedido.

Na primeira sessão de janeiro de 1891, o apelo era para que a Câmara vistoriasse algumas estradas importantes para moradores de Varginha. Dessa forma, foi lido:

Requerimento de Joaquim Procopio Bueno e outros pedindo que a Intendencia nomeie uma vistoria para examinar a antiga estrada que vai ter da fazenda dos Buenos a de Palmella passando pelas fazendas da Pedra Branca e Cachoeira, de propriedade do Coronel João Pedro Mendes e Gabriel Severo da Costa, e tambem a estrada recentemente aberta; allegando que a distancia entre as duas primeiras fazendas, pela antiga estrada é de 102 kilometros de bons caminhos, e que pela nova estrada é de 18 kilometros de pessimos caminhos²¹².

O que seria feito a respeito desse pedido não consta nas atas da Câmara, mas o comum era a nomeação de comissões para a averiguação de assuntos relacionados a consertos de pontes e estradas.

outra do Fiscal, e outra do Secretario”. (Lei Regulamentar das Câmaras Municipais (Império), de 01/10/1828. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 02/08/2016).

²⁰⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 87.

²⁰⁹ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, vol. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 208.

²¹⁰ ACMV, 1890, fl. 26.

²¹¹ Idem.

²¹² ACMV, 1891, fl. 30.

Com a elevação da cidade à sede de Comarca, uma novidade para Varginha, como veremos mais abaixo, as funções dos vereadores também se estenderiam a outras localidades vizinhas. Varginha passaria a contar com um juiz de direito, que serviria também cidades próximas.

Mas a primeira diferença para a década que iniciava-se dizia respeito à própria definição de município. Com a proclamação da República, foi promulgada uma constituição provisória, enquanto se preparava para a convocação de uma Assembleia Constituinte. Assim:

Nesta Constituição provisória, baixada pelo Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, alterada pelo de nº 194-A, de 23 de outubro do mesmo ano, que após vem a ser encaminhada como projeto para a Constituinte, já há lugar para o Município. São determinadas as bases sob as quais os Estados estabeleceriam o regime municipal. Surge o conceito de autonomia municipal, característico do regime federativo brasileiro (...). Os Estados Membros organizariam os Municípios respeitadas as seguintes bases: 1º “autonomia do Município em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”, e 2º “eletividade da administração local”. O projeto quis ressaltar dois aspectos, que podemos considerar princípios básicos da organização municipal (...)”²¹³.

Além de algumas determinações gerais acerca dos municípios, houve mudança na denominação do órgão administrativo municipal. Escreveu Raymundo Faoro que “durante a vigência da Constituição de 1891, não se chegou a uniformizar a denominação do órgão deliberativo da administração municipal, matéria da competência estadual: *Intendência, Conselho, Câmara* – foram os nomes escolhidos”²¹⁴.

A denominação do presidente da Câmara Municipal também passou por alterações:

No regime de 1891, em todos os Estados foram discriminadas as funções executivas, que incumbiam, em uns poucos, ao próprio presidente da câmara. Na grande maioria das unidades federadas, havia um órgão executivo especial, cuja denominação variava: *prefeito, intendente, superintendente, agente executivo*²¹⁵.

Entretanto, apesar das alterações em algumas denominações relacionadas à Câmara Municipal, a Constituição de 1891 não alterou tanto a questão da autonomia dos municípios, tendo se concentrado, especialmente, nos estados²¹⁶.

Acontecimentos relevantes para Varginha na década de 1890 foram dois: a chegada da ferrovia e a elevação à sede de Comarca. A chegada da ferrovia foi mencionada em nosso

²¹³ MONTORO, Eugênio Augusto Franco. *O Município na Federação Brasileira*. 1974. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974, pp. 15-16.

²¹⁴ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, vol. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 119, grifos do autor.

²¹⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 122, grifos do autor.

²¹⁶ Ibidem, pp. 123-125.

capítulo anterior, juntamente com os demais componentes que auxiliaram no crescimento da cidade de Varginha. Em relação à ferrovia, a única menção feita nas atas da Câmara ocorreu no fim de dezembro de 1891, antes da inauguração da estrada de ferro, tratando-se das obras para sua construção:

Deliberou o Conselho que: atendendo a falta de pedreiros e trabalhadores hoje existentes nesta cidade, em rasão das muitas obras em andamento, provenientes em sua maior parte da abertura de diversos quintaes para passagem de ferro-via Muzambinho, e bem assim as edificações particulares, que fossem relevadas multas, em que incorrerão todos os proprietários que deixarão de fechar seus quintaes com muros: ficando-lhes, porem, marcados o praso de sete meses para tal fim, ficando sujeitas a multa de 30\$000 [trinta mil réis] os que deixassem de cumprir essa obrigação ate o dia 30 de Julho de 1892²¹⁷.

Nenhum registro posterior àquela data, referente à passagem da ferrovia, foi encontrado nas atas da Câmara. No entanto, a passagem citada acima nos chama atenção, sobretudo, na parte em que diz: “em rasão das muitas obras em andamento, provenientes em sua maior parte da abertura de diversos quintaes para a passagem da ferro-via Muzambinho”. Portanto, é possível entender que, juntamente com as obras da ferrovia, se desenvolviam demais obras no perímetro urbano de Varginha, o que mostra crescimento urbano da cidade²¹⁸.

Se houve apenas simples registro nas atas da Câmara Municipal sobre a ferrovia, de forma diferente ocorreu com a elevação à sede de Comarca, em que os vereadores realizaram uma reunião solene, com a participação de importantes membros das elites do Sul de Minas. “O projeto de Constituição que se discutia e votava na infortunada Assembleia Constituinte de 1823 dividia a administração do país em comarcas, distritos e termos”²¹⁹.

A instalação da sede de Comarca ocorreu “aos vinte dias do mes de Maio de mil oitocentos e noventa, nesta cidade da Varginha, na salla do Edificio da Intendencia”²²⁰. Além do presidente da Câmara Municipal, José Justiniano de Resende e Silva, e os vereadores daquele ano, estiveram presentes importantes membros da sociedade varginhense, como Matheus Tavares da Silva e o barão de Varginha; pessoas que já haviam passado pela Câmara

²¹⁷ ACMV, 1891, fl. 40.

²¹⁸ Como veremos no próximo capítulo desta dissertação, que tratará da valorização do espaço urbano do município de Varginha por meio dos registros de imóveis, a chegada da ferrovia realmente gerou movimentação urbana nas proximidades da localização da estação. Na década de 1890, que compreende os anos das obras e da inauguração da ferrovia (1891 e 1892), foram registrados mais imóveis, tanto rurais como urbanos, que na década posterior, de 1900. Entretanto – o que veremos também no próximo capítulo – a movimentação gerada em torno da estação ferroviária não se limitou apenas à década de chegada da ferrovia à Varginha, estendendo-se para inícios do século XX. (ÁVILA, 1983, p. 05.).

²¹⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 121.

²²⁰ ACMV, 1890, fl. 18.

de Varginha como vereadores e presidentes da Câmara; e demais membros da sociedade Sul mineira, como o barão de Boa Esperança e representantes de Pontal.

Ao final da sessão solene, “o Dr. Juiz de Direito foi também proferindo um discurso, congratulando se com todos os habitantes pela instalação da Comarca, terminando com vivas a Republica do Brasil”²²¹.

A partir daquele momento, Varginha seria responsável não apenas por assuntos econômicos e sociais de outras localidades, mas também pelas questões judiciais²²². O que demandavam os cidadãos das localidades próximas de Varginha, passava pelas reuniões da Câmara de vereadores.

Em relação a assuntos de organização dos distritos pertencentes à cidade de Varginha, no dia 05 de dezembro de 1890 “é lido um requerimento de Antonio Januario da Silva em que pede um attestado da Intendencia, dizendo se é ou não necessaria a abertura de mais uma pharmacia na freguezia do Pontal”²²³. Se os vereadores achassem importante a abertura da nova farmácia, apoiariam a construção, mas se não, seriam em vão os esforços do senhor Antonio Januario para alcançar o que desejava. Na maioria dos casos, a Câmara de vereadores atendia aos pedidos, mas não em todos, mesmo que o requerente recorresse novamente à Câmara, melhorando seus argumentos. Veremos mais adiante, por exemplo, que os vereadores não concederam o que desejava a classe comercial de Varginha.

No caso da abertura da nova farmácia, “deliberou-se conceder o attestado pedido, visto ser sabido de todos que a pharmacia unica ali existente não se acha em convicção de bem servir ao publico que por sua vez reclama sua urgente necessidade”²²⁴.

No dia 06 de junho de 1891, foi lido o requerimento de um cidadão varginhense, “Jose Pinto Cardoso pedindo o fechamento de um becco muito estreito, contiguo a sua casa, no largo detras da Matriz. Deliberou a Intendencia ir verificar se o becco devia ou não ser feichado”²²⁵.

No dia 03 de agosto do mesmo ano, a ata da reunião contava com uma parte escrita “Requerimentos”, em que:

Forão lidos: 1º do Cidadão Urbano Gomes Nogueira, cuja pretensão foi atendida, salvos os direitos de terceiros; 2º do Cidadão Manoel Eugenio

²²¹ ACMV, 1890, fl. 19.

²²² Na época, Varginha, além de ser responsável pelos assuntos de seus distritos, Pontal e Carmo da Cachoeira, também possuía relações com o povoado de São Bento do Campo Bello, no sentido de auxílio de abastecimento de água e construção de prédios públicos, como cadeia e escola. Atualmente, estão sob a jurisdição da Comarca de Varginha as cidades de Carmo da Cachoeira e Monsenhor Paulo.

²²³ ACMV, 1890, fl. 28.

²²⁴ Idem.

²²⁵ ACMV, 1891, fl. 34.

Gonçalves, que segue ao Fiscal da freguezia do Pontal para ser informado, e 3º do Cidadão Astholfo de Rezende, pedindo attestado, sendo deferido²²⁶.

Na reunião de 10 de dezembro de 1891,

forão lidos cinco requerimentos de diversos Cidadãos residentes nesta cidade, pedindo relevação das multas impostas pelo Fiscal, por não terem fechado seus quintaes com muros de adobes de tijolos, os quais forão attendidos, tomando o Conselho as medidas necessarias em relação ao assumpto²²⁷.

Pela leitura da citação acima, podemos ver que as questões de organização urbana eram sempre presentes nas reuniões da Câmara Municipal, o que era comum para um município em formação num período em que o Brasil como um todo passava por momento de modernização de padrões de consumo, com um processo de urbanização sendo conduzido pela elite nacional.

Na mesma reunião de 10 de dezembro de 1891, “foi lido um requerimento do Cidadão Joaquim Alves Moreira solicitando licença para continuar com os concertos de uma sua casa nesta cidade, visto ter sido embargada essa obra pelo Fiscal”²²⁸. O cidadão foi atendido, mas deveria obedecer o alinhamento na parte da frente da casa.

Os requerimentos, porém, também eram enviados para a cobrança de deveres monetários que a Câmara possuía, como ocorreu na mesma reunião de 10 de dezembro, onde:

foi lido um requerimento do Cidadão Marcirio Jose de Andrade pedindo pagamento da quantia de 261\$360 que lhe é devedora a Intendencia, sendo 122\$500 do pagamento feito ao Cidadão Constantino Jose da Silveira, por serviços por elle feitos, por ordem deste Conselho, com Augusto recenseador desta Parochia, e o restante de fornecimentos feitos a Intendencia, conforme as contas juntas ao requerimento²²⁹.

Então, “sendo examinadas essas contas, e achando-as o Conselho em ordem, despachou o requerimento, ordenando ao Procurador o pagamento”²³⁰.

Da mesma forma que os desejos dos moradores de Varginha chegavam à Câmara, também passavam por lá requerimentos de outras localidades, sobretudo de Carmo da Cachoeira, Freguesia da Mutuca ou Pontal (atual Elói Mendes) e Três Pontas. Mas essas cidades e distritos que dependiam da Câmara de Varginha para a resolução de seus problemas possuíam também seus representantes políticos que, quando necessário era, participavam das reuniões da Câmara em Varginha.

²²⁶ ACMV, 1891, fl. 35.

²²⁷ ACMV, 1891, fl. 40.

²²⁸ ACMV, 1891, fl. 40.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Idem.

Abaixo vamos mostrar as relações entre Varginha e cidades e distritos vizinhos, relações sociais, de auxílio financeiro e de auxílio para organização do espaço daquelas outras localidades. O diálogo entre Varginha e locais próximos já existia antes de 1890, mas foram intensificando-se com o passar do tempo e importância que Varginha ganhava na região do Sul de Minas.

No dia 01 de maio de 1890 foi lida uma petição do Fiscal de Carmo da Cachoeira, requerendo pagamento de seus ordenados atrasados. Portanto, “depois de ouvido o Procurador, resolveo a Intendencia acceitar as contas apresentadas e mandar-se-lhe pagar os ordenados vencidos conforme a conta organisada pelo Procurador”²³¹.

No dia 10 de junho de 1890, “foi tambem lido um officio do Dr. Juiz de Direito das Tres Pontas, em resposta do que lhe fôra dirigido desta Intendencia por ocasião da instituição da comarca: ficou inteirada mandando archivar”²³².

No dia 01 de outubro daquele mesmo ano, “foi lido um officio do Fiscal da Freguesia do Carmo communicando haver D. Constança Umbelina de Souza se opposto á abertura de uma estrada em suas terras. Inteirada, vai dar as providencias”²³³.

Em 06 de junho de 1890, “deliberou a Intendência que se officiasse á da Campanha pedindo uma solução qualquer em relação a uma casa velha existente no pasto dos Farinhas, que servira outrora de moradia do cobrador de pedagio de uma fonte que ahi existia”²³⁴.

No dia 13 de fevereiro de 1894, foi lido um requerimento de 62 habitantes do Largo do Rosário, em Varginha, pedindo, através de um abaixo assinado, que fosse aberto um beco naquele lugar, próximo à residência de um dos moradores. Foi oferecida a quantia de 200 mil réis para ajuda na realização da obra²³⁵.

Os impostos municipais nem sempre eram o suficiente para o que necessitava a cidade e distritos e, pensando numa solução para isso, no dia primeiro de fevereiro de 1894, “resolveu o Conselho destinar uma verba de um conto de reis (1:000\$000) para socorros públicos, sendo todos os documentos visados pelo fiscal do Districto ou por qualquer membro do Conselho”²³⁶.

Se as andanças de animais pelas ruas incomodaram os moradores e os vereadores de Varginha em seus anos iniciais de formação, como vimos no primeiro tópico deste capítulo, assim também ocorreu com outros distritos em formação. No dia 05 de dezembro de 1890,

²³¹ ACMV, 1890, fl. 18.

²³² ACMV, 1890, fl. 21.

²³³ ACMV, 1890, fl. 25.

²³⁴ ACMV, 1891, fl. 34.

²³⁵ ACMV, 1894, fls. 08 e 10.

²³⁶ ACMV, 1894, fl. 07.

“deliberou-se officiar ao Fiscal da freguezia do Pontal sobre a proibição de animaes soltos pelas ruas, e pedindo que indique algum pasto que possa servir de curral ao Conselho e porquanto pode-se alugar o mesmo por mez”²³⁷. Cabia aos vereadores da Câmara, também, organizar aquele novo espaço urbano, como ocorria com Varginha.

Mas a população de Pontal, logo no mês de fevereiro de 1891, pediu que os animais pudessem ficar soltos pelas ruas na parte da noite:

Resolveu-se officiar nesse sentido ao Dr. Chefe de Policia, remetendo incluso o officio do Senhor Delegado de Policia. Uma representação dos habitantes da freguezia do Pontal pedindo que não seja posto em vigor naquella freguezia o art. do Codigo de Posturas que prohiu andarem animaes soltos de noite pelas ruas”²³⁸.

A Câmara de Varginha atendeu ao pedido dos moradores de Pontal, mas só por causa das “insinuações” do vigário do distrito: “resolveu-se attender a essa reclamação pondo de parte as insinuações do Vigario d’aquella freguezia que diz ser de mais conveniencia que a Intendencia mande illuminar a freguezia em vez prohibir animaes soltos andarem pelas ruas”²³⁹.

Não se sabe ao certo quando a iluminação chegou à freguesia de Pontal, mas em Varginha, as primeiras menções acerca da iluminação pública²⁴⁰ são de 1893, quando em 05 de setembro daquele ano “resolveu o Concelho fazer um apello aos proprietarios para auxiliarem com os póstes de madeira de lei, que serão preparados conforme o typo apresentado pelo Concelho, ficando designado o dia 15 de Novembro para a installação da dita iluminação”²⁴¹.

Na reunião de 08 de setembro daquele ano, deliberou-se que o presidente da Câmara estava autorizado a colocar em hasta pública os serviços necessários para a execução das obras com a iluminação pública, visto já ter se arrecadado a verba necessária²⁴². Mas o valor que poderia ser gasto, que era de seis contos de réis, diminuiu para quatro contos de réis, “em vista da verba que foi distribuida a este Conselho pela Camara Municipal”²⁴³. Os serviços de

²³⁷ ACMV, 1890, fl. 29.

²³⁸ ACMV, 1891, fl. 32.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Não sabemos ao certo se a iluminação em Varginha era feita com base a óleo ou a gás. Segundo Silva (2006, pp. 10-14), num primeiro momento, a iluminação pública brasileira era feita a óleo vegetal (o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, em meados do século XVIII) e depois, à base de querosene e a gás. Mais detalhes sobre a iluminação pública no Brasil, cf.: SILVA, Lourenço Lustosa Fróes da. *Iluminação Pública no Brasil: Aspectos Energéticos e Institucionais*. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

²⁴¹ ACMV, 1893, fl. 02.

²⁴² ACMV, 1893, fl. 03.

²⁴³ Idem.

energia elétrica, entretanto, chegaram em Varginha no ano de 1914, como poderemos ver na seção referente à quarta década de formação da cidade.

As relações que Varginha possuía com outras localidades se estendiam até às finanças, pois na reunião de 15 de fevereiro de 1892:

O Conselho deliberou que as contas e livro de receita e despesa do Procurador fossem entregues ao Intendente Jose Justiniano de Paiva, para, na sessão ultima deste Conselho, que foi marcada para o dia 29 do corrente, dar parecer sobre ellas, e encerrar-se nesse dia todas as contas: devendo os Fiscais desta cidade, e bem assim os das freguesias da Cachoeira e Pontal, apresentarem-se com suas contas e arrecadação liquidadas nesse mesmo dia, para o que deverão ser avisados pela Secretaria deste Conselho²⁴⁴.

Era preciso que Pontal e Carmo da Cachoeira apresentassem suas finanças porque eram distritos de Varginha. Não obstante, as finanças dos municípios deveriam ser examinadas também pelo estado, porque “(...) cumpre observar que muitas das Constituições estaduais estabeleceram um sistema de fiscalização da administração das finanças municipais por parte do Estado”²⁴⁵.

Assim, antes do ano de 1892, a ata da sessão de 08 de janeiro de 1891 dizia que “foi feito e remethido ao Governador do Estado o orçamento da receita e despesa desta Intendencia para o anno de 1891”²⁴⁶.

Na segunda década de formação de Varginha, as relações entre a Câmara e o governo do estado passaram a se intensificar mais. No dia 14 de junho de 1890, logo depois da elevação à sede de Comarca “foi lida uma circular do Governador, de vinte e sete de Junho proximo passado, erguido um quadro de todos os impostos anexados desde mil oitocentos e oitenta até mil oitocentos e oitenta e nove, de acordo com o modelo que foi remetido”²⁴⁷.

Na reunião de 19 de maio de 1891, “deliberou o conselho: 1º que se officiasse ao governador pedindo de novo a sua aprovação á redução de alguns impostos, proposta em officio de 27 de dezembro do anno passado”²⁴⁸.

Na mesma reunião de 19 de maio de 1891, o Conselho deliberou também:

que se officiasse ao administrador Geral dos Correios deste Estado, agradecendo a Sua Excelencia as providencias tomadas no sentido de

²⁴⁴ ACMV, 1892, fl. 42.

²⁴⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 91.

²⁴⁶ ACMV, 1891, fl. 31.

²⁴⁷ ACMV, 1890, fl. 21.

²⁴⁸ ACMV, 1891, fl. 33.

melhorar o serviço de condução das malas entre os Tres Corações e esta cidade, serviço este hoje feito com mais pontualidade²⁴⁹.

As relações entre as Intendências e o governo do estado tornaram-se tão estreitas que “os Estados estão nomeando autoridades para os municípios”²⁵⁰. No dia 01 de abril de 1890, “foram lidos os officios do Governador deste Estado, de dez de Março findo, declarando sem effeito a nomeação do cidadão Antonio Pinto de Barros, membro adjuncto dessa Intendencia e nomeando em seu lugar o cidadão Dr. Julio Augusto Ferreira da Veiga”²⁵¹.

Afirmou Victor Nunes Leal que “permitia o art. 5, §8º, da lei de 3 de outubro de 1834, que os presidentes de província suspendessem “quaisquer empregados”, nos casos que indicava, e os órgãos do governo central entenderam que essa atribuição também se referia aos vereadores”²⁵².

Na reunião de 02 de outubro de 1891:

Compareceo o Cidadão Jose Justiniano de Paiva, que por acto do Governador do Estado fora nomeado Intendente, e bem assim, o Cidadao Joaquim Pinto de Oliveira, nomeado Adjuncto, este na vaga deixada pelo Dr. Julio Augusto Ferreira da Veiga, que se mudara para a Campanha, e aquelle na vaga deixada pelo cidadão Marcirio Jose de Andrade, que fora nomeado Collector das rendas geraes d’este Estado. Ambos prestarão juramento em mãos do Presidente, e firmarão o compromisso de servirem com zelo, dedicação e lealdade os referidos, estando desde logo na posse e exercicio do cargo o Cidadão Jose Justiniano de Paiva²⁵³.

Para finalizar está seção, vamos descrever o pequeno embate entre a Câmara dos vereadores e a classe comercial da cidade de Varginha, que havíamos mencionado anteriormente. Começaremos esse assunto nessa seção e terminaremos na última parte deste capítulo.

No ano de 1893, na reunião de 08 de setembro, “o Conselho Distrital da Cidade do Espírito Santo da Varginha, decretou e seu Presidente [Pedro A. da Rocha Braga] sancionou” que o fechamento das casas comerciais, aos domingos e dias santos, seria às 16h, sendo isentos da lei as farmácias, botequins, confeitarias, hotéis e bilhares. Os que descumprissem a medida pagariam multa de 20 mil réis e o dobro nas reincidências²⁵⁴.

²⁴⁹ ACMV, 1891, fl. 33.

²⁵⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 124.

²⁵¹ ACMV, 1890, fl. 15.

²⁵² LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 118.

²⁵³ ACMV, 1891, fl. 36.

²⁵⁴ ACMV, 1893, fl. 03.

Essa decisão dos vereadores causou insatisfação na classe dos comerciantes, que resolveu reivindicar. Dessa forma, na reunião de 26 de outubro de 1893, parte da ata dizia:

Passando a tratar-se dos trabalhos ordinarios desse conselho, entrou em discussão a resolução n: 1 que determina o fechamento das portas, resolveu o conselho suspender a execução desta medida até ulterior deliberação, em virtude do descontentamento que a mesma medida causou á maioria dos comerciantes desta praça²⁵⁵.

Depois da mudança de posição da Câmara, durante alguns anos, as discussões sobre o fechamento dos estabelecimentos comerciais ficaram em silêncio, pois não havia nenhuma menção a esse assunto nas atas. Todavia, novamente no ano de 1899, resolveu a Câmara, por meio da Lei Nº 101, de 21 de setembro de 1899, que “todos os negociantes deste município, aos domingos e dias santificados, são obrigados a fechar as portas de seus estabelecimentos commerciaes das 3 ½ horas da tarde em diante”²⁵⁶.

A Lei era pouco mais rígida que a medida de 1893, pois se antes os comerciantes podiam manter seus estabelecimentos funcionando até às 16h, em 1899 eles haviam perdido meia hora de trabalho.

Esse pequeno embate entre Câmara Municipal e comerciantes nos mostrou que realmente eram os vereadores os donos do poder da cidade, a elite agrária do município. Por mais que vereadores também tivessem voltados para o comércio, como Matheus Tavares da Silva²⁵⁷ ou José Maximiano Franco de Carvalho²⁵⁸, ainda assim faziam parte de uma elite agrária e seus interesses não estavam tanto na classe comercial ou nos rendimentos que a classe dos comerciantes poderia ter mantendo seus estabelecimentos em funcionamento por mais tempo.

A segunda década de formação de Varginha como município nos mostrou, portanto, avanço nas questões de organização do espaço urbano que haviam sido destacadas na primeira década de nossa análise. Ainda, a elevação à sede de Comarca e a chegada da ferrovia foram acontecimentos que contribuíram para o crescimento econômico varginhense.

Aquelas questões de organização da cidade (tais como a nomeação de ruas e praças, vistorias nos muros das casas, retirada de animais das ruas e consertos em pontes e estradas)

²⁵⁵ ACMV, 1893, fl. 04.

²⁵⁶ A descrição dessa Lei, tal como foi descrita no trecho acima, foi encontrada na Ata de 07/07/1913, fl. 61.

²⁵⁷ Descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884, dentre outras profissões, como comerciante.

²⁵⁸ Proprietário de estabelecimento de bilhar em Varginha. Sobre as profissões para a cidade na época, cf.: VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, pp. 186-189. No próximo capítulo da dissertação serão detalhadas mais profissões presentes no município de Varginha na transição do século XIX para o século XX.

estenderam-se também às localidades próximas, sobretudo os distritos, que estavam sob a administração de Varginha.

Claramente que as questões de organização urbana continuaram sendo debatidas em Varginha nas demais décadas de nossa análise, porque são demandas próprias de uma cidade, mas quando avançamos em nosso período, constatamos outros assuntos que merecem maior destaque, o que mostraremos nas próximas duas seções deste capítulo.

A terceira década de formação de Varginha não é menos importante que as demais no que diz respeito ao avanço do processo de urbanização²⁵⁹, porém, para o período de 1900 até 1909, só foram identificadas atas da Câmara para os anos de 1903 e 1905, não havendo mais documentos desta década no museu da cidade. O assunto dessas atas era a eleição de membros para a Câmara dos deputados, senado e vice-presidência da República.

2.3. Terceira década de Varginha: as instalações das Mesas Eleitorais (1900-1909)

Por meio de atas dos anos de 1903 e 1905, poderemos compreender um pouco sobre o funcionamento das mesas eleitorais que ocorriam na cidade de Varginha logo nos primeiros anos do século XX.

As atas das eleições ocorriam em dois momentos. Primeiramente, era formada a mesa eleitoral, com os membros que a comporiam e, depois, era realizada a eleição. Assim, o primeiro momento da ata da eleição de fevereiro de 1903 foi descrito da seguinte forma:

Aos dezoito dias do mes de Fevereiro do anno de mil novecentos e tres pelas nove horas da manha, na sala das secções da Camara Municipal, (...), afim de se proceder a eleição de tres deputados federais por este districto, de um senador federal e do Vice presidente da Republica, de accordo com a lei e as communicações recebidas, reuniram-se os cidadãos Dr. Presciliano Pinto de Oliveira, Manoel Jovem Xavier de Resende, Manoel Joaquim da Silva Bittencourt, não comparecendo José Joaquim de Miranda e Joaquim Eugenio de Araujo, tendo sido convidados os mesarius supplentes em substituição dos faltosos, os Cidadãos José Umbelino Freire e Domingos José Cirio e Silva, tendo sido todos em tempo nomeados na conformidade do artigo 3º da Lei de 26 de Janeiro de 1892, para a constituir a mesa eleitoral da referida secção. Logo em seguida, tendo cada um dos referidos mesarius dado os seus votos, e depois destes apurados dereitamente, verificou-se que haviam sido eleitos, á pluralidade dos mesmos votos, o Cidadão Dr. Prisciliano Pinto de Oliveira, para presidente, e o Cidadão Manoel Joaquim da Silva Bittencourt, para Secretario, os quaes immediatamente tomaram os assentos que lhe competiam, bem como os outros mesarius. Então o presidente nomeou o mesario Daniel Jovem Xavier de Resende, para faser a chamada dos eleitores, o mesario Domingos Jose Cirio e Silva para examinar os

²⁵⁹ A respeito da valorização da área urbana, por exemplo, veremos no próximo capítulo que, no período de 1900 a 1909, foram criados dois bairros novos em Varginha, fazendo-se ampliar o espaço urbano, cf.: ÁVILA, Affonso. "Varginha: formação e evolução". In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, p. 10.

titulos dos mesarius e o mesario José Umbelino Freire para receber as listas. Em acto continuo declarou o presidente da mesa, instalada a segunda secção eleitoral federal (...) ²⁶⁰.

Dentre os eleitores que votavam em Varginha, estavam pessoas de cidades e distritos vizinhos. Contudo, não era a totalidade da população que participava do processo ²⁶¹. Para votar, era necessário ser alistado e não eram todos os cidadãos que podiam participar do alistamento.

O artigo 70 da Constituição Federal de 1891 afirmava que eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistassem na forma da lei. Esta, dizia que não poderiam alistar-se para as eleições federais ou estaduais: os mendigos; os analfabetos; “as praças de pret”, exceto os alunos de escolas militares de ensino superior; os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto, que se importasse a renuncia da liberdade individual ²⁶².

Era apenas uma parte da população que participava do alistamento. Vale ressaltar, ainda, que apesar de não constar na Constituição a exclusão das mulheres do alistamento, o voto feminino foi conquistado apenas no início da Era Vargas, no ano de 1932. Na Introdução do Código Eleitoral de 1932, artigo segundo, dizia-se que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, que se alistasse na forma do código.

O segundo momento da ata da eleição em Varginha começou da seguinte forma, aproximadamente uma hora depois da composição da mesa eleitoral:

Acta da eleição que se procedeu na segunda secção da Cidade da Varginha, Municipio do mesmo nome, pertencente ao 6º districto eleitoral federal, do Estado de Minas Geraes, para tres deputados federaes por este districto eleitoral, para um senador federal e para vice-presidente da Republica. (...) Pondo ocupado o presidente a cabeceira da mesa, tomando os outros mesarius assento em torno d’ella. Immediatamente, o presidente annunciou, que se ia começar a chamada dos eleitores pela copia authentica ao ultimo alistamento, enviada pela autoridade competente, e, abrindo a urna, mostrou-a ao eleitorado, que assim verificou estar ella vazia. Sendo effectivada sobredita chamada pela ordem, em que estaram os nomes dos mesmos eleitores daquella copia, compareceram á ella, dusentos eleitores ²⁶³.

Mesmo constado na Constituição de 1891 que uma parte da população brasileira podia fazer parte das eleições por meio do alistamento, não eram todos os cidadãos que obtiveram o

²⁶⁰ ACMV, 1903, fls. 08-09.

²⁶¹ No caso das eleições para presidente da República, por exemplo, nas primeiras eleições de forma direta, em 1894, tendo sido eleito Prudente de Moraes, foi cerca de 2,2% da população brasileira que participou do processo. Para mais detalhes sobre as estatísticas eleitorais, no que diz respeito a porcentagem de participação do povo nas eleições, de Prudente de Moraes a Júlio Prestes, cf.: CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República”. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.59, p. 96-115, set./nov., 2003, p. 104.

²⁶² CF – 1891, Cap. V, Seção I: Das qualidades do cidadão brasileiro.

²⁶³ ACMV, 1903, fl. 09.

direito de votar que o exerciam. No caso de Varginha, naquela eleição de 1903, havia 250 eleitores alistados, presentes na lista de chamada, mas os que efetivamente compareceram foram 200.

Como o voto passou a ser obrigatório depois de 1930, muitos eleitores ainda não participavam do processo por opção. Além dos próprios políticos, eram apenas as pessoas mais ricas, os fazendeiros e comerciantes mais poderosos que se interessavam pelas eleições, ou seja, as elites.

Por um lado, havia restrições quanto ao alistamento eleitoral, sendo excluída parte da sociedade. Por outro lado, dentro do grupo que poderia participar das eleições, não havia obrigatoriedade do alistamento e de participação nas eleições.

Em relação às falhas no sistema eleitoral da Primeira República, afirmou Victor Nunes Leal:

Tão visivelmente defeituosa era a prática do nosso sistema representativo que os estadistas, legisladores e escritores políticos do Império e da Primeira República costumavam atribuir-lhe a principal responsabilidade pelos males do regime. Dentro dessa mentalidade, sucederam-se as reformas eleitorais, em cujas malhas não tardavam a penetrar a malícia e a truculência (...) Nesse reformar incansável, anulamos e refizemos alistamentos; alteramos diversas vezes o mecanismo da qualificação, a composição das mesas eleitorais e das juntas apuradoras; incluímos a magistratura e a polícia no processo eleitoral e as excluímos; tivemos a eleição indireta e a eleição direta, o voto devassável e o sigilo do voto; ampliamos e restringimos as circunscrições eleitorais, desde o distrito correspondente a uma província ou Estado até o de um deputado único; experimentamos o escrutínio de lista, o voto uninominal, a lista incompleta, o voto cumulativo e até a representação proporcional; e o mais curioso é que na República chegamos a repetir experiências malsucedidas do Império²⁶⁴.

Em Varginha, temos a impressão de que a forma como ocorriam as eleições era organizada, pelo descrevia a ata. Contudo, era uma organização na forma de se realizar os procedimentos necessários para as votações, que não significava que o processo eleitoral não favorecia o coronelismo.

A reunião de 18 de fevereiro de 1903 continuava da seguinte maneira:

E, á proporção que o eleitor era chamado e comparecia, entrava no lugar em que funcionava a mesa e que se achava separada do recinto, destinado á Assembleia, por um gradil de madeira, porém, a poderem ser com facilidade inspeccionados os trabalhos, exhibia seu título e, apresentando as suas tres listas com involucre, districtos, uma para deputados federaes, outra para senador federal e outra para Vice-presidente da Republica, escriptas todas em papel comum, sem sinal ou marca, mas fechada, elle próprio [o

²⁶⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 223.

presidente da mesa] as introduzia na mesa, que tinha uma abertura na parte superior, estando entretanto fechada também á chave. A medida que o eleitor depositava as suas listas, assignava o nome no livro de presença, aberto, nomeado, rubricado e encerrado pelo presidente da Comissão Municipal, e nelle, uma vez terminado o recebimento dos votos, foi lavrado termo de encerramento, após a assignatura dos ultimos eleitos²⁶⁵.

A organização do processo não garantia que ele ocorresse de forma segura. No Brasil, em muitos casos, “o número de votos depositados nas urnas era de pouca significação do reconhecimento, desde que houvesse interesse político em conservar ou afastar um representante”²⁶⁶. No caso de Varginha, a reunião para a eleição dos membros que representariam o distrito continuava, com detalhes sobre quem foram os eleitos:

Assim conduzida a apuração das listas para os deputados federaes, o presidente da mesa proclamou sem demora o resultado dellas, que foi o seguinte: Dr. João Luis Alves, cento e trinta e quatro votos (134). Dr. Joaquim Leonel de Resende Filho, cento e trinta e tres votos (133). Dr. Adalberto Dias Ferrari da Lus, cento e trinta e tres votos (133). Passando-se á apuração. Passando-se á apuração das listas para senador federal e observadas as mesmas formalidades, proclamou-se depois de verificado o seguinte resultado: Dr. Carlos Vas de Mello, cento e noventa e sete votos (197). Dr. Antonio Gonçalves Chaves, tres votos (3). Feita esta apuração passou-se a de vice-presidente da Republica, que deu o seguinte resultado: Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, duzentos votos (200). O presidente mandou organizar outra lista geral contendo os nomes de todos os votados e o numero de votos de cada um desde perto do edificio municipal (...)²⁶⁷.

Affonso Augusto Moreira Penna foi vice-presidente do Brasil no período de 1903 até 1906. No final de 1902, Rodrigues Alves foi eleito presidente da República, sendo o vice-presidente Francisco Silviano de Almeida Brandão. Silviano Brandão faleceu dois meses antes de sua posse e, para ocupar seu lugar, Affonso Penna foi eleito vice-presidente, ocupando o cargo a partir de 1903.

Mas antes de ter se tornado vice-presidente da República, Affonso Penna havia sido governador de Minas Gerais entre 1892 e 1894 e se elegeu senador por Minas, no ano de 1899²⁶⁸.

Terminando o mandato de vice-presidente da República, Affonso Penna foi eleito presidente do Brasil, no ano de 1906. Segundo Viscardi, o governo de Affonso Penna mostrou

²⁶⁵ ACMV, 1903, fl. 09.

²⁶⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 214.

²⁶⁷ ACMV, 1903, fls. 09-10.

²⁶⁸ ROCHA, Daniela; RAMOS, Thailissa Letícia Andara. “Afonso Pena e Nilo Peçanha: estudo embrionário da trajetória política de dois presidentes e um mandato”. In: Encipecom – Comunicação e Política Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/AFONSO_PENA_E_NILO_PE%C3%87ANHA: estudo_e_mbrion%C3%A1rio_da_trajet%C3%B3ria_pol%C3%ADtica_de_dois_presidentes_e_um_mandato. Acesso em 14/02/2016.

um caráter mais técnico que o dos demais governantes que o Brasil já havia tido. No campo econômico, Affonso Penna implantou medidas fiscais para benefício do crescimento industrial. Sua equipe de governo buscou apoiar a produção para o mercado interno, visando diminuir as necessidades de importação²⁶⁹.

Em Varginha, uma escola do estado recebeu o nome da autoridade. A Escola Estadual Afonso Pena foi construída no ano de 1924²⁷⁰.

Além de serem as principais regiões de Minas Gerais nas questões econômicas e em tamanho populacional, a Zona da Mata e o Sul, acompanhados da Zona Metalúrgica, eram as regiões de onde mais saíram os representantes políticos estaduais e federais. Wirth escreveu que “dois terços de todos os governadores vieram da zona da Mata e do Sul (...) O apogeu do poder mineiro (1898-1929) foi dominado por governadores das zonas de café (...)”²⁷¹.

Do período de 1890 até 1933, 22,2% dos presidentes do estado eram da Zona da Mata, assim também como 22,2% eram da região Metalúrgica; da região do Sul de Minas Gerais, saíram 38,9% dos presidentes eleitos. Para o mesmo período, os vice-presidentes do estado também eram em maior número para as três regiões: 10% dos vice-presidentes eram originários da área Metalúrgica, 20% da região Sul e 30% da Zona da Mata. Em relação aos deputados eleitos, 19,8% eram do Sul de Minas, 25% da Zona da Mata e 31% da região Metalúrgica²⁷².

Os dados mostram, então, que dessas três regiões de Minas Gerais saíram cerca de 83% dos governadores do estado, 60% dos vice-governadores, e cerca de 76% dos deputados federais. Durante a Primeira República, a elite política do estado se concentrava naquelas três localidades.

No falho sistema eleitoral da Primeira República, a ampliação da participação popular ocorreu apenas no ano de 1904, quando a Lei nº 1.269, de 15 de novembro daquele ano, conhecida também como Lei Rosa e Silva, estendeu ao povo o processo de alistamento nas

²⁶⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro as Oligarquias – uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 182.

²⁷⁰ Memórias das Catanduvás: Varginha e seu Patrimônio Cultural. Disponível em: http://www.fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/patrimoniocultural/cartilha_memorias_das_catanduvás.pdf. Acesso em: 15/02/2016.

²⁷¹ WIRTH, John. *O Fiel da Balança - Minas Gerais na Federação Brasileira (1889/1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 206.

²⁷² FLEISHER, David D. “A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e viça-presidentes do Estado e de deputados federais”. In: MONTEIRO, Norma. (org.). *V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 1982, p. 48.

eleições municipais e estaduais. “Essa lei favoreceu realmente a representação das minorias, mas não tardou a ser frustrada nos seus objetivos”²⁷³.

Vale ressaltar que desde a proclamação da República até a elaboração da Lei, muitas alterações foram feitas no código eleitoral brasileiro. Mas ainda assim, como o voto não era obrigatório, não eram todos os cidadãos que votavam nas eleições que selecionavam os membros para concorrer nas eleições de deputados, senadores e vice-presidentes da República.

De acordo com Lei nº 1.269, as comissões responsáveis pelo alistamento seriam constituídas, em cada município, por três cidadãos – eleitos pelos membros efetivos da Câmara Municipal – e pelos quatro maiores contribuintes: dois do imposto predial e dois do imposto sobre a propriedade rural (nos lugares onde não fosse tributada a propriedade rural, este seria substituído pelo imposto de indústria e profissões). O presidente da comissão deveria ser um juiz de direito, ou, nos municípios que não fossem comarcas, a autoridade judicial mais graduada ou, ainda, o ajudante do procurador da República, onde não houvesse autoridade judiciária²⁷⁴.

Em 1905, o ano em Varginha começava com a instalação de mais uma mesa eleitoral, daquela vez, para a escolha de um senador. Portanto, a parte da ata que dizia respeito à composição da mesa começava assim:

Aos 19 dias do mez de Fevereiro do anno de 1905, pelas dez horas da manhã, na sala das audiencias, logar presumivelmente designado para nella funcionar a segunda secção eleitoral da cidade da Varginha, município do mesmo nome, do Estado federado de Minas Geras, afim de sucepder a eleição de um senador federal, de accordo a lei, e as communicações recebidas, presentes os mesarius Daniel Jovem Xavier de Resende, Domingos de Resende Filho e o supplente Francisco de Carvalho para occuparem os lugares vagos, estando completo o numero legal, passaram a eleger o presidente e secretario, sendo eleito para aquelle cargo o cidadão Manoel Joaquim da Silva Bittencourt, e para este Daniel Jovem Xavier de Resende, e occupando todos os respectivos logares o presidente eleito por pluralidade de votos declarou instalada a mesa eleitoral²⁷⁵.

Com a Lei nº 1.269, aumentou para cinco o número de deputados de cada distrito²⁷⁶. Pela Lei, a apuração final das atas das votações foi atribuída aos presidentes das Câmaras ou dos distritos eleitorais, sob a presidência, apenas com voto de qualidade, do substituto do juiz

²⁷³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 213.

²⁷⁴ Ibidem, p. 325, nota 28.

²⁷⁵ ACMV, 1905, fl. 11.

²⁷⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 213.

federal ou de seus suplentes, com exceção das capitais dos estados e do Distrito Federal, onde a composição da junta apuradora apresentava particularidades²⁷⁷. Em 1903, na eleição que ocorreu em Varginha, o presidente da mesa eleitoral era um cidadão escolhido pelos mesários presentes – não necessariamente o presidente da Câmara de vereadores – e era ele quem coordenava a votação, assim como ocorreu na instalação da mesa em 1905.

A Lei nº 1.269, por fim, mantinha a contagem dos votos em poder das mesas eleitorais. A organização das mesas, entretanto, com a Lei colocada em prática, foi alterada: comporiam as mesas eleitorais cinco membros efetivos e cinco suplentes. Cada grupo de trinta eleitores da sessão poderia indicar um mesário. Não havendo indicação ou se ficassem lugares vagos, a escolha seria feita por uma junta especial, constituída dos membros efetivos da comissão de alistamento e seus respectivos suplentes²⁷⁸.

Dessa forma, as eleições de 1905 em Varginha deveriam ocorrer sob novas bases. A Lei nº 1.269 parecia tentar estabelecer maior controle sobre os processos eleitorais. Todavia, tanto em 1903 como em 1905 a composição das mesas ocorreu da mesma forma, não sendo observadas as orientações da nova Lei de 1904: eram três mesários mais o presidente e o secretário. Para aqueles cinco membros havia cinco suplentes. Contudo, entendemos que os cinco membros que comporiam as mesas, de acordo com a Lei nº 1.269, eram apenas os mesários, com os seus suplentes, mais o presidente e o secretário, totalizando 12 pessoas, diferentemente de como ocorria em Varginha, que totalizava a mesa 10 pessoas, contando com os suplentes.

A segunda fase da reunião continuava da seguinte forma:

(...) o presidente mencionou que ia dar principio a chamada dos eleitores pela copia authentica do ultimo alistamento estadual por não haver alistamento federal, o qual foi avaliada pela autoridade competente e, abrindo a urna mostrou-a ao eleitorado, que verificou estar ella vazia. Sendo effectuada a sobredita chamada pela ordem, em que estavam os nomes dos mesmos eleitores naquella copia compareceram 54 eleitores. E á proporção que o eleitor era chamado e comparecia entrava no logar em que funcionava a mesa e que achava se separada do recinto (...) á assembléa por um gradil de madeira a padecerem ser com facilidade inspeccionados ao trabalho, exhibia seu titulo e, apresentando a sua lista com a seguinte involucro – para senador federal escriptura papel comum sem signal ou marca, mas fechada elle próprio a outra duzia na urna, que tinha uma abertura na parte superior estando entretanto fechada a chave. A medida que o eleitor depositava a sua lista, assignava o nome no livro de presença, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo Presidente da Comissão Municipal; e nelle, uma vez terminado o recebimento dos votos, foi lavrado

²⁷⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 213.

²⁷⁸ Ibidem, p. 326, nota 32.

o termo de encerramento após a assinatura do ultimo eleitor: Sendo de 54 o numero de eleitores ali inscriptos (...)²⁷⁹

Votaram para senador naquela ocasião 54 pessoas, mas havia muito mais inscritos no alistamento, pois era de 253 o número de alistados para a eleição:

Não compareceram á chamada 199 eleitores constantes da lista. Esse termo foi assignado por todos os mesarius. Aberta a mesa foram contadas as listas verificando-se então terem sido recebidos 54, os quaes, separadas e logo após enumeradas conveniente, segurando o rotulo, tornaram se ser recolhidas á urna, tendo antes o Presidente da meza anunciado o numero delas, a saber: Para senador federal 54 cédulas. Em seguida, o mesmo Presidente annunciou, em alta voz, que seria effectuada á apuração. Com este fim foi elle tirando da urna cédula por cédula e, desdobrando cada uma, primeiro a lia e passava aos mesários para faserem a verificação lendo a depois em voz alta o mesário Domingos de Resende Filho, o que para este fim tinha sido nomeado em tempo e achava sentado a esquerda do Presidente, dividindo por um outro mezario as lethras do alphabeto afim de que fosse por elle saturada á respectiva apuração. Para isto ia o mesmo escrevendo na sua relação o nome do votado e o numero de votos, que obteve e que eram publicados em voz alta (...). Assim concluida á apuração das listas para senador federal, o Presidente da meza proclamou sem demora o resultado della, que foi o seguinte: Dr. João Pinheiro da Silva – cincuenta e quatro votos²⁸⁰.

Antes de ter sido eleito senador da República naquele ano de 1905, João Pinheiro da Silva havia sido presidente de Minas Gerais nos anos de 1890 e 1906²⁸¹. No ano de 1903, participou do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, ocupando o cargo de presidente do congresso²⁸².

No seu plano de governo, deu prioridade para o crescimento econômico, concentrando-se nos campos agrário e industrial, mas não deixando de lado os investimentos na educação do trabalhador. A preocupação do governador com a educação fez com que se criasse em 1909, logo após sua morte, o Instituto João Pinheiro. Na escola, ministrava-se ensino técnico-agrícola para pessoas oriundas de famílias pobres²⁸³.

Ao final daquela reunião de 1905 em Varginha, “o Presidente mandou organizar uma lista geral contendo o nome do votado e o numero de votos que recebeu, a qual foi affixada em edital na porta do edificio e vae ser publicada pela imprensa”²⁸⁴.

²⁷⁹ ACMV, 1905, fl. 12.

²⁸⁰ ACMV, 1905, fl. 13.

²⁸¹ COSTA, Guilherme Meirelles da. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, pp. 67-68.

²⁸² Ibidem, p. 06.

²⁸³ Ibidem, p. 64.

²⁸⁴ ACMV, 1905, fls. 13-14.

A ata não ficaria apenas no distrito, mas deveriam ser enviadas cópias às autoridades competentes, assim como ocorreu na eleição de 1903:

Desta acta serão extrahidas seis copias e outras tantas da installação da meza e do termo e assignaturas dos eleitores, que todas depois de assignadas pelos mesarius e devidamente auferidas, serão enviadas ao vice-Presidente do Senado federal, outra do Presidente da Junta apuradora em Bello Horizonte, outra ao Presidente da Junta apuradora da Séde deste districto eleitoral, outra ao Juiz Seccional na Capital do Estado, outra ao Secretario da Camara dos Deputados federal e outra ao Secretario do Senado federal²⁸⁵.

Victor Nunes Leal afirmou que as duas falsificações mais recorrentes que dominavam as eleições da Primeira República eram o bico de pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais: inventavam-se nomes que fossem de importância para a junta apuradora. Na segunda falsificação, a obra era das Câmaras Legislativas no reconhecimento dos poderes: diplomas eram caçados na provação final, sem que fosse necessário.

Entretanto, as fraudes nas mesas eleitorais não impediram que os políticos eleitos conduzissem Minas Gerais e o Brasil em seu processo de crescimento econômico e urbanização.

Pela ata de 1903, vimos a eleição de Affonso Penna para vice-presidente do Brasil, mas também notamos que antes ele já havia sido governador de Minas Gerais, estando à frente de um projeto de urbanização para a região. No ano de 1905, João Pinheiro da Silva foi eleito senador e em seu cargo, também realizou ações para o desenvolvimento de Minas Gerais. Da mesma forma que a elite agrária varginhense conduzia a cidade no seu processo de urbanização e crescimento econômico, ocorria também com a elite estadual e nacional.

A quarta década de nossa análise, finalmente, mostrará intervenientes importantíssimos para a consolidação do processo de urbanização em uma região: a chegada dos serviços urbanos. As atas relataram as melhorias no serviço de abastecimento de água; destacaram a Câmara dos vereadores em festa com a inauguração da energia elétrica; descreveram a chegada das linhas telefônicas; e, por fim, mostraram como se chegou à construção do prédio do mercado municipal.

²⁸⁵ ACMV, 1905, fl. 14.

2.4. Infraestrutura urbana: o abastecimento de água, a energia elétrica, as linhas telefônicas e o mercado municipal (1910-1920)

Os anos após 1910 foram de importante evolução urbana em Varginha: os serviços de abastecimento de água potável passaram por maiores cuidados, foi inaugurada a energia elétrica, foram instaladas linhas telefônicas, um mercado municipal foi construído, duas instituições bancárias chegaram em Varginha, a produção de café havia aumentado.

No ano de 1912 foi criado um imposto específico para o café. Dizia parte da ata de primeiro de dezembro daquele ano que deveria se:

Crear o imposto de 50 reis por arroba de café que fôr exportado pelas Estações de Fluvial Varginha, bem como pela estação da Flóra quando o café por ella exportado fôr produzido neste município. § 1º O imposto será pelos exportadores e por intermedio dos funcionarios da Rêde Sul-Mineira mediante contracto de porcentagem que a Camara estabelecerá com a Directoria da referida via-ferrea, a porcentagem paga a essa via-ferrea não excederá de 20%. § 2º O imposto arrecadado entrará para o cofre municipal no fim de cada mez²⁸⁶.

As preocupações que ocorriam nas três primeiras décadas de nossa análise continuaram ocorrendo no decorrer do tempo. As questões de organização e embelezamento que marcaram a primeira década estavam ainda presentes nas atas, como ocorreu em 12 de janeiro de 1911, em que:

o vereador Dr. Marcellino de Rezende foi apresentando um projecto de lei auctorizando o Agente Executivo a fazer os seguintes serviços represtados urgentes: prolongar e alargar as ruas de S. José, dos Peixes, dos Commissarios, travessa de Sta. Maria, travessa de S. Pedro, travessa da rua Nova do Cruzeiro, beco do Pretorio até onde julgar conveniente, aforduiar o Largo do Pretorio de accordo com as rendas nupciaes, adquirir o predio para o mercado e intallal-o. Remover o actual calçamento do trecho da rua direita entre o estabelecimento de Azarias Alves Campos e a linha ferrea e substituil-o por calçamento igual ao restante da parte calçada (pedras granito)²⁸⁷.

O presidente da Câmara, doutor Adelio de Rezende, ficou autorizado a “mandar orçar o valor dos serviços e abrir o credito necessario”²⁸⁸. Contudo, o mercado municipal que foi mencionado no trecho da ata citada acima, cujo prédio ainda encontra-se em funcionamento em Varginha, seria inaugurado na cidade no ano de 1915.

As relações com outros municípios e distritos, que tornaram-se mais fortes em nossa segunda década de análise continuaram normalmente, como podemos ver pela ata de 23 de dezembro de 1913, onde:

²⁸⁶ ACMV, 1912, fl. 26.

²⁸⁷ ACMV, 1911, fl. 12.

²⁸⁸ Idem.

pelo vereador senhor Capitão Rebello da Cunha foi apresentado um projecto de lei que autoriza o Senhor Agente Executivo a despende pela verba do districto do Carmo da Cachoeira a quantia de 2:000\$000 [dois contos de réis] para auxilio da abertura de um caminho de utilidade publica, no lugar denominado capoeira das Constancias, sendo julgado objcto de deliberação foi aprovado em primeira discussão²⁸⁹.

Os embates entre a Câmara dos vereadores e a classe comercial quanto ao fechamento dos comércios também estava presente na quarta década de formação da cidade. Se na década de 1890 a medida já havia causado descontentamento, em 1913 não seria diferente. Na reunião de 07 de outubro, a Câmara voltou a tratar do assunto do fechamento dos estabelecimentos comerciais em dias específicos e a determinação tornou-se ainda mais rígida: a Lei Nº 101 foi alterada, e a proposta do major Silva Bittencourt “obriga-os [os comerciantes] a fechar [seus estabelecimentos] ao meio dia fazendo estensiva á barbearias a mesma disposição”²⁹⁰.

No dia seguinte, 08 de outubro, numa sessão extraordinária, o vereador José Maximiano Baptista “propôs para fechar a uma hora” as casas comerciais da cidade, e assim ficou determinado²⁹¹.

Os comerciantes, então, contestaram a medida, na reunião de 23 e dezembro daquele ano de 1913: “Em seguida foi lido um requerimento do Senhor Jacintho Foresti apresentando assignaturas de negociantes que protestam contra a lei que ordena fechar os estabelecimentos commerciaes aos domingos a 1 hora, a Camara não o atendeu”²⁹². Então, pelo vereador major Silva Bittencourt, foi mencionada a “Lei do Descanso Dominical”, que consistia nos seguintes artigos:

Artº 1º. Em virtude desta lei conservar-se-hão fechados aos domingos os estabelecimentos commerciaes desta Cidade. Artº 2º. Exceptuam-se da presente lei os bares e confeitarias, que poderão vender sómente as mercadorias constantes dos seus estabelecimentos, mediante uma licença especial. Artº 3º. A licença de que trata o artº 2º sera requerida a Camara annualmente. Artº 4º. Os bares e confeitarias que quiserem gozar os beneficios do artº 2º pagarão annualmente 100\$000 [cem mil réis] pela licença, independente dos impostos a que estão sujeitos tais estabelecimentos. Artº 5º. Os infratores da presente lei ficam sujeitos a multa de 50\$000 [cinquenta mil réis] e ao dobro na reincidencia. Artº 6º. As barbearias fecharão ao meio dia. §1º. Esta lei entrará em vigor em Janeiro de 1914. Artº 7º. Revogam-se as disposições em contrario²⁹³.

²⁸⁹ ACMV, 1913, fl. 65.

²⁹⁰ ACMV, 1913, fl. 61.

²⁹¹ Idem.

²⁹² ACMV, 1913, fl. 64.

²⁹³ Idem.

A “Lei do Descanso Dominical” foi aprovada em primeira discussão, mas dois anos após a medida ter entrado em vigor (e houve algumas alterações nesse período), os comerciantes, mais uma vez, discordaram da decisão, e na reunião de 04 de janeiro de 1916, “foi lido em expediente uma representação firmada por quarenta e um negociantes pedindo para revogar a lei que ordena fechar as casas commerciaes aos domingos a uma hora da tarde, a Camara tomou conhecimento do mesmo”²⁹⁴.

Dessa forma, a Câmara resolveu o seguinte:

Artº 1º. As casas commerciaes deste municipio deverão fechar as 14 ½ horas todos domingos e dias santificados. Artº 2º. Fica também prohibida a venda de qualquer genero depois dessa hora. Artº 3º. Ficará mantida a multa aos infratores desta lei a mesma que regulava a anterior. Artº 4º. Revogam-se as disposições em contrario²⁹⁵.

Sendo posta em discussão, a proposta não foi aprovada apenas pelo major Silva Bittencourt, que havia apresentado à Câmara o projeto convertido na Lei Nº 101, que mandava fechar o comércio aos domingos, inicialmente, às 12 horas.

Essa mudança em relação ao fechamento das casas comerciais não agradou a maioria dos comerciantes da cidade e, mais uma vez, eles apresentaram uma reivindicação, já na reunião do dia 05 de janeiro de 1916:

Foi lido em expediente uma petição protesto assignada por 57 negociantes e empregados contra a lei hontem posta em discussão que manda fechar as casas commerciaes as 14 ½ horas todos os domingos e dias santificados, foi a mesma enviada a comissão de Legislação, Justiça, Redação das Leis, Commercio e Industria para dar parecer²⁹⁶.

As discussões sobre o fechamento das casas comerciais, que se iniciaram em 1893, finalmente terminaram naquela reunião de 1916. Mas esse exaustivo debate nos indica, primeiramente, que a classe dos comerciantes desejava manter seus estabelecimentos em constante funcionamento, de forma a obter rendimentos, pois todas as medidas da Câmara para o fechamento dos comércios foram contestadas. Depois, esse debate também nos mostra o desejo da Câmara de manter uma ordem na cidade, a ordem imposta pelos vereadores, já que sempre tentavam dar a última palavra em relação ao funcionamento dos comércios. A evolução do processo de urbanização em Varginha tinha um grupo condutor que fazia questão de ditar as regras a serem seguidas.

²⁹⁴ ACMV, 1916, fl. 28.

²⁹⁵ ACMV, 1916, fl. 29.

²⁹⁶ ACMV, 1916, fl. 32.

Dentro do grupo de vereadores da Câmara Municipal de Varginha havia comerciantes, como vimos na segunda seção desse capítulo, ao começarmos a descrever as resistências entre Câmara e comerciantes. Porém, considerando a maioria dos membros da Câmara e seus interesses, os que prevaleciam eram os da elite agrária, que eram menos voltados para os objetivos da classe comercial de manter os estabelecimentos funcionando por mais tempo.

Dos membros que compunham a Câmara Municipal naquele ano de 1916, existem algumas informações sobre suas transações de imóveis que podem nos auxiliar no entendimento do perfil do grupo: o capitão Antonio Rebello da Cunha, descrito no livro de registros de imóveis como negociante, adquiriu em conjunto com outras pessoas, no ano de 1905 uma fazenda no valor de 41:200\$000 (2.690,348701 libras); das cinco transações de imóveis do vereador Horácio Nogueira, envolvendo Varginha e Nepomuceno, do período de 1896 até 1920, três eram de aquisições de bens imóveis rurais, uma de aquisição de imóvel urbano, e duas de venda de imóveis rurais.

José Maximiano Baptista, que foi o primeiro vice-presidente da Câmara Municipal de Varginha, em 1882, vendeu, no ano de 1913, uma fazenda com 32 alqueires de terras. No Almanach Sul-Mineiro para 1884, foi descrito como negociante e fazendeiro.

Informações sobre o autor da “Lei do Descanso Municipal” foram encontradas no inventário de sua esposa, do ano de 1913: no documento, como bens foram contabilizados apenas dívidas ativas, no valor de 24:000\$000 (1.600 libras esterlinas), na forma de apólices da dívida pública. Nos registros de imóveis, as transações envolvendo o nome do vereador são da compra de dois sítios, no ano de 1908 e da venda cinco alqueires de terras, em 1915, juntamente com um grupo de proprietários.

Por meio dessas fontes, é possível compreender que estava à frente da Câmara Municipal uma elite agrária. Por mais que conduzissem o processo de urbanização do município, os vereadores possuíam investimentos, a maioria, nos imóveis rurais.

As instalações das mesas eleitorais para eleições de deputados, senadores e vice-presidentes da República, presentes na terceira década de nossa pesquisa, não apareceram nas atas da quarta década, mas as eleições para membros que comporiam as juntas de revisões responsáveis pelo alistamento puderam ser vistas. Na reunião extraordinária de 05 de janeiro de 1912, “então o Senhor Presidente declarou que se ia proceder a eleição de trez membros para fazerem parte da junta de revisão do alistamento eleitoral e de trez suplentes”²⁹⁷. A eleição acontecia internamente, mas a ata não mostrava detalhes.

²⁹⁷ ACMV, 1916, fl. 24.

Portanto, vemos que, apesar de cada década contar com uma especificidade, havia questões comuns a todas elas. No entanto, não se deve negar que a década de 1910 mostraria grande evolução urbana e econômica para a cidade, com três serviços de grande importância para Varginha: os melhoramentos na rede de água, a chegada da energia elétrica e a instalação das linhas telefônicas, além da construção do mercado municipal, fazendo reforçar-se ainda mais a importância do comércio varginhense.

As melhorias no tratamento de água em Varginha começaram após 1910, quando nas atas das reuniões podemos observar maiores preocupações com relação ao serviço prestado à sociedade. Na reunião de 09 de junho de 1910, sob presidência do coronel João Urbano de Figueiredo:

pelo vereador Antonio Rotundo foi apresentado um projecto de lei auctorizando ao Agente Executivo a chamar concorrência publica para instalação de luz elétrica, rede de esgotos e novo abastecimento d'água, sendo julgado objeto de deliberação foi posto a votos em seguida foi aprovado em primeira discussão²⁹⁸.

A energia elétrica seria instalada no ano de 1914, e de 1910 até a data da inauguração, muitas reuniões a respeito do tema ocorreriam. Novamente na reunião de 11 de outubro de 1910, “resolveu-se sobre luz, agua, esgotos e força eletrica”²⁹⁹.

Com a evolução do processo de urbanização, também evoluíam as demandas da cidade. O melhor tratamento à água não estava dentre as primeiras preocupações da Câmara Municipal, surgindo o assunto na quarta década de nossa análise. No dia 30 de abril de 1910:

pelo vereador Major Silva Bittencourt foi apresentado um projecto que authorisa o Presidente da Camara a contractar um emprestimo até a quantia de 40:000\$ (Quarenta contos de reis) para segmento da agua potavel a esta Cidade, sendo julgado objeto de deliberação foi aprovado em primeira discussão³⁰⁰.

O empréstimo poderia ser feito com o governador do Estado, já que, ao menos no período da quarta década de formação de Varginha, os empréstimos para reformas urbanas surgiam mais do governador que dos bancos. As instituições bancárias não financiavam serviços para as municipalidades³⁰¹.

²⁹⁸ ACMV, 1910, fl. 04.

²⁹⁹ ACMV, 1910, fl. 09.

³⁰⁰ ACMV, 1913, fl. 55.

³⁰¹ No período da quarta década de nossa análise, os bancos passavam por uma fase de não realizar empréstimos. Escreveu Wirth que “o banco de Crédito Real do estado estava atolado em rotina burocrática e o Banco Hipotecário, a outra instituição semi-oficial fundada em 1911 com capital francês, não satisfaz às expectativas”. Continuou o autor que “os bancos comerciais preferiam operar em centros populacionais maiores”, que garantiam juros maiores. Foi em 1930 que as agências oficiais de empréstimo mudaram de postura. O Banco do Café (mais tarde Banco Mineiro da Produção), por exemplo, começou a conceder empréstimos em 1934,

Todavia, se por um lado a Câmara de vereadores se preocupava com as melhorias no serviço de abastecimento de água, por outro, chegava à instituição solicitações de quem havia auxiliado na prestação do serviço. Na reunião de 23 de dezembro de 1913:

foi lido requerimento do Cidadão José Firmino de Pinto no qual pedia a Camara uma gratificação por ter exercido o cargo de zelador d'agua desta cidade por mais de quatro annos sem nota alguma que o desabonasse, tendo sido tomado em consideração a Camara aprovou que lhe fosse dada a importância de cem mil reis³⁰².

As questões com o abastecimento de água, porém, não eram apenas relacionadas ao responsável pelo serviço. A estrutura apresentou problemas com o passar do tempo, no ano de 1914. No dia 15 de junho daquele ano, o major Evaristo Soares:

declarou que tinha convocado a presente sessão extraordinaria para levar ao conhecimento da Camara que no serviço do abastecimento de agua está apparecendo obstaculo de pedras na perfuração do tunel, por isso pedia a Camara auctorisação para augmentar o preço por metro corrente para mais 8\$000 [oito mil réis] nos pontos em que se encontra este obstáculo, e disse que achando se o abastecimento actual muito diminuido deliberou a comprar uma bomba centrifuga para aumentar a agua e assental-a proximo a caixa d'agua³⁰³.

Com o aumento da população de Varginha, era comum que fosse necessário aumentar a quantidade de água. Apesar disso, as melhorias no novo serviço seriam acessíveis apenas a uma pequena parte da população varginhense. Naquela mesma sessão:

Logo em seguida o vereador Capitão Rebello da Cunha apresentou o projecto que auctoris a Presidente da Camara a despender até a quantia de dez contos de reis para aquisição de uma bomba centrifuga, motor e mais pertences e assentamento, sendo julgado objecto de deliberação e de urgencia foi aprovado em unica discussão³⁰⁴.

Finalmente, naquela reunião extraordinária de 15 de junho de 1914:

pelo mesmo vereador Capitão Rebello da Cunha, foi apresentado um projecto que auctoris a presidente a pagar mais 8\$000 [oito mil réis] por metro liniar de escavação de tunel onde houve pedra sobre o preço contractado pelo o engenheiro em carregado do serviço, sendo objecto de deliberação e urgencia foi aprovado em primeira e unica discussão³⁰⁵.

Contudo, na próxima reunião que ocorreria, em 15 de julho de 1914:

expandindo-se para outros setores, não apenas o da produção agrícola (WIRTH, 1982, p. 102). Se por um lado os bancos estavam reduzindo seus empréstimos, por outro lado, o Estado mantinha em seu orçamento as categorias de operação de dívida, educação, força pública, judiciário, obras públicas, apoio a ferrovias e apoio ao café. Entre 1910 a 1919, o orçamento destinava 5.000:000\$000 para obras públicas. (WIRTH, 1982, p. 291).

³⁰² ACMV, 1913, fl. 64.

³⁰³ ACMV, 1914, fl. 76.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Idem.

O Dr. Adelio de Resende, engenheiro encarregado do serviço do aumento d'água potável pelo empreiteiro Capitão Joaquim Antonio Teixeira, expôz a Camara que na perfuração da senda para passagem do encanamento encontrou-se grande obstaculo como seja pedra e abundante agua, tornando se preciso escoramentos, por isso era que a Camara augmentasse o preço na perfuração, sendo tomada em consideração essa sua exposição, ficou resolvido que se pague 35\$000 [trinta e cinco mil réis] os primeiros 70 metros e os outros a 47\$000 [quarenta e sete mil réis]³⁰⁶.

Não se sabe ao certo quanto tempo duraram aquelas obras, mas depois de mais de um ano do início dos trabalhos, a Câmara ainda devia ao encarregado do serviço, pois na reunião de 17 de agosto de 1915, “pelo Capitão Antonio Rebello da Cunha foi apresentado um projecto auctorizando o Presidente da Camara a despende até a quantia de sete contos e quinhentos mil reis para saldar as contas do encarregado do serviço do tunel do encanamento d'água”³⁰⁷.

Como Varginha possuía distritos, também precisava dar assistência àquelas localidades. No dia 13 de setembro de 1915:

Foi lido em expediente um abaixo-assinado dos residentes e visinhos do povoado de S. Bento do Campo Bello pedindo a esta Camara para abastecer aquelle logar com agua potável: a Camara tomando em consideração tão justo pedido resolveu auxiliar com a importancia de um conto de reis (1:000\$000) este serviço, verba que deverá ser retirada do saldo do districto do Carmo da Cachoeira³⁰⁸.

Naquela mesma reunião:

Pelo vereador Capitão Rebello da Cunha foi apresentado um projecto que autorisa o Presidente da Câmara despende até a quantia de 700\$000 setecentos mil reis para melhoramentos da agua potavel do Carmo da Cachoeira correndo estas despesas pela verba do mesmo districto³⁰⁹.

As melhorias no serviço de abastecimento de água eram parte dos projetos do processo de urbanização local conduzido pelos vereadores. Melhorias que nem toda a população varginhense usufruía.

Depois do serviço de abastecimento de água, destacamos a instalação a energia elétrica em Varginha, juntamente com a chegada das linhas telefônicas. Novos padrões de consumo que a elite agrária, ao mesmo que tempo que os conduzia à sociedade, também beneficiava-se deles.

As discussões a respeito da instalação da energia elétrica começaram no ano de 1910, no dia 09 de junho, em que o presidente da Câmara, o coronel João Urbano de Figueiredo,

³⁰⁶ ACMV, 1914, fls. 76-77.

³⁰⁷ ACMV, 1915, p. 08.

³⁰⁸ ACMV, 1915, pp. 09-10.

³⁰⁹ ACMV, 1915, p. 10.

ficou autorizado a chamar concorrência pública para os serviços de instalação de energia elétrica³¹⁰. Mas foi no ano de 1911, no dia primeiro de agosto, que:

A mesma Camara deliberou a autorisar o Agente Executivo a contrahir um emprestimo para estabelecer a luz eletrica nesta cidade, mediante os juros de (10%) dez por cento ao anno, e praso que for razoável, no caso que torne impossivel o emprestimo, fica o Agente Exevutivo autorizado a contractar com qualquer empresa que melhores condições offerecer, a estabelecer nesta cidade a luz elétrica e força pelo praso de vinte cinco anos, findo o qual reverterão os materiais e todo estabelecimento para a municipalidade sem ônus, ficando desde já desapropriadas todas as cachoeiras existentes no municipio³¹¹.

No outro dia, 02 de agosto, ficou decidido que o agente executivo teria um prazo breve para apresentar à Câmara o orçamento para a instalação do serviço. Sendo impossível o empréstimo e, no caso do ser contratada uma empresa (a que fizesse a instalação pelo preço mais baixo possível), era necessário estabelecer-se os prazos de início e término do serviço, assim como o preço das lâmpadas das iluminações públicas e particulares e estabelecer multas caso a empresa não cumprisse o que fosse combinado³¹².

Varginha passava por um crescimento urbano, ainda que gradual, a já contava com escolas, a ferrovia, comércios, pequenas fábricas, imprensa – que publicava editais, por exemplo, de quando abria-se concorrência para melhorias em estradas ou em obras de calçamento das ruas –, o abastecimento de água havia passado por melhorias. Assim, era notável que a energia elétrica fosse uma demanda necessária.

Na reunião extraordinária de 10 de fevereiro de 1912, sob presidência do major Silva Bittencourt, foram analisadas as propostas para a instalação da energia elétrica. Foram levadas à Câmara oito propostas, e os vereadores analisaram alguns requisitos para a escolha da melhor. Os requisitos eram:

economico, conciliando o interesse publico com o particular, energia eletrica sob o ponto de vista de sua importancia, encampação, condições de pagamento da Camara Municipal, favores extraordinarios pedidos pelos proponentes e vantagens extraordinarias pelos mesmos offerecidos³¹³.

Abaixo mostraremos como ocorreram as apreciações considerando os seis critérios que a comissão responsável considerou relevantes:

Requisito 1: Do critério econômico. Mostrou a Câmara que “sob este aspecto, ha grande divergencia de preços entre os concorrentes, sendo criterio da comisão conciliar os

³¹⁰ ACMV, 1910, fl. 04.

³¹¹ ACMV, 1911, fl. 17.

³¹² ACMV, 1911, fl. 19.

³¹³ ACMV, 1912, fl. 30.

interesses publicos e privados, não descuidando dos recursos pecuniarios e actuaes da Municipalidade”³¹⁴. Considerando então os valores que cobriam os proponentes, a Câmara descartou quatro deles, que apresentavam um orçamento acima de 14 contos de réis. Com base nessa escolha, foram analisados os valores de outros critérios para as quatro propostas restantes: iluminação particular por vela/mês; instalação (gratuita ou remunerada) e força motriz. Pela análise desses três critérios, resolveu a Câmara que “néssas condições, são mais vantajosas as propostas que fazem a instalação gratuita para o consumidor, visto como o preço por vela se equivalem, mais ou menos. Têm primazia, portanto, as propostas n^{os} 1 e 3”³¹⁵.

Requisito 2: Da energia elétrica. Considerando os cavallos/vapor, “a proposta n^o 1 não diz o numero de cavallos vapor que fornece; a n^o 2 fornece 150 cavallos vapor prometendo aumentar esse numero quando a empresa julgar conveniente; a n^o 3 fornece força de 500 cavallos vapor e a n^o 4 não menciona”³¹⁶. Nesses critérios, foram consideradas apenas as propostas 2 e 3. Não obstante, a proposta “n^o 2 reserva a si o direito de aumentar o numero quando ella julgar conveniente, o que constitue ou póde constituir um obstaculo para a municipalidade ou para o particular quando reclamem força de que ella não disponha”³¹⁷. Assim, a proposta de número 3 era mais favorável, “podendo melhor fomentar a industria”³¹⁸.

Requisito 3: Da encampação. As propostas de números 2, 3 e 4 estabeleceram preliminares, a terceira a partir do oitavo ano e a quarta a partir do décimo ano, sendo que:

A 2^a estabeleceu que, vencido o prazo de privilegio, receberá, em troco da encampação, o custo da instalação, com rebate de 30% sobre o valor actual da instalação, desde que não haja obra nova. No caso contrario, não faz redução alguma. A 3^a deduzindo a renda liquida dos cinco ultimos anos, toma a media annual, que representará o juro da quantia, que tem a receber (juro de 8%). A 4^a estabelece a encampação depois do decimo anno, tomando-se a media da renda, renda liquida do ultimo trienio e contando-se o juro de 10% para formação do capital. A 1^a não estabelece bases para encampação”³¹⁹.

Portanto, do ponto de vista da encampação, as propostas 3 e 4 foram consideradas as melhores.

Requisito 4: Das condições de pagamento. A ata dizia que a proposta de número 2 pedia pagamento por trimestre; a proposta de número 4 exigia que o pagamento fosse feito

³¹⁴ ACMV, 1912, fl. 30.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Idem.

mensalmente; as propostas de números 1 e 3 não deram detalhes sobre a forma de pagamento³²⁰.

Requisito 5: Das vantagens extraordinárias. Dizia a ata que a proposta:

Numero 1 dará 50% gratuitamente no primeiro anno para a primeira fabrica que se inaugurar; a 3ª entra com grande potencial; a 4ª isolará os fios da distribuidora e dará um motor para mover a bomba elevadora d'agua para o abastecimento da cidade; a 2ª não offerece como vantagem extraordinaria se não os meios para se desenvolverem certas industrias e confortos, fazendo sua propaganda³²¹.

Considerando então as vantagens extraordinárias, a segunda proposta estava descartada.

Requisito 6: Dos favores extraordinários. “A 2ª e a 4ª propostas pedem isenção de impostos municipais e obrigação da Camara intervir junto ao Governo Federal para obter isenção de impostos aduaneiros, junto ás estradas de ferro para redução de fretes. A 1ª e 3ª não pedem esses favores”³²². Assim, “distante ficam as 1ª e 3ª com grande vantagens sobre as duas outras”³²³.

Depois das análises feitas, a Câmara chegou à seguinte conclusão:

Pelas comparações acima declaradas fica patente quanto a preço em egualdade de quantidade para iluminação publica a superioridade da proposta nº 1; mas a proposta nº 3, desde que do projecto de illumination se afastem 8 arcos voltaicos, ficará em melhores condicções, pois a illumination da cidade ficará custando annualmente 9:615\$300 (nove contos seiscentos e quinze mil e trezentos reis), nos preços de energia a particulares as propostas nºs 1 e 3 são mais ou menos equivalentes³²⁴.

Finalmente, “depois de ter sido lido o parecer o Senhor Presidente ordenou [ao secretário] que convidasse o proponente Vivaldi & Cia [proposta número 3] para assignar o contracto”³²⁵. O proponente era uma empresa do Rio de Janeiro.

Nos registros de imóveis, encontramos algumas transações de bens envolvendo o nome da companhia: no total, são quatro registros envolvendo a empresa na cidade de Varginha, dois de 1912 e dois de 1914. O primeiro deles, de 03 de fevereiro de 1912, era referente à compra de parte de um terreno da Fazenda Pontal, no valor de 500\$000. Nas condições do contrato estava especificado que a companhia deveria fornecer lâmpadas para a casa de morada da Fazenda do Pontal, fazer uma ponte ligando a ilha ao continente e o fecho

³²⁰ ACMV, 1912, fl. 30.

³²¹ Idem.

³²² Idem.

³²³ Idem.

³²⁴ ACMV, 1912, fl. 31.

³²⁵ Idem.

da faixa cedida com cerca de arame. No segundo registro, de 05 de junho de 1912, a Vivaldi & Cia adquiriu mais terras da Fazenda Pontal, no mesmo valor da primeira compra.

Em fevereiro 1914 as obras para instalação da energia elétrica deveriam estar sendo finalizadas, mas a Vivaldi & Cia precisava de mais alguns dias para o término total do serviço. No dia 03 de fevereiro daquele ano:

Foi lido perante a Camara um requerimento da Companhia Mercantil e Industrial Casa Vivaldi, no qual pede sessenta dias de prazo para dentro delle inaugurar a instalação eletrica, justificando este pedido o incidente ocorrido no canal o qual obrigou a Companhia fazer novas obras de segurança, a Camara mandou que para ser a suplicante atendida erá necessario que enviasse o original da planta que foi approvada para collocação dos postes da illuminação que lhe foi fornecida pela mesma, enviar a tabella dos preços da illuminação particular e informar se as duas lampadas de mil vellas cada uma que a empreza comprometheu se a colocar em logares determinados pelo Agente Executivo poderam ser subdivididas a juizo do mesmo e se isso mesmo convocasse a Companhia³²⁶.

Depois de realizado o pedido para ampliação do prazo, a companhia adquiriu mais dois imóveis: no dia 27 de fevereiro de 1914, um terreno na área urbana, para construção de um prédio, no valor de 2:200\$000 e no outro dia, 28 de fevereiro, foi comprado um terreno na área rural de Varginha, no valor de 600\$000.

O pedido feito à Câmara foi atendido e, no dia 30 de março daquele ano, numa reunião extraordinária, foi decidido a respeito da comissão responsável “para os festejos da inauguração da luz”³²⁷.

O vereador Domingos de Rezende apresentou uma proposta que dizia que “fica o Presidente da Camara auctorizado a despender com os festejos da inauguração da luz electrica nesta cidade o que necessario fór, como despesas extraordinarias”³²⁸. Foi nomeada uma comissão para ir até Itajubá e Santa Rita do Sapucaí convidar os senhores doutores Wenceslau Braz e Delfim Moreira³²⁹; uma comissão para cuidar da recepção da estação ferroviária até a Câmara Municipal; mais uma comissão para convidar personalidades importantes de Três Corações; outra para ornamentação da Praça da Estação até a Rua Municipal; uma comissão para a ornamentação de ruas centrais; e, finalmente, uma comissão para preparar o “banquete”

³²⁶ ACMV, 1914, fl. 70.

³²⁷ ACMV, 1914, fl. 72.

³²⁸ Idem.

³²⁹ Wenceslau Braz Pereira Gomes foi importante membro da sociedade política sul-mineira e, entre 1914 e 1918, foi presidente do Brasil. No ano de inauguração da energia elétrica em Varginha, residia em Itajubá. Delfim Moreira da Costa Ribeiro também foi importante membro da sociedade política sul-mineira, tendo presidido o Brasil do final de 1918 até meados do ano de 1919. No ano de inauguração da energia elétrica em Varginha, residia em Santa Rita do Sapucaí.

que seria oferecido³³⁰. Ao final da reunião, os vereadores resolveram enviar um ofício ao presidente da Rede Sul Mineira, “para assistir aos festejos da inauguração da luz electrica”³³¹.

Depois de terminado todo o serviço pela Companhia Vivaldi, “aos doze dias do mez de Abril de mil novecentos e quatorze, as 18 horas (da tarde), no Theatro Municipal”³³², deu-se início à sessão especial de instalação da luz elétrica.

Naquela reunião, coordenada pelo vice-presidente da Câmara de Varginha, o capitão Antonio Rebello da Cunha, a Câmara resolveu homenagear os senhores Wenceslau Braz Pereira Gomes e Delfim Moreira da Costa Ribeiro. A Rua de São Pedro passou a se chamar Rua Wenceslau Braz e a Rua Municipal recebeu o nome de Delfim Moreira.

Dessa forma, declarou o presidente da sessão:

que se ia proceder a inauguração da luz electrica. Tomou a presidencia o Excelentissimo Senhor Doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes, e o Excelentissimo Senhor Doutor Delfim Moreira da Costa Ribeiro apertando o botão electrico, fez-se a luz, orando nesta ocasião em nome da Camara³³³.

O novo serviço que chegava à Varginha não beneficiaria a população toda. Devemos destacar que seriam iluminadas as áreas centrais da cidade, o espaço urbano de Varginha, e os serviços de iluminação chegariam, primeiramente, aos proprietários de comércios e fábricas, à minoria da população, ou seja, à elite agrária varginhense.

Na reunião que se seguiu, dia 27 de abril, o principal assunto tratado dizia respeito às despesas com os festejos da iluminação elétrica. O presidente da Câmara foi autorizado a pagar o banquete que “a mesma Camara ofereceu aos Excelentissimos Senhores Doutores Wenceslau Braz Pereira Gomes, Delfim Moreira e suas comitivas no dia 12 do corrente na importancia de oito contos de reis”³³⁴. Ainda, a Câmara deveria pagar mais “dois contos e seiscentos mil reis de despesas para o mesmo fim, sendo julgado objecto de deliberação foi posto a votos e aprovado em primeira discussão”³³⁵. As outras despesas “feitas com a inauguração da luz electrica” deveriam ser pagas “pelas verbas do orçamento”³³⁶.

No dia 19 de maio, uma reunião extraordinária ocorreu porque a Câmara havia deixado de cumprir uma das partes do acordo com a Companhia Vivaldi. A reunião era:

para a Camara tomar conhecimento de uma petição da Companhia Mercantil e Industrial Vivaldi, pedindo o levantamento do deposito de 3:000\$000 [três

³³⁰ ACMV, 1914, fls. 72-73.

³³¹ ACMV, 1914, fl. 73.

³³² Idem.

³³³ ACMV, 1914, fl. 73.

³³⁴ ACMV, 1914, fl. 74.

³³⁵ Idem.

³³⁶ Idem.

contos de réis] em deposito nesta Camara (apolice do Estado) para garantia do contracto da iluminação publica³³⁷.

Entretanto, a Companhia havia deixado de cumprir algumas partes do contrato, pois dizia a ata que:

A Camara tomando conhecimento resolveu que se respondesse exigindo o cumprimento de todas as clausulas do contracto que não foram satisfeitas a saber: a que diz respeito ao pagamento da iluminação particular; a referente a distribuição de lampadas nos largos da Matriz e Praça Rio Branco; e a que diz respeito ao numero de postes e finalmente a que é attinente a qualidade das lampadas que devem ser empregadas na iluminação publica³³⁸.

Aquelas pendências entre a Câmara e a empresa foram resolvidas. Mas em agosto de 1920 a Companhia Vivaldi sugeriu algumas mudanças em relação à prestação dos serviços que não agradaram aos vereadores. A empresa Vivaldi propunha alterações na intensidade das lâmpadas, aumentando a intensidade, mas aumentando-se também o preço anual por vela. “A Camara tomando conhecimento da proposta, por unanimidade de votos resolveu não acceital-a por julgal-a ir de encontro aos interesses do publico por achar exorbitante seus preços, e os preços para a iluminação publica estao elevados a mais do dobro do actual”³³⁹.

Dentre os serviços que destacamos nesse tópico – o abastecimento de água, a inauguração da energia elétrica e a chegada das linhas telefônicas –, julgamos ser o de energia elétrica um dos mais importantes, considerando a temática de urbanização. Com a chegada da energia elétrica, “os processos de urbanização e industrialização se fortaleciam (...) possibilitando não somente a incorporação de novos padrões de consumo pela modernização dos serviços urbanos, como também dinamizando e expandindo a atividade industrial”³⁴⁰.

Em Varginha, a instalação da energia elétrica estava mais ligada ao processo de urbanização pelo qual passava a cidade do que aos fins industriais, e serviria muito mais para possibilitar a incorporação de novos padrões de consumo naquela pequena sociedade. O próprio uso da energia elétrica constituía um novo padrão de consumo.

Outro serviço diferenciado para a época era o das linhas telefônicas. O assunto apareceu numa ata do ano de 1913, no dia 25 de junho, quando “foi apresentado pela

³³⁷ ACMV, 1914, fl. 75.

³³⁸ ACMV, 1914, fl. 75.

³³⁹ ACMV, 1920, fl. 12.

³⁴⁰ SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008, p. 385.

comissão de obras publicas o parecer da mesma sobre uma petição do Senhor José Lisbôa de Paiva pedindo privilegio para estabelecer linhas telephonicas no município”³⁴¹.

A Câmara aprovaria, mas algumas condições foram dadas. Assim:

Foi posto em primeira discussão com as seguintes modificações: deverá terminar a instalação central dentro de quinze mezes sob multa de Quinhentos mil reis, cobrada por assignantes da zona urbana cem mil reis annuaes pagos trimestralmente, e da zona rural cento e vinte e quatro mil reis, o mais como achado na petição, foi aprovado³⁴².

Naquela mesma reunião, logo em seguida, “foi posto em segunda discussão o projecto que considera caduco o contracto com a Companhia Telephonica Bragantino por não ter cumprido as clausulas, foi aprovado”³⁴³.

Nas atas da Câmara não houve mais descrições a respeito da petição do senhor José Lisbôa de Paiva, mas linhas telefônicas foram instaladas em Varginha. No açougue do senhor Manoel Caetano de Oliveira, que entrou em funcionamento no prédio do mercado em 1916, faria parte das instalações do cômodo “um telephone e uma lampada electrica”³⁴⁴.

As linhas telefônicas não atenderiam apenas a população urbana, mas também a que residia na zona rural. Todavia, ainda assim, era apenas a elite que utilizaria o novo serviço, de imediato. A elite proprietária de terras, dona de fazendas importantes, mas também possuidora de bens imóveis nas áreas centrais da cidade e com mais recursos financeiros que a maioria da população.

Destacamos, por fim, a criação do mercado municipal nesse tópico do texto porque acreditamos que o mercado se constituiu numa importante construção para o fortalecimento do comércio varginhense, bem como, fazia com que aumentassem as rendas do município.

O mercado municipal foi inaugurado em Varginha no ano de 1915, mas as menções à construção começaram no ano de 1910³⁴⁵. Depois de um primeiro registro em 1910, foi na reunião de 11 de novembro de 1911 que foi oferecido à Câmara Municipal, por meio de ofício, um terreno localizado na Praça São José para a construção do mercado municipal. O terreno era de um morador da cidade (Augusto Lopes de Vasconcellos) e foi oferecido pelo

³⁴¹ ACMV, 1913, fl. 56.

³⁴² Idem.

³⁴³ ACMV, 1913, fl. 56.

³⁴⁴ ACMV, 1916, p. 39.

³⁴⁵ Um prédio próprio para o mercado municipal foi inaugurado no ano de 1915, mas antes disso, Varginha já contava com comércios espalhados pela cidade. No ano de 1893, Varginha possuía uma Praça do Mercado (ACMV, 1883, fl. 06) onde entendemos que os comerciantes expunham seus produtos para venda. Considerando as culturas e mantimentos existentes em Varginha, que poderão ser melhor conferidas no capítulo 4 dessa dissertação, sobre os inventários *post-mortem*, acreditamos que em Varginha comercializava-se, tanto em 1893 como em 1915, na inauguração do prédio do mercado, especialmente, café, cana de açúcar, açúcar, aguardente, milho, arroz, feijão, mandioca, polvilho, sal, amendoim, fumo e algodão.

valor de três contos de réis, aceitando-se como pagamento apólices a juros de 10% ao ano. Contudo “a Camara não ia construir actualmente o mercado”³⁴⁶.

O assunto retornou no ano de 1913, quando em janeiro daquele ano, o presidente da Câmara, major Evaristo Soares, “nomeou uma comissão dos vereadores Capitães Rebello da Cunha, Maximiano Baptista e Major Silva Bittencourt para darem pareceres sobre o local mais apropriado para ser construído o mercado”³⁴⁷.

No dia 25 de junho de 1913, “pelo vereador Capitão Rebello foi apresentado um projecto que auctoriza o Presidente da Camara a mandar levantar uma planta do mercado sendo julgado objecto de deliberação foi aprovado em primeira discussão”³⁴⁸.

Depois dessa autorização, demorou mais de um ano para realização de um empréstimo a fim de começarem as obras. Foi na reunião de 13 de outubro de 1914, numa sessão extraordinária que o presidente da Câmara, Evaristo de Souza Soares, “disse que tinha convocado a presente sessão para se tratar de contrahir um emprestimo para construcção do mercado desta cidade”³⁴⁹.

Então, ele foi autorizado, pelo projeto do vereador capitão Rebello da Cunha, a fazer um empréstimo de até vinte contos de réis, por meio de escritura pública, sendo os juros nunca superiores a 10% ao ano. Assim, pelo mesmo vereador foi apresentado “outro projecto que auctoriza o Presidente da Câmara a pôr em hasta publica a construcção total e esgottado mercado publico de conformidade com o orçamento apresentado”³⁵⁰. O prédio do mercado seria construído na Praça do Mercado.

Depois de decididas as questões de orçamento e de localização do mercado, abriu-se um período para recebimento de propostas para a construção do prédio. No dia 14 de novembro de 1914, em reunião extraordinária, “o Senhor Presidente [major Evaristo de Souza Soares] disse que tinha convocado a presente reunião para apresentar a Camara o parecer da Comissão de Obras Publicas”³⁵¹. O parecer da comissão, sendo analisado pela Câmara, foi aprovado. A proposta escolhida foi “a do Senhor Antonio Alves Ribeiro com a condição de fazer os passeios em volta do mesmo edificio”³⁵².

A inauguração do mercado não foi descrita nas atas da Câmara, mas o prédio entrou em funcionamento entre o fim de 1915 e o começo de 1916. No ano de 1915, no dia 13 de

³⁴⁶ ACMV, 1911, fl. 22.

³⁴⁷ ACMV, 1913, fl. 48.

³⁴⁸ ACMV, 1913, fl. 56.

³⁴⁹ ACMV, 1914, fl. 81.

³⁵⁰ ACMV, 1914, fl. 82.

³⁵¹ ACMV, 1914, fl. 83.

³⁵² Idem.

setembro, “pelo Capitão Rebello da Cunha foi apresentado um projecto para o regulamento e tabella de impostos do mercado a vigorar logo que o mesmo seja inaugurado”³⁵³.

Em março de 1916 o mercado já estava em funcionamento, porque foi marcada uma reunião extraordinária para tratar-se de assuntos específicos do mercado, tais como ajustes na tabela de impostos, regulamentação interna e questões referentes a comerciantes que desejavam transferir seus estabelecimentos para o prédio do mercado.

A construção do mercado gerou efeitos positivos não só para os comerciantes, mas também para os compradores. Os comerciantes que tinham condições de pagar o aluguel de um espaço no mercado estariam todos juntos num mesmo lugar, o que atraía mais compradores e estes, encontrariam concentrados os produtos que demandavam. Ainda, considerando a classe comercial, com a ferrovia, seus produtos poderiam ser enviados a outras localidades do Sul de Minas Gerais e, da mesma forma, eles poderiam receber produtos de outras localidades, para revenderem no mercado.

Assim, os comerciantes de Varginha passaram a querer ocupar o mercado municipal, como mostrou a ata de 01 de março de 1916. Naquela reunião, foi lido o requerimento do proprietário de um açougue da cidade, Manoel Caetano de Oliveira, “desejando transferir o seu açougue para um dos departamentos do “Mercado Municipal” desta cidade”³⁵⁴.

O proprietário poderia transferir seu estabelecimento para o prédio, desde que “fosse montado a capricho, com luxo, estylo moderno” e de acordo com normas de higiene. O comerciante poderia utilizar o cômodo por cinco anos, com isenção do pagamento do aluguel do cômodo, mas depois de passado o período, deveria devolver à Câmara toda a montagem do açougue, “que poderá ser alugado ao mesmo proponente, que terá preferencia, ou a quem melhores vantagens offerecer”³⁵⁵.

O mercado municipal, porém, logo foi vendido a particulares, três anos depois da reunião que regulamentou seu funcionamento. No dia 15 de março de 1919:

foi apresentado pelo vereador José Justiniano de Paiva o projecto nº 9, Art. 1º. Fica o Presidente da Camara [José Augusto de Paiva] auctorizado a pôr em hasta publica a venda do prédio do Mercado Publico. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario³⁵⁶.

³⁵³ ACMV, 1915, p. 10.

³⁵⁴ ACMV, 1916, pp. 38-39.

³⁵⁵ ACMV, 1916, p. 39.

³⁵⁶ ACMV, 1919, fl. 72.

Na reunião seguinte, dia 17 de março de 1919, “foi lida uma proposta do Senhor Joaquim Eugenio de Araujo para a compra do mercado publico, premiado para pol-o em hasta publica pois garantia a offerta de 20:000\$000 pelo predio e mais cinco metros nos fundos”³⁵⁷.

O mercado pode ter sido colocado à venda porque não gerava a renda que a Câmara dos vereadores desejava e por isso decidiu-se deixá-lo nas mãos de um particular. No entanto, estando o prédio do mercado nas mãos da Câmara dos vereadores ou de um proprietário particular, seu funcionamento não cessava. O prédio do mercado funciona atualmente em Varginha, no mesmo lugar que foi construído no ano de 1915.

Ao longo de 38 anos, podemos observar que Varginha passou por importantes transformações em sua estrutura urbana. As atas da Câmara detalham bem essas transformações, e as informações são muitas. Assim, selecionamos os projetos, as leis e os acontecimentos que julgamos terem sido importantes para a formação da cidade.

Traçamos um perfil específico para cada década, mas alguns assuntos, como as obras de infraestrutura e as relações com o governador do estado, dentre outros, perpassam o tempo.

Conseguimos entender como Varginha passou de uma cidade onde as preocupações iniciais eram as relacionadas com a organização de ruas e praças, consertos de pontes e estradas etc, em fins do século XIX, para uma cidade em que as empresas de serviços urbanos chegavam e ofereciam à sociedade – ou à minoria dela – novos padrões de consumo, voltados para a valorização do espaço urbano.

A introdução de novos padrões de consumo nas sociedades, consequência da Segunda Revolução Industrial, ocorria em Varginha, embora com menor intensidade que em cidades maiores, como São Paulo, mas de forma parecida com o padrão de crescimento urbano do Sul de Minas. O tratamento da água, a chegada da energia elétrica e do telefone, a construção do mercado municipal foram elementos que deram nova forma ao município, juntamente com o processo de urbanização conduzido pela elite agrária que, no fundo, era a camada da sociedade que mais se beneficiava.

Observamos esse processo de evolução urbana somente pelas atas da Câmara, para mostrar os anseios dos vereadores. Em nosso próximo capítulo, vamos nos utilizar dos registros de imóveis para entendermos a valorização do espaço urbano. Tentaremos mostrar que os imóveis urbanos passavam por um aumento de transações e de preço com o passar dos anos, pequeno, mas em constante movimento, enquanto os imóveis rurais, também de forma gradual, passavam a se desvalorizar.

³⁵⁷ ACMV, 1919, fl. 72.

CAPÍTULO 3

VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO MUNICÍPIO DE VARGINHA (1882-1920)

Em nosso capítulo anterior, constatamos que Varginha passou por transformações urbanas importantes nas suas primeiras quatro décadas de existência enquanto município: as preocupações com organização e embelezamento do novo espaço urbano que se formava marcaram a primeira década de nossa análise; as relações com outros distritos e municípios foram destacadas na segunda década de formação de Varginha; compreendemos como funcionavam as mesas eleitorais para as eleições de representantes do distrito nas eleições federais; por fim, na quarta década de nossa análise, Varginha passou a receber suas primeiras empresas de serviços urbanos.

Se antes mostramos as transformações urbanas por meio das atas da Câmara, enfatizando o papel dos vereadores e da população de modo geral nessas transformações, neste capítulo vamos mostrar como o espaço urbano foi valorizando-se ao longo do tempo, por meio dos registros de imóveis³⁵⁸.

É preciso ressaltar, entretanto, que apesar de maior atenção às atividades urbanas, o campo também continuava sendo o lugar para onde iam os maiores investimento da elite³⁵⁹. Na verdade, por mais que haja separação entre economia urbana e economia rural, porque possuem características distintas, elas se desenvolvem conjuntamente. Portanto:

Já que a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea, deve-se esperar que as influências que ela exerce sobre os modos de vida não sejam capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente (...) possuindo os modos característicos da fazenda, da herdade e da vila³⁶⁰.

Assim, campo e cidade se influenciavam (e ainda influenciam-se), fazendo parte de uma mesma economia. Eram áreas que possuíam, por um lado, certa autonomia para crescer mas, por outro lado, dependiam uma da outra, o que é evidente para Varginha, um município em formação.

³⁵⁸ Presentes no Cartório de Registros de Imóveis da cidade de Varginha (CRIV).

³⁵⁹ Marcos Ferreira de Andrade, em estudo sobre a elite escravista do Sul de Minas Gerais na primeira metade do século XIX, constatou que os três ativos de maior importância na composição das riquezas foram escravos, imóveis e dívidas ativas. Escreveu o autor que o perfil da elite escravista sul-mineira da época era comum em outras localidades do país, como São Paulo e Bahia, característica da época a qual o país passava. Cf.: ANDRADE, Marcos Ferreira de. "Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX". In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010. Considerando o município de Varginha, ainda que em época diferente da estudada por Andrade, o perfil da elite se mantivera no que diz respeito aos investimentos nos bens imóveis, com destaque para os rurais.

³⁶⁰ WIRTH, Louis. "O Urbanismo como modo de Vida". In: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. (Organização e Introdução). 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 90-113, (pp. 91-92).

Todavia, por mais que campo e cidade estejam intimamente ligados, nesse capítulo queremos destacar o espaço urbano, a valorização desse espaço considerando as transações de bens imóveis rurais e urbanos.

No caso de Varginha, entendemos que o número de habitantes dos espaços rural e urbano passou a igualar-se ao final da década de 1930 e, a ultrapassagem de número da população urbana em relação à rural ocorreu a partir de 1940, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3.1. População rural e urbana de Varginha (1940-1980)

DÉCADA	POPULAÇÃO				
	RURAL	%	URBANA	%	TOTAL
1940	10.071	49,42	10.308	50,58	20.379
1950	10.408	44,19	13.147	55,81	23.555
1960	8.635	25,72	24.944	74,28	33.579
1970	7.630	17,31	36.447	82,69	44.077
1980	7.127	11,04	57.448	88,96	64.575

Fonte: Adaptada de IBGE - Censo Demográfico, Minas Gerais, 1940 a 1980.

De acordo com dados do IBGE, o Brasil como um todo passou a ter mais habitantes nas áreas urbanas apenas na década de 1960. Todavia, foi uma mudança rápida, considerando que em 1950, a população brasileira rural correspondia a aproximadamente 63,84% da população total e a urbana, a cerca de 36,16% da população brasileira. Nos primeiros anos da década de 1960, as populações urbanas e rurais apresentavam valores mais próximos, sendo cerca de 54,33% correspondente à população rural 45,67%, à população urbana.

Em Varginha, o aumento da população urbana em relação à rural ocorreu em 1940, apesar da diferença ter sido pequena, como mostra a tabela 3.1. Em termos de Brasil, na década de 1940, a população rural correspondia a cerca de 68,77% da total e a urbana, a 31,23%³⁶¹.

Se até antes de 1960 a população brasileira rural era sempre maior que a urbana, depois daquela década o aumento dos habitantes do espaço urbano foi acompanhado de um decréscimo da população rural, assim como ocorreu com Varginha, como visto na tabela 3.1.

Essa mudança em relação à ocupação do espaço pode ser pensada considerando-se que a partir de 1920 o processo de industrialização no Brasil passou a ser mais forte que em

³⁶¹ É importante destacar que Varginha situa-se no Sudeste do país, próximo de cidades importantes como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, em que a passagem das pessoas do campo para as cidades ocorreu mais cedo que em lugares como o Nordeste do país. Sendo assim, no Sudeste, o peso da população urbana pode ter sido maior que o peso da população rural logo em meados do século XX, tendo esse fato refletido sobre Varginha.

períodos anteriores. E o crescimento da indústria, de certa forma, absorve as pessoas para próximo das indústrias e dos setores de serviços, para as cidades. Mas não apenas as indústrias atuam nesse contexto, pois aqueles elementos que vimos no primeiro capítulo desta dissertação (a cafeicultura, a ferrovia, as casas comerciais e as instituições bancárias), também fizeram parte do movimento de evolução das áreas urbanas.

Os projetos e leis aprovados pela Câmara de vereadores de Varginha, voltados para a valorização do espaço urbano, atuavam como causa e efeito da passagem da população dos espaços rurais para os urbanos. Atuavam como causa porque, na medida em que elaboravam-se projetos e leis voltados para aquele espaço, que contava com diferenciações em relação ao espaço rural, a população (primeiramente, a elite) se sentia atraída por ele. E, atuavam como efeito porque, na medida em que a população passava a sair das áreas rurais para as urbanas, ou a manter residência nos dois espaços, a Câmara de vereadores também sentia-se impulsionada a aprimorar aquele espaço.

Nos casos da elite agrária varginhense – detentora de bens imóveis relevantes no espaço rural, como fazendas equipadas com máquinas de beneficiar café, engenho, monjolo, e animais – o movimento não era tanto da passagem de um espaço para o outro porque aquela fração da sociedade poderia possuir bens imóveis rurais e urbanos ao mesmo tempo, diferentemente da maioria da população que, acreditamos, ocupava mais os espaços rurais e, com o passar do tempo, mudava-se para as áreas urbanas³⁶².

Entendemos então que havia dois movimentos da população da cidade e dos distritos no processo de valorização do espaço urbano: primeiro, de forma geral, acreditamos que existia a passagem (mas vagarosa) da população dos espaços rurais para os urbanos, e isso poderá ser observado abaixo, nas análises que faremos; segundo, acreditamos que, por mais que houvesse essa passagem da população de um espaço para o outro, no caso da minoria da população, ela mantinha investimentos consideráveis nos dois espaços, no campo e na cidade.

Assim, há um movimento de transferência de pessoas do espaço rural para o urbano, e há um movimento de crescimento da ocupação de imóveis urbanos, mas acompanhado do

³⁶² Pela observação dos registros de imóveis, é possível notar que os preços dos imóveis rurais geralmente eram maiores que os preços dos urbanos. Não somente porque os bens imóveis rurais eram fazendas bastante equipadas, mas porque a riqueza da sociedade estava na terra. Era importante possuir bens imóveis rurais. Então, mesmo que o bem imóvel rural transacionado fosse parte de uma fazenda ou de terras, seu preço normalmente era maior que o de um bem imóvel urbano, uma casa ou terreno na cidade. Para a elite, manter imóveis urbanos e rurais era mais fácil porque, como possuía maiores condições para diversificar sua riqueza, poderia construir casas e prédios no espaço urbano, mas mantendo sua riqueza ainda na terra, investindo nos imóveis rurais. Entendemos, portanto, que primeiramente foi a minoria da população que passou a possuir imóveis nos dois espaços. Com o passar do tempo (o que veremos por meio dos registros) as transações de imóveis urbanos foram aumentando, mostrando que mais pessoas estavam migrando para as áreas urbanas.

crescimento da ocupação de bens imóveis rurais, esse segundo movimento, principalmente por parte da elite. Elite que desejava manter casarões na cidade, como o fez o primeiro presidente da Câmara, major Matheus Tavares da Silva, que possuía uma casa de dois pavimentos em Varginha – próximo à estação ferroviária que foi financiada com parte de seu dinheiro – que retratava para os demais moradores de Varginha parte de sua riqueza. Mas o major também era dono de extensões de terra no espaço rural e de fazendas na região de Varginha, sua principal fonte de riqueza.

Como analisamos o período inicial de formação de Varginha, considerando seus primeiros 38 anos de história, não é de se esperar grande crescimento na ocupação do espaço urbano. Um município novo, recém emancipado, numa primeira fase de crescimento, não iria contar com grandes investimentos nos imóveis urbanos. A tradição era o investimento nos imóveis rurais; investir na terra era riqueza guardada, marca de nossa elite.

O movimento de transações de imóveis urbanos que observaremos para o município é tímido. Quando retiramos os distritos da análise vemos maiores investimentos voltados para o espaço urbano, mas os investimentos no espaço rural também sendo relevantes, considerando tanto o número de transações de imóveis, quanto o valor desses imóveis.

A cidade influencia o campo com suas novas formas de vida, mas o campo continua suprindo a cidade de componentes básicos para ela. Assim, as áreas agrícolas “cedem à cidade (sob a forma de venda de mercadorias, pagamento de impostos, oferendas religiosas, etc.) parte de seu excedente e consomem, em alguma medida, bens ou serviços da cidade”³⁶³.

Entendemos então o processo inicial de urbanização pelo qual passa uma região como um processo que envolve as relações entre as áreas rural e urbana. As duas áreas se desenvolvem ao longo do tempo, por mais que projetos e leis sejam pensados, especialmente, para o espaço urbano. Urbanização, portanto, não restringe-se apenas às cidades ou aos centros das cidades, porque o campo está inserido no processo.

Assim, desenvolvia em Varginha, na transição do século XIX para o XX, uma economia urbana, em que urbano e rural se misturavam, mas que o espaço urbano, aos poucos, destacava-se na estrutura da cidade³⁶⁴.

³⁶³ SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1974, p. 07.

³⁶⁴ Aqui, o que ocorria com Varginha nos faz lembrar do termo “ordem social competitiva” de Florestan Fernandes (1976, p. 151). O autor diz que quando absorve o capitalismo como sistema de produção, a sociedade desenvolve uma ordem própria do sistema. Essa ordem organiza o padrão de equilíbrio dinâmico, próprio à integração, funcionamento e diferenciação do modo de produção em relação a outros modos. Além disso, a ordem adapta o modo de produção às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Entretanto, afirma Florestan Fernandes que no Brasil, o capitalismo foi introduzido antes do estabelecimento da ordem social competitiva, já que conviviam com instituições coloniais e escravocratas, que impediam a formação integral da

Portanto, com os registros de imóveis vamos mostrar como ocorreu a valorização do espaço urbano do município de Varginha na transição do século XIX para o século XX, considerando a cidade e seus distritos (Pontal, posteriormente denominada Elói Mendes, depois da emancipação³⁶⁵ e Carmo da Cachoeira³⁶⁶) e depois vamos retirar os distritos da análise, para averiguar as alterações em nossas considerações.

3.1. Características das propriedades rurais e urbanas de Varginha

Os registros de imóveis trazem informações bastante detalhadas sobre as propriedades rurais e urbanas que eram registradas: os registros começam com o número da ordem e a data, logo depois a freguesia do imóvel e sua denominação, como por exemplo, “sorte de terras” ou “fazenda”, “Largo da Matriz” ou “casa e terreno”. Assim, eram descritas depois as características dos imóveis: nos casos das fazendas, era informado sobre as casas de morada e de empregados, sobre as culturas e extensões de terras virgens, além de benfeitorias, como máquinas de beneficiar café, moinho ou monjolo; no caso dos bens imóveis urbanos, quando eram casas, as descrições eram bastante detalhadas: “casa de morada, coberta de telhas, assoalhada, envidraçada, com quintal fechado a muro de adobes”, por exemplo.

Observando as características dos bens imóveis, separamos aqueles que eram rurais e urbanos (parte essa que não continha nos documentos). Para a separação dos imóveis entre urbanos e rurais, observamos a descrição e localização do imóvel, se era uma casa de morada localizada em determinada rua, ou sortes de terras em uma fazenda, por exemplo. Em alguns casos, um único registro continha bens imóveis rurais e urbanos.

Depois, os registros seguiam com nome e local de residência do adquirente e do transmissor do imóvel.

ordem social competitiva, própria do capitalismo. De forma geral, o conceito de Florestan Fernandes destaca que houve uma mistura de instituições de diferentes modos de produção num mesmo momento da história do Brasil, isto é, o período de parte do século XIX e parte do século XX. Pensando nesse conceito de Florestan Fernandes, e o transportando para a realidade da formação de Varginha, significa que, no município (assim como ocorre nas cidades em formação), havia a mistura de instituições próprias do modo de vida rural e próprias do modo de vida urbano. Quando o processo de urbanização se acentuou no município, expandiu-se com a influência também da zona rural. A cidade e o campo desenvolveram-se conjuntamente, ainda que, com o passar do tempo, a vida urbana predominasse sobre a rural. Mas a mescla do modo de vida rural com o modo de vida urbano a que nos referimos não é a mistura natural, de influências que ocorrem entre os dois espaços. Queremos dizer que ao mesmo tempo que a cidade passava, por exemplo, por um processo de organização das ruas e praças, de calçamento e nomeação das ruas, eram comum ver nessas mesmas ruas (o que as atas da Câmara nos mostraram), animais soltos, o que deveria ocorrer apenas nos espaços rurais, das fazendas.

³⁶⁵ Pontal foi emancipada em 1911.

³⁶⁶ A emancipação ocorreu em 1938.

Seguindo havia uma coluna para o título, que poderia ser compra/venda, compra/venda e servidão³⁶⁷, permuta, acordo, dação em pagamento, dação in solutum, ou dação entre vivos³⁶⁸, carta de arrematação³⁶⁹, carta de adjudicação³⁷⁰, demarcação³⁷¹, hipoteca de bens, herança ou cessão de direitos hereditários e, por fim, indenização por desapropriação³⁷²; na grande maioria dos casos, o título era compra/venda. A próxima coluna era a da forma do título, que poderia ser pública, particular, carta de arrematação, carta de adjudicação, forma de partilha ou certidão de pagamento.

Nos registros de imóveis, mas não em todos os casos, se apresentava a profissão dos envolvidos nas transações. Observamos essa descrição até aproximadamente a metade de nosso período de análise, isto é, até o ano de 1907. Depois não havia mais descrição a respeito das funções ocupadas pelas pessoas, apenas seus nomes e locais onde residiam.

Dentre as profissões, estavam: negociantes, um empregado da estrada de ferro, lavradores, fazendeiros, proprietários, um ferreiro, advogados, uma professora, um comerciante, farmacêuticos, um artista, padres, um oleiro, carpinteiros, costureiras, um capitalista, um médico e um dentista; além das titulações de tenentes, coronéis e majores. As que mais apareciam eram lavradores e negociantes.

Dentre as aquisições dos lavradores, se destacavam as propriedades rurais. Em outubro de 1896, a lavradora Leopoldina Maria de Jesus comprou de José Antonio Rodrigues um sítio de um alqueire de terras, por aproximadamente 10 libras (266\$000). Ambos residiam em Varginha, a localidade da propriedade. Em 1904, o lavrador Eduardo Alves Gouveia doou para o também lavrador João Urbano dos Reis as terras da Fazenda da Chamusca, contendo campos, culturas e benfeitorias, no valor 1.652,80 libras (32:600\$000). Os envolvidos na transação eram de Carmo da Cachoeira.

³⁶⁷ Servidão implica em direito que o proprietário do imóvel pode ter durante algum período de tempo, depois que o imóvel foi vendido. (PAIVA, p. 20). No caso de um bem imóvel transacionado, o vendedor poderia ter o direito de residir na casa vendida durante cinco anos, por exemplo, para depois o comprador passar a residir nela.

³⁶⁸ Dação em pagamento, dação in solutum e dação entre vivos são sinônimos, embora nos registros de imóveis os termos fossem descritos de formas diferentes (FIGUEIREDO JR., p. 01). Nada mais é que um pagamento feito.

³⁶⁹ Esse era o caso de bens imóveis que haviam sido colocados em hasta pública, adquiridos por quem pagasse o maior valor por eles.

³⁷⁰ “A adjudicação só é admitida de bens imóveis e realiza-se com a transferência forçada do imóvel constricto ao credor, que resolve preferir ao arrematante, configurando essa alienação judicial autêntica dação em pagamento” (BONA, 1996, p. 111).

³⁷¹ Os registros que continham Demarcação no título eram todos rurais, sem transmissores, apenas com adquirentes. Assim, acreditamos que esses registros eram de terras que simplesmente foram marcadas ou delimitadas.

³⁷² Indenização por desapropriação ocorreu nos casos dos terrenos que foram desapropriados para a passagem da estrada de ferro.

No ano de 1904, o lavrador Joaquim Pinto Ribeiro de Aguiar vendeu para Alfredo José Pereira, também lavrador, uma propriedade localizada em Pontal, que continha 2.900 pés de café, cujo valor era de 38 libras (750\$000). Transmissor e adquirente residiam também em Pontal.

Já no ano de 1907, os lavradores Agostinho Lourençotte e Maria Cotini Lourençotte venderam para Eurico Cotini, também lavrador, uma propriedade urbana: a casa era coberta de telhas e assoalhada, situada na Rua da Matriz de Pontal, no valor de 94,34 libras (1:500\$000). O título era hipoteca de bens, e sua forma, pública.

Os negociantes, na maioria dos casos, investiam nos bens imóveis urbanos, mas isso não era regra. A primeira descrição de negociante foi de outubro de 1896 e o registro era de uma propriedade rural: o negociante Felipe Santoro, que residia em Varginha, vendeu para Leopoldina Maria de Jesus – que naquela mesma data havia comprado o sítio de José Antonio Rodrigues, no valor de 10 libras (266\$000) – uma propriedade rural, sendo ela uma chácara com terras de cultura, cafezal, pomar e casa térrea. O valor era de aproximadamente 160 libras esterlinas (4:260\$000).

No mesmo ano de 1896, Antonio Pio Braga, negociante, vendeu para Pedro Caldomasso, também negociante, uma casa com negócio, localizada na Rua Nova. Ambos eram de Varginha e o valor do imóvel era de 93,70 libras (2:500\$000).

No ano de 1898, Francisco Horácio Nogueira, lavrador residente em Varginha, transmitiu para Francisco Ribeiro, negociante de Nepomuceno, uma casa envidraçada e depósito para carros, na Rua São Pedro, em Varginha. O valor era de 297 libras (10:000\$000).

Em primórdios do século XX encontramos registros um pouco distintos do que víamos no final do século XIX, pois passavam a ser registradas, por exemplo, propriedades próprias para comércios e serviços: em 1900, Laurindo Jovanimi e Eliza Jovanimi, ambos proprietários de Varginha, venderam para a Hand, Rand e Cia, localizada no Rio de Janeiro, uma propriedade localizada na Rua da Harmonia em Varginha, composta por prédio bem construído coberto de telhas, um chalé contíguo e outro prédio com máquinas para beneficiamento de café. O valor da propriedade era 215 libras (5:513\$055). O título era dação em pagamento, por meio de escritura pública.

Dentre as propriedades adquiridas pelos negociantes, em sua maioria urbanas, encontramos, no ano de 1905, os lavradores Antônio Olympio Xavier e Iria Augusta de Jesus, ambos de Pontal, que transmitiram, por meio de escritura pública, ao negociante Agostinho Moreira Coelho, também de Pontal, uma fazenda com duas casas de vivenda, paiol, moinho,

monjolo, engenho de cana e mais benfeitorias de terras de cultura, pastos e cafezais. O valor era de aproximadamente 1.044 libras (16:000\$000).

Essas transações eram todas de compra e venda, por meio de escritura pública, sendo a forma de pagamento à vista.

O único registro que menciona o nome comerciante (mas claramente existiam mais no município) é de 1898, em que o proprietário Joaquim José Pereira, de Varginha, vendeu para o comerciante Smith Thompson Bryan, do Rio de Janeiro, um terreno com 28 metros de frente, localizado na Rua Novo Canto do Colégio, em Varginha. O valor da propriedade urbana era de 59,40 libras (2:000\$000). Apenas nesse registro era descrita a palavra comerciante, se referindo a Smith Thompson Bryan. O registro é de 17 de maio de 1898 e, naquele mesmo dia, Smith Thompson Bryan também adquiriu um terreno fechado com muros, localizado em Varginha, e quem vendeu o terreno foi Antonio Ferreira Tostão, de Baependy. O valor em libras era o mesmo da primeira propriedade, 59,40 libras esterlinas (2:000\$000). Contudo, em setembro daquele mesmo ano, Smith Thompson Bryan vendeu o terreno localizado na Rua Novo Canto do Colégio, para Arbnakle Brothers, também do Rio de Janeiro. O valor da transação foi de exatamente 59,40 libras (2:000\$000).

Nos registros de imóveis de nosso período de análise, todas as companhias registradas eram do Rio de Janeiro. Os registros dessas empresas se iniciaram no ano de 1891, quando foram registradas as primeiras propriedades da Companhia Estrada de Ferro Muzambinho, e vão até 1917, com o registro da Arbichkes Companhia que, naquela ocasião vendia um terreno e casa térrea na cidade de Varginha para um morador local, no valor de 423,82 (800\$000). Além dessas transações, encontramos: Caldas Bastos e Cia, Azevedo Silva e Cia, Smith Thompson Bryan, Hand, Rand e Cia e Arbnakle Brothers. Nos registros das companhias, os referentes à Estrada de Ferro Muzambinho foram em sua maioria urbanas, assim como nas transações envolvendo as demais empresas. Os registros eram de compra de imóveis dessas companhias em Varginha, mas também de vendas de propriedades, tanto para moradores como para outra empresa.

As companhias não se instalariam em Varginha se não fosse propício para seus negócios. Assim, pelos registros das empresas, podemos dizer que a economia do município se tornava mais diversificada.

Para capitalistas, os registros de imóveis mostravam apenas bens rurais. Em setembro de 1903 encontramos três registros que continham um capitalista: alguns lavradores de Varginha venderam para o capitalista Joaquim Octaviano Mendes, que, na época, também residia em Varginha, partes de terras da Fazenda Morro do Fecho, localizada em Pontal. A

transação foi realizada através de escritura particular, sendo o valor correspondente de aproximadamente 14 libras (280\$000). Joaquim Octaviano Mendes foi descrito como capitalista, mas poderia ser descrito como tenente coronel naquele registro (como vimos em outros registros contendo seu nome) ou poderia também ser descrito como fazendeiro, já que possuía fazendas.

Joaquim Octaviano Mendes foi a única pessoa descrita como capitalista nos registros de imóveis, porém, Matheus Tavares da Silva, assim como Antônio Justiniano dos Reis – ambos que possuíam grandes fazendas, com equipamentos, como máquinas de beneficiar café e, além disso, possuíam dívidas ativas em valor considerável, de acordo com informações de seus inventários, sobretudo Antônio Justiniano dos Reis – foram descritos como capitalistas no Almanach Sul-Mineiro para 1884³⁷³.

O Almanach Sul-Mineiro para 1884 apresenta a lista das profissões identificadas em Varginha. Pela observação da lista, poderemos entender um pouco mais sobre algumas profissões descritas nos registros de imóveis. Primeiramente, o Almanach apresentava a lista dos vereadores, num campo denominado Municipalidade. Depois, havia o campo Justiça, que contava com os cargos de adjunto do promotor público, adjunto do juiz municipal e de orphãos, escrivão de orphãos, tabelião, escrivão do jury e execuções, e contador. Assim, o Almanach seguia com os cargos de Polícia, Coletoria, Correio, Instrução Pública, Instrução Particular e cargos relacionados à Igreja, como vigário, sacristão e fabriqueiro.

Com o título de “Negociantes, Profissionais, etc”, eram descritos no Almanach: açougueiros, advogados, alfaiates, bilhares, capitalistas, comerciantes de cervejas e licores, fazendeiros (com a separação dos fazendeiros com engenho movido por água, engenho movido por animais e engenho de serrar), ferradores, ferreiros, fogueteiros, hoteleiros, livreiros, médicos, proprietários de molhados, músicos, oleiros, ourives, farmacêuticos, rancheiros, relojoeiros, sapateiros, seleiros, tropeiros, fabricantes de velas de ceras e fabricantes de vinhos³⁷⁴.

Portanto, quando nos registros de imóveis estava escrito negociante como profissão, as pessoas descritas poderiam ser proprietárias de molhados ou fabricantes, dentre outros, já que não havia uma especificação para a categoria de negociantes. Como profissionais liberais, os registros de imóveis mostraram um médico, um dentista e advogados, mas de acordo com o

³⁷³ Sobre informações a respeito das profissões de Varginha, ver páginas 186 a 189 do Almanach Sul-Mineiro para 1884. Para informações sobre as profissões do distrito de Carmo da Cachoeira, ver páginas 191 a 193 do mesmo Almanach.

³⁷⁴ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, pp. 186-189.

Almanach, havia também no município de Varginha alfaiates, músicos, relojoeiros e sapateiros, dentro outros. No caso dos capitalistas, o Almanach mostrou mais nomes, diferentemente dos registros de imóveis, que descreveram apenas Joaquim Octaviano Mendes. Na verdade, Joaquim Octaviano Mendes não foi descrito como capitalista no Almanach³⁷⁵; o eram, dentre outros, Domingos Teixeira de Carvalho (que além de vereador era fazendeiro com engenho movido por água), Domingos Teixeira de Resende (que era também fazendeiro com engenho movido por água e engenho de serrar e estava descrito como tropeiro), Antônio Justiniano dos Reis (que também era fazendeiro com engenho de serrar) e Matheus Tavares da Silva (descrito como proprietário de um açougue e de outros comércios, fazendeiro com engenho movido por água, proprietário de loja de molhados, rancheiro e tropeiro).

Entendemos então, que em alguns casos havia a mistura de algumas profissões quando eram descritas nos registros de imóveis, como no caso dos negociantes: os registros assim descreviam algumas pessoas, que poderiam ser comerciantes ou donos de fábricas, por exemplo. As funções de capitalistas não se resumiam apenas às de Joaquim Octaviano Mendes (que acreditamos ter sido descrito como capitalista devido suas dívidas ativas em valor considerável)³⁷⁶, mas englobavam outras pessoas que também possuíam dívidas ativas ou fazendas com engenhos.

Com a descrição de algumas propriedades, conseguimos observar não somente quais eram suas principais características, bem como os nomes e as funções dos envolvidos nas transações de bens; observamos valores das propriedades compradas e vendidas, e percebemos imigrantes realizando transações, como os Lourençotte, os Santoro, os Caldomasso, os Scoltini e os Jovanimi.

Os imigrantes começaram a aparecer nos registros em meados da década de 1890, mas não eram tão expressivos, considerando o número de registros, pois os nomes de imigrantes apareceram poucas vezes. Do conjunto de 2.085³⁷⁷ registros de imóveis, abaixo seguem

³⁷⁵ Na parte do Almanach que menciona o distrito de Pontal (pp. 108-112), não há descrições para Joaquim Octaviano Mendes.

³⁷⁶ De acordo com o inventário do tenente coronel, Joaquim Octaviano Mendes possuía, dentre outras dívidas ativas, 100:000\$000 em apólices da dívida pública nacional, uma caderneta no Brito Bank, no valor de 51:466\$200 e uma caderneta no Banco Comercial e Industrial de São Paulo, no valor de 31:330\$400.

³⁷⁷ No livro de registros de imóveis, algumas propriedades eram denominadas ao mesmo tempo como rurais e urbanas. Nesses casos, contabilizamos duas vezes esses registros, uma vez como propriedade rural e uma vez como propriedade urbana. No caso do valor dessas propriedades, como não é possível saber a quantia exata pertencente a cada bem imóvel, contabilizamos também duas vezes, sendo uma vez o valor direcionado para o bem imóvel rural e uma vez direcionado para o bem imóvel urbano.

alguns detalhes sobre quantas vezes os nomes de imigrantes apareciam, e se estavam envolvidos em mais transações de imóveis rurais ou urbanos.

O nome Lourençotte apareceu uma vez, cuja transação referia-se à venda de um bem imóvel urbano, uma casa na Rua da Matriz no distrito de Pontal; o nome Santoro foi constatado uma vez, e a transação referia-se à venda de uma chácara em Varginha, contendo terras com café; o nome Caldomasso foi visto duas vezes e, nos dois registros, foram efetuadas aquisições: a primeira de uma casa com negócio, na Rua Nova, em Varginha e, a segunda, de um terreno na mesma Rua Nova; o nome Scoltini apareceu uma vez, e o registro foi da compra de uma casa de vivenda com quintal, uma propriedade urbana na cidade de Varginha; o nome Jovanimi foi encontrado duas vezes, primeiro na venda de dois prédios da Rua Harmonia, em Varginha, para a Hand, Rand e Cia (um com máquina para beneficiar café) e, depois, na venda de uma casa no Largo da Matriz, também em Varginha; finalmente, o nome de Smith Thompson Bryan apareceu três vezes nos registros de imóveis: nos dois primeiros, adquiriu dois terrenos no espaço urbano de Varginha e, no terceiro caso, vendeu o terreno da Rua Novo Canto do Colégio para a Arbnakle Brothers. Nesse último registro, vendedor e comprador residiam no Rio de Janeiro.

De acordo com os registros em que apareceram nomes de imigrantes, entendemos que eles estavam mais voltados para o espaço urbano do que rural e também eram proprietários de empresas, como era o caso de Smith Thompson Bryan.

Depois de entendidas as características gerais das propriedades transacionadas, vamos analisar casos específicos de membros de nossa elite agrária, por meio dos registros de três moradores do município, que faleceram nos anos iniciais do século XX.

Selecionamos todos os registros em que apareceram os nomes de Matheus Tavares da Silva, Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis. Nosso primeiro exemplo, o major Matheus Tavares da Silva, como já mencionamos anteriormente, foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Varginha; seu processo de inventário é do ano de 1905. Joaquim Octaviano Mendes era tenente coronel de Pontal, a personalidade mais rica do distrito; seu inventário é de 1918. O coronel Antônio Justiniano dos Reis era o morador mais influente do distrito de Carmo da Cachoeira, considerando sua riqueza; seu processo de inventário data de 1919³⁷⁸.

Essas três personagens que selecionamos possuíam muitas posses, além de titulações militares. Era como se fossem uma elite dentro da elite.

³⁷⁸ Em nosso próximo capítulo descreveremos mais detalhes sobre os três representantes do município, quando formos analisar a estrutura de riqueza dos inventariados varginhenses.

Concentramo-nos apenas nas aquisições desses moradores da região, porque das vezes em que seus nomes apareceram nos registros de imóveis, em praticamente todas elas eram efetuadas apenas compras, conforme mostra a tabela 3.2. descrita abaixo:

Tabela 3.2. Aquisições e vendas de bens imóveis de representantes do município de Varginha

ADQUIRENTES	REGISTROS TOTAIS	COMPRA	VENDA
Matheus Tavares da Silva	6	6	0
Joaquim Octaviano Mendes	26	25	1
Antônio Justiniano dos Reis	15	14	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis de Matheus Tavares da Silva, Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis, presentes no CRIV.

Notamos então que Matheus Tavares da Silva possuía apenas aquisições em seu nome. Vendas foram realizadas depois de sua morte, por seus herdeiros. No caso de Joaquim Octaviano Mendes, de seus 26 registros de imóveis, havia uma venda apenas. Não identificamos nos registros transações futuras realizadas por pessoas do mesmo sobrenome que ele. Antônio Justiniano dos Reis também possuía apenas uma venda dentre suas 15 transações, mas outras compras e vendas foram realizadas por seus familiares depois de seu falecimento.

Dessa forma, apresentaremos três tabelas com algumas informações sobre os registros das personagens que selecionamos. Para a grande maioria dos imóveis, o título era compra e venda, e sua forma era escritura pública.

Segue abaixo a tabela com informações acerca dos registros de imóveis adquiridos por Matheus Tavares da Silva:

Tabela 3.3. Bens imóveis adquiridos por Matheus Tavares da Silva (1894-1902)

DATA	FREGUESIA DO IMÓVEL	TIPO	RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE	TÍTULO	FORMA	VALOR EM LIBRAS	VALOR EM MIL RÉIS ³⁷⁹
05/03/1894	Varginha	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	6,70	160\$000
05/03/1894	Varginha	Urbana	Varginha	Compra/venda	Particular	5,00	120\$000
27/04/1894	Varginha	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	146,30	3:500\$000
25/02/1897	Varginha	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	1.020,50	32:500\$000
25/02/1897	Varginha	Rural	Varginha	Compra/venda	_____	125,60	4:000\$000
15/02/1902	Varginha	Rural	Varginha e Pontal ³⁸⁰	Compra/venda	Pública	3.510,10	70:950\$000

Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis de Matheus Tavares da Silva presentes no CRIV.

³⁷⁹ Os valores em réis correspondem à moeda da época. Essa coluna na tabela serve para fins de comparação, entre as libras esterlinas e os valores em réis da transição do século XIX para o século XX.

³⁸⁰ A propriedade adquirida em fevereiro de 1902 era uma propriedade agrícola, que Matheus Tavares da Silva comprou juntamente com outras três pessoas, duas delas residentes em Pontal.

Matheus Tavares da Silva foi um dos mais influentes membros da sociedade varginhense, pois além de ter sido o primeiro presidente da Câmara de vereadores de Varginha, foi importante ator na chegada da ferrovia à Varginha.

Dos seis bens que foram registrados em seu nome ao longo de sua vida, apenas uma propriedade era urbana, que valia muito pouco, comparada com as propriedades rurais (das propriedades rurais, a que valia menos, 6,70 libras esterlinas, era o terreno de 3 alqueires de uma fazenda). Todos os imóveis localizavam-se em Varginha e seu valor total era de 4.814,20 libras.

A propriedade urbana continha na denominação terreno na cidade, e era referente a um terreno próximo à estação ferroviária. Por meio de escritura particular, o valor do terreno foi de 5,00 libras. Um valor baixo, comparado com a maioria das demais propriedades rurais adquiridas por Matheus Tavares da Silva.

As propriedades urbanas possuíam naturalmente um preço mais baixo que as rurais, já estas, na maioria das vezes, eram fazendas bem equipadas que contavam com preço mais elevado. Mesmo quando eram extensões de terras ou partes de fazendas, seus valores ainda eram maiores, comparados à maioria dos imóveis urbanos.

Matheus Tavares também cultivava café, mas pelos registros de imóveis constatamos apenas uma propriedade com a cultura: a sorte de terras com cafezal valia 146,30 libras³⁸¹.

O bem imóvel mais caro adquirido por Matheus Tavares da Silva foi em sociedade, com mais três compradores, sendo dois deles do distrito de Pontal. Na denominação do bem havia escrito Fazenda Santo Antonio do Bom Jardim, e as suas características eram: propriedade agrícola, com terras de cultura, campos, capoeiras, cerrados e café, benfeitorias e casa de morada.

Do investimento total do major, considerando os registros de imóveis, praticamente o total era direcionado aos bens imóveis rurais, pois cerca de 99,9% do dinheiro gasto com propriedades estava ocupado com bem imóveis rurais. Apesar dessa concentração da riqueza nos imóveis rurais e ter sido registrada em nome de Matheus Tavares da Silva apenas uma propriedade urbana, no inventário foram contabilizados outros bens imóveis urbanos.

No caso do tenente coronel Joaquim Octaviano Mendes, suas aquisições foram as seguintes, descritas na tabela 3.4.:

³⁸¹ No próximo capítulo, pelo inventário do major, mostraremos parte da riqueza alocada em café, apesar de pouco significativa dentro do monte-mor do inventariado.

Tabela 3.4. Bens imóveis adquiridos por Joaquim Octaviano Mendes (1899-1916)

DATA	FREGUESIA DO IMÓVEL	TIPO	RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE	TÍTULO	FORMA	VALOR EM LIBRAS	VALOR EM MIL RÉIS
28/09/1899	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	61,40	2:000\$000
13/02/1900	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	54,60	1:400\$000
13/02/1900	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Particular	7,80	200\$000
14/02/1900	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Particular	0,97	25\$000
24/05/1901	Pontal	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	14,20	300\$000
05/08/1901	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	47,35	1:000\$000
05/09/1903	Pontal	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	109,25	2:200\$000
05/09/1903	Pontal	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	49,65	1:000\$000
05/09/1903	Pontal	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	49,65	1:000\$000
??/09/1903	Pontal	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	9,90	200\$000
??/09/1903	Pontal	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	2,98	60\$000
28/09/1903	Pontal	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	0,99	20\$000
27/10/1905	Pontal	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	117,54	1:800\$000
07/12/1905	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Particular	11,43	175\$000
07/12/1905	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Particular	11,43	175\$000
07/12/1905	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Particular	13,06	200\$000
05/08/1907	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	62,90	1:000\$000
03/10/1910	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	50,34	750\$000
04/02/1915	Pontal	Urbana	Pontal	Compra/venda	Pública	72,38	1:400\$000
27/12/1915	Varginha	Urbana	Eloy Mendes	Compra/venda	Pública	310,24	6:000\$000
28/04/1916	Eloy Mendes	Urbana	Eloy Mendes	Compra/venda	Pública	39,77	800\$000
13/06/1916	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	114,35	2:300\$000
13/06/1916	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	124,30	2:500\$000
06/09/1916	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	99,43	2:000\$000
06/09/1916	Pontal	Rural	Pontal	Compra/venda	Pública	15,90	320\$000

Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis de Joaquim Octaviano Mendes presentes no CRIV.

De todos os 25 registros de compras em seu nome, apenas três eram urbanos: um pasto e pequena casa coberta de telhas, assoalhada, situada em Pontal; duas casas de vivenda situadas na Avenida do Collegio, em Varginha – essas eram as únicas propriedades não localizadas em Pontal; e um terreno de 38 palmos e 03 polegadas, localizado em Eloy Mendes³⁸², na Rua Barão da Varginha. As propriedades urbanas valiam, juntas, 422,40 libras.

Joaquim Octaviano Mendes investiu cerca de 71% nos bens imóveis rurais e 29% nos bens imóveis urbanos. Dos três membros da elite da região de Varginha, Joaquim Octaviano Mendes era a pessoa que apresentava o investimento mais equilibrado em relação aos imóveis rurais e urbanos, embora mais da metade ainda fosse destinada aos bens imóveis rurais.

Os bens imóveis rurais valiam 1.029,50 e o total do investimento era de 1.451,90 libras. Dentre os bens imóveis rurais do tenente coronel, a propriedade com mais benfeitorias

³⁸² Depois da emancipação a denominação de alguns dos registros posteriores a 1915 foi alterada, de Pontal para Eloy Mendes (atualmente Elói Mendes).

foi registrada em 06 de setembro de 1916, e continha uma parte de terras, tendo 2 alqueires e uma casa de morada, coberta de telhas, assoalhada, com moinho, monjolo e benfeitorias. Seu valor era de 99,43 libras. No entanto, a mais cara aquisição foi registrada em 13 de junho de 1916, no valor de 124,30 libras: eram cinco partes de terras da Fazenda Mumbuca.

A única propriedade vendida por Joaquim Octaviano Mendes (nesse registro, havia menção à sua esposa, Helena Mendes do Prado) era formada por 205 alqueires de terras, das fazendas Alecrim e Barraum, localizadas em Pontal, no valor de aproximadamente 2.685 libras (valor que superava a soma de todos os imóveis adquiridos; em réis, correspondia a 40:000\$000). O registro foi feito em 10 de dezembro de 1910.

No inventário do tenente coronel foram contabilizadas mais bens imóveis: seis casas na área rural e duas na área urbana.

Por fim, para entendermos as aquisições de Antônio Justiniano dos Reis, segue a tabela abaixo:

Tabela 3.5. Bens Imóveis adquiridos por Antônio Justiniano dos Reis (1893-1913)

DATA	FREGUESIA DO IMÓVEL	TIPO	RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE	TÍTULO	FORMA	VALOR EM LIBRAS	VALOR EM MIL RÉIS
27/05/1893	Carmo da Cachoeira	Rural	Carmo da Cachoeira	Compra/venda	Pública	28,80	600\$000
11/1894	Carmo da Cachoeira	Urbana	Varginha	Permuta	Pública	75,25	1:800\$000
11/1894	Três Corações	Rural	Carmo da Cachoeira	Permuta	Pública	292,60	7:000\$000
11/1894	Carmo da Cachoeira	Rural	Carmo da Cachoeira	Compra/venda	Pública	14,63	350\$000
18/03/1897	Carmo da Cachoeira	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	31,40	1:000\$000
18/03/1897	Carmo da Cachoeira	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	5,97	190\$000
18/03/1897	Carmo da Cachoeira	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	5,97	190\$000
18/03/1897	Carmo da Cachoeira	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	5,97	190\$000
10/06/1898	Carmo da Cachoeira	Rural	Varginha	Compra/venda	Pública	282,15	9:500\$000
21/07/1898	Carmo da Cachoeira	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	5,64	190\$000
21/07/1898	Carmo da Cachoeira	Rural	Varginha	Compra/venda	Particular	4,45	150\$000
01/10/1906	Carmo da Cachoeira	Rural	Carmo da Cachoeira	Compra/venda	Pública	796,92	1:200\$000
11/11/1908	Carmo da Cachoeira	Urbana	Carmo da Cachoeira	Compra/venda	Pública	25,02	400\$000
03/12/1913	Carmo da Cachoeira	Rural	Carmo da Cachoeira	Compra/venda	Pública	26,67	400\$000

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis de Antônio Justiniano dos Reis presentes no CRIV.

Antônio Justiniano dos Reis era membro da sociedade do distrito de Carmo da Cachoeira, um dos mais importantes cidadãos do distrito, considerando a sua riqueza e influência política. Podemos ver que das quatorze propriedades que ele adquiriu, apenas uma não era em Carmo da Cachoeira. Mas também pode-se perceber que o coronel possuía bens imóveis em Varginha e residiu na cidade em alguns dos anos que adquiriu bens imóveis, como pode ser notado pela coluna residência do adquirente na tabela 3.5. Das quatorze propriedades, apenas duas eram urbanas, e com valores bem pequenos, comparados com os

valores dos bens imóveis rurais (vale notar que no processo de inventário de Antônio Justiniano dos Reis foram encontrados demais bens imóveis).

O título de uma das propriedades era permuta, mas os registros não mostravam pelo que ela estava sendo trocada. Em relação ao valor investido em imóveis ao longo de sua vida, por meio dos registros de imóveis, o coronel gastou 1.601,45 libras.

Quanto às características das propriedades urbanas de Antônio Justiniano dos Reis, a primeira era constituída de duas casas de morada com seus respectivos quintais, no valor de 75,25 libras e a segunda era uma casa com terreno, fechados por muros, no valor de 25,02 libras. As demais propriedades, rurais, eram fazendas e extensões de terras.

O bem imóvel da freguesia de Três Corações era uma fazenda com 80 alqueires de terras, contendo casas de vivenda, moinho e paiol, valendo 292,60 libras. Das propriedades que foram adquiridas em março de 1897, as três últimas continham na denominação “sorte de terras”, e eram compostas por extensões de terras no lugar denominado Bom Sucesso. Em 1898, o coronel adquiriu uma fazenda que continha 165 alqueires de terras, mais engenho de serra, duas casas assoalhadas e cobertas de telhas, e uma de capim. Todavia, a propriedade mais cara era a Fazenda Capitão dos Oleos, com campos, culturas e matas virgens, tendo sido adquirida em 1906, no valor de aproximadamente 797 libras esterlinas.

O investimento nos bens imóveis urbanos era bastante pequeno, comparado ao que foi investido nos bens imóveis rurais. Do total das aquisições, cerca de 94% estava sendo investido nos bens imóveis rurais, e apenas cerca de 6% nos bens imóveis urbanos.

A única propriedade vendida por Antônio Justiniano dos Reis (nessa, havia menção à sua esposa, Idalina Elisa da Costa Reis) era uma propriedade rural, sendo um pasto em Carmo da Cachoeira, no valor de aproximadamente 20 libras (650\$000). O registro foi feito em 05 de janeiro de 1899.

O coronel também possuía propriedades com café, o que poderá ser comprovado por meio de seu processo de inventário. Contudo, nenhuma propriedade contendo a cultura foi registrada no livro de registros de imóveis.

Os representantes de Varginha, Pontal e Carmo da Cachoeira, cujas propriedades foram descritas acima, apresentavam a maioria dos investimentos voltados para os bens imóveis rurais, embora Joaquim Octaviano Mendes apresentasse maior diversificação em seu investimento, adquirindo maior quantidade de imóveis urbanos. Essas três figuras eram importantes membros do município de Varginha, com riquezas relevantes, que poderão ser conferidas quando formos analisar seus inventários *post-mortem*.

Dos três representantes, era Matheus Tavares da Silva o que menos tinha registrado imóveis, mas apresentava o maior investimento: ele investiu 4.814,20 libras nos imóveis, enquanto Antônio Justiniano dos Reis investiu 1.601,45 libras e, Joaquim Octaviano Mendes, o que possuía mais propriedades registradas, investiu 1.451,90 libras esterlinas.

Vimos que as três personagens que descrevemos acima eram um major (Matheus Tavares da Silva), um coronel (Antônio Justiniano dos Reis) e um tenente coronel (Joaquim Octaviano Mendes). Ocupações consideradas muito importantes para a sociedade. “O aspecto que logo salta os olhos é o da liderança, com a figura do “coronel” ocupando o lugar de maior destaque”³⁸³. Mas antes disso, eles eram fazendeiros e também proprietários de bens imóveis urbanos. O fato de os coronéis, tenentes e majores estarem ligados às propriedades rurais era característica comum do interior do Brasil, o que marcava também nossa elite varginhense.

Possuir terras significava possuir poder, e o fato daquelas personalidades políticas estarem, de certa forma, à frente dos processos de modernização e urbanização do município de Varginha era resultado, primeiro, da qualidade que possuíam, de proprietários de terras, possuidores de muito dinheiro e, conseqüentemente, de ocuparem importantes lugares na política.

Dessa forma, destacando-se na economia do município por serem donos de importantes extensões territoriais e contarem com altos cargos políticos, as personagens que destacamos acima tinha condições de atrair para Varginha elementos necessários para seu crescimento econômico, como a ferrovia, que contou com auxílio financeiro de Matheus Tavares da Silva, serviço aquele importante para seu próprio benefício.

Esses exemplos são apenas três casos dentro de um conjunto de 2.085 registros de imóveis, mas retratam bem como eram os investimentos da elite agrária de Varginha, sendo em sua maior parte, voltados para os bens imóveis rurais.

Depois de mostrarmos o que era comprado e vendido na região de Varginha, abaixo faremos uma análise destacando quantidade e valores dos bens, de Varginha juntamente com os distritos e, posteriormente, apenas de Varginha.

3.2. Valorização do espaço urbano do município de Varginha

Por meio das atas da Câmara, observamos que as relações entre Varginha e seus distritos passaram a intensificar-se com o passar dos anos, especialmente depois do momento em que Varginha foi elevada à sede de Comarca. Mas essas relações diminuíram quando os

³⁸³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 44.

distritos foram elevados à categoria de vila³⁸⁴. Em relação aos registros de imóveis, mesmo depois da emancipação, alguns imóveis de Elói Mendes continuaram sendo registrados em Varginha; não observamos isso para Carmo da Cachoeira porque a emancipação ocorreu depois do fim de nosso período de análise, mas para Elói Mendes, ainda que com redução ao longo do tempo, os imóveis continuaram sendo registrados em Varginha, até o ano de 1920.

Portanto, primeiramente, vamos fazer uma análise dos registros de imóveis considerando Varginha e os distritos. Na próxima seção, apenas a cidade de Varginha será analisada.

Do período de 1882 até 1920, foram registrados 2.085 imóveis na região de Varginha, referentes à cidade e a seus distritos. O gráfico abaixo mostra a evolução dos bens ao longo do tempo:

Gráfico 3.1. Evolução dos registros de imóveis rurais e urbanos no município de Varginha (1882-1920)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis (1882-1920) presentes no CRIV.

Na primeira década de formação de Varginha, as atas da Câmara Municipal nos mostraram que destacava-se nas reuniões as questões de organização do espaço urbano, consequência também do projeto político de modernização e urbanização nacional. Dessa forma, as sociedades sul-mineira e varginhense desejavam absorver as mudanças pelas quais o Brasil passava na transição do século XIX para o XX, especialmente os projetos de urbanização do início do século XX.

Como Varginha, naquela década, acabava de ser elevada à categoria de vila, muitos dos imóveis ainda eram registrados em Três Pontas, cidade da qual Varginha foi emancipada, da mesma forma como os imóveis de Elói Mendes ainda eram registrados em Varginha,

³⁸⁴ Elói Mendes em 1911 e Carmo da Cachoeira em 1938.

mesmo depois da emancipação. Assim, para o período de 1882 a 1889, temos para o município apenas um registro de imóvel rural, do distrito de Pontal.

Da primeira para a segunda década, o gráfico 3.1. mostra aumento dos dois tipos de bens: os registros de imóveis rurais aumentaram para 293 e os de imóveis urbanos eram de 183. O total de registros da década foi de 476. Assim, é possível perceber movimentação urbana e financeira no município pelos registros de imóveis.

Na segunda década de formação da cidade, a elevação à sede de Comarca e as relações com os distritos e outros municípios foram destacadas por meio das atas da Câmara. Naquela década, as questões de infraestrutura continuaram fazendo parte das reuniões, mas não voltadas apenas para Varginha, como também para Carmo da Cachoeira e Pontal, que faziam parte do contexto varginhense. Assim, o aumento nos registros de imóveis se deve não apenas ao crescimento de Varginha, mas também dos distritos, embora dos distritos, a maioria dos registros fossem rurais³⁸⁵.

Da segunda para a terceira década, os registros de imóveis passam por uma queda: os rurais caíram para 243 e os urbanos, para 111. O total de imóveis registrados para a década foi de 254. O motivo dessa queda nos registros não significa que o processo de urbanização desacelerava-se, pelo contrário, durante o período de 1900 a 1909, dois novos bairros surgiram na cidade de Varginha, o bairro das Três Bicas e a Vila Flamengo, fazendo-se aumentar o perímetro urbano³⁸⁶. Não obstante, como os loteamentos foram criados naquele período, a povoação daqueles lugares ocorreu num período posterior, porque até os terrenos serem comprados e as construções serem feitas, passou-se um tempo. Portanto, provavelmente foi na década de 1910 que começaram a ser registrados imóveis referentes àqueles dois loteamentos.

O decréscimo do número de transações de imóveis para a terceira década de formação de Varginha foi contra o movimento natural de crescimento do município. Contudo, uma possível explicação para a queda nos bens imóveis registrados no período de 1900 a 1909, pode estar no fato de que a economia brasileira, nos primeiros anos do século XX, tenha passado por uma crise que refletiu também nas economias de cidades do interior do país³⁸⁷.

³⁸⁵ Essa informação poderá ser confirmada na próxima seção, quando vamos analisar apenas a cidade de Varginha.

³⁸⁶ ÁVILA, Affonso. "Varginha: formação e evolução". In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, p. 10.

³⁸⁷ Escreveram Villela e Suzigan (2001, p. 28) que "finalmente, embora não se disponha de indicadores macroeconômicos para a época [de 1899 até 1902], é quase certo que a política de deflação deve ter causado queda no nível de atividade econômica". Ainda, "em 1908, porém, ocorreu uma crise internacional, acarretando a redução dos níveis globais do comércio exterior". Esses eventos que ocorreram no início do século XX, embora tenham afetado de forma mais profunda as grandes cidades, podem também ter gerado consequências

Como Varginha e os distritos estão próximos de cidades importantes do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, cidades estas que mantinham e ainda mantém relevantes relações com a economia internacional, talvez as crises pelas quais passou a economia brasileira tiveram impacto na sociedade varginhense, de forma que a economia decresceu um pouco e os registros de imóveis tenham passado por uma queda.

Chegando à década de 1910, o número de transações se eleva novamente: 771 bens rurais e 483 bens urbanos foram registrados. O total foi de 1.254 bens imóveis. Os anos que mais apresentaram registros foram 1919 e 1920, com uma média de 230 bens em cada um daqueles anos.

Na década de 1910 a cidade de Varginha passava por importantes transformações, como a chegada da energia elétrica, do telefone, dos bancos, a ferrovia transportava café não só da cidade, mas também de Carmo da Cachoeira³⁸⁸. Ocorria uma maior movimentação no espaço urbano de Varginha, com sua valorização. Os distritos também cresciam, embora num ritmo mais lento.

Valorizar o espaço urbano não significava apenas que ele passava a valer mais, em termos monetários, que as propriedades do espaço rural. Valorizar significava, primeiramente, que as pessoas passavam a querer habitar o espaço urbano, de forma diferente da que ocorria no início de formação da cidade.

No entanto, por meio do gráfico 3.1., podemos observar aumento de transações tanto dos bens imóveis rurais como dos urbanos, ao longo de todo o nosso período de análise: os imóveis rurais transacionados foram de 1.307 e as transações envolvendo imóveis urbanos foram de 778, totalizando nossos 2.085 registros. A maioria da população residia no campo (sendo esse movimento também observado para o Brasil como um todo). No caso de Varginha, como pode ser visto na tabela 3.1., foi na década de 1940 que o número de habitantes da área urbana ultrapassou a quantidade de habitantes da área rural; nos distritos, esse movimento foi mais demorado. No Brasil como um todo, o aumento da população urbana em relação à rural foi visto apenas depois de 1960.

Considerando a aplicação em dinheiro que era direcionado para cada tipo de bens, apresentaremos dois gráficos abaixo. Com base nos valores em libras, os gráficos mostrarão a porcentagem do investimento ocorrida entre 1882 e 1920, separada por décadas.

(não sabemos em que proporção) para o crescimento urbano e econômico naquele período específico para os municípios menores, do interior do Brasil, como Varginha.

³⁸⁸ Em 1918, por exemplo, a média de exportações de café que passavam pela estação local, da Estrada de Ferro Muzambinho, chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas em Varginha, mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira (ÁVILA, 1983, p. 14).

Em nossa coleta de dados, observamos um acontecimento importante que foi descrito nos registros de imóveis, e que gerava grande distorção em nossa análise: no ano de 1907, a Companhia Estrada de Ferro Muzambinho, localizada no Rio de Janeiro, vendeu para o Estado de Minas Gerais a concessão da Estrada de Ferro Muzambinho. Nos registros de imóveis, a localidade que aparece é Três Corações, e o tipo de bem é urbano. O valor era de 12 mil contos de réis, uma quantia muito alta em dinheiro, incomparável com qualquer bem registrado e muito distante de todas as riquezas que os inventários mostrarão para Varginha. Em libras, o valor transformou-se em 754.764 libras.

No ano de 1908, pelos mesmos 12 mil contos de réis, o Estado de Minas Gerais transmitiu para a Fazenda Federal da República as concessões federais e estaduais da Estrada de Ferro. O valor em libras era de 750.751 libras (a diferença é decorrente da taxa de câmbio, que variava de um ano para outro).

Essa ocorrência mudaria toda nossa análise para Varginha e os distritos, porque o valor correspondente a essa transação é muito alto. Não obstante, os valores estavam registrados em cartório e, por isso, não os retiramos da análise. Assim, com relação ao investimento, trabalharemos de duas formas: primeiro, desconsiderando a compra e a venda realizadas pela Companhia e, depois, considerando-as.

Portanto, nosso primeiro gráfico mostra a aplicação de dinheiro nos bens imóveis, sem a transação realizada pela Companhia:

Gráfico 3.2. Valores aplicados em bens imóveis rurais e urbanos no município de Varginha – sem investimentos da Estrada de Ferro Muzambinho (1882-1920)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis (1882-1920) presentes no CRIV.

Para o primeiro período de análise constatamos não haver bens imóveis urbanos, apenas um bem imóvel rural, do distrito de Pontal. Para a segunda década, tanto os bens imóveis rurais como os urbanos aumentaram de quantidade, mais os rurais que os urbanos, e o investimento caminha na mesma direção que a quantidade, sendo investido 82% do total em

imóveis rurais e 18% em urbanos. No terceiro período de análise observamos uma queda na quantidade de bens, tanto rurais como urbanos, mas notamos, pelo gráfico 3.2., que enquanto a porcentagem de investimento nos imóveis rurais também decrescia, ainda que pouco, comparada com o período anterior, o investimento nos bens imóveis urbanos aumentava, embora também pouco. Ainda assim, investia-se cerca de 78% em imóveis rurais e 22% em imóveis urbanos. Finalmente, na quarta década, onde a quantidade de bens registrados passou por um considerável aumento, foram investidos 85% em imóveis rurais e 15% em imóveis urbanos.

Ao longo do tempo, podemos notar que aproximadamente 80% do dinheiro estava voltado para os registros de imóveis rurais e aproximadamente 20% para os imóveis urbanos.

As propriedades rurais eram fazendas que, na maioria dos casos, eram bem equipadas: contavam com plantações (pequenas quantidades de café, milho, arroz, feijão, mandioca), mesmo que para consumo local; contavam com animais; com as casas de morada e de empregados; algumas possuíam máquina de beneficiar café, engenho, moinho e monjolo; ainda, fora o que citamos, muitas propriedades possuíam extensões de terras virgens, que possuíam valor.

Assim, claramente essas propriedades custavam mais dinheiro que as propriedades urbanas, que na maioria dos registros, eram casas de morada (que poderiam ser cobertas de telhas, assoalhadas, envidraçadas, feitas de tijolos, cercadas a muros de adobes, com quintal ou localizadas em ruas principais); terrenos, cercados ou não a muros; ou ainda, prédios e casas para negócios. Mas esses imóveis, ainda assim, valiam menos que os rurais. Mesmo as propriedades rurais desmembradas, as partes ou sortes de terras das fazendas, que não eram propriedades inteiras, valiam mais que os imóveis urbanos³⁸⁹. Isso porque os bens imóveis rurais representavam a riqueza da sociedade e, por mais que houvesse um movimento de ampliação dos registros de imóveis urbanos, a base da riqueza da sociedade varginhense – e não apenas dela, mas de outras cidades que formavam-se naquele contexto – estava na terra.

³⁸⁹ Em estudo para Ribeirão Preto, do período de 1874 a 1930 (período em que abarca nossa pesquisa sobre Varginha), Renato Marcondes e Jorge de Oliveira (2013) escreveram, comparando os bens imóveis rurais com os urbanos que, no caso das transações de imóveis rurais, “o valor médio dessas escrituras atingiu quase quinze contos contra um valor médio de pouco mais de dois contos de réis para as escrituras urbanas, reforçando o caráter rural da sociedade daquela época. Essas diferenças de médias mostraram-se compreensíveis, dado que, no meio urbano, as negociações restringiam-se a casas e terrenos e, no meio rural, os negócios envolviam muitas vezes terras com mais de 100 alqueires e culturas valorizadas, como a do café” (p. 272). Sobre o mercado de imóveis em Ribeirão Preto na transição do século XIX para o XX, cf.: MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. “Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 263-285, abr. 2013.

Então, mesmo que houvesse um aumento nas transações de bens imóveis urbanos registrados, seus valores seriam menores que os valores das propriedades rurais, por se tratarem estas de grandes fazendas e/ou extensões de terras. O que não deve ser desconsiderado é que havia um crescimento das transações envolvendo bens imóveis urbanos, embora acompanhado de um crescimento nas transações envolvendo os imóveis rurais.

No gráfico abaixo mostraremos como seria a configuração dos valores aplicados em imóveis considerando os registros envolvendo a Companhia Muzambinho:

Gráfico 3.3. Valores aplicados em bens imóveis rurais e urbanos no município de Varginha – com investimentos da Estrada de Ferro Muzambinho (1882-1920)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis (1882-1920) presentes no CRIV.

Exceto o investimento do período de 1900 a 1909, os demais se mantêm iguais. Considerando, dentro daquele período, os anos de 1907 e 1908, temos o seguinte: sem a propriedade comprada pela Companhia Muzambinho, o investimento em bens imóveis era, para 1907, de 77% do dinheiro aplicado em bens imóveis rurais e 23% aplicado em bens imóveis urbanos. Considerando a transação, o investimento nos bens se altera radicalmente: passa a ser cerca de 1% nos bens imóveis rurais e de 99% nos bens imóveis urbanos, já que a propriedade (localizada em Três Corações) era urbana.

A propriedade foi vendida no ano de 1908 e, nos registros de imóveis daquele ano, sem aquela transação, 79% do investimento estava concentrado nos bens imóveis rurais e 21% nos urbanos. Com a ferrovia, 1% do total estava sendo concentrado nos bens imóveis rurais e 99% nos bens imóveis urbanos, assim como ocorreu em 1907.

No caso da década inteira de 1900, desconsiderando o grande investimento da ferrovia, 78% do dinheiro era voltado para os bens imóveis rurais e 22% para os imóveis urbanos. Já com as transações feitas pela Companhia, 4% era investido em bens imóveis

rurais e 96% em imóveis urbanos. O valor da transação era tão grande que as porcentagens do investimento total da década alteraram-se de forma muito significativa.

A ferrovia era um investimento muito alto, um novo serviço que passava por Varginha e envolvia o pagamento de mão de obra (de pedreiros, ferreiros, engenheiros), envolvia a mudança da estrutura de algumas partes da cidade, o gasto com muitos equipamentos e, claramente, custava bastante dinheiro³⁹⁰.

As análises feitas acima englobavam todo o nosso conjunto de documentos, ou seja, dados e informações de Varginha e dos distritos Agora, vamos nos concentrar apenas em Varginha para observarmos as diferenças.

3.3. Valorização do espaço urbano da cidade de Varginha

Utilizando apenas os registros referentes à cidade de Varginha, não precisaremos nos preocupar em fazer uma análise sem os investimentos da Companhia Muzambinho e outra com os investimentos da Companhia, pois por mais que o registro tenha sido feito em Varginha, a propriedade encontrava-se em Três Corações (que não era distrito de Varginha, mas registrava alguns imóveis na cidade). Nesta seção, analisaremos registros em que na freguesia do imóvel encontramos a denominação Varginha.

Portanto, nosso primeiro gráfico mostra a quantidade de bens imóveis urbanos e rurais para a cidade, ao longo do tempo:

Gráfico 3.4. Evolução dos registros de imóveis rurais e urbanos na cidade de Varginha (1890-1920)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis (1890-1920) presentes no CRIV.

³⁹⁰ É importante ressaltar nesta seção que os moradores de Varginha viviam ainda sob o regime jurídico do aforamento, que durou na cidade até o ano de 1922. No dia 4 de novembro daquele ano, foi firmado um acordo entre a prefeitura e a Diocese de Campanha, em que a Diocese concedeu à municipalidade a gleba patrimonial delimitada no ano de 1806. Depois do acordo, a Câmara Municipal assumiu uma dívida de 33:500\$000, dentro de um prazo de 50 anos (Ávila, 1983, p. 10).

Retirando os registros de Pontal e Carmo da Cachoeira da análise, Varginha representava 45% do total dos 2.085 documentos³⁹¹.

Para os anos que vão de 1882 até 1889, o livro de registros mostrava apenas um registro, para o distrito de Pontal e, dessa forma, nossa análise para Varginha inicia-se na segunda década de formação da cidade, em 1890. Para a década, havia 110 registros para bens imóveis rurais e 118 para bens imóveis urbanos, sendo o total de 228 registros.

A nosso ver, o acontecimento mais importante da década foi a passagem da ferrovia pela cidade, e acreditamos que a chegada do novo serviço acabou por contribuir para a valorização do espaço urbano varginhense. Afirmou Ávila que:

Uma primeira manifestação mais declarada todavia, da setORIZAÇÃO urbana é a que começa a esboçar-se por volta de 1892 com a chegada da estrada de ferro e a inauguração da estação ferroviária, determinando não só a expansão da cidade para as faixas de terreno que tangenciam a ferrovia, como igualmente a concentração ali de atividades mais de perto favorecidas pelo novo meio de transporte e comunicação³⁹².

As atas da Câmara nos mostraram que, no mês de dezembro de 1891, alguns terrenos foram abertos para as obras da ferrovia. A Companhia Estrada de Ferro Muzambinho desapropriou onze moradores de seus terrenos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3.6. Terrenos adquiridos pela Companhia Estrada de Ferro Muzambinho (1891)

DATA	FREGUESIA DO IMÓVEL	DENOMINAÇÃO	TIPO	CARACTERÍSTICAS	VALOR EM LIBRAS	VALOR EM MIL RÉIS
11/12/1891	Varginha	Terreno e prédio	Urbana	Terreno para estrada de ferro Muzambinho	24,70	400\$000
11/12/1891					24,70	400\$000
12/12/1891					67,98	1:100\$000
12/12/1891					24,72	400\$000
14/12/1891					24,72	400\$000
14/12/1891					3,10	50\$000
15/12/1891					6,18	100\$000
15/12/1891					12,35	200\$000
16/12/1891					3,10	50\$000
16/12/1891					4,94	80\$000
17/12/1891		Terreno			4,94	80\$000

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis do ano de 1891, presentes no CRIV.

³⁹¹ Maiores comparações entre Varginha e os distritos e somente Varginha, poderão ser conferidas na próxima seção deste capítulo.

³⁹² ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul/ago, 1983, p. 05.

O título de todas as propriedades era indenização por desapropriação, e o valor de muitas das indenizações é considerado baixo, comparado com o preço das casas vendidas no espaço urbano.

A Companhia Muzambinho registrou a compra de mais dois imóveis rurais, nos anos de 1892 e 1895. Em 1892, foi adquirido um terreno cujo registro continha nas características: terreno para estrada de ferro Muzambinho, para a estação fluvial no Rio Verde, ferrovia com 9 metros para cada lado e estação de 1.000 metros de companhia. O título era compra e venda, sendo a escritura pública. O valor da compra foi de aproximadamente 40 libras (800\$000).

No registro de 1895 estava escrito nas características: terreno da fazenda para estação fluvial e suas dependências com 300 metros de comprimento. No título constava acordo, sendo a escritura pública. A compra custou aproximadamente 31 libras (750\$000)³⁹³. Os dois imóveis foram adquiridos do mesmo proprietário, o senhor Esaú José Nogueira, que em 1892 residia em Três Corações e em 1895, em Varginha.

Para o período de 1900 a 1909, temos uma diminuição nas transações de imóveis registrados – assim como ocorreu em nossa análise para Varginha juntamente com os distritos. Os registros de imóveis rurais do espaço correspondente à cidade de Varginha caíram para 74 e os de imóveis urbanos, para 62. O total de transações envolvendo os bens imóveis foi de 136. É uma diminuição considerável para os dois tipos de bens, os urbanos diminuem quase pela metade. Insistimos em dizer que poderiam ser as consequências do momento que a economia brasileira passava.

No entanto, é preciso destacar que a chegada da ferrovia, por exemplo, nos mostra uma valorização do espaço urbano que não restringiu-se apenas a década de sua inauguração, se estendendo para os anos iniciais do século XX:

Nas vias de acesso que surgem balizando ambos os lados do leito da estrada de ferro (...) aparecem, em inícios deste século [século XX], construções de porte e tipo inteiramente novos para a cidade, como galpões e armazéns de depósito, nos quais se instalam máquinas de beneficiamento de café, e estabelecimentos destinados ao comércio atacadista e de exportação desse produto, bem como algumas pequenas indústrias manufatureiras e de transformação, principalmente de laticínios e outros produtos alimentícios³⁹⁴.

Essas novas construções citadas por Ávila surgiram com maior impacto na quarta década de formação de Varginha. No período de 1910 a 1920 foram registrados 260 imóveis

³⁹³ Para mais detalhes sobre o transporte fluvial no Sul de Minas Gerais, cf.: MARTINS, Marcos Lobato. “Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960)”. In: *Diálogos*, v. 15, n. 2, p. 409-436, maio-ago./2011.

³⁹⁴ ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul/ago, 1983, p. 06.

rurais e 330 urbanos, totalizando 590 bens registrados em cartório, sendo os anos de 1919 e 1920 os que apresentaram a maior quantidade de registros (62 no ano de 1919 e 63 no ano de 1920). Foi nessa década que a cidade passou por maiores transformações urbanas, o que atraía mais pessoas para o espaço urbano.

Quando retiramos os distritos da análise, ela sofre alterações, sobretudo a quarta década, pois em nenhum outro período constatamos o número transações de imóveis urbanos sendo maior que o de transações envolvendo imóveis rurais na quantidade em que ocorreu no período de 1910 a 1920. A diferença era de 70 registros a mais para os imóveis urbanos. Movimento esse comum em demais cidades brasileiras na transição do século XIX para o século XX, que passavam por processos de urbanização, com valorização do espaço urbano. Em estudo similar para Ribeirão Preto, Renato Marcondes e Jorge de Oliveira escreveram que: “Desse modo, para esse importante município cafeicultor [Ribeirão Preto], verificamos movimentos distintos entre o número de escrituras rurais e urbanas ainda antes de 1930, sendo as primeiras mais frequentes no início do período e as segundas, no final”³⁹⁵.

Considerando o município de Varginha, podemos dizer que o peso maior dos imóveis rurais vinha dos distritos. Pontal foi elevada à categoria de vila em 1911 (mas os imóveis da cidade continuaram sendo registrados em Varginha) e Carmo da Cachoeira, em 1938. Antes de tornarem-se cidades, é comum que nos distritos sejam comprados e vendidos mais imóveis rurais do que urbanos. No caso específico de Varginha, nós vimos que foi depois de 1890 que os imóveis passaram a ser registrados na cidade – já que antes eram registrados em Três Pontas – e, um aumento mais relevante de registros urbanos ocorreu apenas depois de 1910.

Partindo para a análise do investimento em cada tipo de bem, temos o seguinte gráfico:

³⁹⁵ MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, JORGE Henrique Caldeira de. “Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 263-285, abr. 2013, pp. 274/275.

Gráfico 3.5. Valores aplicados em bens imóveis rurais e urbanos na cidade de Varginha (1890-1920)

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis (1890-1920) presentes no CRIV.

A primeira impressão que o gráfico 3.5. nos dá é de um movimento decrescente para os bens imóveis rurais e crescente para os bens imóveis urbanos. Por mais que possamos observar, para todos os períodos, maiores valores voltados para os bens imóveis rurais, o investimento nos urbanos aumenta ao longo do tempo.

Por meio do gráfico 3.4., que apresentava as quantidades de bens registrados, nós observamos, primeiramente, os bens imóveis urbanos em maior quantidade que os bens imóveis rurais; depois uma inversão, isto é, houve uma diminuição dos registros de bens imóveis urbanos e um aumento dos registros de bens imóveis rurais; por último, os registros de urbanos aumentaram novamente, sendo esse movimento acompanhado por uma queda dos bens imóveis rurais.

Não obstante, o movimento de aplicação dos valores é diferente: para a década de 1890, se investia 76% de dinheiro em bens imóveis rurais e 24% em bens imóveis urbanos. Na década de 1900, o investimento era de 73% para imóveis rurais e 26% para imóveis urbanos. Finalmente, para a década de 1910, do total do investimento em imóveis, 66% estavam direcionados para os rurais e 34% para os urbanos.

Isso nos faz pensar, mesmo sendo a alocação de riqueza sempre maior nos bens imóveis rurais, que havia uma ascensão do preço dos imóveis urbanos, lenta, mas que pode ser vista ao longo do tempo.

A economia varginhense tomava nova forma, tornava-se mais dinâmica: as áreas rurais concentravam a maior parte dos investimentos, mas acompanhadas de crescimento das áreas urbanas. O movimento era gradual, mas perceptível. Se em 1882, quando Varginha foi

elevada à categoria de vila, não havia nenhum imóvel registrado, na década de 1910 eram 330 urbanos e 260 rurais.

A maioria da população varginhense, ainda em 1920, que é quando nossa análise termina, ocupava o espaço rural, mas o espaço urbano transformava-se e atraía pessoas para si, em meio às praças, aos comércios, aos bancos, ao teatro, enfim, aos componentes que surgem nas áreas urbanas, mas que não deixam de influenciar o campo. Uma análise geral, considerando todo o período de 1882-1920 será feita abaixo.

3.4. Os registros de imóveis ao longo do tempo

Nesta seção do capítulo, vamos mostrar informações dos registros de imóveis considerando todo o período de 1882 a 1920. Faremos a separação que seguimos neste capítulo, de considerar primeiramente a totalidade dos registros de imóveis, isto é, Varginha e os distritos e, depois, consideraremos apenas Varginha. No caso da totalidade dos registros, vamos mostrar primeiro os resultados sem o investimento feito pela Companhia Muzambinho e, posteriormente, considerando-o. Assim, segue abaixo uma tabela geral dos registros de imóveis, sem investimentos da Companhia Estrada de Ferro Muzambinho:

Tabela 3.7. Evolução dos registros de imóveis ao longo do período de 1882-1920 – sem investimentos da Estrada de Ferro Muzambinho³⁹⁶

CATEGORIAS	VARGINHA	DISTRITOS	VARGINHA E DISTRITOS
Imóveis Rurais (Q)	444	863	1.307
Imóveis Urbanos (Q)	510	268	778
TOTAL	954	1.131	2.085
% do I em Rurais	69	76	83
% do I em Urbanos	31	24	17
TOTAL	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis (1882-1920) presentes no CRIV.
Q = quantidade; I = investimento

Ao longo de nosso período de análise, para Varginha e os distritos, temos um total de 1.307 imóveis rurais e 778 imóveis urbanos, totalizando 2.085 registros. Dos distritos, foram 863 registros de bens rurais e 268 de bens urbanos, totalizando 1.131 registros (nesse caso, a maior contribuição foi do distrito de Pontal, que apresentava mais transações de bens do que

³⁹⁶ Para o caso dos investimentos considerando as transações da Companhia, os valores serão descritos no texto, não sendo necessária outra tabela, já que a mudança ocorreu nas porcentagens apenas, e não na quantidade de bens.

Carmo da Cachoeira). Pontal emancipou-se no início do século XX, com aproximadamente 12.000 habitantes³⁹⁷.

Considerando apenas Varginha, foram registrados 444 imóveis rurais e 510 imóveis urbanos, totalizando 954 registros. Em porcentagem, os números correspondem a 46,5% de registros de imóveis rurais e 53,5% de registros de imóveis urbanos.

Fazendo-se uma média, teríamos 436 registros de imóveis rurais para cada uma das três localidades, no período, e 259 registros de imóveis urbanos. Entretanto, Varginha estava mais à frente no tempo que os distritos. O processo de urbanização varginhense caminhava num ritmo diferente do ritmo dos distritos, por isso quando observamos os dados reais, sem fazer a média, vemos um número maior de transações voltadas para registros de imóveis urbanos para Varginha. Até no caso dos imóveis rurais Varginha estava acima da média, muito pouco, mas ainda acima.

Pela história da cidade por meio das atas da Câmara Municipal, foi possível perceber as transformações pelas quais Varginha passava, e considerar que as pessoas começavam a desejar o novo espaço urbano que estava em formação. Por mais que houvesse maior número de pessoas nas áreas rurais e se investisse mais em imóveis rurais, havia mudança na maneira como o espaço era tratado.

Os registros de imóveis nos ajudaram a entender parte desse processo, mostrando os bens que eram registrados em cartório, mas que não representavam a totalidade de transações, pois mais bens imóveis, tanto rurais como urbanos, existiam na cidade de Varginha e, no início de sua formação, na primeira década de nossa análise, ainda eram registrados em Três Pontas.

Grosso modo, o processo de urbanização acabava beneficiando (embora de forma desigual) a população de Varginha e dos distritos como um todo. No entanto, os maiores privilégios eram voltados para a elite. Privilégio não apenas de possuir uma casa próximo à estação ferroviária, como possuía Matheus Tavares da Silva; mas de ir ao teatro, ao clube recreativo, ao cinema, de matricular os filhos em colégios particulares.

Embora a maior concentração de riqueza fosse nos bens imóveis rurais, aos poucos era notável (e isso poderá ser visto também nos inventários, que trataremos no próximo capítulo) diversificação do patrimônio nos bens imóveis urbanos.

³⁹⁷ Em 1911, a população do município de Varginha (contando com Carmo da Cachoeira e Pontal) era de 32.690 habitantes. Em 1912, faziam parte da população do município 20.690 pessoas (contando a cidade de Varginha e o distrito de Carmo da Cachoeira). Essa diferença de 12.000 habitantes refere-se aos moradores de Pontal, que havia sido recém-emancipada (LEFORT, 1950, p. 130-131 apud SALES, 2003, p. 58).

Considerando todo o dinheiro, em libras, envolvido nos registros de imóveis, notamos que para Varginha e os distritos, 83% do valor era voltado para os bens imóveis rurais e 17% para os bens imóveis urbanos, como nos mostrou a tabela 3.7. Para os distritos, 76% do investimento estava empregado nos imóveis rurais e 24% nos bens imóveis urbanos. Tomando apenas Varginha na análise, a porcentagem é de 69% para bens rurais e 31% para urbanos.

Como já mencionamos, os bens imóveis rurais, por serem, na maioria dos casos, fazendas ou extensões de terra e representarem, de certa forma, o poder e a riqueza na sociedade, possuíam preços mais elevados que os urbanos, mas é possível ver que quando retiramos os distritos da análise, a porcentagem do investimento aumenta para os bens imóveis urbanos, ainda que o investimento nos rurais seja maior.

Quando voltamos nossa atenção para Varginha juntamente com os distritos e consideramos os registros da ferrovia, os valores alteram-se de forma considerável, pois se se investia 83% em imóveis rurais e 17% em urbanos, como nos mostrou a tabela 3.7., com os investimentos da companhia os valores mudam para 25% do dinheiro direcionado aos bens imóveis rurais e 75% direcionado aos imóveis urbanos.

O valor envolvido nas transações da ferrovia foi tão grande que mudaria a análise para todo o período estudado. Considerando o investimento feito pela Companhia, a impressão que teríamos é a de que se investia mais em bens imóveis urbanos, tanto na década de 1910, como ao longo dos 38 anos que estudamos, ainda que, em quantidade, notamos maiores transações de bens imóveis rurais.

3.5. Concentração fundiária e êxodo rural

Com a análise da evolução do município e da cidade de Varginha a partir dos registros de imóveis, duas questões podem ser pensadas, uma envolvendo os bens imóveis rurais e uma envolvendo os bens imóveis urbanos: primeiro, com a ascensão da cafeicultura no Sul de Minas Gerais e em Varginha, poderia estar havendo concentração fundiária no município; segundo, os registros mostraram (sobretudo quando retiramos os distritos da análise) um aumento, ainda que gradual, de transações envolvendo imóveis urbanos.

Em relação à primeira questão, podemos respondê-la com os próprios exemplos da elite que destacamos no texto: Matheus Tavares da Silva possuía 6 registros de compras em seu nome, sendo cinco de bens imóveis rurais e um de bem imóvel urbano; Joaquim Octaviano Mendes possuía 25 registros de aquisições, sendo apenas 3 referentes a bens

imóveis urbanos; Antônio Justiniano dos Reis possuía 14 registros de compras, sendo 2 deles urbanos.

Assim, é possível notar concentração de imóveis nas mãos desses três membros do município de Varginha, concentração essa que ocorria também com alguns outros proprietários. No caso das três personagens selecionadas, pelos inventários de Antônio Justiniano dos Reis e de Matheus Tavares da Silva, foi possível ver propriedades com café, o que poderemos conferir no próximo capítulo desta dissertação, por meio dos inventários. O barão de Varginha, por exemplo, membro da elite agrária varginhense e falecido em 1895, possuía apenas café dentre suas culturas e mantimentos, num valor considerável, como poderemos compreender por meio de seu inventário *post-mortem*. Além disso, demais habitantes do município cultivavam café, ainda que em poucas quantidades.

Podemos pensar que a concentração de bens imóveis rurais esteja, de certa forma, relacionada à cafeicultura. Dessa maneira, fazendeiros e lavradores concentravam terras para cultivar a agricultura, mas não apenas café, já que em Varginha também havia cultivo de milho, arroz, feijão e mandioca, dentre outros.

Considerando nossa segunda questão, do aumento gradual de transações envolvendo bens imóveis urbanos, embora número de transações não signifique número de imóveis³⁹⁸, podemos pensar que a área urbana de Varginha (sobretudo quando retiramos os distritos da análise) passava por uma expansão.

Essa expansão pode ser vista, por exemplo, observando-se a criação de bairros novos, como no período de 1900 até 1909 (bairros Três Bicas e a Vila Flamengo) e também pelas diferentes localizações que foram identificadas nos registros ao longo do tempo: a Rua Bella começou a aparecer nos registros depois do ano de 1905, a Rua Sul Mineira teve seu primeiro registro em 1908, as Ruas Fresca e dos Comissários passaram a ser denominadas nos registros em 1910, a Rua 21 de Abril passou a contar com registros no ano de 1916, as casas na Avenida Dona Anna Rezende passaram a ser registradas em 1920.

Destarte, na passagem do século XIX para o século XX, ao mesmo tempo que havia concentração fundiária no município de Varginha, os registros de imóveis nos mostraram uma certa expansão do espaço urbano, que notamos não apenas por meio do aumento do número

³⁹⁸ No caso dos bens imóveis rurais, notamos que muitas transações poderiam corresponder a um bem imóvel, já que pessoas concentravam e desmembravam terras (neste caso, especialmente quando as transações eram referentes a heranças). No caso dos bens imóveis urbanos, ainda que não houvesse concentração nem desmembramento desses bens (na grande maioria dos casos, as casas, prédios e terrenos para comércios eram transacionados inteiros, apenas em alguns casos de herança transacionavam-se partes de bens imóveis urbanos) uma casa que foi construída na década de 1900 poderia ser depois vendida em 1910, e transacionada novamente em 1920.

de transações envolvendo os imóveis urbanos, mas também pela criação de bairros novos, bem como pelo surgimento de novas localizações dos imóveis urbanos, que foram aumentando com o passar dos anos.

Depois de mostrarmos como avançou o processo de urbanização em Varginha, usando as informações contidas nas atas da Câmara e nos registros de imóveis, queremos entender como se davam as relações entre esse processo de urbanização e os moradores de Varginha. Mais especificamente, queremos entender quais eram as pessoas que tinham condições de possuir as principais propriedades rurais e urbanas, além de quais moradores conseguiam adquirir bens móveis diferenciados, que não estavam presentes na maioria das famílias varginhenses. Portanto, nossa intenção é investigar a estrutura de riqueza das famílias varginhenses na transição do século XIX para o século XX.

Assim, no próximo capítulo trabalharemos com os inventários *post-mortem* para tentarmos entender um pouco mais sobre a estrutura de riqueza dos varginhenses e de uma minoria populacional do município, ou seja, da elite agrária. Um processo de urbanização estava em curso, o município crescia e se dinamizava. Mas quem eram as pessoas que mais beneficiavam-se desse processo? Quem diversificava sua fortuna? Em que se diversificava? É isso que tentaremos compreender no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

ELITE AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA (1882-1920)

Em nossos dois capítulos anteriores, nos voltamos para o processo de urbanização de Varginha, entendendo, primeiro, como os vereadores da Câmara Municipal conduziram tal processo, nos valendo das atas da Câmara. Por meio dos registros de imóveis, entendemos como ocorreu a valorização do espaço urbano do município ao longo do tempo, considerando quantidade e preço dos imóveis transacionados.

Com as atas da Câmara, vimos que membros de uma elite auxiliaram o município no seu desenvolvimento urbano, de acordo com as demandas que surgiam. Com os registros de imóveis, notamos que Varginha e seus distritos passavam por um processo de urbanização, de aumento de transações envolvendo imóveis urbanos, bem como de ampliação do espaço urbano da cidade, processo lento, mas perceptível.

Assim, por meio dos nossos dois grupos de fontes utilizados anteriormente – atas da Câmara e registros de imóveis – é possível dizer que o município de Varginha avançava em seu processo de urbanização, sobretudo a cidade de Varginha, entre 1882 e 1920.

Neste capítulo queremos entender como os moradores do município faziam parte daquele processo de urbanização pelo qual passava a região de Varginha, nos utilizando de inventários *post-mortem* do período de 1882 até 1920. Analisando a estrutura de riqueza dos varginhenses, poderemos entender onde mais investiam seu monte-mor, e poderemos então, observar, agora utilizando os inventários, se os moradores do município que realizavam processos de inventários estavam acompanhando o movimento de urbanização que a cidade e os distritos passavam.

É preciso frisar que os inventários retratam uma riqueza que foi constituída antes do período de nossa análise, ou seja, as transformações pelas quais Varginha passava e que vamos averiguar por meio dos inventários referem-se a anos anteriores de nossas décadas de análise, e poderiam ser ainda mais intensas em nosso período estudado.

Para as décadas de nossa pesquisa, contamos com 275 processos de inventários³⁹⁹. Com esse conjunto de documentos, vamos analisar as categorias de bens que formavam o monte-mor dos inventariados, além de entender os investimentos realizados pela elite agrária do município.

Antes disso, a tabela 4.1. abaixo mostra o número de habitantes do município de Varginha entre o período de 1890 a 1920:

³⁹⁹ Presentes no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (AJCV).

Tabela 4.1. Número de habitantes do município de Varginha (1890-1920)

ANO	POPULAÇÃO
1890	24.819
1900	29.322
1907	31.417
1908	31.728
1909	32.042
1910	32.359
1911	32.690
1912	20.690 ⁴⁰⁰
1913	21.029
1914	21.237
1915	21.447
1916	21.659
1917	21.874
1918	22.080
1919	22.309
1920	22.457

Fonte: LEFORT, 1950, p. 130-131 apud Sales, 2003, p. 58.

Como mencionamos em nosso capítulo anterior, de acordo com os dados de população urbana e rural para Varginha, foi entre as décadas de 1930 e 1940 que o número de habitantes das áreas rurais e urbanas começou a se equiparar no município. Assim, como a tabela 4.1. engloba o período que vai de 1890 até 1920, os dados presentes indicam maior parte das pessoas vivendo nas áreas rurais. A sociedade do município de Varginha era uma sociedade agrária:

O conceito de sociedade agrária expressa a concepção de uma organização da vida social e econômica de pessoas que vivem da produção agrária e dela tiram o seu sustento material, constituindo-se no seu principal referencial econômico, fundamental para a manutenção e reprodução da vida pessoal, social e cultural⁴⁰¹.

Da sociedade agrária varginhense, com nosso conjunto de 275 inventários, teremos uma amostra da estrutura de riqueza dos moradores. Na seção 4.1. vamos discorrer sobre as categorias de bens presentes nos inventários.

⁴⁰⁰ Até 1911, o município de Varginha era formado pelas populações da cidade e de seus dois distritos. Após aquele ano, Pontal foi emancipada (com 12.000 habitantes), dando origem à cidade de Elói Mendes.

⁴⁰¹ PASCOAL, Isaías. “Fundamentos Econômicos da participação Política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840”. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 2, pp. 133-157, ago./2008, p. 135.

4.1. As categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem*

A tabela 4.2. descrita abaixo traz a porcentagem de riqueza alocada pelos moradores do município de Varginha em cada categoria de bens e a evolução dessa porcentagem ao longo do tempo.

A soma desses bens originava o monte-mor e, subtraindo-se as dívidas passivas, o valor correspondente era o do monte-partível. Mais relevante que os valores em contos de réis ou em libras esterlinas, eram as porcentagens de cada categoria de bens, do monte-mor e do monte-partível.

Tabela 4.2. Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem* do município de Varginha (1882-1920)

DESCRIÇÃO	PERÍODO			
	1882-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Bens Móveis	6,43%	4,47%	5,10%	1,83%
Imóveis Rurais	58,10%	40,12%	43,97%	50,83%
Imóveis Urbanos	3,47%	4,36%	6,88%	7,47%
Culturas e Mantimentos	5,48%	15,60%	8,31%	3,86%
Animais	5,82%	6,44%	6,73%	3,87%
Escravos	7,20%	-	-	-
Dinheiro	0,44%	4,47%	8,25%	3,21%
Dívidas Ativas	13,07%	24,56%	20,51%	28,87%
Monte-mor	100%	100%	100%	100%
Dívidas Passivas	3,79%	10,37%	8,52%	9,37%
Monte-partível	96,23%	89,63%	91,23%	90,57%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

Chamamos a amostra da sociedade varginhense de agrária com base na alocação de riqueza feita por ela, voltada, em sua maioria, para os bens imóveis rurais. Não obstante, ao longo do tempo podemos observar que a sociedade varginhense vai, aos poucos, tornando-se mais urbana: considerando uma evolução da primeira para a última década, os bens imóveis rurais passam a apresentar menos investimentos (variação negativa de 7,27%); enquanto isso, os investimentos em bens imóveis urbanos vão expandindo-se, embora o aumento tenha sido baixo (variação positiva de 4,0%); juntamente com os menores investimentos voltados para os bens imóveis rurais, passou a se investir menos em culturas e mantimentos e em animais; a porcentagem das dívidas, tanto ativas como passivas, aumentou ao longo do tempo, assim como a porcentagem das riquezas investidas em dinheiro.

Para entendimento sobre a estrutura de riqueza dos inventariados na passagem do século XIX para o século XX, trataremos de cada categoria de bens que formavam o monte-mor nos inventários *post-mortem*.

4.1.1. Bens Móveis e alguns padrões de consumo diferenciados

Os bens móveis eram presentes em praticamente todos os processos de inventários. Contudo, nos documentos de pessoas com menos posses, era comum um peso maior para os bens móveis. Isso significa que, de forma geral, nos inventários de pessoas com menos posses, era descrito com maior especificidade os bens móveis, diferentemente do que ocorria nos inventários de pessoas com mais posses, em que as descrições das fazendas, das cultuas, dos animais e dos imóveis no espaço urbano eram mais relevantes.

Como bens móveis, os mais comuns que apareciam nos inventários eram as mobílias de dentro das casas: da cozinha, eram mesas e cadeiras, pratos, canecas, copos, garrafas, talheres e panelas, bules e armários; dos quartos eram catres (uma espécie de cama ou berço para crianças), camas, cômodas e guarda roupas; das salas apareciam sofás ou marquesas (também uma espécie de sofá). Dentre os bens móveis também era listados, entre outros: relógios de parede, tachos e bacias (usados nos engenhos), teares e rodas de fiar, máquinas de costura, alambiques, enxadas, machados, carros de bois e armas (garruchas e espingardas).

Nos casos de inventários de comerciantes, os bens móveis eram, sobretudo, o que comercializavam os inventariados, assim, em alguns processos, nos bens móveis havia descrito apenas “fundo da farmácia” ou “fundo do negócio” e o valor dos bens móveis do comércio. Vamos citar alguns exemplos: dentre outros bens móveis do inventário de Maria Francellina de Jesus, de 1884, a maior parte do valor dos bens avaliados correspondia a 12:381\$390 de uma casa comercial; o valor dos bens da casa comercial correspondia a 99,5% do valor dos bens móveis totais⁴⁰². O processo de inventário de João José Pereira, de 1896 continha, dentre outros bens móveis, o fundo do negócio, no valor de 14:207\$245, o que correspondia a pouco mais de 95% do conjunto dos bens móveis⁴⁰³. No inventário de Anna Jacinthia de Rezende, do ano de 1918, os bens móveis eram compostos, dentre outros, pelo fundo da farmácia e pelos utensílios da farmácia, cujo valor era de 5:604\$215, o que equivalia a pouco mais de 96% dos bens móveis totais⁴⁰⁴.

Em alguns casos, o inventariado não era descrito como comerciante, o que não nos impossibilitava de compreender sua função: no inventário de José Justiniano de Paiva, do ano de 1896, além dos bens móveis comuns de dentro das casas, encontramos, em grande quantidade, peças de chita, peças de lã, peças de renda, metros de him e casimira, camisas de chita e de algodão, paletós de algodão, pares de meias, chapéus, toucas, espelhos, caixas de

⁴⁰² Inventário de Maria Francellina de Jesus, 1884, AJCV, cx. 529, doc. nº 09.

⁴⁰³ Inventário de João José Pereira, 1896, AJCV, cx. 583, doc. nº 05.

⁴⁰⁴ Inventário de Anna Jacinthia de Rezende, 1918, AJCV, cx. 517, doc. nº 63.

fitas e de linhas, botões, tesouras, barbantes e luvas. Como bem imóvel foi descrito apenas uma casa, de seis contos de réis⁴⁰⁵.

Ainda dentro da categoria dos bens móveis, foi possível encontrar bens diferenciados, que apareciam em poucos documentos. No inventário de Francisca de Oliveira, de 1892, foi possível encontrar, dentre outros bens móveis, um relógio, um Rosário e um colar, todos de ouro, além de um par de brincos de plaque a ouro⁴⁰⁶. No inventário de Joaquina Rosa da Silva, cujo processo foi de 1893, também foram listados dois Rosários e um par de brincos de ouro⁴⁰⁷. No documento do barão de Lavras, falecido em 1889, foram listados, dentre os bens móveis, um relógio com corrente de ouro, duas medalhas, seis botões, duas canetas e dois relicários, todos os bens de ouro⁴⁰⁸.

No inventário de Domingos Pinto Ribeiro, falecido em 1886, foram listados alguns livros, dentre eles quatro do “Catecismo de Perseverança” e dois de “Medicina Doméstica”⁴⁰⁹. O barão de Lavras também apresentava livros entre seus bens móveis, eram eles: três volumes da Bíblia Sagrada, do ano de 1855, um dicionário, um “Catecismo de Perseverança” e diversos volumes de “Leitura, História e Poesia”⁴¹⁰. No inventário de José Justiniano de Paiva, falecido em 1896, havia, entre os bens móveis, além das peças para costura que listamos anteriormente – inclusive, entre elas estavam tecidos italianos – duas chocolateiras e livros, seis com o título de “Deveres da Civilidade”, oito Atlas Universais, cinco gramáticas portuguesas e mais alguns outros⁴¹¹. Paulino José Franco de Carvalho, falecido em 1908 possuía, dentre seus bens móveis, um piano e uma estante com livros⁴¹².

No inventário de Mariana Augusta de Oliveira, falecida em 1917, notamos um cofre de ferro⁴¹³; não que não fosse comum guardar dinheiro em casa na época, mas não encontramos cofres em outros documentos da amostra dos inventários. Por meio do inventário de Anna Jacintha de Rezende, falecida em 1918 e que possuía o fundo de uma farmácia, encontramos dentre os bens móveis um talher francês de crystofle. O preço do único talher de crystofle era o mesmo de diversas peças de louça juntas e do guarda roupa que a inventariada

⁴⁰⁵ Inventário de José Justiniano de Paiva, 1896, AJCV, cx. 541, doc. nº 18.

⁴⁰⁶ Inventário de Francisca de Oliveira, 1892, AJCV, cx. 472, doc. nº 12.

⁴⁰⁷ Inventário de Joaquina Rosa da Silva, 1893, AJCV, cx. 724, doc. nº 03.

⁴⁰⁸ Inventário do barão de Lavras, 1889, AJCV, cx. 509, doc. nº 02.

⁴⁰⁹ Inventário de Domingos Pinto Ribeiro, 1886, AJCV, cx. 600, doc. nº 02.

⁴¹⁰ Inventário do barão de Lavras, 1889, AJCV, cx. 509, doc. nº 02.

⁴¹¹ Inventário de José Justiniano de Paiva, 1896, AJCV, cx. 541, doc. nº 18.

⁴¹² Inventário de Paulino José Franco de Carvalho, 1908, AJCV, cx. 607, doc. nº 06.

⁴¹³ Inventário de Mariana Augusta de Oliveira, 1917, AJCV, cx. 597, doc. nº 33.

possuía: 40\$000⁴¹⁴. Com o preço do talher de crystofle era possível ser adquirido também um animal, considerando os preços de animais na época.

Por meio dos bens móveis podemos notar, portanto, um padrão de consumo diferenciado de alguns membros da sociedade varginhense: peças de ouro, chocolateiras, livros e piano, tecidos e louças importadas não estavam presentes em todos os processos de inventários, mas apenas numa pequena parte deles. Esses bens diferenciados eram todos importados, já que em Varginha não havia fábricas voltadas para aqueles bens móveis.

Dessa forma, com a análise dos bens móveis diferenciados, constituídos por bens móveis importados, entendemos o conceito de modernização de padrões de consumo no contexto varginhense: certa fração da sociedade importava produtos novos para aquele contexto, já que aqueles padrões de consumo, compatíveis apenas uma minoria modernizada, contavam com bens não produzidos internamente, não apenas no cenário local varginhense, mas também na conjuntura brasileira.

4.1.2. Imóveis Rurais e Imóveis Urbanos

No capítulo anterior tratamos detalhadamente dos bens imóveis rurais e urbanos, porque das categorias de bens presentes nos inventários, eles se constituem nas duas mais relevantes para nossa pesquisa. Um dos principais objetivos desta dissertação é entender o processo de urbanização no município de Varginha considerando a valorização do espaço urbano.

Como vimos, compunham os bens imóveis rurais as fazendas inteiras ou partes delas, as casas de morada na zona rural e as extensões de terras virgens. Compunham os imóveis urbanos as casas no espaço urbano (de Varginha, Carmo da Cachoeira e Pontal), os terrenos, prédios e casas para comércio no espaço urbano.

O que notamos por meio das atas da Câmara Municipal e dos registros de imóveis agora podemos ver por meio dos inventários: Varginha passava por um processo de urbanização, de maior movimentação no espaço urbano, processo conduzido pelos vereadores; as transações e os preços dos imóveis urbanos passaram por gradual aumento ao longo do tempo; a sociedade varginhense passava a investir, ao longo do tempo, menos de seu monte-mor nos bens imóveis rurais, enquanto a aplicação de riqueza nos bens imóveis urbanos ia aumentando, como nos mostrou a tabela 4.2.

Foi possível notar variação negativa de 7,27% nos bens imóveis rurais e variação positiva de 4,0% nos bens imóveis urbanos. É uma variação pequena, mas perceptível.

⁴¹⁴ Inventário de Anna Jacintha de Rezende, 1918, AJCV, cx. 517, doc. n° 63.

Enquanto os imóveis rurais passaram primeiro por queda de investimento, depois por ascensão e, finalmente, ainda por ascensão maior (com resultado negativo num comparativo da aplicação de riqueza da primeira para a última década); os imóveis urbanos passaram por aumento dos investimentos em todos os períodos analisados (com um resultado positivo no final do período). O que destacamos acerca dos bens imóveis rurais e urbanos é a variação ao longo do tempo, com foco, sobretudo, na primeira e na última década de nossa análise.

4.1.3. *Culturas e Mantimentos*

No Almanach Sul-Mineiro para 1874, Veiga menciona algumas culturas existentes no Sul de Minas Gerais: o fumo, o algodão, a cana de açúcar e o café. Escreveu ele que o fumo:

é sem duvida alguma o principal producto de exportação sul-mineira. É cultivado em todos os municipios, mas especialmente nos de Pouso Alegre, Jaguary (onde fabrica-se o de excellente qualidade, denominado *piranchim*), Baependy, Itajubá, Christina, Campanha e Lavras, – onde seu plantio se faz em elevada escala. O fabrico annual desse genero é calculado em cerca de 500,000 arrobas, das quaes quatrocentas mil são exportadas⁴¹⁵.

Sobre o algodão, Veiga escreveu que adaptava-se perfeitamente à região, com exceção dos municípios de Jaguary, Lavras, Alfenas e Caldas. No Sul de Minas, era “plantado apenas para a satisfação das necessidades locais ou pontos vizinhos”.

Sobre a cana de açúcar, escreveu o autor do Almanach para 1874 que “é feita com extraordinária vantagem e floresce em todos os pontos desta parte da provincia. Do assucar faz-se apenas commercio interno, mas a aguardente é já exportada, embora em porção diminuta”.

Por fim, sobre o café, Veiga escreveu:

que dá excellentemente em muitos municipios e com vigor admiravel nos de Pouso Alegre e Alfenas. É plantado emquanto quasi que só para o consumo local, mas nos municipios vizinhos ás provincias de S. Paulo e Rio, principalmente Pouso Alegre e Jaguary, há immensas plantações e já se faz desse genero alguma exportação⁴¹⁶.

De nosso conjunto de 275 documentos, 63 apresentavam alguma cultura e/ou mantimento. Por meio dos inventários, foi possível identificar as seguintes culturas: café, arroz, feijão, milho, cana de açúcar e mandioca. Como mantimentos, identificamos: açúcar, polvilho, sal e amendoim. Havia também na categoria aguardente, fumo e algodão.

⁴¹⁵ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 31, grifo do autor.

⁴¹⁶ Idem.

Afirmamos em nosso capítulo dois, em que tratamos de urbanização partindo das atas da Câmara Municipal que, considerando as culturas existentes em Varginha, parte delas era comercializada no mercado municipal. Mas não apenas isso.

Podemos separar as culturas e mantimentos em dois grupos: primeiro, as culturas e mantimentos destinados à subsistência e comercialização local; segundo, as culturas e mantimentos destinados à exportação. Culturas especialmente voltadas para exportação acreditamos ser o café, o fumo e o algodão.

Em seu Almanach para o ano de 1874, Veiga afirmou que alguns produtos, como o milho, o arroz e o feijão eram produzidos apenas para consumo interno “devido á falta ou á dificuldade de transportes para exportar-os para os grandes mercados consumidores”⁴¹⁷.

Não obstante, nova seria a realidade da região depois da chegada da estação da Estrada de Ferro Muzambinho em Varginha, que faria com que as mercadorias circulassem de forma mais rápida na região e as levaria para fora do Sul de Minas.

Os benefícios da estrada de ferro para Varginha foram significativos: além de facilitar o transporte de mercadorias, a chegada da ferrovia fez com que se valorizasse o espaço urbano, já que pessoas com condições financeiras passaram a querer ocupar a região próxima à estação, como o fez Matheus Tavares da Silva, que comprou um terreno próximo à estação, para a construção de uma casa de morada.

A variação do investimento em culturas e mantimentos foi decrescendo com o passar do tempo, como nos mostrou a tabela 4.2., embora tenha dado um salto significativo da primeira para a segunda década de emancipação de Varginha. O investimento na categoria na primeira década foi de cerca de 5,48% da riqueza total dos inventariados; na segunda década foi de pouco mais de 15,50%; na terceira década, se investiu aproximadamente 8,31% na categoria e na última década que analisamos, foi investido cerca de 3,86% em culturas e mantimentos.

O decréscimo da aplicação de riqueza em culturas e mantimentos pode ser explicado pelo próprio crescimento do espaço urbano do município. Diminuindo o investimento em imóveis rurais, o investimento em culturas e mantimentos e em animais acabava por acompanhar a queda. Entretanto, devemos considerar, apesar da queda de investimentos, que das culturas e mantimentos mantidos pelos inventariados na quarta década de nossa análise, algumas delas eram comercializadas no mercado e outras exportadas, como é o caso do café.

⁴¹⁷ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 31.

A tabela 4.3. nos mostrará como as culturas e mantimentos estavam distribuídos nos inventários em que observamos a categoria:

Tabela 4.3. Distribuição das culturas e mantimentos pelos inventários *post-mortem*

Cultura e/ou Mantimento	Número de Inventários
Café	39
Milho	32
Cana	11
Feijão	10
Arroz	7
Aguardente	4
Fumo	4
Mandioca	3
Polvilho	2
Sal	1
Açúcar	1
Algodão	1
Amendoim	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

O café era o produto que mais aparecia nos processos, e era a cultura que mais possuía especificações: o café poderia ser contado em alqueires, em pés, em arrobas, em quilos ou em litros. O barão de Varginha, falecido em 1895, possuía apenas café como culturas: eram 1.400 arrobas de café em coco, 500 arrobas de café em coco no terreiro, 45 mil pés de café velho de 20 anos, 30 mil pés de café novo e 10 mil pés de café de 3 anos. O valor total era de 33:800\$000⁴¹⁸. O senhor João José Mendes possuía 44 mil pés de café plantados há 15 anos de seu processo de inventário, que era do ano de 1905. O valor era de 15:972\$000⁴¹⁹. O barão de Lavras, além de possuir café, possuía uma máquina de beneficiar o produto, no valor de 14:000\$000⁴²⁰. Assim como Francisca de Paula Teixeira, falecida em 1905: a máquina de beneficiar do espólio da inventariada valia 6:000\$000⁴²¹.

O café realmente foi importante para Varginha. No primeiro capítulo da dissertação vimos que Varginha se emancipou no Sul de Minas Gerais num período de expansão da cafeicultura pelo estado. No capítulo dois acompanhamos os projetos e leis elaborados pelos vereadores com base nas atas da Câmara, e observamos a criação de imposto voltado para o café. No capítulo três, os registros de imóveis mostraram algumas propriedades contendo

⁴¹⁸ Inventário do barão de Varginha, 1895, AJCV, cx. 509, doc. nº 05.

⁴¹⁹ Inventário de João José Mendes, 1905, AJCV, cx. 584, doc. nº 13.

⁴²⁰ Inventário do barão de Lavras, 1889, AJCV, cx. 509, doc. nº 02.

⁴²¹ Inventário de Francisca de Paula Teixeira, 1905, AJCV, cx. 524, doc. nº 27.

café. Neste capítulo quatro, a cultura que mais aparecia nos inventários, entre fins do século XIX e inícios do século XX, era a do café.

4.1.4. Animais

Em relação às criações de animais no Sul de Minas Gerais, Veiga escreveu em seu Almanach para 1874 sobre gado vacum, lanígero e suíno. A respeito do gado vacum, Veiga alegou que constituía-se num importante ramo de exportação no Sul de Minas. “Sua criação é próspera em todos os municípios, e particularmente nos de Alfenas, Passos, S. Sebastião do Paraíso, Caldas, Tres Pontas e Dôres da Boa Esperança”. Segundo Veiga, a exportação anual do gado sul-mineiro que seguia para o Rio de Janeiro e São Paulo era de 4.000:000\$000, equivalendo a 70 mil cabeças⁴²².

Sobre gado lanígero, escreveu Veiga que “existe em todos os municípios do sul e orça por 10,000 o numero de cabeças annualmente exportadas”. Sobre suínos, Veiga também afirmou que eram criados em todos os municípios do Sul mineiro, sendo sua exportação não inferior a 30 mil cabeças, na importância de 1.000:000\$000⁴²³.

A tabela 4.4. descrita abaixo mostra a quantidade de animais existentes em nossa amostra de 275 inventários:

Tabela 4.4. Quantidade de animais por décadas (1882-1920)

Espécie	Quantidade			
	1882-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Bovina	1.404	873	1531	891
Muar	166	55	132	18
Cavalar	112	78	107	66
Caprina	91	22	0	0
Suína	430	504	216	98
TOTAL POR DÉCADA	2.203	1.532	1.986	1.073
TOTAL GERAL	6.794			

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

Pela tabela 4.4., notamos que a quantidade de animais decresce ao longo do tempo. Em relação ao investimento, a tabela 4.2. nos mostrou um aumento da aplicação de dinheiro da primeira para a segunda década. Na segunda e na terceira década os investimentos mantiveram-se mais ou menos estáveis e, da terceira para a quarta década, houve queda.

⁴²² VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, pp. 31-32.

⁴²³ Ibidem, p. 32.

O motivo de o investimento não acompanhar a quantidade de animais em cada década pode estar em duas causas: primeiramente, no valor dos animais ao longo do tempo. Da primeira para a segunda década o investimento aumenta, como nos mostrou a tabela 4.2., mas a quantidade diminui, como podemos observar pela tabela 4.4. O fato de mais investimento estar relacionado e menos quantidade de animais depende do preço desses animais ao longo do tempo, o que está relacionado, por exemplo, com a qualidade do animal.

Ainda, o fato de o investimento não acompanhar a quantidade de animais depende também dos valores das riquezas. Pode ter sido feito um investimento grande por um inventariado ou um grupo de inventariados, mas o valor das riquezas era pouco significativo no total da amostra.

Em relação às quantidades de animais de cada espécie, a tabela 4.5. apresenta a distribuição do total:

Tabela 4.5. Distribuição de animais por espécie (1882-1920)

Espécie	Quantidade
Bovina	4.699
Suína	1.248
Muar	371
Cavalar	363
Caprina	113
TOTAL	6.794

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

Em primeiro lugar na tabela, a quantidade de animais da espécie bovina é de 4.699 cabeças para o período de 1882 a 1920. O valor é alto comparando com a segunda espécie em quantidade, a suína, com 1.248 cabeças. Muar e cavalar possuíam valores mais ou menos equilibrados e a caprina apresentou 113 cabeças no período. Entretanto, os investimentos em animais no município de Varginha, comparados aos de cidades do Sul de Minas como Pouso Alegre e Campanha, eram ainda baixos⁴²⁴.

4.1.5. Escravos

Dado nosso período de análises para Varginha iniciar na década final da escravidão no Brasil, encontramos poucos processos de inventários com escravos. Foram 15 inventários, que continham no total 175 escravos, sendo 83 do sexo feminino, 89 do sexo masculino e 3 não identificados.

⁴²⁴ Cf.: SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. “Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão”. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), vol. 1, n. 1, p. 65-90, 2012, p. 82.

A tabela abaixo retrata os documentos que possuíam escravos e a porcentagem de investimento daqueles inventariados em cada categoria de bens:

Tabela 4.6. Inventariados que possuíam escravos (1880-1887)

Ano	Requerido	Escravos	Móveis	Animais	Escravos	Imóveis(R) ⁴²⁵	Culturas	Imóveis(U) ⁴²⁶	Dív. Ativas	Monte Mor
1880	Joanna Silveria da Motta	4	18,85%	7,28%	73,87%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1882	Maria das Dores de Jesus	2	2,40%	10,12%	17,53%	69,95%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1882	José Ferreira Ribeiro	1	7,07%	2,70%	22,56%	67,67%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1883	Gabriel José Junqueira	24	0,81%	3,40%	10,11%	84,57%	0,50%	0,00%	0,61%	100,00%
1883	Sebastião Rodrigues da Silva	3	1,47%	1,69%	31,82%	48,50%	0,44%	10,77%	5,31%	100,00%
1883	Joana Maria de Jesus	79	1,09%	6,84%	11,72%	76,67%	1,75%	1,93%	0,00%	100,00%
1884	Maria das Dores Meirelles	2	6,20%	2,14%	83,43%	0,00%	1,97%	6,26%	0,00%	100,00%
1884	Maria das Dores de Britto	3	7,38%	15,70%	60,33%	16,59%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1885	Francisco de Paula Dias	17	2,55%	1,23%	57,05%	15,40%	0,00%	16,44%	7,33%	100,00%
1885	Manoel Paulino de Almeida	17	1,15%	10,22%	21,28%	51,52%	2,80%	10,37%	2,66%	100,00%
1885	Lino José Ribeiro	8	3,55%	2,58%	28,08%	26,10%	18,72%	0,00%	20,97%	100,00%
1886	Domingos Pinto Ribeiro	11	9,96%	5,60%	13,69%	59,26%	5,24%	0,00%	6,25%	100,00%
1886	Silvério José Cabral	1	11,23%	46,35%	26,26%	16,16%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1887	Manoel Cardoso da Silva	1	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1887	Prudenciana Maxima do Carmo	2	2,56%	14,77%	9,71%	72,07%	0,89%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

Pela análise da tabela 4.6., é possível observar que a categoria de escravos, depois da categoria de bens imóveis rurais, era aquela em que mais se investia. Dos 15 processos de inventários que possuíam escravos, três apresentavam mais de 70% do investimento em escravos; o senhor Manoel Cardoso da Silva, falecido em 1887, possuía como monte-mor apenas um escravo. Os processos que apresentavam de 50% a 70% de investimentos em escravos eram dois. De 20% a 50% havia cinco inventários.

O preço médio de um escravo adulto em Varginha, nos anos finais da escravidão, era de 800\$000, apesar de haver valores muito abaixo e muito acima deste. Escravos com alguma enfermidade ou em idade avançada, e crianças filhas de cativos, poderiam custar de 150\$000 a 300\$000. Mas escravos de meia idade, sobretudo do sexo masculino, poderiam custar até 2:000\$000. No caso de Joana Maria de Jesus⁴²⁷, falecida em 1883, a inventariada que mais

⁴²⁵ Imóveis Rurais.

⁴²⁶ Imóveis Urbanos.

⁴²⁷ Joana Maria de Jesus teve como inventariante João Gonsaga Branquinho, importante morador da cidade de Varginha. Segundo o Almanach Sul-Mineiro para 1884, João Gonsaga Branquinho nasceu na cidade de Ayuruoca e, quando o Almanach foi escrito, estava com 66 anos de idade. “No trabalho de crear o municipio da Varginha nenhuma diffcudade pôde diminuir sua grande energia; – abandonou sua lavoura, soffrendo por isso consideráveis prejuizos em mais de 8 annos de lutas; – empreendeu penosas viagens, não deixando ao mesmo tempo esquecidas certas necessidades locais, como construcção de aterros, ponte no ribeirão *Santa Anna*, etc., tudo realizado e expensas suas”. (VEIGA, 1874, p. 182, grifos do autor). Dentre os filhos de Joana Maria de

cativos reunia, percebe-se que o preço não era tão elevado, pois seus 79 cativos valiam apenas 36:380\$000; elaborando-se uma média, o preço de cada escravo dessa inventariada seria de, aproximadamente, 460\$507⁴²⁸. Mas observando-se a inventariada mais antiga, Joanna Silveria da Motta⁴²⁹, falecida em 1880 e possuidora de 4 escravos, vê-se que o preço deles era mais elevado: cada escravo sairia por volta de 1:625\$000⁴³⁰.

Podemos notar que nos inventários em que foram encontrados escravos, o investimento em culturas, imóveis urbanos e dívidas ativas, quando havia, era pequeno, em comparação com os investimentos em bens móveis, imóveis rurais e animais. Essa parte dos inventariados constituía uma minoria específica dentro de nosso conjunto de 275 documentos, que diversificava pouco sua riqueza⁴³¹.

4.1.6. Dinheiro, Dívidas Ativas e Dívidas Passivas

Pela observação da tabela 4.2., podemos notar que, com o passar do tempo, os investimentos em dinheiro, em dívidas ativas e em dívidas passivas aumentaram.

Segundo Luciana Suarez Lopes, a categoria de dinheiro referia-se ao arrolamento de algum bem do espólio para manutenção da família do falecido, enquanto o processo de inventário estava acontecendo; ou dizia respeito a bens que, por serem perecíveis, poderiam deteriorar-se, caso os envolvidos esperassem a conclusão do inventário para vendê-los⁴³².

Jesus estava Marianna Clara de Gouvêa, a baronesa de Lavras, que foi inventariante de seu marido, o barão de Lavras (João Alves de Gouvêa) em 1889.

⁴²⁸ Inventário de Joana Maria de Jesus, 1883, AJCV, informações não identificadas.

⁴²⁹ Como nossa pesquisa inicia-se no ano de 1882, o inventário de Joanna Silveria da Motta não foi contabilizado no total de documentos. Entretanto, o destacamos no tópico sobre escravos pelo fato de a inventariada possuir escravos e seus preços serem relevantes.

⁴³⁰ Inventário de Joanna Silveria da Motta, 1880, AJCV, cx. 724, doc. nº 01.

⁴³¹ Sobre detalhes da localização dos processos de inventários que possuíam escravos (processos dispostos de acordo com a data de início do inventário dos bens):

Joanna Silveria da Motta, 1880, AJCV, cx. 724, doc. nº 01.

Maria das Dores de Jesus, 1882, AJCV, cx. 528, doc. nº 06.

José Ferreira Ribeiro, 1882, AJCV, cx. 541, doc. nº 09.

Gabriel José Junqueira, 1883, AJCV, cx. 508, doc. nº 03.

Sebastião Rodrigues da Silva, 1883, AJCV, cx. 620, doc. nº 01.

Joana Maria de Jesus, 1883, AJCV, informações não identificadas.

Maria das Dores Meirelles, 1884, AJCV, cx. 528, doc. nº 07.

Maria das Dores de Britto, 1884, AJCV, cx. 529, doc. nº 08.

Francisco de Paula Dias, 1885, AJCV, cx. 472, doc. nº 06.

Manoel Paulino de Almeida, 1885, AJCV, cx. 599, doc. nº 07.

Lino José Ribeiro, 1885, AJCV, cx. 600, doc. nº 06.

Domingos Pinto Ribeiro, 1886, AJCV, cx. 600, doc. nº 02.

Silvério José Cabral, 1886, AJCV, cx. 620, doc. nº 02.

Manoel Cardoso da Silva, 1887, AJCV, cx. 599, doc. nº 08.

Prudenciana Maxima do Carmo, 1887, AJCV, cx. 607, doc. nº 03.

⁴³² LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. 2005. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005, p. 64.

As dívidas ativas passaram por considerável aumento da primeira para a segunda década de formação de Varginha, e depois mantiveram-se com valores de investimento altos, comparados com a primeira década. As dívidas passivas também passaram por considerável ampliação de investimento, comparando com a primeira década de emancipação de Varginha.

Na primeira década de formação do município, vimos que havia 15 documentos com escravos, quase a metade de inventários que a década possuía. Nos inventários que continham escravos, o investimento estava voltado, sobretudo, para escravos, bens imóveis rurais, animais e bens móveis. Havia pouca diversificação do monte-mor daqueles inventariados em imóveis urbanos, dinheiro e dívidas ativas e passivas.

Na segunda década de formação de Varginha, quando não havia mais a categoria de escravos presente nos inventários, notamos aumento do investimento em dívidas ativas e passivas e em dinheiro, bem como dos bens imóveis urbanos, acompanhada de queda nos imóveis rurais.

O fim da escravidão foi uma importante mudança para a sociedade brasileira como um todo. Sem os escravos para o sustento das fazendas, pode ser sim que os possuidores de escravos passaram, aos poucos, a investir em dinheiro (também guardando dinheiro em casa e nos bancos), em dívidas e em imóveis urbanos. Escravo era um ativo caro.

Nas dívidas ativas encontramos algumas diferenciações. No caso de comerciantes, geralmente as dívidas ativas eram referentes ao estabelecimento comercial, como pode ser visto no inventário de Escolástica Emília de Carvalho, de 1890. A inventariada possuía o fundo de um negócio de secos e molhados, no valor de 8:102\$060. No espólio de bens, havia 441 dívidas ativas e 29 dívidas passivas. O valor total das dívidas ativas era de 19:832\$241 e o das dívidas passivas era de 8:700\$801. Pela quantidade de dívidas ativas e pelos seus valores, nossa conclusão é a de que todas elas sejam referentes aos bens comercializados no negócio de Escolástica e de seu marido, José Antônio da Silveira Bragança. As dívidas ativas do casal iam de valores de \$500 até 305\$000. Das dívidas passivas, o valor de 6:699\$427 do total era referente a compras feitas em casas comerciais do Rio de Janeiro.

Dos bens do casal comerciante, as dívidas ativas representavam a maior parte da riqueza, pois cerca de 60% do monte-mor era formado pelas dívidas ativas. Em bens móveis, incluindo-se o fundo do comércio, o valor do investimento era de 29% do monte-mor. Em animais investia-se cerca de 1%, em imóveis rurais o investimento nem chegava a 1% (era a

parte de um pasto no campo) e em imóveis urbanos o investimento era de aproximadamente 10%, referente a uma casa de morada⁴³³.

Havia documentos em que as dívidas ativas eram apólices da dívida pública, como era o caso de Gabriel dos Reis Silva, falecido em 1902. Declarou o inventariante, filho do falecido, Gabriel dos Reis Silva Júnior, que as dívidas ativas de seu pai eram compostas de 65 apólices da dívida pública, no valor nominal de 1:000\$000 cada. O inventário era de 31 de março de 1902 e as apólices, com juros, valeriam 66:137\$500 até o dia 07 de maio de 1902. Ainda, havia uma apólice da dívida pública no valor nominal de 500\$000 que, com juros até 07 de maio de 1902, valeria 508\$750.

Do monte-mor de Gabriel dos Reis Silva, 83% estava investido em dívidas ativas, cerca de 4% em imóveis urbanos, e aproximadamente 6,5% em bens móveis e 6,5% em animais. As dívidas passivas eram de 5:000\$000⁴³⁴.

As dívidas ativas poderiam também ser ações de empresas. No processo de inventário do barão de Lavras – membro da elite agrária varginhense e que esteve presente na primeira reunião de vereadores da Câmara Municipal de Varginha – de suas dívidas ativas, somadas em 106:475\$925, um valor de 6:000\$000 era referente a 30 ações da Companhia de Fiação de Tecidos União Lavrense e 700\$000 eram referentes a 3 ações da Companhia Pastoril Mineira. O falecido não possuía dívidas passivas.

Todavia, o monte-mor do barão foi investido de forma bem variada: o investimento em dívidas ativas era de aproximadamente 28% do monte-mor; em dinheiro, o valor correspondia a 1%; em imóveis urbanos foi investido cerca de 4%; em imóveis rurais, cerca de 45% da riqueza; em animais, quase 6%; em bens móveis, aproximadamente 5,5%; e, em culturas o investimento era de aproximadamente 10,5%. Da alocação de riqueza em culturas, no valor de 39:011\$000, era direcionado para o café 32:315\$000, ou seja, cerca de 83% do valor das culturas; a maioria do café estava na terra, em alqueires, e 5:500\$000 era correspondente a 1.100 arrobas de café em coco.

Observando a tabela 4.2., constatamos que os investimentos sempre foram maiores para as dívidas ativas do que para as dívidas passivas. Entretanto, em alguns documentos, o valor das dívidas passivas era bastante alto em comparação ao valor do monte-mor. No inventário de Gabriel Antônio de Almeida, falecido em 1887, o valor das dívidas passivas era de 12:420\$000, sendo o valor do monte-mor de 19:984\$000⁴³⁵.

⁴³³ Inventário de Escolástica Emília de Carvalho, 1890, AJCV, cx. 473, doc. nº 04.

⁴³⁴ Inventário de Gabriel dos Reis Silva, 1902, AJCV, cx. 508, doc. nº 09.

⁴³⁵ Inventário de Gabriel Antônio de Almeida, 1887, AJCV, cx. 508, doc. nº 04.

No processo de inventário de Aleixo Ribeiro Mendes, falecido em 1909, o valor do monte-mor era de 4:404\$000, sendo o de dívidas passivas de 2:990\$000. Dentre as dívidas, estavam como credores a Fazenda Pública Estadual e a Secretaria das Finanças de Minas Gerais, com os impostos de aguardente e de indústria e profissões⁴³⁶.

Se nesta primeira seção nós desenvolvemos uma análise das categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem*, destacando, em alguns casos, os inventariados que possuíam determinados bens, na seção abaixo vamos tecer considerações acerca da elite agrária do município, ou seja, do conjunto de 275 inventários, vamos observar a estrutura de riqueza dos moradores mais ricos da localidade, para averiguar as diferenciações em relação ao total da amostra.

4.2. Investimentos da elite agrária do município de Varginha

Chamamos a elite varginhense de agrária, sobretudo, por causa do perfil de seus investimentos, voltados, especialmente, para os bens imóveis rurais. Assim, de certa forma, a elite reproduzia o perfil de investimentos da amostra de inventários do município varginhense e da região sul-mineira na passagem para o século XX.

Na História Econômica são conhecidos alguns critérios para definição de elite. Para o caso de trabalhos sul-mineiros do período da escravidão, um dos critérios utilizados costuma ser o de Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de Andrade, que trabalharam com a primeira metade do século XIX. Embora Renato Leite Marcondes tenha analisado a gestação da cafeicultura no Vale do Paraíba e Marcos Ferreira de Andrade tenha se concentrado no Sul de Minas Gerais, os dois autores definiram elite escravista como os senhores que possuíam 20 ou mais cativos em suas propriedades⁴³⁷.

Alexandre Saes e Antoniel Avelino Filho, ao tratarem do fim da escravidão em Campanha e Pouso Alegre, definiram elite por critério exclusivamente econômico-financeiro: somaram todo o patrimônio dos inventários que possuíam e dividiram o valor total encontrado em três partes; a elite foi constituída pelos inventariados que, dadas as maiores fortunas e tendo suas riquezas somadas entre si, o valor da soma correspondia à terça parte do total. Os autores não utilizaram o critério definido por Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de

⁴³⁶ Inventário de Aleixo Ribeiro Mendes, 1909, AJCV, cx. 630, doc. nº 40.

⁴³⁷ MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba, século XIX*. Lorena/SP: Editora Stilianio, 1988, pp. 89-91; ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010, p. 58.

Andrade porque trataram de uma época em que os escravos estavam perdendo valor monetário, já que aproximava-se o fim da escravidão⁴³⁸.

Com critério diferente para definição de elite, Piketty escreveu que:

Na realidade, toda representação da desigualdade fundamentada num pequeno número de categorias está fadada a ser esquemática e imprecisa, já que a realidade social subjacente é sempre de uma distribuição contínua. Em todos os níveis de renda e de riqueza, há sempre um número de pessoas de carne e osso, cujas características e importância numérica variam de forma lenta e progressiva em função da estrutura da distribuição em uma dada sociedade. Não há rupturas descontínuas entre as diferentes classes sociais, entre o mundo do “povo” e o das “elites”⁴³⁹.

Por isso, o autor trabalhou com conceitos estatísticos de décimos (os 10% mais ricos, os 40% do meio, os 50% da base). Organizando a sociedade em faixas, era possível fazer comparações no tempo e no espaço sem deixar de lado as complexidades específicas dos povos e, principalmente, o caráter contínuo da desigualdade social⁴⁴⁰.

No caso de nosso objeto de estudo, a definição de elite de Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de Andrade não nos auxiliaria no entendimento da elite varginhense porque o município se emancipou na década final da escravidão e foram poucos os inventários que identificamos possuir a categoria de escravos.

O critério de definição de Alexandre Saes e Antoniel Avelino Filho, de somar toda a riqueza e selecionar, dentro dessa riqueza, os documentos que, somados, representavam um terço do total das fortunas, não nos serviria porque, ao somarmos o valor de todas os inventários para Varginha, a terça parte representaria um valor que englobaria poucos documentos, menos do que o nosso conjunto de inventários que compõem a elite agrária.

No caso do critério utilizado por Piketty, reconhecemos a imprecisão que pode marcar as análises sobre determinada elite quando trabalha-se com uma porcentagem pequena de pessoas dentro do total. Entretanto, nosso objetivo nesta seção é entender a estrutura de riqueza de uma minoria que diferenciava-se da maioria, e não nos faria sentido desenvolver um estudo baseado em faixas de riqueza, para entendimento dos 40% do meio ou dos 50% da base da população, como fez o autor.

Para o entendimento do que vem a ser elite numa sociedade, é preciso levar em conta os dados e informações específicos daquela sociedade. As riquezas que possuíam os

⁴³⁸ SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. “Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão”. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), vol. 1, n. 1, p. 65-90, 2012, p. 84, nota de rodapé número 29.

⁴³⁹ PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2013, p. 323.

⁴⁴⁰ Idem.

inventariados de nossa amostra eram bastante variadas, pois encontramos riquezas, em libras esterlinas, que iam de 4,34 libras, caso de Marianna Marphisa de Jesus, até o valor do monte-mor do barão de Lavras, cuja riqueza foi de 41.569,25 libras. Em contos de réis, o maior valor de monte-mor encontrado foi de 444:273\$764, patrimônio do major Matheus Tavares da Silva; a menor riqueza foi a do inventário de Marianna Marphisa de Jesus, de 65\$112.

Vale ressaltar que a diferença dos nomes dos inventariados no caso das maiores riquezas (em libras e em contos de réis) se deve ao fato da variação da taxa de câmbio ao longo do tempo; os inventários das personagens que citamos acima são de anos distintos: Matheus Tavares da Silva faleceu em 1905 e o barão de Lavras, no ano de 1889 – Marianna Marphisa de Jesus faleceu em 1911.

Dada a variação da taxa de câmbio de um ano para o outro, no caso da menor riqueza, os valores encontrados em libras e em réis disseram respeito à mesma pessoa mas, no caso das maiores riquezas, o valor encontrado em libras correspondeu a um inventariado diferente do inventariado cuja maior riqueza descrevemos em contos de réis.

Considerando a grande variação nos valores das riquezas de nossa amostra de inventários, nos utilizaremos de um critério por nós elaborado para a definição de elite que será explicado em duas partes. Iniciamos com um cálculo básico econômico-financeiro que foi completado com um gráfico de dispersão. Para a realização das duas partes do critério, nos baseamos nos valores em libras esterlinas.

Para a primeira parte de nosso critério de definição de elite, selecionamos o inventário do major Matheus Tavares da Silva por dois motivos: tendo como base o conceito de grupo condutor dos processos de modernização e urbanização e o conceito de minoria modernizada. Matheus Tavares da Silva foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Varginha, tendo liderado o primeiro grupo de condutores do processo de urbanização varginhense. Assim, considerando o conceito de grupo condutor do processo de modernização a que se referiu Faoro, que tratamos na introdução desta dissertação, Matheus Tavares da Silva é nosso principal representante. Além disso, dado o patrimônio de Matheus Tavares da Silva, o major pode ser considerado também membro da minoria modernizada a que se referiu Furtado.

Portanto, utilizamos o valor do monte-mor do major em libras esterlinas e consideramos como elite os inventários em que os valores de riqueza eram iguais ou maiores que a metade da riqueza do major. O valor do monte-mor de Matheus Tavares da Silva em libras esterlinas era de 29.010,95, um valor alto em comparação com a grande maioria dos processos de inventários de nossa amostra. Assim, inventariados com riquezas iguais ou

maiores que a metade da riqueza do major, ou seja, 14.505,47 libras, foram considerados por nós membros da elite agrária.

Dada esta primeira parte de nossa definição de elite, contabilizamos seis documentos, e elite englobaria os inventários, em ordem decrescente de riqueza, das seguintes personagens: barão de Lavras (41.569,25 libras); Matheus Tavares da Silva (29.010,95 libras); Joana Maria de Jesus (27.880,80 libras); Joaquim Octaviano Mendes (17.538,20 libras); Antônio Justiniano dos Reis (17.290,10 libras); e, por último, Gabriel dos Reis Silva (15.412,45 libras).

Entretanto, para tentar complementar o critério, elaboramos um gráfico de dispersão com todos os valores de monte-mor em libras esterlinas, isto é, um gráfico de dispersão contendo os 275 documentos de nossa amostra. No gráfico de dispersão poderíamos notar quais os processos de inventários se distanciariam da maioria dos documentos da amostra

No eixo vertical foram dispostos os valores das libras esterlinas e, no eixo horizontal, o número de processos de inventários de nossa amostra. O resultado foi o seguinte, descrito abaixo:

Gráfico 4.1. O monte-mor da elite agrária do município de Varginha em libras esterlinas

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

Por meio do gráfico de dispersão é possível entender que havia grande concentração de renda em Varginha. Abaixo de 5.000 libras esterlinas se concentrava a grande maioria dos documentos, separada de alguns inventários dispersos pelo gráfico.

Podemos notar os inventários das personagens que citamos acima, as primeiras que englobamos dentro de nossa elite. Observando o gráfico, o valor mais alto, de pouco mais de 40.000 libras esterlinas corresponde ao inventário do barão de Lavras; o segundo valor mais alto diz respeito ao documento de Matheus Tavares da Silva, próximo das 30.000 libras esterlinas. Pouco mais abaixo, é possível notar o valor correspondente ao processo de inventário de Joana Maria de Jesus, de quase 28.000 libras; os dois pontos encontrados próximos no gráfico correspondem aos valores dos documentos de Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis, de cerca de 17.000 libras esterlinas; por último, abaixo destes dois documentos, é possível identificar o valor da riqueza de Gabriel dos Reis Silva, de aproximadamente 15.000 libras.

Entretanto, por meio do gráfico, podemos identificar mais pontos dispersos, correspondentes a demais inventários que poderão compor nossa elite. Assim, consideramos mais cinco inventários como pertencentes à elite varginhense. São eles os documentos de: Francisca de Oliveira (12.156,06 libras); Gabriel José Junqueira (11.739,22 libras); barão de Varginha (9.813,38 libras); Estevam Ribeiro de Resende (8.045,72 libras); e, Silvestre Francisco de Oliveira (5.056, 93 libras).

Na segunda parte de nosso critério, tentamos inserir no grupo da elite agrária de Varginha mais alguns processos de inventários cujos valores estavam dispersos no gráfico 4.1., se distanciando da maioria dos documentos de nossa amostra.

Por meio do gráfico 4.1. é possível identificar os documentos descritos acima: o valor da riqueza de Francisca de Oliveira vem logo abaixo do valor do monte-mor de Gabriel dos Reis Silva, de aproximadamente 12.000 libras; próximo é possível identificar o valor correspondente ao inventário de Gabriel José Junqueira, por volta de 11.000 libras; abaixo o valor é referente ao inventário do barão de Varginha, no valor de aproximadamente 10.000 libras; logo abaixo o valor corresponde ao documento de Estevam Ribeiro de Resende, no valor próximo de 8.000 libras; e, finalmente, o documento mais próximo de 5.000 libras, de Silvestre Francisco de Oliveira.

Para fins comparativos, abaixo segue o gráfico de dispersão com os valores em réis:

Gráfico 4.2. O monte-mor da elite agrária do município de Varginha em contos de réis

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

Pela observação do gráfico 4.2. é possível notar uma dispersão parecida à do gráfico 4.1., porém não idêntica. No gráfico 4.2., mais pontos estão dispersos no espaço, significando que, se tomássemos como base os valores em réis, teríamos mais alguns inventários pertencendo à elite agrária do município de Varginha.

Como esclarecemos na introdução desta dissertação, a utilização da libra esterlina ao invés dos réis em algumas partes do texto se justifica porque a libra é a moeda que melhor cobre nosso período de análise, sofrendo menos alterações de valor que os réis. Além disso, as outras duas formas de deflacionar um conjunto de valores que expomos na introdução desta pesquisa não se aplicaram ao nosso caso: o método de Luís Catão pode ser útil para uma série de dados que vai até 1913; o método de Mircea Buescu apresentou algumas limitações. Assim, o mais adequado em nosso caso foi a utilização da libra. Ainda que em réis nossa elite fosse formada por um número um pouco maior de documentos, trabalhar com libras esterlinas nos dá maior segurança para a realização de somas e comparações ao longo do tempo, já que as alterações de valor em libras são menores que as alterações em réis.

Portanto, a tabela abaixo sistematizará os documentos da elite agrária do município de Varginha, considerando os valores de monte-mor em libras esterlinas e em ordem decrescente de valor:

**Tabela 4.7. Lista dos inventariados da elite agrária do município de Varginha
(ano do processo e monte-mor em libras esterlinas)**

INVENTARIADO (A)	ANO DO PROCESSO	MONTE-MOR
barão de Lavras	1889	41.569,25
Matheus Tavares da Silva	1905	29.010,95
Joana Maria de Jesus	1883	27.880,80
Joaquim Octaviano Mendes	1918	17.538,20
Antônio Justiniano dos Reis	1919	17.290,10
Gabriel dos Reis Silva	1907	15.412,45
Francisca de Oliveira	1892	12.156,06
Gabriel José Junqueira	1883	11.739,22
barão de Varginha	1895	9.813,38
Estevam Ribeiro de Resende	1899	8.045,72
Silvestre Francisco de Oliveira	1915	5.056,93
TOTAL		190.456,13

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes no AJCV.

O valor da porcentagem da soma das riquezas da elite correspondeu a 55,70% do total da amostra, ou seja, apenas 11 inventários concentravam mais de metade da riqueza total da amostra. Em número de documentos, dentro do total de 275, nossa elite equivale a 4,00% do total da amostra⁴⁴¹.

Com base nos dados de nossos inventários, esse foi o critério que melhor adaptou-se à realidade varginhense da época: uma sociedade agrária que possuía disparidade grande entre as riquezas dos inventários. Considerando riqueza, uma minoria se distanciava bastante da maioria, o que podemos compreender por meio dos gráficos de dispersão.

Portanto, definido nosso critério e elite, elaboramos a seguinte tabela:

⁴⁴¹ Sobre detalhes da localização dos processos de inventários da elite agrária do município de Varginha (processos dispostos de acordo com a ordem decrescente do monte-mor em libras esterlinas): barão de Lavras, 1889, AJCV, cx. 509, doc. nº 02.

Matheus Tavares da Silva, 1905, AJCV, cx. 598, doc. nº 23.

Joana Maria de Jesus, 1883, AJCV, informações não identificadas.

Joaquim Octaviano Mendes, 1918, AJCV, cx. 581, doc. nº 23.

Antônio Justiniano dos Reis, 1919, AJCV, cx. 517, doc. nº 69.

Gabriel dos Reis Silva, 1907, AJCV, cx. 509, doc. nº 11.

Francisca de Oliveira, 1892, AJCV, cx. 472, doc. nº 12.

Gabriel José Junqueira, 1883, AJCV, cx. 508, doc. nº 03.

barão de Varginha, 1895, AJCV, cx. 509, doc. nº 05.

Estevam Ribeiro de Resende, 1899, AJCV, cx. 295, doc. nº 07.

Silvestre Francisco de Oliveira, 1915, AJCV, cx. 295, doc. nº 3.630.

Tabela 4.8. Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem* da elite agrária do município de Varginha (1882-1920)

CATEGORIA	% DO I
Bens Móveis	2,30%
Imóveis Rurais	48,42%
Imóveis Urbanos	4,42%
Culturas e Mantimentos	9,33%
Animais	4,72%
Escravos	2,28%
Dinheiro	4,81%
Dívidas Ativas	23,72%
Monte-mor	100,00%
Dívidas Passivas	3,27%
Monte-partível	96,73%

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes no AJCV.
I = investimento

Como nossa elite é formada por um conjunto pequeno de inventários em comparação com o total da amostra de documentos, as análises não precisarão ser feitas por décadas. Nosso objetivo é o de comparar os investimentos da elite com o investimento de nossa amostra.

Antes disso, vamos apenas descrever quem eram as personagens contidas nessa elite agrária, considerando o valor de suas riquezas em ordem decrescente. O processo do inventário de barão de Lavras (João Alves de Gouvêa) data de julho de 1889. O dono do maior monte-mor em libras esterlinas de nosso período de análise – e que fez parte do primeiro grupo de condutores do processo de urbanização do município de Varginha – quando faleceu, deixou sua esposa e requerente dos bens, a baronesa de Lavras, e quatro filhos.

Em 02 de dezembro de 1905 faleceu Matheus Tavares da Silva. O processo de inventário teve início no dia 26 do mesmo mês. Dos dois casais de filhos do major, um havia falecido; Marianna Leopoldina de Oliveira, esposa do major, também havia falecido e, sendo assim, a herança foi dividida entre o casal de filhos vivos e os netos por parte do casal de filhos falecidos. O requerente foi o genro do major, esposo de sua filha mais velha.

Em outubro do ano de 1883 teve início o processo de inventário de Joana Maria de Jesus, cujo inventariante, João Gonsaga Branquinho, foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 como empreendedor de obras para infraestrutura de Varginha, como a construção de aterros e pontes. Dentre os filhos de Joana Maria de Jesus estava Marianna Clara de Gouvêa, a baronesa de Lavras, que foi inventariante de seu marido, o barão de Lavras (João Alves de Gouvêa) em 1889.

Joaquim Octaviano Mendes faleceu em Eloy Mendes no dia 10 de outubro de 1918, tendo se iniciado seu processo de inventário em 09 de novembro do mesmo ano. O tenente coronel deixou como herdeiros a esposa e inventariante, Helena Mendes, e dois filhos do extinto casal, meninos de 12 e 14 anos de idade.

Além da primeira relação familiar notada em nossa elite – a do barão de Lavras com Joana Maria de Jesus, porque o barão foi genro de Joana Maria de Jesus – outra relação familiar foi notada: Antônio Justiniano dos Reis, coronel de Carmo da Cachoeira, faleceu em dezembro de 1918 e no fim de janeiro de 1919 seu processo de inventário foi iniciado. O coronel deixou como herdeiros sua viúva e inventariante, Idalina Elisa da Costa Reis e mais 12 filhos, com idades entre 15 e 35 anos. O coronel Antônio Justiniano dos Reis era filho de outro membro de nossa elite, o senhor Gabriel dos Reis Silva.

O processo de inventário de Gabriel dos Reis Silva teve início no ano de 1907. Como herdeiros foram deixados a esposa, Eliza Idalina dos Reis e mais três filhos, além de seis netos, filhos do finado filho de Gabriel dos Reis Silva. Seu inventariante foi o filho mais velho, coronel Antônio Justiniano dos Reis que, na época, estava com 60 anos de idade.

Das demais personagens da elite, temos Francisca de Oliveira, cujo processo de inventário data de 04 de outubro de 1892. O requerente e seu esposo, Joaquim Antonio da Silva, foi vereador da Câmara Municipal de Varginha desde o final de 1882 até o ano de 1887, tendo feito parte do primeiro grupo condutor do processo de urbanização varginhense. Como herdeiros, além do inventariante, foram deixados dois filhos do extinto casal.

O processo de inventário de Gabriel José Junqueira teve início em 02 de março de 1883. Como herdeiros foram deixados a esposa, Cláudia Bernardina Andrade, 13 filhos e os netos, filhos do finado filho de Gabriel José Junqueira.

Também fazia parte da elite o barão de Varginha, com inventário datado de 22 de junho de 1895. No processo de inventário do barão não foram identificados filhos, sendo herdeira apenas a viúva, baronesa de Varginha.

Em 26 de janeiro de 1889 faleceu Estavam Ribeiro de Resende, tendo se iniciado seu processo de inventário no dia 22 de abril do mesmo ano. A requerente dos bens foi sua esposa, Marianna dos Reis Resende. Como herdeiros foram deixados mais 10 filhos.

Finalmente, o último membro de nossa elite agrária foi Silvestre Francisco de Oliveira. O processo de inventário teve início em 15 de janeiro de 1915, tendo sido inventariante Silvério Francisco de Oliveira, filho do inventariado. Além disso, foram deixados mais três herdeiros (uma filha e dois netos).

Vale ressaltar que das personagens de nossa elite agrária, Matheus Tavares da Silva e João Alves de Gouvêa estiveram na Câmara de vereadores logo nos anos iniciais de nascimento do município; Joaquim Antonio da Silva (o inventariante de Francisca de Oliveira) também participou do grupo de vereadores no início de formação do município. João Gonsaga Branquinho (requerente de Joana Maria de Jesus) auxiliou a cidade de Varginha em suas primeiras obras de infraestrutura. Temos, portanto, pessoas de altas posses que conduziram o município em seu processo inicial de urbanização.

Depois da descrição das personagens, nos voltaremos para as análises da tabela 4.8. Não nos estenderemos mais nas descrições porque, na seção anterior, em que tratamos das categorias de bens presentes nos inventários, não deixamos de realizar menções aos membros da elite agrária, que se destacaram na amostra de inventários. Além disso, na próxima seção, realizaremos estudos de casos com três dessas personagens, a fim de entendermos especificidades presentes em suas estruturas de riquezas. As comparações que faremos entre a elite agrária e o conjunto dos 275 inventários serão feitas tomando-se a elite como um conjunto.

A primeira constatação feita, o que já esperávamos, é o direcionamento de maior parte dos investimentos para os bens imóveis rurais. Na amostra de inventários, em nossas análises por décadas, observamos que em todos os períodos os maiores investimentos estavam voltados para os imóveis rurais, ainda que, com o passar do tempo, fosse possível compreender diversificação da riqueza. Assim, podemos realmente confirmar, nossa elite era agrária.

A elite agrária do município de Varginha reproduzia uma tendência de alocação de riqueza compatível com o que observamos para o conjunto dos 275 inventários e compatível com demais cidades do Sul mineiro na época da transição do século XIX para o XX. Embora um projeto político nacional de urbanização gerasse como consequência projetos locais de urbanização, com a diversificação de padrões de consumo relacionados ao espaço urbano, os maiores investimentos da população ainda eram voltados para as áreas rurais.

Para reforçar ainda mais nossa tese de elite agrária, os investimentos em culturas e mantimentos ocuparam a terceira posição em ordem decrescente na tabela 4.8. E, da soma das culturas, equivalente a 18.247,12 libras esterlinas, 11.082,70 eram referentes ao café. O restante era aplicado nas agriculturas de milho, fumo, açúcar e feijão.

A tabela 4.9. abaixo mostra como o café foi registrado nos inventários da elite agrária:

Tabela 4.9. Descrição do café nos inventários da elite agrária

FORMA	LIBRAS	RÉIS
200 arrobas de café	56,12	625\$000
1 cafezal	89,80	1:000\$000
1 cafezal estragado	22,45	250\$000
1 cafezal com 8 alqueires	440,77	4:000\$000
1 cafezal com 8 alqueires	396,69	3:600\$000
1 cafezal com 3 alqueires	251,24	2:280\$000
1 cafezal	92,56	840\$000
1 cafezal	46,28	420\$000
1 cafezal	132,23	1:200\$000
1 cafezal	173,55	1:575\$000
1 cafezal com 9 alqueires	1.322,31	12:000\$000
1 cafezal com 6 alqueires	352,62	3:200\$000
1 cafezal com 6 alqueires	352,62	3:200\$000
1.400 arrobas em como	576,80	14:000\$000
500 arrobas de café em coco	164,80	4:000\$000
45 mil pés de café velho de 20 anos	370,80	9:000\$000
30 mil pés de café novo	197,76	4:800\$000
10 mil pés de café de 3 anos	82,40	2:000\$000
6.400 arrobas de café em fruta	982,41	32:000\$000
8 alqueires de cafezal de 2 para 3 anos	147,36	4:800\$000
2 alqueires de cafezal de 1 a 2 anos	15,35	500\$000
64 alqueires de terreno plantado de café	1.375,37	44:800\$000
4 alqueires de café de 2 anos	18,42	600\$000
7 alqueires de terreno plantado de café	91,42	1:400\$000
1 cafezal de 7 alqueires	228,55	3:500\$000
9 alqueires de terreno plantado de café	205,69	3:150\$000
5,5 alqueires de terreno plantado de café, de 5	143,66	2:200\$000
3 alqueires de terreno plantado de café, de 2 anos	58,77	900\$000
13 alqueires de terreno plantado de café velho	297,11	4:550\$000
3 alqueires de terreno plantado de café	78,36	1:200\$000
3,5 alqueires de terreno plantado de café	91,42	1:400\$000
4 alqueires de terreno de café	91,42	1:400\$000
4.920 arrobas em coco	1.252,97	19:188\$000
4 alqueires de terreno plantados de café	50,35	800\$000
As partes de um cafezal	3,15	50\$000
4,5 alqueires de cafezal, com 6 anos de idade	315,16	5:850\$000
2 alqueires em cafezal de 1 ano de idade	37,71	700\$000
2 alqueires de café	64,65	1:200\$000
1 alqueire e 3 quartas de cultura em café	21,68	402\$500
10 alqueires de cafezais	140,07	2:600\$000
11 alqueires de cafezais	157,04	2:915\$000
6,5 alqueires de terras e cafezais	92,80	1:722\$500
TOTAL	11.082,70	

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes no AJCV.

Dentro das culturas, o café representava cerca de 60,70% do total. Nossa elite agrária varginhense era uma elite também dos investimentos em café. O produto foi registrado nos documentos de pessoas que faleceram entre 1883 e 1919; então, isso significa que o cultivo da agricultura começou antes de nosso período de análise.

Vale lembrar que na introdução desta dissertação nós escrevemos que segundo o memorialista José Lefort, o café foi introduzido em Varginha por volta de 1870⁴⁴². O barão de Varginha possuía em seu espólio de bens, dentre outros, 45 mil pés de café de 20 anos. O inventário do barão data de junho de 1895 e, dessa forma, os pés de café começaram a ser cultivados, pelo menos, em 1875. Dos onze inventários da elite, oito documentos abarcaram quantidades de dinheiro em café, que apareceu de formas variadas nos inventários, conforme nos mostrou a tabela 4.9. (alqueires, arrobas, pés, etc).

Além da diversificação do monte-mor da elite com os investimentos em café, nota-se que as dívidas ativas constituíam o segundo maior valor da tabela 4.8. As passivas, em valor bem menor que as ativas, formavam umas das categorias em que menos se investia. As dívidas ativas da elite agrária do município de Varginha podem ser separadas de quatro formas, de acordo com a descrição feita nos inventários: dívidas ativas, sem descrição dos juros; dívidas ativas a juros; apólices da dívida pública; e cadernetas bancárias. Para a categoria de dívidas ativas, ao inventário de Joaquim Octaviano Mendes corresponde importante parcela do valor, pois cerca 78% da fortuna do tenente coronel estava aplicada nas dívidas ativas, equivalendo o valor em réis a pouco mais de 256 contos.

Em relação aos investimentos em bens móveis, o padrão do nível de investimentos da amostra e da elite era também parecido, ou seja, o investimento em móveis estava entre um dos menores de todas as categorias que formavam o monte-mor. Todavia, foi possível notar padrões de consumo diferenciados nesses bens para a elite agrária, como o Rosário e o colar, todos de ouro, além de um par de brincos de plaque a ouro, encontrados no inventário de Francisca de Oliveira; ou os bens de ouro encontrados no inventário do barão de Lavras: o relógio com corrente de ouro, duas medalhas, seis botões, duas canetas e dois relicários.

Os baixos investimentos em animais mantiveram-se para a elite, seguindo o padrão da amostra de inventários. Na categoria de escravos, os cerca de 2,28% do investimento era devido, especialmente, ao inventário de Joana Maria de Jesus, com os 79 escravos de seu espólio. Os 79 escravos equivaliam a 73% do investimento da categoria. Gabriel José

⁴⁴² LEFORT, José do Patrocínio, 1950 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 283.

Junqueira possuía 24 escravos que, tendo seus valores somados, correspondiam a 27% do investimento na categoria.

Ao longo de todo o nosso texto, sempre enfatizamos que o aspecto agrário de nossa amostra de inventários era acompanhado dos maiores investimentos nos bens imóveis urbanos. Tratamos das transformações urbanas no capítulo dois, analisamos a valorização do espaço urbano no capítulo três e, no presente capítulo, ao analisarmos a variação da alocação de riqueza ao longo do tempo, para a amostra de inventários, notamos um movimento de diminuição do investimento de fortunas nos bens imóveis rurais, acompanhada de um movimento de aumento do investimento nos bens imóveis urbanos, ainda que os movimentos fossem gradativos.

No entanto, em comparação com os demais investimentos da elite agrária, aqueles voltados para imóveis urbanos eram bem pequenos. Os investimentos em bens imóveis urbanos estavam somente acima dos investimentos em escravos (que eram referentes apenas a dois inventariados), e dos investimentos em bens móveis e dívidas passivas. Todas essas categorias apresentaram valores pequenos de aplicação da riqueza.

As personagens dessa minoria da população varginhense possuíam as mais altas fortunas que, como escrevemos acima, estavam aplicadas principalmente nos imóveis rurais, característica da sociedade da época, aplicar riqueza onde, no futuro, ela poderia gerar maiores fortunas, na terra.

Ao mesmo tempo que aplicava grandes riquezas na terra, nossa elite diversificava seus investimentos, mas não em bens imóveis urbanos. O perfil da elite agrária do município de Varginha da transição do século XIX para o século era o seguinte: uma elite que, por aplicar grandes somas de riqueza na terra, era portanto, agrária; mas essa elite diversificava sua riqueza, investindo em dívidas ativas e em culturas e mantimentos, dentro dessa categoria, com destaque para o café; diferentemente do movimento que seguia o município, de expansão da aplicação de riqueza também nos imóveis urbanos, quando nos concentramos na elite, observamos que se investia pouco nessa categoria.

Não obstante, ainda assim, dentro do pequeno investimento da elite agrária nos imóveis urbanos, dado o alto valor das riquezas, era daquele estrato da sociedade que eram contabilizadas as grandes casas de morada no centro do município. Como exemplo temos Silvestre Francisco de Oliveira, que possuía uma casa na cidade de Varginha no valor de 45:636\$000; dentre as casas de Matheus Tavares da Silva, situadas na cidade de Varginha, havia uma casa de sobrado no Largo da Matriz no valor de 16:000\$000, além de outra situada no Largo da Cadeia, de 14:000\$000.

Os valores das casas no espaço urbano que descrevemos acima eram maiores que o patrimônio de muitos dos inventariados de nossa amostra de 275 documentos. Podemos citar diversos exemplos de inventariados que possuíam riquezas pequenas, abaixo de 500\$000, por exemplo. Dentre outros, estão, José Baptista Pinto⁴⁴³, Manoel Rodrigues Mendes⁴⁴⁴, Francisco Severo da Costa⁴⁴⁵, Francisca Maria de Jesus⁴⁴⁶, Marianna Marphisa de Jesus⁴⁴⁷, João Ignacio da Silva⁴⁴⁸, Joaquim Norberto Ribeiro⁴⁴⁹ e Salvador Ribeiro de Queiróz⁴⁵⁰.

Era aquele estrato da sociedade, a elite agrária do município de Varginha que, por possuir condições financeiras, poderia usufruir das transformações pelas quais passava o espaço urbano varginhense⁴⁵¹. Devemos ressaltar a grande concentração de riqueza da sociedade varginhense, já que apenas onze inventariados concentraram cerca de metade da renda da cidade.

Chegando ao final desse capítulo, vamos tratar de estudos de caso específicos de moradores do município de Varginha, as mesmas personagens que destacamos no capítulo anterior.

4.3. Estudos de caso: Matheus Tavares da Silva, Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis

Os estudos de caso desta seção são referentes às três personagens que destacamos no capítulo anterior, os membros que mais posses detinham dentro de todo o município de Varginha no início do século XX. Além da riqueza, levamos em conta a localidade de cada uma das personagens selecionadas, ou seja, uma de Varginha e uma de cada um dos distritos.

O major Matheus Tavares da Silva era a pessoa mais rica do período analisado, considerando o valor de seu monte-mor em contos de réis que, na época, era de 444:273\$764. Faleceu em 02 de dezembro de 1905, na cidade de Varginha, tendo iniciado o processo de seu inventário no dia 26 de dezembro do mesmo ano. No inventário também estava o nome de sua

⁴⁴³ Inventário de José Baptista Pinto, 1882, AJCV, cx. 541, doc. nº 08.

⁴⁴⁴ Inventário de Manoel Rodrigues Mendes, 1884, AJCV, cx. 599, doc. nº 06.

⁴⁴⁵ Inventário de Francisco Severo da Costa, 1891, AJCV, cx. 472, doc. nº 10.

⁴⁴⁶ Inventário de Francisca Maria de Jesus, 1905, AJCV, cx. 472, doc. nº 16.

⁴⁴⁷ Inventário de Marianna Marphisa de Jesus, 1911, AJCV, cx. 598, doc. nº 27.

⁴⁴⁸ Inventário de João Ignacio da Silva, 1912, AJCV, cx. 620, doc. nº 20.

⁴⁴⁹ Inventário de Joaquim Norberto Ribeiro, 1917, AJCV, cx. 581, doc. nº 21.

⁴⁵⁰ Inventário de Salvador Ribeiro de Queiróz, 1917, AJCV, cx. 724, doc. nº 03.

⁴⁵¹ Não queremos dizer que era apenas o grupo da elite agrária do município de Varginha que poderia ocupar o centro urbano do município ou andar pelas ruas centrais da cidade e dos distritos, mas sim que era uma minoria, uma parte pequena da população que poderia, por exemplo, investir grandes valores de dinheiro em casas no centro do município e residir próximo de comércios, da estação ferroviária, dos bancos e de outros elementos de urbanização que iam aparecendo na cidade; ou ter seus filhos matriculados nos colégios particulares inaugurados no início do século XX; ou ir ao cinema e ao teatro. As pessoas pobres e ricas, a maioria e a minoria eram livres para viver no espaço urbano da cidade, mas as de mais altas posses contavam com benefícios que nem toda a maioria possuía.

esposa, Marianna Leopoldina de Oliveira, pois os dois faleceram em datas próximas. Uma passagem do inventário dizia sobre “as despesas feitas com o finado Major Matheus Tavares da Silva, seu funeral e túmulo da mulher do mesmo”. O inventariante foi um dos genros dos falecidos, o coronel Antônio Justiniano de Paiva. O casal deixou dois filhos vivos, uma mulher de 37 anos, esposa do inventariante e um homem de 34 anos. Um casal de filhos dos finados também já havia falecido.

O tenente coronel Joaquim Octaviano Mendes era membro da sociedade do distrito de Pontal, o mais rico cidadão da localidade, considerando seu monte-mor, que foi de 327:192\$600. Faleceu em 10 de outubro de 1918 em seu distrito, deixando sua esposa e inventariante, Helena Mendes do Prado, e dois filhos, meninos de 12 e 14 anos de idade. O início de seu processo de inventário ocorreu em 10 de novembro de 1918.

O coronel Antônio Justiniano dos Reis foi membro do distrito de Carmo da Cachoeira, tendo falecido na localidade em 11 de dezembro de 1918. Também a personalidade mais rica do distrito, com um monte-mor de 320:938\$666. Deixou sua esposa e inventariante, Idalina Elisa da Costa Reis, e 12 filhos, com idades entre 15 e 35 anos. O processo de inventário teve início em 25 de janeiro de 1919.

Abaixo, a tabela 4.10. mostrará uma configuração do monte-mor dos três inventariados:

Tabela 4.10. Aplicação das riquezas de Matheus Tavares da Silva, Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis nas categorias dos inventários *post-mortem*

Categoria	Matheus Tavares da Silva	Joaquim Octaviano Mendes	Antônio Justiniano dos Reis
Bens Móveis	5,23%	0,12%	0,09%
Imóveis Rurais	39,42%	13,75%	70,43%
Imóveis Urbanos	7,92%	1,53%	1,25%
Culturas e Mantimentos	16,07%	0,00%	3,99%
Animais	2,26%	0,08%	3,60%
Dinheiro	15,93%	6,11%	0,00%
Dívidas Ativas	13,16%	78,41%	20,65%
Monte-mor	100,00%	100,00%	100,00%
Dívidas Passivas	11,17%	0,00%	0,00%
Monte-partível	88,83%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* de Matheus Tavares da Silva, Joaquim Octaviano Mendes e Antônio Justiniano dos Reis, presentes no AJCV.

A tabela 4.10. nos apresenta uma visão geral do investimento em cada categoria de bens dos inventários das personagens selecionadas. Das três personagens da elite agrária do município temos, primeiramente, Matheus Tavares da Silva, com o monte-mor mais

equilibrado entre os três representantes do município. Apesar de cerca de 39% de sua riqueza estar aplicada na categoria de bens imóveis rurais, o major apresentava investimentos em todas as categorias, não ultrapassando mais da metade em nenhuma delas, como ocorreu com os outros dois inventariados.

Pela observação da riqueza de Joaquim Octaviano Mendes, é nítida a grande aplicação do monte-mor do inventariado nas dívidas ativas, pois aproximadamente 78% de sua riqueza estava voltada para as dívidas. Considerando o valor de seu monte-mor, o investimento nas dívidas era alto. Antônio Justiniano dos Reis também investia grande parte de sua riqueza numa categoria, pois do espólio de bens do inventariado, cerca de 70% estava investido nos bens imóveis rurais, como podemos observar pela tabela 4.10.

Abaixo vamos analisar o que continha dentro da riqueza de cada inventariado. Já mostramos, por meio da tabela 4.10., como era o investimento de cada personagem nas categorias de bens presentes nos inventários. Agora, analisaremos as especificidades dessas categorias em cada caso.

4.3.1. Matheus Tavares da Silva: o homem dos negócios

O então primeiro presidente da Câmara de vereadores de Varginha e mais rico morador da cidade recebeu o título de homem dos negócios não porque estava envolvido em empreendimentos comerciais da cidade. Matheus Tavares da Silva ocupou o cargo de presidente da Câmara de vereadores do final de 1882 até o final de 1886, ou seja, o major conduziu a cidade na fase mais inicial de sua formação.

O influente membro da sociedade varginhense foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 como capitalista, negociante, fazendeiro, tropeiro e açougueiro e, além disso, contribuiu financeiramente para que novo serviço (a ferrovia) passasse por Varginha. Em seu inventário, havia uma passagem dizendo que “Declarou mais o inventariante que o espólio possui uma cautela da Estrada Muzambinho”. O valor da cautela era de 50:000\$000.

O major, sem dúvidas, foi relevante para o município de Varginha, tanto por ter sido o primeiro presidente da Câmara e ter estado à frente do processo inicial de formação da cidade, como por ter auxiliado financeiramente para que a ferrovia passasse por Varginha. Matheus Tavares da Silva, entretanto, voltado também para a agricultura, com destaque para o café, como mostraremos abaixo, precisava da ferrovia para o próprio crescimento de seus negócios.

Podemos pensar no que escreveu Faoro sobre modernização, mas destacando o processo de urbanização em Varginha: a ferrovia, como um elemento bastante relevante para

as cidades na transição do século XIX para o século XX, “chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes”⁴⁵².

Não devemos negar que a ferrovia representou avanço para a cidade de Varginha, sobretudo naquele contexto de cidade recém emancipada, avanço que serviu, inclusive, outras cidades que estavam em seu caminho. Não obstante, primeiramente, Matheus Tavares da Silva beneficiava a si, beneficiava também o grupo de fazendeiros do município que comercializava café e os comerciantes em geral, que precisavam da ferrovia para o crescimento de seus negócios. Por mais que a sociedade do Sul de Minas Gerais como um todo pudesse contar com mais mercadorias à sua disposição, por conta da ferrovia, havia grupos que se beneficiavam mais diretamente do serviço.

O major realizou um investimento alto para que a ferrovia passasse por Varginha. Segundo Sales, o pagamento do valor para financiar a estrada de ferro foi feito à vista, tendo sido emitidos dois recibos nos nomes dos genros de Matheus Tavares da Silva, um em nome de Antonio Justiniano de Paiva e outro em nome de Gabriel Penha de Paiva, sendo cada um no valor de 50:000\$000⁴⁵³. Matheus Tavares da Silva pôde investir na ferrovia porque apresentava uma riqueza bastante alta, considerando os demais moradores do município de Varginha. O que continha em cada categoria de bens do inventário do major será analisado mais detalhadamente abaixo.

Os bens móveis representavam 5,23% do monte-mor de Matheus Tavares da Silva. Não havia nenhum móvel diferenciado, eram eles mesas, cadeiras, bancos, sofás, guarda-louças, pratos, talheres e canecas, bacias e tachos, uma carroça e oito carros de bois.

Nos concentraremos nos bens imóveis rurais e nas culturas e mantimentos do inventariado que, conjuntamente, representavam cerca de 55,5% do monte-mor. Os bens imóveis representavam 39,42% da riqueza e as culturas e mantimentos, 16,07%.

De acordo com o processo de inventário de Matheus Tavares da Silva, a extensão de suas terras era de 1.413,50 alqueires. Foi possível identificar café e cana de açúcar nas terras do major, conforme mostra o gráfico abaixo:

⁴⁵² FAORO, Raymundo. “A Questão Nacional: A Modernização”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 14, pp. 7-22, jan./abr., 1992, p. 08.

⁴⁵³ SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (1763 – 1920)*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 184.

Gráfico 4.3. Divisão das terras de Matheus Tavares da Silva

Fonte: Elaboração própria a partir do Inventário *post-mortem* de Matheus Tavares da Silva, presente no AJCV.

O café representava 12,23% do total das terras, e isso correspondia a 173 alqueires do total. Já a cana de açúcar representava 1,88% do total da extensão territorial, o que correspondia a 26,50 alqueires de terras do total. O restante era de pastos, matos, terras virgens e terras de culturas. O valor correspondente às terras com café era de 57:465\$000 e o valor correspondente às terras com cana era de 3:715\$000. Em relação ao café, havia ainda 4.920 arrobas de café em coco, no valor de 19:188\$000. O major possuía uma máquina de beneficiar o produto no valor de 20:000\$000 e uma máquina de despolar café, no valor de 1:500\$000, que foram contabilizadas juntamente com os bens imóveis rurais. Como mantimento, foram descritos 10 carros de milho, totalizando 300\$000.

Foram contabilizados também dois moinhos, sendo um deles de fubá, um engenho, três paióis e quatro monjolos, sendo um de cilindro e um de serra.

Observamos a existência de oito fazendas do inventariado, seus nomes eram: Posses, Figueira, Jacutinga, São José, Limeira, Onça, Três Barras e Palestina. As casas na zona rural eram em grande quantidade: 69 casas destinadas a empregados e oito casas de morada, uma em cada fazenda.

As casas no espaço urbano foram os únicos bens imóveis urbanos contabilizados no inventário, as seis casas pertencentes ao espólio de bens de Matheus Tavares da Silva valiam juntas 35:200\$000. Em relação aos imóveis urbanos, sabe-se, por exemplo, que quando o Almanach Sul-Mineiro para 1884 foi escrito, Matheus Tavares da Silva foi descrito também como comerciante, porque possuía um açougue e demais negócios⁴⁵⁴. Entretanto, no inventário do major não foi mencionado sobre suas casas comerciais.

⁴⁵⁴ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 187.

Como os inventários retratam a riqueza do inventariado no momento de sua morte, não conseguimos identificar que porcentagem do monte-mor Matheus Tavares da Silva investia em escravos na primeira década de formação de Varginha, mas pelo número de casas destinadas a empregados, não descartamos a alternativa de que o major possuía escravos e também trabalhadores assalariados, depois do fim da escravidão.

Matheus Tavares da Silva também foi descrito como tropeiro no Almanach Sul-Mineiro para 1884⁴⁵⁵. O número de animais que ele possuía pode ser visto abaixo, conforme nos mostra a tabela 4.11.:

Tabela 4.11. Número de animais presentes no inventário de Matheus Tavares da Silva

Espécies	Quantidades
Bois de carro	58
Vacas	33
Éguas	26
Novilhos (as)	20
Leitões	20
Porcos	18
Novilhos de carro	14
Cavalos	10
Burros	6
Touros	4
TOTAL	209

Fonte: Elaboração própria a partir do Inventário *post-mortem* de Matheus Tavares da Silva, presente no AJCV.

Pelo número de animais de carro, podemos realmente inferir que Matheus Tavares da Silva era tropeiro. Os demais animais serviriam para subsistência e comercialização.

O major possuía ainda dinheiro e dívidas ativas dentro de seu monte-mor, além de dívidas passivas. O dinheiro, que estava em poder do inventariante, Antonio Justiniano de Paiva, correspondia a aproximadamente 15,93% do monte-mor, valor parecido com o de culturas e mantimentos. Em réis, o valor de dinheiro era de 70:786\$670.

As dívidas ativas correspondiam a cerca de 13% do monte-mor, sendo o valor em réis de 58:480\$754. Não havia descrição das dívidas, mas como o major foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 como capitalista, entende-se que as dívidas ativas eram referentes a empréstimos feitos a juros⁴⁵⁶. As dívidas passivas equivaliam a 11,17% do monte-mor e, em contos de réis, eram de 49:619\$365. As dívidas passivas foram descritas, e a mais cara delas, de 23:997\$220, correspondia a despesas feitas com o arrolamento das fazendas inventariadas

⁴⁵⁵ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 189.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 187.

e com o inventário. O restante das dívidas era de empréstimos contraídos por Matheus Tavares da Silva.

Retirando-se as dívidas passivas, o valor do monte-partível foi de 386:173\$645, dividido em quatro partes, referentes a cada um dos herdeiros vivos e aos netos de Matheus Tavares da Silva, deixados pelos filhos também falecidos do major. A data da partilha foi 20 de novembro de 1906.

Assim, pela análise do inventário, é clara a diversificação de sua riqueza, investida em todas as categorias de bens presentes nos inventários. Negócios agrários, financeiros e políticos, envolvendo grande quantidade de dinheiro, marcaram Matheus Tavares da Silva, o representante que mais posses detinha dentro da elite agrária varginhense na transição do século XIX para o século XX.

4.3.2. Joaquim Octaviano Mendes: um desvio dentro do padrão

Em meio a uma sociedade agrária, o tenente coronel Joaquim Octaviano Mendes destaca-se entre os demais membros do município de Varginha por apresentar grandes investimentos nas dívidas ativas.

Foi possível notar, por meio da tabela 4.2., em que mostramos a evolução das categorias de bens presentes nos inventários, que com o passar dos anos os investimentos em dívidas ativas e em dívidas passivas ampliaram-se, e o caso de maior investimento nas dívidas ativas é de Joaquim Octaviano Mendes. A personagem foi a única pessoa descrita como capitalista nos registros de imóveis, embora no Almanach Sul-Mineiro para 1884 tenhamos encontrado outros nomes na função de capitalista, como Matheus Tavares da Silva e Antônio Justiniano dos Reis, dentre outros.

Joaquim Octaviano Mendes pode ter sido a única pessoa descrita como capitalista devido ao grande valor dos empréstimos que concedeu, como veremos abaixo, pela análise da composição de seu monte-mor.

Como o valor das dívidas ativas era muito alto, comparado ao valor de outras categorias do inventário, vamos deixar para descrever as dívidas por último, e começar as análises sobre a riqueza de Joaquim Octaviano Mendes pelos bens móveis.

Na categoria de bens móveis, foram descritos: um sofá de madeira, nove cadeiras de balanço, um sofá austríaco, oito cadeiras de braço, cinco marquesas e dois guarda-louças. O valor desses móveis era de 382\$000, correspondendo a apenas 0,12% do monte-mor.

Na categoria de imóveis rurais e na de bens imóveis urbanos, os investimentos foram de 50:000\$000, correspondendo a 15,28% do monte-mor.

A tabela 4.12. descrita abaixo mostra a divisão dos bens imóveis rurais e urbanos do tenente coronel:

Tabela 4.12. Divisão dos bens imóveis de Joaquim Octaviano Mendes

IMÓVEIS RURAIS		
Descrição		Valor em réis
Terras	8 alqueires de terras em pastagem	4:000\$000
	Meio alqueire de terreno	500\$000
	4 alqueires de terreno em pastagem	2:400\$000
<i>12,5 alqueires de terras</i>		<i>6:900\$000</i>
Casas	Uma casa assoalhada	700\$000
	Uma casa	400\$000
	Uma casa	7:000\$000
	Uma casa com dependências	8:500\$000
	Uma casa de sobrado	14:000\$000
	Uma casa	7:500\$000
<i>6 casas na zona rural</i>		<i>38:100\$000</i>
TOTAL DE IMÓVEIS RURAIS		45:000\$000
IMÓVEIS URBANOS		
Descrição		Valor em réis
Casas	Uma casa em Varginha	2:500\$000
	Uma casa em Varginha	2:500\$000
<i>2 casas na cidade</i>		<i>5:000\$000</i>
TOTAL DE IMÓVEIS URBANOS		5:000\$000

Fonte: Elaboração própria a partir do Inventário *post-mortem* de Joaquim Octaviano Mendes, presente no AJCV.

O número de alqueires de terras de Joaquim Octaviano Mendes, 12,5 alqueires, comparados ao número de alqueires de Matheus Tavares da Silva, como vimos, e com o número de alqueires de Antônio Justiniano dos Reis, como veremos nas próximas páginas, era pequeno. Matheus Tavares da Silva possuía 1.413,50 alqueires de terras e, Antônio Justiniano dos Reis, 1.369,50.

As seis casas de morada na zona rural representavam a maior parte do investimento em imóveis, sendo 76% dos bens imóveis, enquanto as terras representavam cerca de 14% e os imóveis urbanos, apenas 10% do investimento feito nos bens imóveis.

Os animais eram apenas dois: uma besta no valor de 150\$000 e um cavalo no valor de 120\$000.

Em dinheiro, Joaquim Octaviano Mendes possuía 20:000\$000, que representava cerca de 6,10% do monte-mor. Não havia nenhuma dívida passiva registrada em seu inventário, mas 256:540\$600 em dívidas ativas, o que correspondia aproximadamente 78% de seu monte-mor, como mostra a tabela 4.13.:

Tabela 4.13. As dívidas ativas de Joaquim Octaviano Mendes

DEVEDOR E DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICA	VALOR
100 apólices da dívida pública nacional	Apólices	100:000\$000
Manoel Luiz do Prado	Dívida por crédito	500\$000
	Dívida por crédito	500\$000
	Dívida por crédito	244\$000
José Mendes Pereira	Dívida por crédito	14:300\$000
	Dívida por crédito	5:400\$000
	Dívida por crédito	5:750\$000
	Dívida por crédito	2:000\$000
Tobias Joaquim da Silva	Dívida por crédito	500\$000
	Dívida por crédito	1:000\$000
	Dívida por crédito	1:000\$000
Sally Góz	Dívida por crédito	5:000\$000
Joaquim Barreto da Silva	Dívida por crédito	2:000\$000
Villela e Cia	Dívida por crédito	5:000\$000
Theotonio Migue de Mello	Dívida por crédito	10:000\$000
Raphael Firmino da Silva	Dívida por crédito	500\$000
Walter de Paiva Resende	Dívida por crédito	5:000\$000
José Leandro de Azevedo	Dívida por crédito	300\$000
Oscarlino Alves Ferreira	Dívida por crédito	3:500\$000
José Francisco Tavares	Dívida por crédito	600\$000
Procópio Augusto Bueno	Dívida por crédito	2:500\$000
Olegário Diniz Bueno	Dívida por crédito	150\$000
João Domiciano da Silva	Dívida por crédito	1:300\$000
Joaquim Luis Pereira	Por crédito de liquidação duvidosa	500\$000
José Camilo Ribeiro	Por crédito de liquidação duvidosa	200\$000
João Carlos Mendes	Por crédito de liquidação duvidosa	3:000\$000
Ladislau Braulino Pio	Por crédito de liquidação duvidosa	1:000\$000
Joaquim Francisco da Silva Filho	Por crédito de liquidação duvidosa	200\$000
Domingos Pasí	Por crédito de liquidação duvidosa	600\$000
Nonato Camilo de Oliveira	Por crédito de liquidação duvidosa	200\$000
Manuel Luiz Rezende	Por crédito de liquidação duvidosa	1:000\$000
Brito Bank	Caderneta	51:466\$200
Banco Comercial e Industrial em São Paulo	Caderneta	31:330\$400
TOTAL		256:540\$600

Fonte: Elaboração própria a partir do Inventário *post-mortem* de Joaquim Octaviano Mendes, presente no AJCV.

Joaquim Octaviano Mendes era o morador do município de Varginha que mais detinha dinheiro aplicado em dívidas ativas, que eram divididas em apólices da dívida pública, dívidas ativas por crédito, dívidas ativas por crédito de liquidação duvidosa e cadernetas.

Conforme mostra o gráfico 4.4. abaixo, o maior valor das dívidas ativas do tenente coronel era referente a apólices da dívida pública:

Gráfico 4.4. Divisão das dívidas ativas de Joaquim Octaviano Mendes

Fonte: Elaboração própria a partir do Inventário *post-mortem* de Joaquim Octaviano Mendes, presente no AJCV.

Os juros das apólices, até o mês da partilha, fevereiro de 1919, eram de 3:180\$555. Os juros da caderneta do Brito Bank eram de 1:169\$426 e os juros do Banco Comercial e Industrial em São Paulo eram de 583\$093.

Nós vemos uma importante diferença entre Matheus Tavares da Silva e Joaquim Octaviano Mendes: o primeiro parecia mais com o típico coronel descrito por Victor Nunes Leal, pois Matheus Tavares da Silva utilizou de sua condição social – major, político, dono de terras, pessoa influente da cidade de Varginha, com riqueza considerável para a época – para levar a ferrovia para Varginha. Ele prestou um favor à classe de comerciantes, por exemplo, que pôde expandir seus negócios com a passagem da ferrovia por Varginha, mas o próprio Matheus Tavares da Silva precisava do novo serviço, porque era comerciante e fazendeiro.

Joaquim Octaviano Mendes, apesar da titulação de tenente coronel, nos dá outra impressão, de acordo com o que vimos em seu inventário. Nossa personagem, pelo menos na época de seu falecimento, era de poucos investimentos em imóveis rurais e urbanos, nem possuía culturas ou mantimentos dentro de sua riqueza, foram contabilizados apenas dois animais em seu processo de inventário, mas possuía dinheiro e dívidas ativas em valor muito alto, comparado com o valor das demais categorias de seu inventário e com os inventários de outros moradores do município de Varginha.

A data da partilha dos bens de Joaquim Octaviano Mendes foi 28 de fevereiro de 1919. Como os filhos eram menores de idade, as legítimas ficariam ainda sob poder da viúva, Helena Mendes.

O tenente coronel Joaquim Octaviano Mendes foi a pessoa que melhor representou um desvio dentro do padrão de sociedade agrária varginhense na passagem do século XIX para o século XX.

4.3.3. Antônio Justiniano dos Reis: o coronel dos grandes investimentos na terra

Antônio Justiniano dos Reis vinha de uma família de grandes investimentos em imóveis rurais. No ano de 1907, Gabriel dos Reis Silva, pai de Antônio Justiniano dos Reis, faleceu, tendo sido seu inventariante Antônio Justiniano dos Reis que, naquele ano, tinha 60 anos de idade. A família era composta por mais três filhos, sendo um deles já falecido, e a viúva do inventariado⁴⁵⁷.

Em comum, os processos de inventário de Gabriel dos Reis Silva e de Antônio Justiniano dos Reis, que faleceu 11 anos depois da morte de seu pai, possuíam, primeiro, os grandes investimentos em bens imóveis rurais, sobretudo Antônio Justiniano dos Reis. Depois, o segundo maior investimento era nas dívidas ativas que, em sua maioria, eram apólices da dívida pública. No caso de Antônio Justiniano dos Reis, as dívidas ativas eram compostas apenas por apólices da dívida pública.

Abaixo mostraremos a composição da riqueza dos dois processos de inventários, para fins de comparação:

Tabela 4.14. Comparação dos investimentos de Antônio Justiniano dos Reis e Gabriel dos Reis Silva

Categoria	Antônio Justiniano dos Reis	Gabriel dos Reis Silva
Bens Móveis	0,09%	0,37%
Imóveis Rurais	70,43%	44,85%
Imóveis Urbanos	1,25%	1,23%
Culturas e Mantimentos	3,99%	2,61%
Animais	3,60%	8,92%
Dinheiro	0,00%	4,79%
Dívidas Ativas	20,65%	37,23%
Monte-mor	100,00%	100,00%
Dívidas Passivas	0,00%	2,41%
Monte-partível	100,00%	97,59%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* de Antônio Justiniano dos Reis e Gabriel dos Reis Silva, presentes no AJCV.

Pela observação da tabela 4.14., podemos notar que os investimentos de pai e filho eram bastante parecidos em algumas categorias: nos bens móveis, o investimento de ambos não chegava a meio por cento da riqueza total; o maior investimento dos dois inventariados estava na categoria de bens imóveis rurais; o investimento nos bens imóveis urbanos era praticamente idêntico nos dois processos; as dívidas ativas representavam o segundo maior investimento dos dois inventariados.

⁴⁵⁷ Inventário de Gabriel dos Reis Silva, 1907, AJCV, cx. 509, doc. nº 11.

A legítima de Antônio Justiniano dos Reis foi de 30:611\$046. E a riqueza que ele constituiu, de acordo com seu inventário, apresentou uma configuração parecida com a de seu pai, no que diz respeito aos maiores investimentos estarem voltados para os bens imóveis rurais.

Em relação às análises da estrutura de riqueza de Antônio Justiniano dos Reis, deixaremos por último os bens imóveis, por serem os que apresentaram maiores investimentos.

Na categoria de bens móveis foram descritos apenas dois carros de bois, no valor total de 300\$000, sendo um 250\$000 e outro, 50\$000. Os animais também representavam pouco do monte-mor, como nos mostrou a tabela 4.14., mas eram em quantidade considerável, em comparação com a grande maioria dos processos de inventários para nosso período de análise.

A tabela 4.15. mostra a quantidade de animais e as espécies existentes no espólio de bens de Antônio Justiniano dos Reis:

Tabela 4.15. Número de animais presentes no inventário de Antônio Justiniano dos Reis

Espécies	Quantidades
Bezerros	56
Garrotes	50
Novilhas e vacas	24
Bois carreiros	24
Vacas	22
Cavalos	7
Burros	2
Touro zebu	1
Boi	1
Besta	1
TOTAL	188

Elaboração própria a partir do Inventário *post-mortem* de Antônio Justiniano dos Reis presente no AJCV.

Retirando-se os bois carreiros, acreditamos que os demais animais que Antônio Justiniano dos Reis possuía serviam para subsistência e comercialização local.

Nos imóveis urbanos de Antônio Justiniano dos Reis foi identificada apenas uma casa, situada no distrito de Carmo da Cachoeira, no valor de 4:000\$000.

O inventariado não apresentava investimento em dinheiro, mas cerca de 20,65% de seu monte-mor estava investido nas dívidas ativas. As 66 apólices da dívida pública valiam 1:000\$000 cada, e com juros contados até 21 de maio de 1919 (um dia antes da partilha), tinham o valor total de 66:272\$916.

Os imóveis rurais representavam pouco mais de 70% do monte-mor do inventariado e, juntamente com as culturas e mantimentos, chegavam a aproximadamente 75% do monte-mor.

Dentre os imóveis rurais estavam quatro casas, sendo uma delas no valor de 10:000\$000, situada no distrito de Carmo da Cachoeira, com quintal, benfeitorias, paiol e monjolo. As demais casas valiam bem menos, uma contabilizada em 200\$000 (localizada numa estrada próximo da estação ferroviária), outra no valor de 230\$000 e mais uma avaliada em 400\$000.

A maior parte dos bens imóveis rurais estava nas extensões de terras, localizadas na região de Carmo da Cachoeira, Varginha e Três Pontas. Em alqueires, as terras de Antônio Justiniano dos Reis correspondiam a uma extensão de 1.369,50 alqueires, sendo 37 deles com café, a única cultura identificada no inventário.

O gráfico 4.5. descrito abaixo mostra a porcentagem de café no total das terras do falecido:

Gráfico 4.5. Divisão das terras de Antônio Justiniano dos Reis

Elaboração própria a partir do Inventário *post-mortem* de Antônio Justiniano dos Reis presente no AJCV.

Dentre os alqueires de terras, havia quatro pastos, todos localizados abaixo da estrada da estação ferroviária, mas com valores baixos, pois juntos valiam 380\$000. Os pastos localizados próximo à estrada da estação também localizavam-se perto do ribeirão da Cachoeira. Assim, entendemos que não estavam situados na cidade de Varginha, mas num lugar nas proximidades, onde passava a estrada de ferro.

Os 37 alqueires com café valiam 12:790\$000. Representavam pouco dentro do investimento total em terras, mas um valor considerável, comparado a muitas das riquezas existentes em Varginha no período.

Não encontramos no inventário de Antônio Justiniano dos Reis sobre máquinas de beneficiar café, engenhos ou moinhos. Talvez tivessem sido contabilizados com as benfeitorias da casa de morada da família, na zona rural de Carmo da Cachoeira.

Em nossas fontes primárias de pesquisa (inventário de Antônio Justiniano dos Reis, Almanach Sul-Mineiro, livros de memorialistas e atas da Câmara Municipal) não encontramos informações a respeito da atuação política de Antônio Justiniano dos Reis no município de Varginha ou no distrito de Carmo da Cachoeira, mas de acordo com o valor de seu monte-mor e com sua titulação política, acreditamos que tanto ele como membros de sua família foram importantes para o crescimento do distrito de Carmo da Cachoeira. A data da partilha dos bens foi 22 de maio de 1919.

Antônio Justiniano dos Reis possuía uma característica primordial dos coronéis, nos moldes do que escreveu Victor Nunes Leal. A grande parte da riqueza do coronel estava nas extensões de terras virgens. “Essa ascendência resulta muito naturalmente de sua qualidade de proprietário rural”⁴⁵⁸. Por isso destacamos Antônio Justiniano dos Reis como o coronel dos grandes investimentos na terra, já que apenas cerca de 30% de sua riqueza estava investida em outras categorias do monte-mor.

4.4. Considerações acerca do perfil dos inventariados varginhenses na transição do século XIX para o século XX

O perfil da amostra dos inventariados varginhenses da transição do século XIX para o século XX, bem como da minoria – a elite – é comum de cidades em formação naquela época. Assim, nós observamos por meio dos inventários *post-mortem* para o município de Varginha, a existência de uma sociedade e de uma elite agrária.

Ao longo do tempo nós vimos que os maiores investimentos estavam voltados para os bens imóveis rurais, ou seja, inventariados com mais ou menos posses geralmente alocavam a maior parte de suas riquezas nos imóveis rurais; e, com o tempo, outras categorias passaram a contar com maior importância dentro do monte-mor.

Dentro de nosso conjunto de 275 inventários, as riquezas variaram bastante: em réis, temos inventários em que o monte-mor é de apenas 65\$112 – como é o caso de Marianna Marphisa de Jesus, falecida em 1911 e que possuía apenas um pedaço de terra declarado em seu inventário –, até o documento do major Matheus Tavares da Silva, em que o monte-mor ultrapassava os 440:000\$000. Assim, como nossa amostra de documentos apresentou

⁴⁵⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 46.

disparidade grande de valores, criamos um critério próprio, econômico-financeiro, com base no monte-mor de Matheus Tavares da Silva e num gráfico de dispersão, para a determinação do que seria nossa elite.

Considerando a amostra de inventários destacamos que, enquanto os investimentos em bens imóveis urbanos e em dívidas passaram a aumentar com o passar do tempo, ainda que gradualmente, os investimentos em bens imóveis rurais passavam por queda, apesar de, nas quatro décadas de nossa análise, constituírem a categoria com maiores direcionamentos de riqueza. Na última década de nossa análise, quando a economia varginhense contava com elementos importantes para sua urbanização – melhor organização do espaço urbano, atividade da cafeicultura em ascensão, estabelecimentos industriais, instituições bancárias, dentre outros – retirando-se o investimento em imóveis rurais e nas dívidas, a maior parte da riqueza era alocada em imóveis urbanos. Os bens imóveis urbanos eram a quarta categoria em que mais se investia no período de 1910-1920. Especificamente para a elite agrária, os investimentos em imóveis urbanos, entretanto, foram pequenos.

Considerando os inventariados que compunham a elite agrária, foi possível compreender que, embora os maiores investimentos fossem direcionados aos bens imóveis rurais (por isso, uma elite agrária), o segundo maior investimento era direcionado às dívidas ativas e o terceiro maior investimento, às culturas e mantimentos. Dentro da categoria de culturas e mantimentos, a maior diversificação da riqueza era para a agricultura do café. O direcionamento da riqueza para os imóveis urbanos era pequeno, comparado ao investimento em outras categorias do monte-mor da elite, entretanto, aquela elite agrária era um grupo de inventariados que contava com importantes investimentos na área urbana considerando o tamanho de sua riqueza, em comparação com a maioria da população. Membros da elite alocavam riqueza em casas de morada com valores mais altos que o monte-mor de muitas pessoas de nossa amostra de inventários.

Por mais que, por um lado, inventários tenham algumas limitações, como escrevemos na introdução desta dissertação, por outro lado, são documentos que nos auxiliam no entendimento do perfil econômico de uma sociedade em formação, porque nos mostram os principais atores do processo e sua estrutura de riqueza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações urbanas às quais o Brasil passou na transição do século XIX para o século XX tiveram como base quatro elementos: primeiramente, as influências externas da Segunda Revolução Industrial, que se manifestaram por meio da incorporação de padrões de consumo diferenciados na sociedade. Dentre os novos padrões de consumo experimentados pela sociedade brasileira da passagem para o século XX, destacamos os relacionados ao espaço urbano. O processo de urbanização estava inserido num maior, de modernização. A urbanização era uma das facetas da modernização. Ocupar o espaço urbano constituía-se num padrão de consumo diferenciado para a população daquela época, tanto nas grandes cidades como nas pequenas em formação, como Varginha.

O segundo elemento que marcou as transformações urbanas da transição para o século XX, em nosso entendimento, foi o projeto político nacional de urbanização, que contou com auxílio de capital estrangeiro. Era preciso que o processo de urbanização tivesse um grupo condutor que o organizasse. Um projeto nacional gerava reflexos nas mais variadas regiões do Brasil que, de certa forma, copiavam os padrões de consumo considerados modernos.

A emergência do mercado capitalista moderno é o terceiro elemento que ressaltamos nas transformações urbanas brasileiras da passagem do século XIX para o século XX. Nesse aspecto, Florestan Fernandes destacou, primeiramente, a relação do Brasil com o mercado externo (a Inglaterra), considerando o contexto da Primeira Revolução Industrial; depois, chamou atenção para a relação entre a cidade e sua população, que foram elementos que deram suporte para o desenvolvimento do capitalismo; por último, a emergência do mercado capitalista moderno contribuiu para o rompimento com a economia colonial brasileira, pois se antes, na colônia, o excedente era direcionado para o mercado exterior, através do novo mercado o excedente econômico ficaria retido no país, podendo encontrar formas de aplicação fora do circuito escravista, principalmente com a ascensão da economia cafeeira.

Finalmente, a atividade da cafeicultura é o quarto elemento que esteve presente nas transformações brasileiras do final do século XIX e início do século XX. A economia cafeeira, ao mesmo tempo que permitia à economia brasileira expansão para fora, com a consolidação de um setor exportador, criava internamente elementos que acentuavam os processos de modernização e urbanização. De certa forma, a cafeicultura teve papel importante na economia de Minas Gerais – especialmente nas regiões da Zona da Mata (desde a passagem para o século XX) e do Sul de Minas (depois de inícios do século XX). Varginha foi uma das cidades sul-mineiras emancipadas num contexto de expansão da cultura cafeeira

pelo estado de Minas Gerais. Por meio de nossas fontes primárias de pesquisa, foi possível notar a presença do café no município.

Dessa forma, dado o período de transformações urbanas pelas quais o Brasil passava, dinâmicas regionais do interior do país também viviam uma época de transformações urbanas e econômicas.

Para o entendimento da evolução do processo de urbanização em Varginha, precisamos abordar quatro conceitos chave principais: primeiro, o de modernização, como absorção de padrões de consumo importados e diferenciados por parte de uma sociedade; depois o de urbanização, como uma das faces materiais da modernização e, dessa forma, constituindo-se o próprio habitar o espaço urbano num padrão de consumo diferenciado; terceiro, economia cafeeira, já que foi importante para o crescimento econômico do Brasil e de Minas Gerais, tendo sido relevante para economia sul-mineira; e, por último, elite, que era o estrato que possuía condições de usufruir, de forma mais intensa que os outros membros da sociedade, das transformações urbanas pelas quais o país passava.

No primeiro capítulo deste trabalho, um capítulo mais de revisão de literatura sobre o Sul de Minas Gerais, destacamos a formação das cidades, a introdução do café na região, a chegada das ferrovias e a dinâmica comercial que elas auxiliaram a criar, as primeiras instituições bancárias e a formação da indústria sul-mineira. Foi possível entender como cada um daqueles elementos chegaram em Varginha.

A cidade se emancipou de Três Pontas em 1882, tendo ocorrido, ao final daquele ano, a primeira reunião da Câmara Municipal de vereadores; o café foi introduzido no município antes da virada do século, isto é, antes do início do século XX, mas foi no início do novecentos que a pequena economia cafeeira varginhense começou a se desenvolver, com auxílio da ferrovia; uma estação da estrada de ferro Muzambinho foi inaugurada em Varginha no ano de 1892, fazendo com que o comércio local fosse expandido; em nosso período de estudo, dois bancos foram criados em Varginha, o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e uma agência do Banco do Brasil; os estabelecimentos industriais de Varginha eram poucos, seguindo, de certa forma, o padrão de crescimento das indústrias da região, ou seja, desenvolviam-se com limitações.

Modernização e urbanização eram processos comuns à realidade brasileira da transição para o século XX. Entretanto, naquele contexto, só poderiam desenvolver-se numa determinada região com alguns elementos básicos que iam fazendo com que a nova região em formação tomasse diferente forma. Assim, os processos de modernização e urbanização do Sul de Minas e de Varginha, a nosso entendimento, foram se consolidando à medida que os

elementos que citamos acima foram aparecendo na região sul-mineira e no município (crescimento das cidades, cafeicultura, ferrovias e comércio, instituições bancárias e estabelecimentos industriais).

Em nosso segundo capítulo, demos atenção para as transformações ocorridas no município de Varginha com base, especialmente, nas atas da Câmara Municipal. Foi possível percorrer a história municipal separando as informações em décadas, devido a extensão de nosso conjunto de atas. Na primeira década de formação varginhense, as principais questões que apareceram na documentação foram as referentes à organização do espaço urbano: um novo município nascia e os vereadores precisavam então direcionar os rumos tanto de Varginha como de seus distritos. Na segunda década de formação do município, Varginha foi elevada à sede de Comarca e a estrada de ferro chegou para dinamizar a economia local; as relações de Varginha com seus distritos e com cidades próximas foram destacadas naquele período de nossa pesquisa. Na terceira década de formação do município, a atenção foi dada para o entendimento de como funcionavam as Mesas Eleitorais que selecionavam membros para concorrer nas eleições de deputados, senadores e vice-presidente da República. Por fim, na quarta década de nossa análise sobre o desenvolvimento do município, conseguimos notar, por meio das atas, uma melhor sistematização do espaço urbano, com a chegada e melhoria de serviços urbanos (abastecimento de água, energia elétrica e telefone) e a construção do mercado municipal, contribuição importante para o comércio local.

Apesar de termos destacado um perfil para cada década, é preciso frisar que algumas questões básicas do funcionamento de uma cidade da época perpassavam as décadas, como as questões voltadas para as obras em estradas e pontes do município. Por meio da leitura das atas das reuniões de vereadores, além do entendimento sobre como o município de Varginha avançava em seu crescimento, foi possível observar quem eram as personagens que estavam por trás do processo de urbanização do município, conduzindo-o e beneficiando-se. Matheus Tavares da Silva é um exemplo, ao ter auxiliado financeiramente para que a ferrovia passasse pela cidade. Benefício para a cidade, benefício para os negócios do major.

No capítulo três desta pesquisa, com a utilização, principalmente, dos registros de imóveis, compreendemos que as transformações urbanas que chegavam ao município pelo grupo condutor de vereadores eram sentidas pela sociedade. Primeiramente, quando nossas análises consideraram a cidade de Varginha e os distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira, notamos predominância de transações de imóveis rurais sobre os urbanos, bem como maior quantidade de dinheiro investida nos imóveis rurais. Quando nos concentramos apenas na cidade de Varginha, os registros de imóveis mostraram que, dos distritos, o município

carregava parte considerável de transações de imóveis rurais. Assim, podemos observar, em alguns momentos, maiores transações de imóveis urbanos sobre imóveis rurais, bem como o investimento em urbanos em ascensão e o investimento em rurais decrescendo. Apesar deste último ser maior em todos os períodos de nossa análise, evidenciamos o movimento dos investimentos em imóveis urbanos, crescente, e em imóveis rurais, decrescente.

Os imóveis rurais eram fazendas equipadas ou partes delas, grandes extensões de terras virgens ou terras com culturas, como o café; os imóveis urbanos eram casas, terrenos e prédios para negócios. Claramente, os preços dos últimos seriam menores.

A nosso ver, foi possível identificar duas tendências opostas de acordo com os dados e informações contidos nos registros de imóveis: primeiro, com a ascensão da cafeicultura no Sul de Minas Gerais e em Varginha, uma tendência de concentração fundiária no município; segundo (sobretudo quando retiramos os distritos da análise) um aumento, ainda que gradual, de transações envolvendo imóveis urbanos, ou seja, pessoas migrando para as áreas urbanas.

Nosso quarto e último capítulo frisou os inventários *post-mortem*. Com a utilização de dados e informações dos processos, foi possível compreender a estrutura de riqueza dos inventariados na transição do século XIX para o século XX. Primeiro fizemos um estudo para a amostra de 275 inventários que possuíamos e, num segundo momento, nos concentramos na minoria – nossa elite agrária – e em estudos de caso de moradores importantes da cidade de Varginha e dos distritos.

Para nossa amostra, os processos de inventários mostraram grande parte do patrimônio voltado para os bens imóveis rurais, por isso, uma sociedade agrária. Entretanto, enquanto os investimentos nas categorias de bens imóveis urbanos e dívidas passaram a se ampliar com o passar do tempo, ainda que de forma vagarosa, os investimentos em bens imóveis rurais passaram a diminuir, apesar de, em todo o nosso período de análise, constituírem a categoria com os maiores investimentos. Todavia, o que queremos enfatizar aqui é o movimento de ascensão, ao longo do tempo, dos investimentos nos imóveis urbanos.

Na última década de nossa análise, quando a economia varginhense já havia passado por uma fase inicial de crescimento – com melhor organização do espaço urbano, a atividade da cafeicultura em ascensão, chegada de estabelecimentos industriais e das instituições bancárias, dentre outros – retirando-se o investimento em imóveis rurais e nas dívidas, a maior parte da riqueza era alocada em imóveis urbanos. Especificamente para a elite agrária, os investimentos em imóveis urbanos, entretanto, foram pequenos.

Dando atenção à elite, foi possível compreender que, embora os maiores investimentos fossem direcionados aos bens imóveis rurais (por isso, uma elite agrária), o segundo maior

investimento era voltado para as dívidas ativas e o terceiro maior investimento, para as culturas e mantimentos. Dentro desta categoria, o maior direcionamento da riqueza era para a agricultura do café, que contemplava aproximadamente 61% do investimento total. A diversificação da riqueza nos imóveis urbanos era pequena, comparada ao investimento em outras categorias do monte-mor da elite, entretanto, aquela elite agrária era um grupo de inventariados que contava com importantes investimentos na área urbana considerando o tamanho de sua riqueza, em comparação com a maioria da população. Membros da elite alocavam riqueza em casas de morada com valores mais altos que o monte-mor de muitas pessoas de nossa amostra de inventários. Um exemplo é o caso de Silvestre Francisco de Oliveira, que possuía uma casa na cidade de Varginha no valor de 45:636\$000, riqueza maior que de muitos membros de nossa amostra.

Temos uma elite agrária dos grandes investimentos na terra, uma minoria que conduzia o processo de urbanização do município. Nossa elite agrária era o grupo condutor a que se referiu Faoro, pois os grupos de vereadores da Câmara Municipal de Varginha, ano após ano, pensavam em projetos e leis para o crescimento urbano do município. Mas nossa elite, ao mesmo tempo, era a minoria modernizada a que se referiu Furtado, um estrato da sociedade, uma pequena parte que possuía riquezas muito altas, que se distanciavam dos patrimônios das pessoas que compunham nossa amostra de inventários.

O primeiro presidente da Câmara Municipal, major Matheus Tavares da Silva, liderou o primeiro grupo de condutores do processo de urbanização de varginhense, um município recém emancipado com demandas novas. Mas o major, além de conduzir o município, beneficiava-se do processo, como ao ajudar financeiramente para que a ferrovia passasse por Varginha. Ainda, Matheus Tavares da Silva fazia parte da elite agrária, da minoria modernizada: em libras esterlinas, seu monte-mor era o segundo maior do município, em contos de réis, sua riqueza era a maior de todo o nosso período de análise.

João Alves de Gouvêa, o barão de Lavras, também foi membro do primeiro grupo de vereadores da Câmara Municipal de Varginha, auxiliando na condução do processo de urbanização municipal. Com o valor de monte-mor mais alto em libras esterlinas, dentro de sua riqueza, aproximadamente a metade do investimento estava alocada nos bens imóveis rurais e, na categoria de culturas e mantimentos, grande parte do patrimônio estava direcionado para o café (cerca de 83% da categoria de culturas e mantimentos era voltada para a agricultura do café). Além disso, o barão possuía bens móveis diferenciados em seu monte-mor: um relógio com corrente de ouro, além de medalha, relicário e canetas, todas peças de

ouro. Portanto, João Alves de Gouvêa auxiliou Varginha em seu processo de urbanização e fazia parte também de uma minoria modernizada dentro do município.

Joaquim Antonio da Silva foi inventariante de sua esposa, Francisca de Oliveira. Joaquim Antonio da Silva foi vereador da Câmara Municipal de Varginha desde o final de 1882 até o ano de 1887, ou seja, fez parte do primeiro grupo condutor do processo de urbanização varginhense. Assim, temos outra personagem – Joaquim Antonio da Silva – que auxiliou a Câmara Municipal na condução do processo de urbanização municipal e que era minoria, parte da elite agrária, na medida em que foi inventariante de sua esposa.

João Gonsaga Branquinho foi o requerente de uma das personagens de nossa elite agrária, Joana Maria de Jesus. Apesar de não ter sido vereador no município em nosso período de análise, João Gonsaga Branquinho foi importante para o crescimento de Varginha, pois “nenhuma dificuldade pôde diminuir sua grande energia; – abandonou sua lavoura, soffrendo por isso consideráveis prejuizos em mais de 8 annos de lutas; – empreendeu penosas viagens, não deixando ao mesmo tempo esquecidas certas necessidades locais, como construcção de aterros, ponte no ribeirão *Santa Anna*, etc., tudo realizado e expensas suas”⁴⁵⁹. Além de auxiliar Varginha em sua formação, João Gonsaga Branquinho, de certa forma, esteve ligado à elite agrária do município.

No início dessa pesquisa, nos fizemos perguntas sobre qual seria o perfil da elite e da economia varginhense. As perguntas que nos fizemos foram: Será a elite varginhense escravista, como era a de Campanha?⁴⁶⁰ Claramente, não. Nossa elite não seria escravista porque o município de Varginha emancipou-se na década final do sistema escravista.

Depois nos perguntamos: A elite varginhense era similar à elite de São João del Rei que, além de concentrar sua riqueza em bens imóveis urbanos, também investia em dívidas ativas e apólices?⁴⁶¹ Ou, ainda, é possível que seja uma elite que, além de concentrar sua riqueza nos escravos e bens de raiz, também investia seu monte-mor em dívidas ativas, como ocorria em Itajubá?⁴⁶² Será a economia varginhense parecida com a de Alfenas, baseada

⁴⁵⁹ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 182, grifos do autor.

⁴⁶⁰ ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Elite Escravista no Sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

⁴⁶¹ GRAÇA FILHO. Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁴⁶² SOBRINHO, Juliano Custódio. “Produção Mercantil e Diversificação Econômica: Um Desafio para o Sul Mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.

principalmente na atividade agropecuária, destinada a abastecer o mercado interno?⁴⁶³ Ou se assemelharia mais a economia de Juiz de Fora, com um importante mercado consumidor interno e voltada às atividades urbanas e industriais?⁴⁶⁴

Das categorias de bens em que a elite mais diversificava sua fortuna, além dos imóveis rurais, estavam as dívidas ativas, assim como ocorreu em São João del Rei e em Itajubá. A economia varginhense da passagem para o século XX, longe de se concentrar nas atividades industriais, como Juiz de Fora, ou na agropecuária, como Alfenas, era voltada para uma agricultura, a do café. A cultura foi a que mais apareceu nos inventários de nossa amostra e, no caso da elite, notamos que, depois das dívidas ativas, o maior investimento era para culturas e mantimentos e, dentro dessa categoria, aproximadamente 61% da riqueza estava alocada em café.

Temos, portanto, um perfil específico da elite do município de Varginha, que foi traçado por meio do cruzamento de nossos três grupos de fontes principais: a elite conduzia o município em seu processo de urbanização; era agrária pelos grandes investimentos nos imóveis rurais, o que nos mostrou tanto os registros de imóveis como os inventários *post-mortem*; mas ao mesmo tempo, ampliava seus investimentos com dívidas ativas e direcionava parte da riqueza para a cafeicultura, o que também compreendemos por meio dos inventários.

Dessa forma, podemos dizer que a elite varginhense carregava similaridades e diferenças com demais municípios de Minas Gerais. O processo de urbanização local tinha em comum as situações mais gerais: precisava de um grupo condutor para o processo que, de certa forma, tentava copiar os padrões de vida urbana considerados modernos das demais cidades brasileiras; o grupo de vereadores das Câmaras Municipais é que estava à frente das transformações urbanas de cada localidade. Todavia, a forma como o processo de urbanização se desenvolveria nas diferentes localidades era distinta: Varginha contava com uma elite agrária, que investia em dívidas ativas e em café.

Daí a importância de, ao pensar no Sul de Minas Gerais, tratar a região como homogênea em alguns momentos, mas sem esquecer de que as cidades que a compõem apresentaram condições de formação e avanço econômico diferentes. Depois da emancipação da região sul-mineira, no final do século XVIII, a forma como os municípios se desenvolveriam depois variava: dependeria do período de emancipação municipal, das

⁴⁶³ MARTINS, Marcos Lobato; SOUZA, André Silva. “Notas sobre as Propriedades Rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860-1880”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Org.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 149-174.

⁴⁶⁴ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

atividades econômicas internas que seriam as principais, das relações do município com as cidades vizinhas e, sobretudo, do grupo condutor do processo de crescimento e urbanização que, no caso de Varginha, era uma elite agrária.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas, referentes ao período de 1882-1920:

ACMV – Atas da Câmara Municipal de Varginha, depositadas no Museu Municipal da cidade de Varginha (MMV).

Inventários *post-mortem*, localizados no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (AJCV).

Registros de Imóveis, presentes no Cartório de Registros de Imóveis da cidade de Varginha (CRIV).

Fontes impressas:

BRASIL. Constituições Brasileiras – volume I (1824). Organização de Octaciano Nogueira. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Constituições Brasileiras – volume II (1891). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Constituições Brasileiras – volume III (1934). Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

LEI REGULAMENTAR DAS CÂMARAS MUNICIPAIS (IMPÉRIO), de 01/10/1828. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em 02/08/2016.

MINAS GERAIS. *Minas Segundo o Recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, inspecionados de 9 e Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Geraes (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913.

Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 1899.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

Referências bibliográficas:

ALBINO, Washington. “Perspectivas Atuais da Economia Mineira”. In: *Seminário de Estudos Mineiros*, 2, 1957. *Anais do Evento*. Belo Horizonte, UFMG, 1957.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. “Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio”. In: *RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano XI 2009, Salvador-BA, ano XI, n. 19 / p. 82-101, Janeiro de 2009.

ALVES, Henrique Vitorino Souza. *Urbanização Contemporânea: Uma contribuição para o estudo das cidades*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Elite Escravista no Sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.
- ÁVILA, Affonso. “Varginha: formação e evolução”. In: *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A Dependência em Progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1945)*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
- BLASENHEIN, Peter. “As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove”. In: *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, dez. 1996.
- BONA, Avelino de. *Títulos Judiciais no Registro de Imóveis*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.
- BRITO, Fausto; PINHO, Breno Aloísio T. Duarte de. “A Dinâmica do Processo de Urbanização no Brasil, 1940-2010”. In: *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Anais do evento*. Águas de Lindóia/SP, 2012.
- BUENO, Ricardo. *Borracha na Amazônia: As cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização*. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.
- CAMPOS, Antonio Carlos Medes. “1882 – Espírito Santo das Catanduvás”. In: *Correio do Sul*. Varginha: GCS Editora, 1982.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 1975. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1975.
- _____. *Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República”. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.59, p. 96-115, set./nov., 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Tradução de Arlene Caetano. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- CATÃO, Luís A. V. “A new wholesale price index for Brazil during the period 1870-1913”. In: *Revista Brasileira de Economia*, v. 46, nº 4, out./dez. 1992.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*. 1978. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1978.
- COSTA, Guilherme Meirelles da. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

- COSTA, Maria Lúcia Prado. *A Cia. da Estrada de Ferro Muzambinho no contexto do Desenvolvimento Ferroviário do Sul de Minas (1870-1910): Uma tentativa de correção de uma versão consagrada*. Belo Horizonte: Fundamar, 1996.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1977.
- DINIZ, Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- FAORO, Raymundo. “A Questão Nacional: A Modernização”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 14, pp. 7-22, jan./abr., 1992.
- _____. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, vol. 1. 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- _____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 5 ed. São Paulo: Global, 2008.
- FERREIRA, Natânia Silva. “Estrutura de Riqueza em Varginha, Minas Gerais (1880-1888) – A importância dos Escravos para a composição do Patrimônio”. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Anais do evento*. Florianópolis: Anpuh, 2015.
- FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. 2005. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- FIGUEIREDO Júnior, Gilvando Furtado de. Dação em Pagamento envolvendo Bens Imóveis nas dissoluções societárias. Disponível em: <http://oabce.org.br/wp-content/uploads/2014/09/S-SOCIET%C3%81RIAS.pdf>. Acesso em 05/06/2016.
- FLEISHER, David D. “A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais”. In: MONTEIRO, Norma. (org.). *V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 1982.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: A Economia Gaúcha na República Velha”. In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. 1990. Tese (Doutorado em História) - ICHF/UFF, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque histórico-estrutural*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- FURTADO, Júlia Ferreira. “Testamentos e Inventários – A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. “Centralização Política e Bancos Regionais no II Império: O caso da caixa filial do Banco do Brasil em Minas Gerais”. In: *Encontro Regional de História*, 16, 2008. *Anais do Evento*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008.
- _____. “Expansão Bancária no Sul de Minas em Transição (1889-1930)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012.
- GIROLETTI, Domingos. *A Industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.
- GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. “Uma outra modernização. Transportes em uma província não exportadora – Minas Gerais, 1850-1870”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 159-186, ago. 2008.
- GRAÇA FILHO. Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
- HERRLEIN Júnior, Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: Um outro capitalismo no Brasil meridional?* 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “As Áreas de criação de Gado”. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira – Colônia: Administração, Economia e Sociedade*. 12 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Política Econômica do Estado de Minas Gerais (1889-1930)”. In: MONTEIRO, Norma. (Org). *Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 1982.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 6 ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação – O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977.
- LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. 2005. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: Formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX*. 1998.

- Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1998.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba – século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. “Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 263-285, abr. 2013.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARTINS, Marcos Lobato. “A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização: Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 141-172.
- MARTINS, Marcos Lobato. “Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960)”. In: *Diálogos*, v. 15, n. 2, p. 409-436, maio-ago./2011.
- MARTINS, Marcos Lobato; SOUZA, André Silva. “Notas sobre as Propriedades Rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860-1880”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Org.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 149-174.
- MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez”. In: LAPA, José Roberto do Amaral; SZMRECSÁNYI, Tamás. (Orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- MEMÓRIAS DAS CATANDUVAS: Varginha e seu Patrimônio Cultural. Disponível em: http://www.fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/patrimoniocultural/cartilha_memorias_das_catanduvvas.pdf. Acesso em: 15/02/2016.
- MONTORO, Eugênio Augusto Franco. *O Município na Federação Brasileira*. 1974. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1974.
- MOTTA, José Flávio. “Demografia histórica, família escrava e historiografia: relações familiares em um plantel de escravos de Apiaí (SP)”. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica / 5ª Conferência Internacional de História de Empresas*. [CD ROM]. São Paulo: ABPHE – FEA/USP, 2001.
- OLIVEIRA, Paulo Roberto de. *Um caminho voltado para dentro: o circuito goiano e o comércio entre Goiás e São Paulo na Primeira República*. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.
- PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Brasília: Banco do Brasil, 1979.
- PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. “Território de contrastes: Economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX”. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: CEDEPLAR-UFGM, 2002.

- PAIVA, João Pedro Lamana. Títulos Judiciais e a sua repercussão registral no RI. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/artigopaiva.pdf>. Acesso em 05/06/2016.
- PASCOAL, Isaías. “Fundamentos Econômicos da participação Política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840”. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 17, n. 2, pp. 133-157, ago./2008.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2013.
- PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2009.
- PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- ROCHA, Daniela; RAMOS, Thailissa Letícia Andara. “Afonso Pena e Nilo Peçanha: estudo embrionário da trajetória política de dois presidentes e um mandato”. In: Encipecom – Comunicação e Política Disponível em: http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/AFONSO_PENA_E_NILO_PE%C3%87ANHA:_estudo_embrion%C3%A1rio_da_trajet%C3%B3ria_pol%C3%ADtica_d_e_dois_presidentes_e_um_mandato. Acesso em 14/02/2016.
- SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. “Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão”. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), vol. 1, n. 1, p. 65-90, 2012.
- SAES, Alexandre Macchione, CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. “Cortando a Mantiqueira: entre café e Abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 87-113.
- SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. “Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 13-36.
- SAES, Alexandre Macchione; ROSA, Elton Rodrigo. “Mercado pontual: atuação estatal na formação da Feira de Gado de Três Corações (1900-1920)”. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: FEA/USP, v. 43, n. 4, pp. 745-772, out-dez. 2013.
- SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. “O Processo de Urbanização no Sul de Minas em Transição: Uma proposta de interpretação”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI,

- Thiago Fontelas Rosado. (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 23-53.
- SAES, Alexandre Macchione et al. “Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar, 2010.
- SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.
- SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SILVA, Lourenço Lustosa Fróes da. *Iluminação Pública no Brasil: Aspectos Energéticos e Institucionais*. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- _____. “Tem Café nesse Trem? As Ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato. (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 177-207.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SINGER, Paul. “Divisão Internacional do Trabalho e Empresas Multinacionais”. In: *CADERNO CEBRAP* 28, pp. 49-86. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/divisao_internacional_do_trabalho_e_empresas.pdf.
- SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- SOBRINHO, Juliano Custódio. “Produção Mercantil e Diversificação Econômica: Um Desafio para o Sul Mineiro. Freguesia de Itajubá, 1785-1850”. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Anais do evento*. Diamantina: Cedeplar, 2010.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.
- TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. “Crédito e Pequena Cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914”. In: *RBE*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 3 / p. 405-426, Jul-Set 2007.
- TRIBUNA VARGINHENSE, 07/10/1963, Edição Comemorativa – Dia da Cidade.
- VALE, Fernando Henrique do; SAES, Alexandre Macchione; CARVALHO, Rafaela Rodrigues da Silva. “Pouso Alegre: uma economia de abastecimento numa sociedade exportadora (1880-1920)”. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (Orgs.). *Sul de Minas em Urbanização – Modernização Urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016.

- VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- VILLELA, Annibal Vilanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. 3 ed. Brasília: IPEA, 2001.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro as Oligarquias – uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamento da Sociologia Compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- WIRTH, Louis. “O Urbanismo como modo de Vida”. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Organização e Introdução). *O Fenômeno Urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P. 90-113.

APÊNDICES

a) Atas da Câmara Municipal de Varginha por meses e por anos

ANO	Janeiro	Fev.	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
1882	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
1883	7	0	0	6	0	0	4	0	0	6	0	0	23
1884	7	0	0	6	0	0	6	0	0	1	5	0	25
1885	4	2	0	4	2	0	8	0	0	6	0	0	26
1886	7	0	0	6	1	0	2	5	0	6	0	0	27
1887	8	0	0	8	0	0	7	1	0	6	0	0	30
1888	6	0	1	6	0	0	2	1	0	1	0	0	17
1889	4	0	0	4	0	1	3	1	0	1	2	0	16
1890	0	3	2	2	3	4	0	2	1	2	2	3	24
1891	2	2	0	0	2	1	0	2	0	2	2	1	14
1892	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
1893	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	1	0	6
1894	2	4	0	2	0	0	0	0	0	0	1	2	11
1895	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
1896	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	5
1897	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1898	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
1899	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
1900	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1901	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1902	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1903	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1904	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1905	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1906	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1907	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1908	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1909	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1910	0	0	0	2	2	2	1	0	4	5	2	0	18
1911	4	0	1	0	1	0	0	2	2	2	2	0	14
1912	2	4	0	0	2	3	1	1	4	3	0	0	20
1913	4	2	2	1	1	3	0	0	3	2	4	2	24
1914	1	3	2	3	1	1	2	0	4	3	1	0	21
1915	4	1	3	0	1	4	0	2	5	0	0	5	25
1916	6	0	2	3	2	2	3	3	2	3	1	1	28
1917	4	2	5	4	3	0	0	3	5	5	4	5	40
1918	6	3	2	3	3	1	1	2	5	0	1	6	33
1919	3	0	2	0	1	0	3	0	4	0	2	2	17
1920	5	0	1	0	4	0	5	1	2	2	3	0	23

b) Registros de imóveis

1- Bens transacionados, considerando Varginha e os distritos, com investimentos da ferrovia (valores expressos em libras esterlinas):

ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAI	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAI	URBANOS
1884	1	258,598397	0	0	1	258,5983967	100	0
TOTAL	1	258,598397	0	0	1	258,5983967	100	0
ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAI	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAI	URBANOS
1891	12	4325,79409	21	3120,13348	33	7445,927574	0,580961	0,419039
1892	9	356,037924	3	107,285429	12	463,3233533	0,768444	0,231556
1893	52	11488,6724	25	1635,69166	77	13124,36402	0,87537	0,12463
1894	45	15374,0752	30	2979,43402	75	18353,50918	0,837664	0,162336
1895	25	13501,6068	12	1588,16744	37	15089,77423	0,894752	0,105248
1896	32	8625,64218	29	2926,08842	61	11551,7306	0,746697	0,253303
1897	33	8475,8376	16	642,132697	49	9117,970295	0,929575	0,070425
1898	47	12511,2266	27	2305,61331	74	14816,83992	0,844392	0,155608
1899	38	2656,49464	20	1150,03224	58	3806,526878	0,697879	0,302121
TOTAL	293	77315,3874	183	16454,5787	476	93769,96604	0,824522	0,175478
ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAI	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAI	URBANOS
1900	21	8153,54315	8	1330,41048	29	9483,953629	0,85972	0,14028
1901	23	6674,55958	3	501,989013	26	7176,548589	0,930051	0,069949
1902	9	6406,76792	3	999,35685	12	7406,124771	0,865063	0,134937
1903	10	316,845451	1	248,311482	11	565,1569329	0,560633	0,439367
1904	9	3415,43298	3	304,197931	12	3719,630907	0,918218	0,081782
1905	26	12787,6453	13	1341,90936	39	14129,55466	0,905028	0,094972
1906	45	4754,35835	33	4248,84965	78	9003,207996	0,528074	0,471926
1907	40	7969,68363	21	757127,492	61	765097,1759	0,010417	0,989583
1908	29	7911,03604	15	752820,32	44	760731,3564	0,010399	0,989601
1909	31	8778,59247	11	5823,46306	42	14602,05552	0,601189	0,398811
TOTAL	243	67168,4648	111	1524746,3	354	1591914,765	0,042194	0,957806
ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAI	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAI	URBANOS
1910	34	8537,48574	28	3607,96027	62	12145,446	0,702937	0,297063
1911	37	13535,7718	17	1692,43493	54	15228,20675	0,888862	0,111138
1912	51	39981,36	17	2596	68	42577,36	0,939029	0,060971
1913	64	33135,3333	50	4718	114	37853,33333	0,875361	0,124639
1914	51	15020,7391	21	2127,82565	72	17148,56476	0,875918	0,124082
1915	42	9774,30714	23	2432,7818	65	12207,08893	0,800707	0,199293
1916	81	26208,4207	42	6360,89291	123	32569,31361	0,804697	0,195303
1917	78	42141,758	47	3927,92435	125	46069,68235	0,914739	0,085261
1918	73	28241,2516	41	5793,41499	114	34034,6666	0,829779	0,170221
1919	129	83870,506	97	16746,7676	226	100617,2736	0,83356	0,16644
1920	130	84123,4473	101	21023,9096	231	105147,3569	0,800053	0,199947
TOTAL	770	384570,381	484	71027,912	1254	455598,2928	0,8441	0,1559

2- Bens transacionados, considerando Varginha e os distritos, sem investimentos da ferrovia (valores expressos em libras esterlinas):

ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAIIS	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAIIS	URBANOS
1884	1	258,5983967	0	0	1	258,5984	100	0
TOTAL	1	258,5983967	0	0	1	258,5984	100	0
ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAIIS	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAIIS	URBANOS
1891	12	4325,794092	21	3120,133	33	7445,928	0,580961	0,419039
1892	9	356,0379242	3	107,2854	12	463,3234	0,768444	0,231556
1893	52	11488,67236	25	1635,692	77	13124,36	0,87537	0,12463
1894	45	15374,07516	30	2979,434	75	18353,51	0,837664	0,162336
1895	25	13501,60679	12	1588,167	37	15089,77	0,894752	0,105248
1896	32	8625,642179	29	2926,088	61	11551,73	0,746697	0,253303
1897	33	8475,837599	16	642,1327	49	9117,97	0,929575	0,070425
1898	47	12511,22661	27	2305,613	74	14816,84	0,844392	0,155608
1899	38	2656,494643	20	1150,032	58	3806,527	0,697879	0,302121
TOTAL	293	77315,38736	183	16454,58	476	93769,97	0,824522	0,175478
ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAIIS	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAIIS	URBANOS
1900	21	8153,543154	8	1330,41	29	9483,954	0,85972	0,14028
1901	23	6674,559576	3	501,989	26	7176,549	0,930051	0,069949
1902	9	6406,767922	3	999,3568	12	7406,125	0,865063	0,134937
1903	10	316,8454509	1	248,3115	11	565,1569	0,560633	0,439367
1904	9	3415,432975	3	304,1979	12	3719,631	0,918218	0,081782
1905	26	12787,64529	13	1341,909	39	14129,55	0,905028	0,094972
1906	45	4754,358348	33	4248,85	78	9003,208	0,528074	0,471926
1907	40	7969,683628	21	2363,042	61	10332,73	0,771305	0,228695
1908	29	7911,036036	15	2069,57	44	9980,606	0,792641	0,207359
1909	31	8778,592467	11	5823,463	42	14602,06	0,601189	0,398811
TOTAL	243	67168,46485	111	19231,1	354	86399,56	0,777417	0,222583
ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAIIS	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAIIS	URBANOS
1910	34	8537,485737	28	3607,96	62	12145,45	0,702937	0,297063
1911	37	13535,77182	17	1692,435	54	15228,21	0,888862	0,111138
1912	51	39981,36	17	2596	68	42577,36	0,939029	0,060971
1913	64	33135,33333	50	4718	114	37853,33	0,875361	0,124639
1914	51	15020,7391	21	2127,826	72	17148,56	0,875918	0,124082
1915	42	9774,307135	23	2432,782	65	12207,09	0,800707	0,199293
1916	81	26208,4207	42	6360,893	123	32569,31	0,804697	0,195303
1917	78	42141,758	47	3927,924	125	46069,68	0,914739	0,085261
1918	73	28241,25161	41	5793,415	114	34034,67	0,829779	0,170221
1919	129	83870,50603	97	16746,77	226	100617,3	0,83356	0,16644
1920	130	84123,44734	101	21023,91	231	105147,4	0,800053	0,199947
TOTAL	770	384570,3808	484	71027,91	1254	455598,3	0,8441	0,1559

3- Bens transacionados, considerando a cidade de Varginha (valores expressos em libras esterlinas):

ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAIIS	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAIIS	URBANOS
1891	4	142,1332345	17	479,5451736	21	621,6784081	0,22863	0,771372
1892	5	154,6906188	0	0	5	154,6906188	1	0
1893	17	1330,517423	12	1242,872228	29	2573,389652	0,51703	0,482971
1894	19	4025,623877	18	2170,588973	37	6196,21285	0,64969	0,350309
1895	12	10309,90442	8	1293,589321	20	11603,49374	0,88852	0,111483
1896	17	6654,891814	18	1827,352158	35	8482,243972	0,78457	0,215433
1897	15	2210,569284	10	469,4319716	25	2680,001256	0,82484	0,175161
1898	9	7702,673003	22	2106,623107	31	9809,296109	0,78524	0,214758
1899	12	677,862033	13	962,7605686	25	1640,622602	0,41317	0,586826
TOTAL	110	33208,8657	118	10552,7635	228	43761,6292	0,75886	0,241142
ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAIIS	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAIIS	URBANOS
1900	8	3361,023361	6	1264,110409	14	4625,13377	0,72669	0,273313
1901	8	1352,055314	1	331,5021784	9	1683,557492	0,80309	0,196906
1902	5	5936,773364	2	989,4622273	7	6926,235591	0,85714	0,142857
1903	1	49,66229638	0	0	1	49,66229638	1	0
1904	3	481,6467248	2	152,0989657	5	633,7456905	0,76	0,24
1905	13	9160,245527	8	1106,830351	21	10267,07588	0,8922	0,107804
1906	7	939,6998273	12	1395,165361	19	2334,865188	0,40246	0,597536
1907	11	1956,097868	14	1973,080068	25	3929,177936	0,49784	0,502161
1908	10	2906,031031	10	1719,219219	20	4625,25025	0,6283	0,371703
1909	8	941,9063734	7	992,0411105	15	1933,947484	0,48704	0,512962
TOTAL	74	27085,14169	62	9923,50989	136	37008,65158	0,73186	0,26814
ANO	BENS E VALORES CORRESPONDENTES				TOTAIS		% DO INVESTIMENTO	
	RURAIIS	\$	URBANOS	\$	BENS	\$	RURAIIS	URBANOS
1910	10	2560,574535	22	2983,757299	32	5544,331834	0,46184	0,538164
1911	10	3674,365972	14	1326,329628	24	5000,6956	0,73477	0,265229
1912	27	9418,826667	14	2430	41	11848,82667	0,79492	0,205084
1913	31	8125,333333	44	4164,666667	75	12290	0,66113	0,338866
1914	27	9484,395904	18	2018,546272	45	11502,94218	0,82452	0,175481
1915	26	4200,103413	19	2107,032058	45	6307,135471	0,66593	0,334071
1916	26	6080,4912	33	5798,597991	59	11879,08919	0,51187	0,488135
1917	24	28906,28311	20	2408,614113	44	31314,89722	0,92308	0,076916
1918	22	11059,00461	21	4147,831797	43	15206,83641	0,72724	0,272761
1919	26	14025,18295	62	13077,9819	88	27103,16485	0,51747	0,482526
1920	31	9975,15659	63	14101,1904	94	24076,34699	0,41431	0,585686
TOTAL	260	107509,7183	330	54564,54812	590	162074,2664	0,66334	0,336664

c) *Inventários post-mortem*: ano, inventariado(a), requerente, monte-mor e monte-partível, em libras esterlinas

ANO	INVENTARIADO(A)	REQUERENTE	Monte-Mor	Monte partível
1882	Gabriel Alves Lima	Jose Pinto Machado	193,5896984	193,5896984
1882	Maria das Dores de Jesus	Manoel Joaquim Alves Silva	1056,531134	1056,531134
1882	José Baptista Pinto	Fausta Maria de Jesus	44,09948845	44,09948845
1882	José Ferreira Ribeiro	Carolina Cândida de Oliveira	58,65231963	58,65231963
1883	Joana Maria de Jesus	João Gonsaga Branquinho	27880,8046	27880,8046
1883	Gabriel José Junqueira	Cláudia Bernardina Andrade	11739,22405	11727,1012
1883	José Paulino da Silva	José Maximiano Baptista	465,8297414	465,8297414
1883	Sebastião Rodrigues da Silva	Maria Theodora de Carvalho	1326,230244	856,8817349
1884	Francisca Maria de Jesus	João Francisco de Oliveira Lima	81,79639686	81,79639686
1884	Francisco Antonio de Souza	Ignéz de Castro Nogueira	0	0
1884	Francisco Garcia Duarte	Emerenciana Maria de Jesus	75,81268856	56,84104819
1884	Maria das Dores Meirelles	José Joaquim Tavares	165,318507	-139,1749849
1884	Maria das Dores de Britto	Joaquim Pedro de Souza	147,1542108	95,28454444
1884	Maria Francellina de Jesus	Manoel Barbosa de Lima	1072,18257	1072,18257
1884	Manoel Rodrigues Mendes	Vicente Ferreira Rodrigues	39,22075683	31,98000172
1885	Francisco de Paula Dias	Helena Francisca de Andrade	1130,246787	967,6829231
1885	Henrique Francisco Silvério	Maria Bernardes de Jesus	0	0
1885	Manoel Paulino de Almeida	Tereza Rita Gonçalves de Brito	2238,612788	2238,612788
1885	Lino José Ribeiro	Amélia Gabriella de Andrade	1033,721784	621,306549
1886	João Jacob Nestle (alemão)	Alvaro Dias Pereira Oliveira	524,0742181	-402,2522172
1886	José Diogo Palhão	Luiza Maria da Assumpção	87,71588611	87,71588611
1886	Domingos Pinto Ribeiro	Libania de Cássia Ferreira	2444,735569	2334,791816
1886	Silvério José Cabral	Marianna Francisca de Azevedo	136,2704217	136,2704217
1887	Francisco Antonio de Oliveira Ramos	Maria Máximo das Dores	203,9925315	203,9925315
1887	Gabriel Antônio de Almeida	José Maximiniano Franco de Carvalho	1554,691147	588,4549557
1887	José Antônio Penha de Andrade	Virgínio Joaquim do Sacramento	419,0135366	355,6460246
1887	Manoel Cardoso da Silva	Mariano Cardoso da Silva	37,39715782	37,39715782
1887	Prudenciana Maxima do Carmo	José Camillo Tavares	946,9895288	919,1080778
1888	Jeronymo Francisco Marques	Joaquim Mariano Silva	97,99316149	94,43503419
1888	Mariano Cardoso da Silva	Gertrudes Felizarda do Nascimento	1402,413782	1402,413782
1889	Francisca Candida de Jesus	Manoel Gonçalves Braga	885,1790634	666,1575758
1889	Heliodora Maria do Carmo	André Alves da Rosa	406,184022	365,6242424
1889	Barão de Lavras	Baronesa de Lavras	41569,24793	41569,24793
1889	José Teixeira de Carvalho	Thereza Camilla de Jesus	743,8732782	743,8732782
1890	Liberal Antonio de Godoys	Francisca Ludovina Silva	426,8659522	269,2207182
1890	Escolástica Emília de Carvalho	José Antônio da Silveira Bragança	2697,433822	2067,670051
1890	José Alves de Figueiredo Primo	Anna Theodora Naves	370,605377	370,605377
1890	José Lourenço Gomes	Delfina Umbelina de Jesus	192,2109419	192,2109419
1890	Manoel Barbosa de Lima	Estela Matutina Brasileira	789,8383155	789,8383155
1890	Manoel Teodoro de Souza	Maria Candida de Jesus	119,2066178	100,1016168
1891	Francisco Antonio Pereira	Ana Isabel de Jesus	79,03843777	79,03843777
1891	Francisco Severo da Costa	Francisca Jeronima Fonseca	26,9978989	19,95080954
1891	Thomé Jeronymo da Costa	Francisca de tal	0	0
1891	Honorio Gonçalves Brito	Joaquim Gonçalves Lima	381,7587443	380,3374119
1891	Elisa Cândida de Paiva	Evaristo Gomes de Paiva	218,1794587	218,1794587
1891	Maria do Carmo Bueno	José I. de Moraes, sua esposa e outros	113,3358052	107,5590162
1891	Joaquim Ribeiro de Resende	Francelina Margarida de Oliveira	450,4387591	444,2590533
1892	Francisca de Oliveira	Joaquim Antonio da Silva	12156,06452	12156,06452
1892	Maria Antonia do Nascimento	João Francisco de Oliveira	291,469511	286,1122255

1892	Domingos José Ferreira	Francisca Candida de Oliveira	99,30139721	96,61377246
1892	Marphiza Custódio Nogueira	José Antônio Pereira	131,497006	131,497006
1893	Maria Theodora de Figueiredo	Antônio Teixeira de Rezende	3285,238888	3139,583037
1893	Joaquim Ferreira Martins Orphão	Martiniano Marcos de Magalhães Orphão	1597,13934	1597,13934
1893	Domingos M. Novaes e Maria C. de Jesus	José D. de Oliveira e Joaquim D. dos Santos	253,4318902	253,4318902
1893	Joaquina Rosa da Silva	Manoel Joaquim da Silva	1390,097917	1194,735048
1894	Gabriel Eustácio Ferreira e s/m	Luiz Ferreira Dinis	0	0
1894	Bernardino José Gonçalves	Joaquim Mendes de Oliveira	362,0699745	337,2921456
1894	Marcelino José de Carvalho	Leopoldina Maria de Jesus	1788,387744	1574,431718
1895	Zeferina Luisa de Resende	Christiano das Chagas Parreira	57,26450231	57,26450231
1895	Eufrosina Cândida de Oliveira	João Eufrosino Tavares	452,2083059	452,2083059
1895	Barão de Varginha	Baronesa de Varginha	9813,385012	8144,450808
1895	Maria Eugênia de Jesus	Francisco Marcellino D'Oliveira	799,7486816	534,7651615
1895	José Barboza de Lima	Belbina Maria de Jesus	21,34146341	13,14189189
1895	José Firmino da Silva	Anna Flauzina de Jesus	117,9136454	95,18581081
1895	Manoel Alves Pereira	Gabriela Francisca de Arantes	1554,878049	784,7437376
1895	Manoel Tavares da Silva	Maria Philomena de Jesus	40,99373764	40,99373764
1895	Marianna da Conceição	Joaquim Ferreira da Silva Lebre	164,7989453	164,7989453
1895	Messias Alves Ferreira	Theodora Carlos da Siqueira	104,2971325	104,2971325
1895	Maria Victoria de Jesus	Joaquim Bonifácio Bueno	407,9803889	385,2793342
1896	Maria Nasareth de Jesus	Miguel Aureliano de Mesquita	0	0
1896	Geraldo de Assis Braga	Felícia Teodolinda da Costa	69,64375445	69,64375445
1896	José Justiniano de Paiva	Ambrosina Amélia de Andrade Paiva	2602,899201	1863,834065
1896	Joaquim Pinto da Fonseca	Maria José do Nascimento	153,0355871	153,0355871
1896	João José Pereira	Antonio Olympio Xavier	2164,556006	1989,133198
1896	Marianna Mendes de Jesus	Antônio Alves Ferreira Goulart	955,4505569	842,9519631
1897	Francisco Antonio de Oliveira	Francisca Leopoldina Nogueira	372,3327158	249,1185983
1897	Gabriela Augusta Carvalho	Américo Almeida Carvalho	381,9826043	381,9826043
1897	João Villela Fialho	João Thomas D'Aquino Villela	3631,255691	3631,255691
1897	Lydia Gabriela Junqueira	Oscar Dias da Costa	255,1103715	255,1103715
1898	Joaquim Antonio Nascimento	Camilla Maria Jesus	29,7000297	29,7000297
1899	Estevam Ribeiro de Resende	Marianna dos Reis Resende	8045,724373	7209,258588
1899	Maria Cassimira de Jesus	José de Paula Coelho	58,86777392	53,37365303
1899	Maria Custódia de Jesus	Vicente Ferreira Vilas Boas	0	0
1899	Joaquim Oliveira Ramos	João Francisco d'Oliveira	30,96997513	20,83338962
1899	Ponciano (Menor)	Antonio Alves Ferreira Sobrinho	26,59183987	26,59183987
1900	Gaspar José da Silva	José Maximiano Baptista	157,950158	140,4001404
1900	Maria Custódia de Jesus	Vicente Ferreira Vilas Boas	168,0511681	168,0511681
1900	José Justino de Carvalho	Gabriel Severo da Costa	268,9434889	239,7792598
1900	José Rodrigues Ferreira	Anna Porfíria de Jesus	55,93580594	55,93580594
1900	José da Costa Vieira	Antonio Vieira da Costa	126,5912796	72,1022971
1900	João Silvério de Souza	Rita Martha de Jesus	11,7000117	5,772005772
1900	Maria Izabel de Jesus	José Joaquim da Costa	125,3461253	88,32861433
1900	Domingos de Oliveira Carvalho de Vilhena	Mariana Clara de Gouveia	78,000078	72,15007215
1901	Felícia Genoveva Reis Figueiredo	Urbano dos Reis Silva	3614,983898	2917,263876
1901	José Bueno da Silva	Maria Vicencia da Aparecida	232,1462398	232,1462398
1901	João Bernardes de Rezende	Anna Marcellina de Andrade	102,2447433	37,8386058
1901	Mariana Candida de Jesus	João Nepomuceno de Azevedo	549,915609	216,2586664
1901	Domingos Baptista Dias	Paulina Maria de Jesus	47,35745406	47,35745406
1901	Antonio Luiz Goulart	Anna Pedreira de Jesus	44,26027657	4,664709225
1901	Augusto Silva	Isolina de Souza	203,589695	203,589695
1901	Aurea Rezolina Pereira	Justiniano Procópio Pereira	726,7948475	726,7948475

1902	Ermelinda de Jesus Goulart	Ladislau de Miranda Goulart	135,5563251	135,5563251
1902	Gabriel dos Reis Silva	Gabriel dos Reis Silva Junior	3971,837431	3724,471875
1902	Joaquim Ferreira Machado	Euphrazia Vivina de Jesus	187,3299362	187,3299362
1902	Mariana Candida de Jesus	Antonio Joaquim da Silva	346,5591451	269,5888784
1902	Libania de Cassia Ferreira	José Custódio Cassimiro	507,5624598	507,5624598
1902	Maria Menegazzo	Santo Lello	336,4171573	-185,9199525
1902	Antonio Munis Tavares	Victalina Candida de Jesus	184,4852323	184,4852323
1902	José Francisco de Carvalho	Maria Theodora de Carvalho	1420,892495	1420,892495
1902	Custódio Vilela Palmeira	Antônio Vilela de Rezende	573,8880918	573,8880918
1903	Francisco Marcelino de Oliveira	José Maximiano de Oliveira	0	0
1903	Anna Victoria de Jesus	Joaquim Francisco da Silva Penha	241,3587604	241,3587604
1903	Antônio Luiz do Prado	Cândida Urbana de Oliveira	0	0
1903	Joaquina Rosa do Carmo	João Ponciano Pereira Braga	1809,587157	1809,587157
1904	José Christiano de Miranda Goulart	Ambrozina de Jesus Miranda	492,9760698	375,3807544
1904	José Daniel Bernardes Xavier	Dona Ana Francisca Tavares	741,6345569	741,6345569
1904	Manoel Evaristo Ribeiro	José Evaristo	7,604948286	-5,576962077
1904	Maria Balbina da Silva Paiva	Gabriel Penha de Paiva	123,3015615	123,3015615
1904	Maria Ignez de Gouveia	Francisco Mendes de Oliveira	246,3496248	11,97170959
1905	Francisca Maria de Jesus	Antonio de Oliveira Paiva	19,58991772	19,58991772
1905	Generosa Emiliana Branquinho	Luiz Gonzaga de Souza Meirellis	96,6435941	62,36123808
1905	Joaquim Teodoro Costa Ferreira	Lino Resende Pacheco	380,7028209	380,7028209
1905	João José Mendes	Gabriela Conceição Valias	2615,384615	2615,384615
1905	José Candido Ferreira Angelo	Francisco Ferreira Mendes	72,06477733	72,06477733
1905	Marianna L. de Oliveira e Matheus T. da Silva	Antonio Justiniano de Paiva	29010,95494	25217,03311
1905	Francisca de Paula Teixeira	Domingos de Paula Teixeira de Carvalho	3743,74076	3743,74076
1905	Vicente Ferreira Villas Boas	Maria José de Jesus	184,7329241	143,0063994
1905	Maria Bazília de Moraes	João Capistrano Maffra	120,8044926	120,8044926
1906	Miguel Paulo	Rita Fioravanti	33,2049409	33,2049409
1906	Marianna Ignacia de Jesus	Bertolino de Paiva Tavares	307,0910479	263,8768097
1906	Francisca Zeferina de Jesus	José Paulino Novaes	70,8118608	3,52802497
1906	Francisco Ignacio da Silva	Ana Luiza de Jesus	89,65334042	89,65334042
1906	José Luiz Goulart	Maria Pereira	158,7196175	158,7196175
1906	Manoel Fidellis de Souza	José Antonio da Silva	628,6027361	628,6027361
1907	Gabriel dos Reis Silva	Antônio Justiniano dos Reis	15412,44698	15040,45044
1907	Francisco Quintino da Costa e Silva	Amelia Braga da Costa e Silva	344,1679778	222,9520423
1907	Francisco Severo da Costa	Maria Adelaide Fonseca Costa	6731,197684	6259,343697
1907	José Camillo Tavares	Manoel Camillo Tavares e outros	204,5440242	204,5440242
1907	Gabriel Mendes Pereira	José Mendes Pereira	478,9476997	465,9040846
1907	João Pedro Mendes	Antonio Pedro Mendes	4199,20511	4199,20511
1907	João Evangelista Ladeira	Prudenciana Maria de Jesus	274,3722072	262,2883756
1908	Eufrosina Vivina de Jesus	Francisco Ferreira Machado	99,46196196	99,46196196
1908	José Ferreira Machado	Ana Candida de Jesus	44,91991992	44,91991992
1908	Paulino José Franco de Carvalho	Sidinea Julia de Guimarães Franco	1101,604667	1041,74731
1908	João Rodrigues de Lima	Anna Floriana de Carvalho	126,5015015	120,4329329
1908	João Ponciano Pereira Braga	Estevam Braga Sobrinho	2483,002315	2030,049362
1908	João Silvério de Moraes	Azarias Silvério Teixeira	271,7092092	251,7204705
1908	Theophila Ximenes	Alexandre Toninho Ximenes	957,0908408	957,0908408
1908	Alexandrina da Costa	Joaquim da Costa Ramos	96,34634635	89,15165165
1909	Francisco Antonio de Carvalho	Maria José de Jesus	505,4208184	505,4208184
1909	José Hipólito de Souza	Mariana Silveira de Jesus	1695,180673	1695,180673
1909	José Alexandre dos Santos	Marianna Lina de Jesus	476,3176036	325,9133922
1909	José Joaquim Quintino Teixeira	Maria Lopoldina de Oliveira	1084,134862	1084,134862

1909	Joaquim José Pereira	Anna Margarida de Jesus	288,6507489	205,0159804
1909	Aleixo Ribeiro Mendes	Anna Roza de Figueiredo	275,9917278	88,61314783
1910	Vicente Ferreira Mendes	Placedina Maria de Jesus	499,0536278	430,3577421
1910	Francisca Maria de Jesus	José Marques de Lima	66,78300557	66,78300557
1910	Gabriela da Conceição Valias	José Benedicto Mendes	912,4437882	-19,24303645
1910	Maria Luiza da Silveira	Bertolino de Paiva Tavares	262,9035506	196,2805557
1910	Astolpho Resende	Jeronymo Ferreira Pinto Vieira	490,1000067	315,1281965
1911	José de Carvalho Bastos	Felicidade Justiniana Villela	0	0
1911	José Garcia Fernandes	Maria Joanna de Jesus	299,0081874	295,6799574
1911	José Manoel Pereira	Ana Rita de Jesus	99,84690142	99,84690142
1911	Marphisa Maria dos Santos	José Joaquim de Aguiar	225,1214804	194,7547094
1911	Miguel Moreno Martins	Salvadora Marphim Garcia	87,89855555	-14,13166478
1911	Maria Victória de Jesus	José Cornélio Bueno	252,9454836	165,8769886
1911	Maria Victória de Rezende	José Bernardes de Rezende	166,4115024	-9,984690142
1911	Marianna Marphisa de Jesus	João Baptista Rodrigues	4,334154297	4,334154297
1911	João Gonçalves de Brito	Anna Esmeria de Jesus	63,2363709	63,2363709
1911	José Tertulano de Mello	Esther Carolina de Mello	53,25168076	53,25168076
1912	João Ignacio da Silva	Maria Francisca de Paula	20,66666667	20,66666667
1912	Emília Constança da Silva	Salviano Lopes da Silca	267	63,33333333
1912	Fidelis José de Oliveira	Antonio Fidelis de Oliveira	75,33333333	75,33333333
1912	Francisco Gonçalves Guimarães	Presciliana Marfiza do Espírito Santo	36,02133333	-5,178666667
1912	Joaquim Mendes Ferreira	Emiliana Victória Mendes	254,0714	254,0714
1912	Guilherme Aloysio Weber	Daniel Joven Xavier de Rezende	454,6666667	421,2056
1912	Antonio Joaquim da Silva	Joaquim Antonio de Carvalho	55,7852	55,7852
1913	Eugenio Adelino da Silva	Carlota Maria Espirito Santo	23,33333333	23,33333333
1913	Felippe Lana	Maria da Conceição Lana	205,3333333	205,3333333
1913	José Antonio da Silveira Bragança	Guilhermina Emilia da Silveira	100	89,704
1913	José Villela de Rezende	Mariana Leopoldina de Rezende	164	164
1913	Joaquim Rodrigues da Silva	Maria Bernardes	0	0
1913	Maria Umbelina de Jesus	José Gonçalves Pereira	133	104,6733333
1913	Placidina Maria Diniz	Joaquim Flávio Pereira	377,3333333	164
1913	João Baptista da Fonseca	Leopoldina Nogueira da Fonseca	200	170,6782
1913	Thomé Monteiro da Costa	Anna Cirina da Costa	246,6666667	246,6666667
1913	Maria Rosa	Manoel Joaquim da Silva Bittencourt	1600	1600
1913	Joaquina Maria do Rosário	João Custódio de Souza Pinto	77,8	77,8
1914	Francisco Albino e Maria Candida Conceição	Bernardino José Paulino	0	0
1914	Angela Murgati	José Siggiani	181,0915449	106,3181591
1914	José de Souza da Fonseca	Marianna Ignacia de Jesus	136,4431123	121,5811165
1914	José Roque Teixeira	Manoel T. Americo	62,13313351	62,13313351
1914	José Joaquim de Miranda	José de Oliveira Miranda	581,9243162	511,530286
1914	Antonio Sanches Rubio	Maria Reis Apparicio	96,79030848	96,79030848
1914	José Marcellino Teixeira	Maria Jacinta de Jesus	192,019483	192,019483
1915	Luiz Cottini	Philomena Cottini	51,71664943	-116,3641675
1915	Julio Cesar do Nascimento	Marianna Goulart do Nascimento	0	0
1915	Marianna Rezende	Adélio Justiniano de Rezende Silva	0	0
1915	Maria Izabel de Mattos Pimenta	Luiz de Mattos Pimenta	105,9979317	105,9979317
1915	Eugênio Guissoni	Luzia Guissoni	31,0237849	31,0237849
1915	José Pedro Milleo	José Maria Milleo	186,4529473	171,1190279
1915	José Antonio Patrocínio Salles	Anna Cecília Ferreira Salles	2310,73061	1764,762048
1915	Mariana Vilela dos Reis Teixeira	José Marcelino Teixeira	514,9948294	514,9948294
1915	João Baptista Gomes	Maria Gomes	155,1189245	155,1189245
1915	Silvestre Francisco de Oliveira	Silvério Francisco de Oliveira	5056,930817	4796,056825

1916	José Francisco da Silva Lemos	Candida Maria de Jesus	375,6338868	375,6338868
1916	José Pedro de Faria	Maria Júlia	262,2054291	192,9999006
1916	Joaquim Roberto da Silva	Anna Rita de Carvalho	24,85830765	24,85830765
1916	Maria Cândida de Jesus	Joaquim Camillo Tavares	626,6344834	626,6344834
1916	João Baptista do Prado e Silva	Maria de Figueiredo Reis Prado	919,7573829	919,7573829
1916	Antonio Alves Ferreira	José Antonio de Carvalho	3140,608531	2579,606244
1916	Arlindo Mendes da Fonseca	Maria Donatil de Paula	169,036492	137,8479666
1916	Filisbina Maria de Jesus	Maria Joana de Jesus	47,23078453	47,23078453
1917	Salvador Ribeiro de Queiróz	Maria Antonia Roberta de Jesus	15,89319771	15,89319771
1917	Ana Custodia Pereira	Francisco Gomes Tavares	496,6624285	496,6624285
1917	José Fabre	Maria Mantini	397,7825811	397,7825811
1917	José Marcos Bueno	Anna Theodora de Barros e outros	354,100445	354,100445
1917	Joaquim Ignácio Tavares e Anna Rodrigues	Maria Ambrosina de Jesus	21,19093028	21,19093028
1917	Joaquim Norberto Ribeiro	Joaquim Eugênio de Araújo	21,19093028	6,993006993
1917	Mariana Augusta de Oliveira	Antonio de Souza Oliveira	1349,067599	1349,067599
1917	Mariana Lima de Jesus	João Baptista de Carvalho	523,8262344	485,4176732
1917	Maximiano Alves da Silva	Alexandrina Clara Rosa da Silva	1970,756516	1970,756516
1917	João Theodoro da Silva	José Theodoro da Silva	381,1718584	346,6836194
1917	Amaro de Souza Prado	Cornélia Luiza do Prado	3114,950201	2691,131596
1917	Antonio José Rodrigues	José Antonio Rodrigues	98,90866709	98,90866709
1917	Joaquina Maria de Jesus	João Ignácio Ferreira	4117,450731	4117,450731
1917	Domingos Marcelino da Silva	Maria Delfina de Jesus	52,9773257	10,55732147
1918	José Joaquim de Aguiar	Aureliano José de Aguiar	50,9219554	50,9219554
1918	Heitor Pinto Ribeiro	Joaquim Pinto de Oliveira	109,1873928	109,1873928
1918	Anna Barbosa de Jesus	Joaquim Barreto da Silva	516,4826329	516,4826329
1918	Anna Ferreira do Carmo	José Bento Ferreira	52,53001715	52,53001715
1918	Anna Isabel Bueno	Antonio de Moraes Bueno	385,9348199	385,9348199
1918	Anna Jacintho de Rezende	Antonio Justiniano de Rezende Xavier	2796,457708	759,5794919
1918	Antonio Garcia dos Reis	Maria Bueno dos Reis	2680,102916	2063,679245
1918	Aureliano Bernardes Pereira	Francisca Candida de Jesus	384,8558105	-344,7378859
1918	José Custódio Pereira	Maria Candida do Nascimento	1883,040309	1883,040309
1918	Joaquim Octaviano Mendes	Helena Mendes	17538,19683	17538,19683
1918	Modesto Comunian	Rosa Mabella	241,2092624	241,2092624
1918	Joaquim Antônio de Brito	Francisca Bernardina de Andrade	689,8978881	689,8978881
1919	Manoel dos Reis Cardoso	Manoel de Jesus	51,17982976	51,17982976
1919	Mecias Maria de Jesus	João Cândido Flausino	32,32410301	32,32410301
1919	Filisbina Maria de Jesus	Maria Joanna Martha	37,71145351	37,71145351
1919	Joseph Alves Xavier	Antonio Francisco Xavier	244,7365586	244,7365586
1919	Antônio Cândido de Carvalho	Joaquim Fernandes da Silva	197,0423446	184,6783752
1919	Joaquim Mariano Fernandes	América Maria de Jesus	53,33476996	53,33476996
1919	Ana Thereza Mendes	Francisco de Paula Baptista	377,1145351	377,1145351
1919	Antônio Justiniano dos Reis	Idalina Elisa da Costa Reis	17290,09083	17290,09083
1919	Felícia Amélia da Costa	José Serafim de Oliveira	1140,071113	1140,071113
1919	José Carlos de Figueiredo e s/m	José Bebian de Azevedo	53,87350501	53,87350501
1919	Joaquim Felix de Moraes	Joaquim Felix de Moraes Junior	244,5857127	201,4330352
1919	Joaquim Francisco de Souza	Anna Francisca de Jesus	215,5974572	65,91213231
1919	Maria Idalina Juçaba	Raymundo Juçaba	516,108178	516,108178
1919	Baronesa de Varginha	Braulino José Mendes	2142,064433	2088,190928
1919	Maria Magdalena de Azevedo	Joaquim Ferreira de Azevedo	101,4626657	101,4626657
1919	José Firmiano da Silva	Luiza M. de Jesus e Antonio José da Silva	37,71145351	12,35050102
1919	Agostinho Moreira	Collector Estadual	0	0
1919	Helena de Andrade Barros	Aristides Pinto de Barros	214,4502209	166,9391768

1920	Altina Gonçalves de Andrade	João Vicente Martins	355,3818133	355,3818133
1920	Anna Theodora de Andrade	José Marcos Bueno Junior	185,4648838	143,0856026
1920	Alzira Pinto de Oliveira	Joaquim Pinto de Oliveira	787,6050375	787,6050375
1920	Francisco de Paula Ferreira	Ana Francisca Oliveira	70,85424903	38,12536093
1920	José Baptista Damasceno	Anna Candida de Oliveira	479,8542935	479,8542935
1920	José Caboclo (José Sabino dos Santos)	Martinha de Tal (Martinha Ignacia de Jesus)	11,10568167	11,10568167
1920	José Pereira de Souza	Francisca Baptista Costa	64,41295367	28,36391098
1920	José Segiani	Rosa Marchini	91,42197148	91,42197148
1920	Joaquim Baptista de Mello	Mariana Leopoldina Ramos de Mello	0	0
1920	Joaquina Sveriana e outros	Honório José da Silva	44,42272667	44,42272667
1920	Manoel Gonçalves de Souza e sua esposa	José Baptista de Carvalho	0	0
1920	Mariana Alves Gouvea Reis	Antonio José dos Reis	0	0
1920	Thereza Camilla de Jesus	João Baptista Ribeiro	232,6005064	232,6005064
1920	Justino de Figueiredo Netto	Maria Luiza Mendes	984,4076229	984,4076229
1920	Targino Pedreira Mendes	Joaquim Gonçalves Pedreira	39,980454	39,980454
1920	Freducci Zanetti	Louise Freducci	17,3248634	17,3248634
1920	Laurindo Domingos de Faria	Izolina Maria da Conceição	35,53818133	25,01088357
1920	Venâncio José Franco	Rita Martha Maciel	48,86499933	48,86499933